COORDENAÇÃO
FABIANO TÁVORA

HISTÓRIA DO BRASIL I

O tempo das Monarquias

RODRIGO GOYENA SOARES

Atualizado
até o concurso
do IRBr de 2015

ISBN 978850262406-1

Goyena Soares, Rodrigo
História do Brasil I : o tempo das monarquias / Rodrigo Goyena Soares. – São Paulo : Saraiva, 2016. – (Coleção diplomata / coordenador Fabiano Távora)
1. Brasil - História 2. Brasil - História - Concursos 3. Monarquia - Brasil I. Távora, Fabiano. II. Título. III. Série.
14-13038 CDD-981.076

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : História : Concursos 981.076

2. História do Brasil : Concursos 981.076 138.583.001.001

Diretor editorial Luiz Roberto Curia
Gerente editorial Thaís de Camargo Rodrigues
Gerência de concursos Roberto Navarro
Editoria de conteúdo Iris Ferrão
Assistente editorial Thiago Fraga | Verônica Pivisan Reis
Coordenação geral Clarissa Boraschi Maria
Preparação de originais Maria Izabel Barreiros Bitencourt Bressan e Ana Cristina Garcia (coords.) | Carolina Massanhi | Luciana Cordeiro Shirakawa
Projeto gráfico Isabela Teles Veras
Arte e diagramação Know-how editorial

SUMÁRIO

AUTOR

Rodrigo Goyena Soares

Doutorando em História Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Mestre em História Social pela UNIRIO. Formou-se em Ciências Políticas no Instituto de Estudos Políticos de Paris (Sciences Po), onde também obteve mestrado em Relações Internacionais. Fez intercâmbio na Universidade de São Paulo, nos departamentos de Relações Internacionais e de História. Trabalhou na Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento (OCDE) como pesquisador de assuntos latino-americanos. Atualmente, leciona em cursos preparatórios para o Instituto Rio Branco e seus principais campos de estudo são História do Brasil Império, História da Guerra do Paraguai, História das classes sociais brasileiras e História da política externa brasileira.

Coordenador

Fabiano Távora

Graduado em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC) – Turma do Centenário – 2003. Especialista em Gestão Empresarial pela Fundação Getulio Vargas (FGV) – 2005. Mestre em Direito dos Negócios pelo Ilustre Colégio de Advogados de Madri (ICAM) e pela Universidade Francisco de Vitória (UFV) – 2008. Mestre em Direito Constitucional aplicado às Relações Econômicas pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR) – 2012. Advogado. Diretor-geral do Curso Diplomata – Fortaleza/CE. Foi Coordenador do único curso de graduação em Relações Internacionais do Estado do Ceará, pertencente à Faculdade Stella Maris. Professor de Direito Internacional para

o Concurso de Admissão à Carreira Diplomática. Professor de Direito Internacional Público, Direito Internacional Privado, Direito do Comércio Exterior e Direito Constitucional em cursos de graduação e pós-graduação.

PREFÁCIO*

Dez anos atrás, recebi a notícia de que havia sido aprovado no concurso do Instituto Rio Branco para a carreira diplomática. Era difícil acreditar que meu nome estava na lista de aprovados, que o meu antigo sonho tornara-se realidade. Aquele momento deu-me a impressão de ser um divisor de águas, o primeiro passo da carreira que por tantos anos me fascinara.

Hoje, percebo que o primeiro passo para a carreira diplomática havia sido dado em um momento anterior, quando comecei meus estudos de preparação para o concurso. A preparação para a carreira diplomática exige o desenvolvimento da capacidade de analisar politicamente a combinação de diferentes fatores da sociedade. Essa capacidade pode ser adquirida pela leitura atenta de diferentes pensadores e exposição a diferentes manifestações artísticas, o que requer uma caminhada de constantes descobertas.

Essa caminhada é feita em direção às mais profundas e fundamentais características da sociedade brasileira, percorrendo a longa estrada que lentamente mostra as cores que delineiam o multifacetado cenário que é o Brasil. A preparação para a carreira diplomática requer este (re)encontro com o Brasil, este momento em que o futuro diplomata reflete sobre seu país e sobre seu povo. Eu diria que o processo de preparação é uma caminhada para dentro.

Ao caminhar em direção às profundezas do Brasil, o futuro diplomata se defrontará com perspectivas históricas, geopolíticas, econômicas e jurídicas da

realidade brasileira que lhe proporcionarão o arcabouço intelectual para sua contínua defesa dos interesses do Brasil e do povo brasileiro no exterior. Essa observação de quem somos como povo e como país é fundamental para o trabalho cotidiano dos diplomatas brasileiros, principalmente porque também pressupõe as relações do Brasil com outros países. Ao compreender a história política externa brasileira, o candidato poderá perceber características do Brasil que explicam como o país percebe sua inserção no mundo.

É interessante notar que essa caminhada para dentro é o início de uma carreira feita para fora, em contato com o mundo. Os diplomatas são os emissários que também contam para o mundo o que é o Brasil e o que é ser brasileiro. A aprovação no concurso do Instituto Rio Branco não é, portanto, o primeiro passo da carreira. É o momento em que a caminhada para dentro do Brasil se completou e passa a ser uma viagem para fora, para relatar ao mundo o que nós somos e o que pensamos.

Devo confessar que a minha caminhada foi bem difícil. Quando comecei a me preparar para o concurso, poucas cidades brasileiras tinham estruturas que guiassem os estudos dos candidatos para o concurso. Apesar de ter certeza de que nunca nenhuma leitura é inútil, estou certo de que a imensidão de pensadores e artistas que conformam o pensamento brasileiro é difícil de ser abordada no momento de preparação para o concurso. Lembro-me de que sempre busquei obras que me guiassem os estudos, mas não tive a sorte de naquele momento haver publicações neste sentido.

Foi com muita alegria que recebi o convite para escrever sobre minha experiência pessoal como jovem diplomata brasileiro em uma coleção que

ajudará na caminhada preparatória dos futuros diplomatas. Esta coleção ajudará meus futuros colegas a seguir por caminhos mais rápidos e seguros para encontrar o sentido da brasilidade e a essência do Brasil. Congratulo-me com a Editora Saraiva, com os autores e com o organizador da coleção, Fabiano Távora, pela brilhante iniciativa e pelo excelente trabalho.

Aos meus futuros colegas diplomatas, desejo boa sorte nessa caminhada. Espero que se aventurem a descobrir cada sabor deste vasto banquete que é a brasilidade e que se permitam vivenciar cada nota da sinfonia que é o Brasil. Espero também que possamos um dia sentar para tomar um café e conversar sobre o que vimos e, juntos, contar aos nossos amigos de outros países o que é o Brasil.

Pequim, novembro de 2014.

Romero Maia

APRESENTAÇÃO**

Indubitavelmente, o concurso para o Instituto Rio Branco, uma das escolas de formação de Diplomatas mais respeitadas do mundo, é o mais tradicional e difícil do Brasil. Todos os anos, milhares de candidatos, muito bem preparados, disputam as poucas vagas que são disponibilizadas. Passar nessa seleção não é só uma questão de quem estuda mais, envolve muitos outros fatores.

Depois de muito observar essa seleção, nasceu a ideia de desenvolver um projeto ímpar, pioneiro, que possibilitasse aos candidatos o acesso a uma ferramenta que os ajudasse a entender melhor a banca examinadora, o histórico dos exames, o contexto das provas, o grau de dificuldade e aprofundamento teórico das disciplinas, de forma mais prática. Um grupo de professores com bastante experiência no concurso do IRBr formataria uma coleção para atender a esse objetivo.

Os livros foram escritos com base nos editais e nas questões dos últimos 13 anos. Uma análise quantitativa e qualitativa do que foi abordado em prova foi realizada detalhadamente. Cada autor tinha a missão de construir uma obra que o aluno pudesse ler, estudar e ter como alicerce de sua preparação. Sabemos, e somos claros, que nenhum livro consegue abordar todo o conteúdo programático do IRBr, mas, nesta coleção, o candidato encontrará a melhor base disponível e pública para os seus estudos.

A Coleção Diplomata é composta dos seguintes volumes: *Direito*

internacional público; *Direito interno I* – Constituição, organização e responsabilidade do Estado brasileiro; *Direito interno II* – Estado, poder e direitos e garantias fundamentais (no prelo); *Economia internacional e brasileira* (no prelo); *Espanhol* (no prelo); *Francês* (no prelo); *Geografia I* – Epistemologia, política e meio ambiente; *Geografia II* – Geografia econômica; *História do Brasil I* – O tempo das Monarquias; *História do Brasil II* – O tempo das Repúblicas; *História geral*; *Inglês*; *Macroeconomia*; *Microeconomia*; *Política internacional I* – A política externa brasileira e os novos padrões de inserção no sistema internacional do século XXI; *Política internacional II* – Relações do Brasil com as economias emergentes e o diálogo com os países desenvolvidos; *Português*.

Todos os livros, excetuando os de língua portuguesa e inglesa, são separados por capítulos de acordo com o edital do concurso. Todos os itens do edital foram abordados, fundamentados numa doutrina ampla e atualizada, de acordo com as indicações do IRBr. Os doutrinadores que mais influenciam a banca do exame foram utilizados como base de cada obra. Juntem-se a isso a vivência e a sensibilidade de cada autor, que acumula experiências em sala de aula de vários locais (Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza, Curitiba, Belo Horizonte, Recife, Salvador, Teresina...).

Cada livro, antes da parte teórica, apresenta os estudos qualitativos e quantitativos das provas de seleção de 2003 até 2015. Por meio de gráficos, os candidatos têm acesso fácil aos temas mais e menos cobrados para o concurso de Diplomata. Acreditamos que esse instrumento é uma maneira inteligente de entender a banca examinadora, composta por doutrinadores renomados, bastante

conceituados em suas áreas.

No final de cada livro, os autores apresentam uma bibliografia completa e separada por assuntos. Assim, o candidato pode ampliar seus conhecimentos com a segurança de que parte de uma boa base e sem o percalço de ler textos ou obras que são de menor importância para o concurso.

As questões são separadas por assunto, tudo em conformidade com o edital. Se desejar, o aluno pode fazer todas as questões dos últimos anos, de determinado assunto, logo após estudar a respectiva matéria. Dessa forma, poderá mensurar seu aprendizado.

Portanto, apresentamos aos candidatos do IRBr, além de uma coleção que apresenta um conteúdo teórico muito rico, bastante pesquisado, uma verdadeira e forte estratégia para enfrentar o concurso mais difícil do Brasil. Seguindo esses passos, acreditamos, seguramente, que você poderá ser um DIPLOMATA.

Fortaleza, 29 de julho de 2015.

Fabiano Távora

EVOLUÇÃO DAS QUESTÕES POR ANO***

Ano	N. de questões
1. O PERÍODO COLONIAL	
2003	0
2004	0
2005	12
2006	0
2007	0
2008	4
2009	12
2010	0
2011	5
2012	1
2013	0
2014	4
2015	0

Ano	N. de questões
2. O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA	
2003	0
2004	0
2005	0
2006	4
2007	0
2008	1
2009	0
2010	1
2011	1
2012	0
2013	0
2014	0
2015	4

Ano	N. de questões
3. O PRIMEIRO REINADO (1822-1831)	
2003	0
2004	0
2005	0
2006	0
2007	0
2008	4
2009	1
2010	0
2011	1
2012	4
2013	0
2014	4
2015	0

Ano	N. de questões
4. A REGÊNCIA (1831-1840)	
2003	0
2004	0
2005	0
2006	5
2007	0
2008	4
2009	0
2010	4
2011	1
2012	1
2013	0
2014	0
2015	4

Ano	N. de questões
5. O SEGUNDO REINADO (1840-1889)	
2003	0
2004	1
2005	5
2006	6
2007	9
2008	4
2009	1
2010	0
2011	0
2012	0
2013	0
2014	4
2015	4

1

O PERÍODO COLONIAL

1.1. A FORMAÇÃO DA AMÉRICA PORTUGUESA

1.1.1. Conquista e expansão marítima

A expansão marítima portuguesa na América em muito se relaciona à centralização do Estado lusitano promovida pela Revolução de Avis em 1385. Em razão do alastramento da peste bubônica e dos constantes conflitos que caracterizaram a Guerra dos Cem Anos (1337-1453), fechou-se a rota terrestre entre a França e a região de Flandres. Ao longo da quase integralidade do século XIV, o condado de Flandres era aliado da Inglaterra, rival da Casa dos Valois, dinastia que assumiu o reinado da França em 1328. Na rede de alianças que caracterizaram a Guerra dos Cem Anos, Portugal aliou-se à Inglaterra de forma a contornar as clausuradas rotas terrestres. O comércio entre o Mar Mediterrâneo e o Mar do Norte teria de ser articulado por intermédio de Portugal. Essa situação de rota de passagem alçou a burguesia mercantil portuguesa à posição privilegiada no comércio europeu.

O crescimento econômico lusitano derivado da pujança mercantil contrastava com as recorrentes crises, fossem alimentícias ou militares, que assolavam as

populações rurais. Sofriam-se os efeitos da guerra e das pestes no campo, o que se traduziu por escassez de alimentos. Nesse contexto, desenvolveu-se amplo movimento de êxodo rural. Dom Fernando I de Portugal reagiu e decretou, em 28 de maio de 1375, a Lei de Sesmarias. Consoante a nova legislação, os proprietários de terras que não as cultivassem perderiam o direito de sua posse. Obrigava-se, portanto, os latifundiários a tolher a migração de camponeses, o que asseguraria não somente a produtividade das terras, mas também o equilíbrio populacional entre cidade e campo.

O falecimento de Dom Fernando I, último rei da dinastia de Borgonha, provocou uma crise monárquica em Portugal que muito retratava a cisão entre a prosperidade da burguesia mercantil e a decadência da nobreza latifundiária. Sem herdeiros masculinos, Dom Fernando I deixava vacância no trono que rapidamente se traduziu por disputas entre Dona Leonor Teles, viúva do falecido rei e porta-voz da nobreza do campo, e Dom João, irmão bastardo de Fernando e arauto da burguesia mercantil. Para acirrar as animosidades em torno da sucessão real, Dona Leonor Teles secundava proposta de união entre Portugal e o reino de Castela, o que significaria ofuscamento da burguesia mercantil portuguesa em benefício da nobreza feudal. Castela não somente daria suporte à aristocracia da terra, mas também traria Portugal para o lado da França no contexto da Guerra dos Cem Anos. As partes em disputa recorreram às armas. Os reiterados conflitos culminaram na batalha de Aljubarrota, em 1385. Apoiadas pelos ingleses, as tropas de Dom João derrotaram a coalizão de forças castelhanas, que contava com o apoio de franceses e aragoneses, e deram início à Revolução de Avis. Dom João inaugurou nova casa dinástica em Portugal com

o apoio inconteste da burguesia mercantil, interessada na centralização do Estado. Seria forma de adensar a importância de Portugal no conflito europeu.

A Revolução de Avis resultou em apoio do Estado aos empreendimentos marítimos preconizados pela burguesia mercantil. A presença portuguesa nas rotas do Mar Mediterrâneo e do Mar do Norte traduziu-se pela necessidade de consolidar a navegação para contornar as rotas terrestres de Castela e da França. A Casa de Avis não tardou em subsidiar empreendimentos navais de grande envergadura. Adensou-se o capital tecnológico relativo à navegação. Pouco depois, em 1415, Dom João colhia os primeiros frutos de seus investimentos. Embarcações portuguesas atracaram na África setentrional, dando início a um lento processo de exploração colonial. Aos olhos dos demais reinados europeus, a centralização lusitana em detrimento dos senhores feudais dava condições de expansão. Não por acaso, algumas décadas depois, em 1469, Fernando II de Aragão casou-se com Isabel I de Castela: iniciava-se a centralização de tipo espanhola e os primeiros passos castelhanos em direção ao desbravamento dos mares.

Na primeira metade do século XV, a expansão marítima portuguesa emperrou na altura do Cabo Bojador, no atual Saara Ocidental. As águas rasas impediam o tráfego das embarcações. Sob as recomendações da navegador Bartolomeu Dias, no entanto, as naus afastaram-se em direção ao Atlântico, contornando pelo Oeste o empecilho de Cabo Bojador. Em 1487, Bartolomeu Dias atracou no sul da África, ligando o Oceano Atlântico ao Índico. Dobrou-se o Cabo da Boa Esperança, portanto. As rotas terrestres pareciam então menos importantes que as marítimas, a considerar os benefícios retirados da incipiente colonização

do litoral africano. Criaram-se feitorias, isto é, entrepostos comerciais e armazéns fortificados, para suprir as necessidades materiais dos navios portugueses em constante movimento em direção às Índias. Começava-se a vislumbrar a possibilidade de importar seda, baunilha e especiarias do Oriente por intermédio das novas rotas marítimas, e não mais pelas difíceis e conturbadas rotas terrestres euroasiáticas. Nesse sentido, interessava mais o controle dos mares do que a colonização das terras. Pelo menos temporariamente. Em 1498, foram avistadas as primeiras naus portuguesas em Calicute, e Goa tornou-se capital do Estado Português da Índia uma década depois.

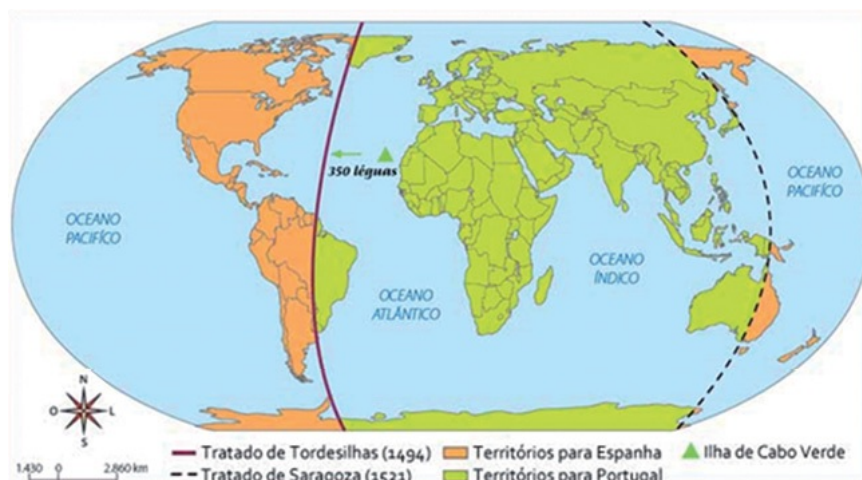
Nomeado pela Coroa de Dom Manuel I para liderar expedição às Índias em 1500, o que significava perfazer as rotas africanas inauguradas por Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral, talvez intencionalmente, decidiu perseverar em direção ao Oeste. Não se tratava somente de contornar o monopólio sobre o comércio terrestre de especiarias, controlado por árabes, turcos e itálicos, mas de descobrir novas rotas marítimas. A expedição de Cristóvão Colombo já tinha ratificado a circularidade da terra. Cabral não duvidava da existência das Índias Ocidentais, tese que Américo Vespúcio advogava. Refez a manobra do Cabo Bojador, deixando-se surpreender pelos ventos que levariam suas naus para o Oeste. Seria a chamada “volta da terra”. Em 24 de abril de 1500, Cabral atracou em Porto Seguro, de onde coordenou o regresso de parte da frota para confirmar perante o Rei o que umas primeiras embarcações haviam suspeitado em 1498: haveria porção de terra desconhecida entre a Europa e as Índias Orientais.

Mapa 1. Principais rotas comerciais portuguesas – séculos XVI a XVIII.
Fonte: FAUSTO, Boris. *História do Brasil.* São Paulo: Edusp, 2008, p. 31.

1.1.2. A partilha do mundo

Embora o descobrimento da América, assim definido pelo olhar europeu, tenha confirmado a existência de rotas marítimas antes desconhecidas, já se havia especulado sobre a divisão das posses ultramarinas durante a segunda metade do século XV. Vejamos os principais acordos entre Estados a esse respeito.

- Tratado de Alcáçovas-Toledo, de 1479:
  - Pôs fim às hostilidades entre a Coroa de Castela, representada por Isabel e Fernando de Aragão, e o rei Afonso V de Portugal. Acordou-se a renúncia de Afonso V ao trono de Castela e de Isabel I ao de Portugal.
  - Ratificou-se a posse portuguesa de Guiné, Costa da Mina, Madeira, Açores, Ilha das Flores e Cabo Verde. Em troca, Castela ganhou a posse das Canárias.
- Bula *Æterni regis,* de 1481:

- Por intermédio da bula, o Papa Sisto IV cindiu as terras descobertas por Portugal e Castela, na altura das Canárias, em dois hemisférios. O Norte ficaria com a Coroa de Castela, e o Sul, com a de Portugal.
  - Confirmou-se o que fora determinado pelas bulas *Dum Diversas*, de 1452, e *Romanus Pontifex*, de 1455: Portugal ficaria com as terras conquistadas ao Sul do Cabo Bojador e das Canárias.
- Bula *Inter Coetera*, de 1493:
  - O Papa Alexandre VI, nascido Rodrigo de Bórgia, de origem castelhana, subverteu a divisão Norte/Sul pela Leste/Oeste. O que estivesse na parte ocidental do meridiano situado a 100 léguas do arquipélago de Cabo Verde ficaria em posse castelhana; de forma recíproca, ao leste desse meridiano, seriam posses portuguesas.
  - A Bula buscou suprir a lacuna jurídica que deixou o descobrimento das Índias Ocidentais, em 1492.
  - Dom João II de Portugal protestou energicamente contra a Bula, pois favorecia amplamente a Coroa de Castela; afinal, não se sabia ao certo nem as dimensões das terras descobertas, nem se constituíam porção das Índias Orientais.
- Tratado de Tordesilhas, de 1494:
  - Acordo entre Portugal e Castela sem intervenção papal. Foi resposta ao descontentamento português em vista da Bula de 1493.
  - Estendeu-se a divisão Leste/Oeste para o meridiano situado a 370 léguas de Cabo Verde. Parte do território do atual Brasil passou a constituir os domínios ultramarinos portugueses.
  - As posses no hemisfério Leste foram definidas pelo Tratado de Saragoça, de 1521.

Mapa 2. Tratados de Tordesilhas e de Saragoça.
Fonte: THERY, Hervé; APARECIDA DE MELLO, Neli. *Atlas do Brasil*: disparidades e dinâmicas do território. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

1.1.3. A resposta europeia à bipolaridade ibérica

A partilha do mundo entabulada por Castela e Portugal suscitou rápida contestação dos reinos da Inglaterra, da França e da Holanda, que empreenderam explorações coloniais tanto na parte setentrional quanto meridional da América. No que concerne à América portuguesa, destacou-se a ocupação francesa ao Sul e ao Norte do Brasil. Os holandeses, a seu turno, organizaram expedições no atual Nordeste brasileiro.

- Contestação francesa ao Tratado de Tordesilhas:
  - Fundação da França Antártica, na região de Cabo Frio, em 1555. Nicolas Durand de Villegagnon liderou as expedições, informando-se sobre as práticas de escambo do pau-brasil praticadas entre nativos e portugueses. Os franceses não tardaram em intervir no comércio antes monopolizado pela Coroa de Portugal. Visava-se transformar a atual Baia de Guanabara em base militar francesa. Os franceses, que eram em sua maioria huguenotes foragidos da Europa, buscaram aproximar-se dos

Tupinambás, índios temidos pelos portugueses. Villegagnon informou a Henri II da França e a Diane de Poitiers sobre a importância de consolidar entreposto comercial na França Antártica.

- Em 1556, os portugueses organizaram expedição militar à altura da presença francesa na Baia de Guanabara. Um punhado de embarcações partiu de Lisboa em direção à França Antártica. Aprovisionaram-se na Capitania de Ilhéus e rumaram para o Sul sob o comando de Mem de Sá. No atual litoral capixaba, os portugueses lograram aliar-se aos índios Temininós, opondo-os, assim, aos Tupinambás. A consolidação da presença lusitana na Baia de Guanabara e, portanto, do alijamento militar francês, ocorreu com a fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, em 1º de março de 1565, por Estácio de Sá, sobrinho de Mem de Sá. Construía-se a primeira viela portuguesa ao pé do morro do Pão de Açúcar, na atual avenida São Sebastião.
- Em 1612, sob à liderança de Daniel de La Touche, fundou-se a França Equinocial nos territórios que hoje conformam o Maranhão. A França voltava a contestar a partilha ibérica do mundo. Frades capuchinhos, de origem católica, portanto, estabeleceram-se na península setentrional da região, denominando-a Saint Louis em tributo ao rei Louis XIII da França.
- A resposta portuguesa veio a galope. Em 1615, Alexandre de Moura organizou expedição militar a partir da Capitania de Pernambuco. Vitoriosos, os portugueses assentaram-se em São Luís e fizeram da cidade um fulcro da economia açucareira. Os franceses tornaram a desembarcar na região, desta vez se distanciando para o Oeste em direção à foz do rio Amazonas. Em 1635, fundaram a cidade de Caiena, na atual Guiana Francesa.

- Contestação holandesa ao Tratado de Tordesilhas:
  - As expedições holandesas no atual Nordeste brasileiro dividiram-se em duas etapas. A primeira diz respeito à razia de Salvador e a segunda à invasão de Recife.
  - O parco povoamento português no litoral da atual Bahia estimulou os administradores da Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais (WIC) a adentrar militarmente a cidade de Salvador. Sob o comando de Jacob Willekens, uma esquadra de quase 2000 homens conquistou a capital do Governo-geral do Brasil, Salvador, em maio de 1624. Era a resposta neerlandesa à proibição castelhana, quando da União Ibérica[1] (1580-1640), ao financiamento das atividades açucareiras com capitais holandeses. Vitoriosos nas armas e no escopo nodal da expedição, qual seja o controle do açúcar baiano, os neerlandeses tiveram de arcar com elevados custos de manutenção das tropas. Castela e Portugal não duvidaram em retrucar com o envio de embarcações bélicas em 1625. A retirada holandesa não significou, contudo, o fim de sua presença no litoral nordestino.
  - Graças à interceptação de frotas castelhanas em alto-mar, não raro, carregadas de prata das colônias americanas, a WIC organizou nova incursão no Nordeste brasileiro em 1630. O objetivo central ainda era restaurar o comércio açucareiro tolhido por Castela. Desta vez, a WIC investiu a Capitania de Pernambuco, que contava com menos regimentos portugueses do que a Capitania da Bahia de Todos os Santos. A expedição obteve êxito quase imediato, e a WIC organizou a economia local com base na importação de escravos africanos. Com o auxílio do senhor de engenho português Domingos Fernandes Calabar, a WIC estabeleceu-se duradouramente na Capitania de Pernambuco, e nomeou-se Maurício de Nassau para administrar os negócios neerlandeses no Brasil. A

administração local, portanto, seria feita em consórcio; Nassau de um lado e a WIC de outro. Conforme recorda Evaldo Cabral de Mello, Nassau não mediu esforços para aplicar política de tolerância religiosa no Brasil holandês (CABRAL DE MELLO, 2006). Arribaram judeus, católicos e protestantes, e com eles cientistas, botânicos e artistas europeus. Nassau buscou adensar a produtividade das atividades açucareiras, não sem deixar de lado as reformas urbanas. Parte da atual cidade de Recife, chamada então de Cidade Maurícia, sofreu ampla intervenção urbana, espelhando-a nos canais e na arquitetura de Amsterdã.

- Os sucessivos desentendimentos entre Nassau e a WIC, no entender de Evaldo Cabral de Mello, foram decisivos para o arrefecimento administrativo da Holanda no Brasil (CABRAL DE MELLO, 2006). Somou-se a essas crises internas o descontentamento dos portuguesas locais, que, se antes haviam cooperado com os neerlandeses, agora advogavam o retorno do comando lusitano. Em maio de 1655, a Insurreição Pernambucana dava largos passos em direção à consolidação da administração portuguesa na região. Decisiva, a Batalha dos Guararapes, em 1648, inaugurou o revide lusitano no Brasil. A historiografia nativista do século XIX, e especialmente após a fundação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, em 1838, fez dos principais líderes da Batalha dos Guararapes símbolos da resistência dita nacional. Henrique Dias, filho de escravos, e Filipe Camarão, de origem indígena, foram elevados ao rol de heróis da pátria pela Lei Federal 12.701, de 6 de agosto de 2012.

1.2. A ADMINISTRAÇÃO COLONIAL

As primeiras décadas da colonização portuguesa na América caracterizaram-se pela relativa ausência de ímpeto administrativo. Dizia-se ser uma terra sem metais preciosos, o que alijava o interesse da metrópole pela colônia americana. Desenvolveram-se, no entanto, as primeiras atividades produtivas, especialmente, aquelas vinculadas ao comércio de peles, de animais e do pau-brasil. Fernão de Noronha destacou-se pelo estanco da madeira que dera nome à colônia portuguesa na América. Passadas três décadas após a expedição de Pedro Álvares Cabral, organizou-se o primeiro esforço colonizador por intermédio das Capitanias Hereditárias, em 1532. O sucesso parcial da expedição de Martim Afonso de Sousa, em 1530, reascendia os ânimos quanto à ocupação territorial da colônia; afinal, as primeiras mudas de cana-de-açúcar trazidas ao Brasil pareciam render dividendos econômicos. Dom João III não hesitou. Entregou quinze capitanias a fidalgos portugueses, tornando-os donatários das posses coloniais na América. No entender de Charles R. Boxer.

> O sistema que o rei adotou [...] foi o da divisão do litoral entre o rio Amazonas e São Vicente em [...] capitanias hereditárias de extensão limitada, no sentido da latitude, variando entre trinta e cem léguas, mas de extensão indefinida para o interior. As quatro capitanias setentrionais situadas entre Paraíba do Norte e o Amazonas, não foram ocupadas durante o século XVI, ainda que os donatários, a quem haviam sido distribuídas tivessem tentado, em vão, fazê-lo. Das oito restantes, apenas Pernambuco, no Nordeste, e São Vicente, na extremidade setentrional, conseguiram vencer os “problemas de dentição” dos primeiros tempos, e tornaram-se centros de crescimento populacional e econômico relativamente importantes. As demais, ou foram abandonadas em consequências de ataques indígenas ou vegetaram numa

obscuridade total, com pequeno número de colonos que mantinham uma posição precária em locais isolados da faixa litorânea (BOXER, 2003).

Em que pese o sucesso ou fracasso desta ou daquela capitania[2], todos atendiam ao escopo metropolitano consubstanciado pela tríade ocupar, explorar e defender. As quinze porções de terra foram entregues por intermédio de Cartas de Doação e do Foral, ambos documentos jurídicos que visavam assegurar direitos e deveres aos donatários. A exploração das terras deveria seguir os comandos da Lei de Sesmarias, e parte dos dividendos extraídos deveriam ser entregues à Coroa. Nesse sentido, a historiografia recente, pelo menos no que concerne à colonização de 1500 a 1549, caracteriza a presença portuguesa na América como fruto de uma iniciativa descentralizadora. Haveria transferência em benefício dos donatários da tríade administrativa entabulada por Lisboa.

Mapa 3. Capitanias hereditárias e atividades econômicas no século XVI.
Fonte: THERY, Hervé; APARECIDA DE MELLO, Neli. *Atlas do Brasil:* disparidades e dinâmicas do território. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2008, p. 35.

Se é verdade que há dissenso historiográfico quanto ao êxito das Capitanias de São Vicente, de Pernambuco, de Ilhéus e da Bahia de Todos os Santos, não é matéria de discórdia o fracasso da iniciativa descentralizadora. Alguns fidalgos donatários sequer rumaram para a colônia, permanecendo em Portugal, e, de lá, orientando a administração de suas respectivas porções de terras. Em resposta, Lisboa procedeu à centralização dos negócios coloniais. Constituiu-se o Governo-geral, com sede em Salvador, em 1549. Tomé de Sousa foi nomeado primeiro Governador-geral do Brasil. Criaram-se as primeiras Capitanias Reais, como a da Bahia, que passaram a coexistir com as Hereditárias. O aparelho burocrático adensou-se com a constituição de novas entidades administrativas. O Ouvidor-mor encarregar-se-ia das questões de justiça; o Provedor-mor, das temáticas tributárias e financeiras; e o Capitão-mor, dos assuntos militares. A Coroa deveras passava a assumir o ônus da colonização. Em 1551, fundou-se o bispado da Bahia, dando início à presença jesuíta no Brasil, não sem vincular a colônia à jurisdição religiosa do Santo Ofício. A inquisição, nesse sentido, faria sua incursão na América portuguesa, embora os julgamentos fossem realizados pelo Tribunal de Évora. Mais tarde, em 1609, fundou-se o Tribunal da Relação da Bahia, o que significava trazer a lei para as localidades coloniais. O esforços centralizadores adensaram-se após as expedições francesas e holandesas no Brasil. Cindiu-se o território colonial em dois Estados em 1621. Ao Norte, a administração colonial seria exercida pelo Estado do Maranhão, cuja capital era São Luís. Ao Sul, os negócios da América portuguesa ficariam sob os comandos do Estado do Brasil, com sede em Salvador. Nesse sentido, criaram-se a Companhia Geral do Comércio do Brasil, em 1649, e a Companhia do Comércio do Maranhão, em 1682.

Na esfera local, os povoados que alcançassem o estatuto de vila passariam a possuir uma Câmara Municipal. Tratava-se do espaço por excelência de diálogo entre os interesses locais e as diretrizes da Coroa. As câmaras não eram unicamente legislativas. Julgavam, executavam e administravam. Às posturas municipais, instrumento legislativo das câmaras, somava-se o direito de arrecadação tributária.

1.3. A SOCIEDADE COLONIAL

Ilmar Rohloff de Mattos responsabilizou-se, na historiografia, pela classificação dos grupos sociais que conformaram a colônia do Brasil entre os séculos XVI e XVIII (ROHLOFF DE MATTOS, 2011). Em grandes traços, o autor caracterizou a população colonial em três grupos sociais, quais sejam, os colonizadores, os colonos e os colonizados.

- Os colonizadores: definiram e executaram, na Colônia, os interesses metropolitanos.
    - Eram reinóis, burocratas, administradores e militares. Representantes da Coroa, em outras palavras, que não por isso deixaram de operar em consórcio com a Igreja nos domínios coloniais. Em troca da permissão para expandir o catolicismo nas colônias, a Coroa portuguesa obteve do papa Calisto III, em 1456, o instituto do padroado, consoante o qual a Igreja se subordinaria à legislação do monarca. Fora um dos primeiros golpes ao modelo administrativo do papa Gelásio I, que preconiza uma Igreja englobante e um Estado englobado. Ganhava força, em contraste, o modelo do papa Eusébio, que advogava precisamente o contrário. Com o padroado, a Coroa portuguesa poderia nomear bispos, recolher dízimos e

fazer usufruto do beneplácito, isto é, a possibilidade de acatar ou refutar as bulas papais. Nessa superposição administrativa, o batismo consolidava-se como registro civil; o matrimônio, como união estável entre cônjuges; e a freguesia, como a comarca administrativa.

- A Igreja, a seu turno, também participou ativamente do processo colonial. A Companhia de Jesus, fundada por Inácio de Loyola, notabilizou-se pela expansão do catolicismo na América portuguesa. Fundava povoados, vilas e colégios religiosos, adensando, portanto, os negócios das missões jesuíticas. A criação de São Paulo, em 1554, respondeu precisamente a essa lógica. Entre os padres que mais se destacaram no empreendimento colonial, figuraram Manuel da Nóbrega, Antônio Vieira e André João Antonil. O primeiro buscou defender a catequese do gentio, e não sua escravização. O segundo, notório por seus *sermões* religiosos, advogou a centralização do poder político português, o que não significava manter a capital do Império em domínios europeus. Em face das incursões militares holandesas e não sem condenar a União Ibérica, Antônio Vieira preconizou, tão cedo quando na primeira metade do século XVII, a transferência da metrópole para o Brasil. André João Antonil, a seu turno, notabilizou-se por árduo e minucioso levantamento estatístico sobre ganhos e custos da produção colonial. Sua obra principal, *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas,* publicado em 1711, foi confiscada pela Coroa portuguesa, visto que a divulgação de dito levantamento estatístico poderia despertar a cobiça de outras potências europeias. Não raro, Dom João V conhecia a origem itálica do padre Antonil.
- O Tribunal do Santo Ofício, encarregado das condenações e das execuções derivadas da inquisição, embora não tivesse sede no Brasil, definia as diretrizes a serem adotadas pelo bispado colonial.

- As Irmandades Religiosas, por sua vez, articulavam a catequese da população em concorrência com os jesuítas. Multiplicaram-se no decorrer do século XVIII, cumprindo cargo de identificação e de socialização na hierarquia social, quando não se ajustavam aos moldes de uma sociedade de auxílio mútuo. A irmandade do Rosário coligava libertos, escravos e ingênuos; a do Carmo, letrados e burocratas; a dos Franciscanos, empreendedores rurais e populações ricas urbanas.

- Os colonos: eram os denominados "homens bons", aqueles que possuíam terras e escravos na colônia. Participaram ativamente na composição das Câmara Municipais. O grupo dos colonos era igualmente conformado pelos senhores de engenho, que se agrupavam no litoral e, não raro, pelos comissários, que articulavam o comércio entre a grande propriedade e os portos exportadores e importadores. No século XVIII, os "homens bons" foram também os chefes de exploração das minas auríferas, cuja concessão fora permitida diretamente pela Coroa. Nesse sentido, e somente a partir das duas últimas décadas do século XVII, foi possível avistar a interiorização da população colonial. Ao contrário do que acontecia no sistema de produção açucareira, nas minas, o controle administrativo exercido pela Coroa tornou-se mais intenso. No decurso da exploração aurífera, os colonizadores instituíram três tipos de impostos, que, não raro, recaiam sobre os "homens bons". O primeiro dizia respeito à capitação, isto é, um tributo cobrado *per capita* escrava que trabalhasse a serviço dos "homens bons". O segundo era o quinto real: exigia-se a retenção de 20% do ouro em pó ou folhetas, que deveriam ser entregues à Coroa. Estipulou-se o piso arrecadatório de 100 arrobas anuais, em torno de 1500 quilos de ouro; caso os "homens bons" não lograssem acumular esta soma, permitia-se a Coroa a cobrança de um terceiro imposto, a derrama; se o piso não

fosse atingido, a Coroa poderia confiscar bens privados, preferivelmente estocados em forma de ouro, até que o percentual do quinto real fosse alcançado.

- Os colonizados: eram os grupos sociais submetidos aos comandos dos colonizadores e dos colonos.
  - Populações indígenas: considerados negros da terra pelos colonos, eram objeto de exploração econômica, o que causava atrito com os jesuítas, mais interessados na formação religiosa do gentio. As constantes escaramuças entre colonos e jesuítas a respeito das populações indígenas culminou com a imposição real contra a escravização dos não cristãos. Nesse sentido, se o indígena fosse catequizado pelos jesuítas, emancipar-se-iam do controle dos colonos.
  - Africanos e escravos: em grandes traços, os cativos africanos embarcados para o Brasil eram da etnia cabinda, oriunda da África central, e das etnias mina, hauçá e nagô, originárias da África Ocidental.
  - Livres de baixa renda: eram mulatos, mestiços e europeus pobres. Forneciam serviços urbanos ou rurais. Entre eles, figuravam os cristãos novos, quais sejam os judeus convertidos à força na metrópole, caso não quisessem ser alvo dos tribunais da inquisição.

À diferença do sistema sociopolítico europeu, no Brasil não se constituiu uma nobreza propriamente dita, visto que não houve isenção tributária aplicada a nenhum grupo social. A "nobreza da terra", conforme expressão da época colonial, não era a nobreza de títulos que caracterizou a sociedade portuguesa na Europa. É somente quando da transmigração da Corte, em 1808, que se constituiu classe nobiliária, e não hereditária, no Brasil.

1.4. A INTERIORIZAÇÃO DA COLÔNIA

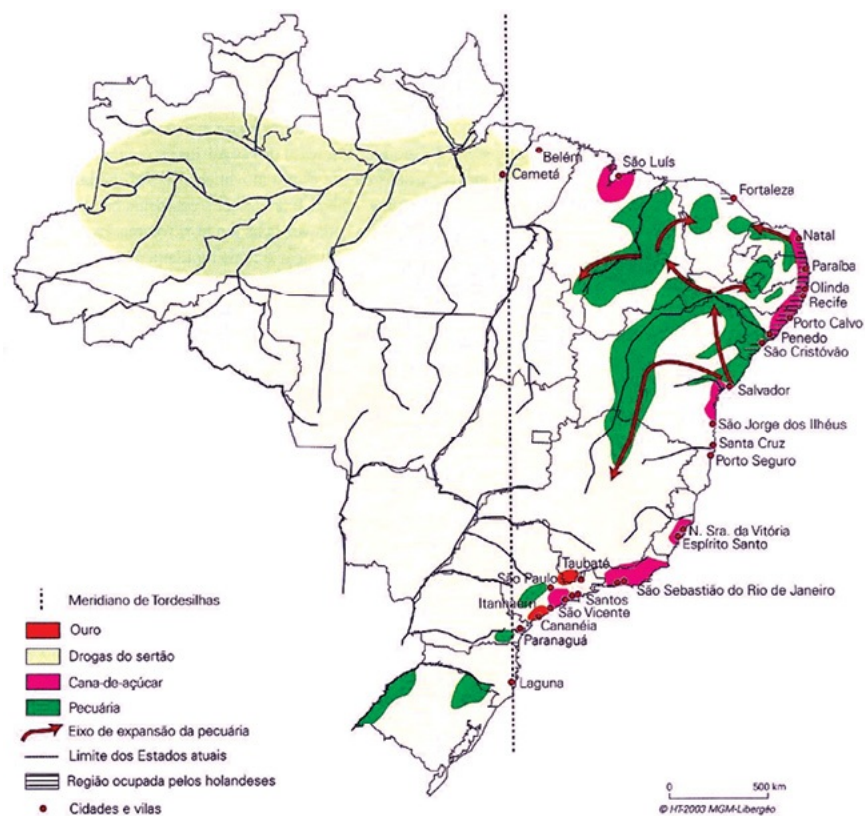
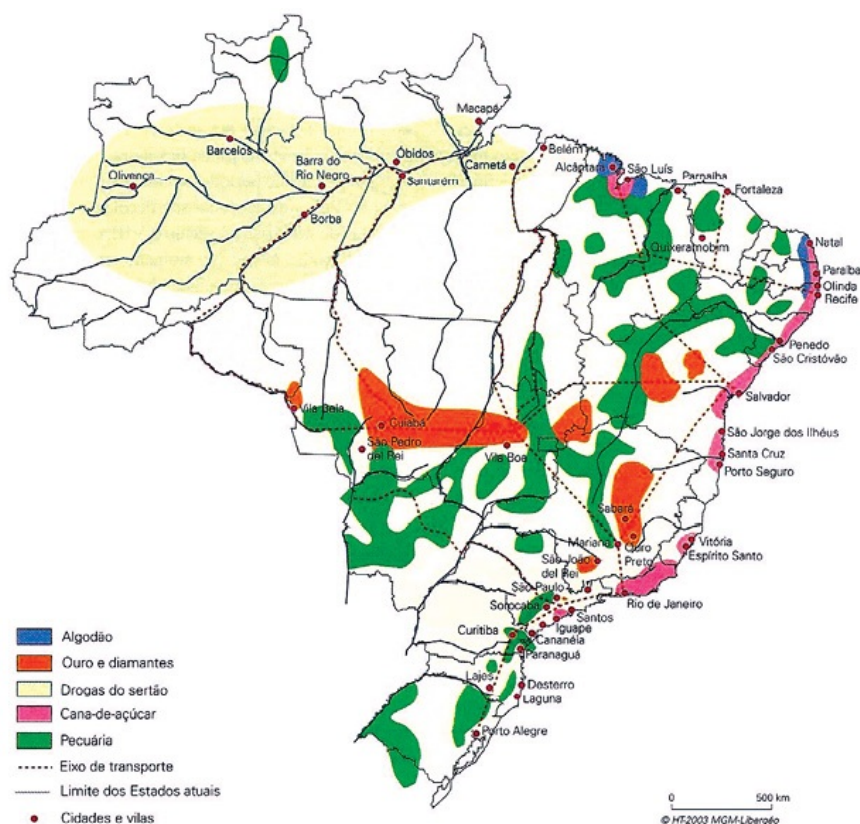
1.4.1. A formação econômica do Brasil

Roberto Simonsen notabilizou-se, na historiografia, por constituir a teoria dos ciclos econômicos. Consoante essa acepção, a formação econômica brasileira teria passado por sucessivos períodos de desenvolvimento econômico encabeçados, em turnos cronológicos, por produtos responsáveis por essa pujança (SIMONSEN, 1937).

- 1500-1600: período caracterizado pelo extrativismo vegetal, fundado na exploração do pau-brasil, no litoral, mediante mão de obra indígena.
- 1550-1700: período caracterizado pela atividade agrícola, fundada na exploração do açúcar, no litoral, mediante mão de obra escrava, fosse indígena ou africana.
- 1680-1750: período caracterizado pelo extrativismo mineral, fundado na exploração de ouro e de diamantes, no atuais Estados de Minas Gerais, de Goiás, do Mato Grosso e parte do Mato Grosso do Sul, mediante mão de obra escrava africana.
- 1830-1950: período caracterizado pela agricultura cafeeira, localizada nos Estados do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Minas Gerais, mediante mão de obra escrava e livre; esta ligada aos cativos africanos, aquela aos imigrantes europeus e asiáticos.

A historiografia recente contestou a teoria de Roberto Simonsen ao sustentar a coexistência de culturas produtivas. Não haveria um ciclo econômico determinado, mas multiplicidade e complementariedade de atividades econômicas. Nesse sentido, destacou-se a existência de um precoce mercado

interno produtor e consumidor, que muito teria contribuído para a expansão econômica no período colonial. Essa visão historiográfica salienta a existência de culturas complementares às destacadas por Simonsen, notadamente:

- Extração das drogas do sertão, no interior amazonense, durante os séculos XVI, XVII e XVIII.
- Desenvolvimento da pecuária, muito responsável pela interiorização da economia colonial. Nesse sentido, não teriam os portugueses somente se assentado no litoral, como "grandes conquistadores de terras, [que] não se aproveitam delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos", na expressão de Frei Vicente do Salvador. A pecuária promoveu, para além do deslocamento das atividades produtivas do litoral para o interior, a economia do vestuário, dos transportes e da alimentação, forçando a progressiva integração do mercado interno por intermédio da via fluvial. O rio São Francisco desempenhou papel basilar na vinculação da economia do Nordeste à do Sudeste.
- O fumo, por último, contribuiu sobremaneira para o desenvolvimento da economia do Recôncavo Baiano no decorrer do século XVIII.

Mapa 4. Atividades econômicas no século XVII.
Fonte: THERY, Hervé; APARECIDA DE MELLO, Neli, *Atlas do Brasil*: disparidades e dinâmicas do território. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2008, p. 38.

Mapa 5. Atividades econômicas no século XVIII.
Fonte: THERY, Hervé; APARECIDA DE MELLO, Neli. *Atlas do Brasil:* disparidades e dinâmicas do território. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2008, p. 39.

1.4.2. A expansão territorial

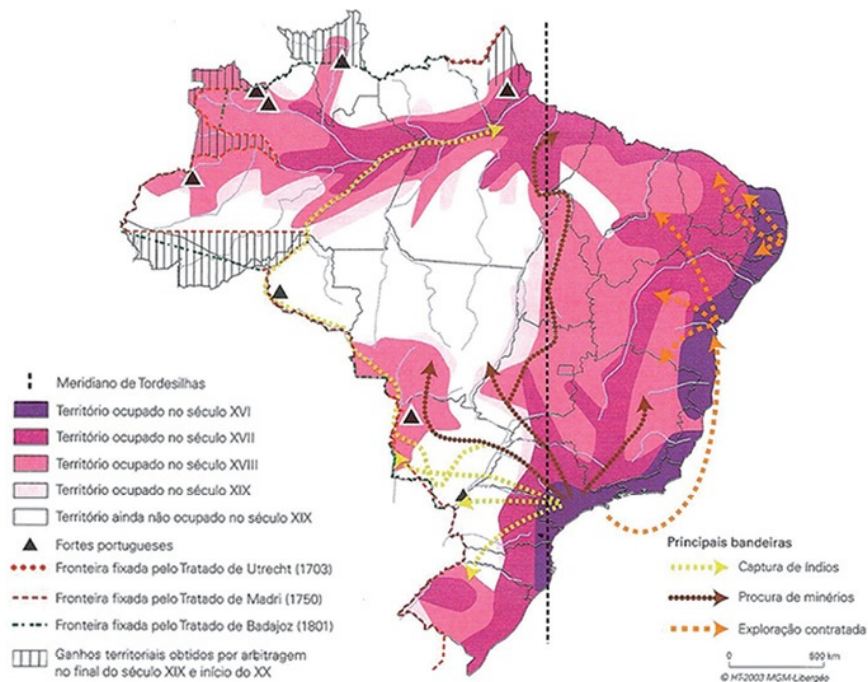
Para a Coroa lusitana, o Tratado de Tordesilhas não poderia constituir barreira perene à interiorização da América portuguesa. Estimulou-se a ocupação territorial do atual Brasil mediante a consolidação de três eixos de expansão.

- Ao Norte, as missões jesuíticas ocuparam o vale do rio amazonas, abrindo passo para a exploração das drogas do sertão. Durante a União Ibérica, e não sem vínculo com a fundação da França Equinocial, fundou-se o Forte do Presépio, na cidade de Belém, em 1616. Seria a entrada atlântica ao caudais amazônicos. O reinado de Castela mostrou-se leniente com a

expansão portuguesa, visto que a barreira dos Andes impedia o escoamento aurífero espanhol por intermédio do rio Amazonas. Nesse sentido, os castelhanos preferiram deslocar a extração de ouro via o atual Panamá e, num segundo momento, por intermédio da Bolívia, o que robusteceria o porto de Buenos Aires, fundado em 1536.

- Ao Sul, a lógica da colonização mediante a constituição de cidades adensou-se com a fundação de Colônia de Sacramento em 1680, século e meio após, portanto, o surgimento de Buenos Aires. Notabilizou-se a presença jesuíta na região dos Sete Povos das Missões.
- O terceiro eixo, embora contasse com o estímulo real, agenciou-se graças à ação dos bandeirantes. Adentraram-se os territórios de São Vicente, de Goiás, do Mato Grosso e de Minas Gerais. As expedições bandeirantes cindiram-se em três tipos. Havia as entradas – promovidas pela iniciativas tanto pública quanto privada –, as bandeiras – que eram campanhas levadas a cabo por paulistas com apoio, novamente, público e privado – e as monções – que caracterizavam expedições fluviais.

As expedições bandeirantes buscavam capturar índios para, assim, escravizá-los, o que opunha colonos a jesuítas, estes então proibidos de portar armas[3]. Mas não só. Os bandeirantes capturaram africanos foragidos e destruíram as comunidades de resistência quilombola, entre elas a de Palmares, que existiu entre 1580 e 1680, na Capitania de Pernambuco. Ainda no sentido econômico, os bandeirantes apressaram-se em extrair as drogas do sertão, para lá carregando a pecuária que fosse necessária para os mantimentos das entradas e das bandeiras. No final do século XVII, o grande escopo bandeirante voltou-se para a região aurífera de Minas Gerais, onde poderiam enriquecer à custa dos braços por eles escravizados. A interiorização colonial promovida pelos bandeirantes

contribuiu para superar o mito da ilha Brasil, segundo o qual o rio Amazonas se ligaria à foz do rio da Prata por intermédio de afluentes, entre eles os rios Paraná e Paraguai.

Mapa 6. A ocupação do território brasileiro – séculos XVI a XIX.
Fonte: THERY, Hervé; APARECIDA DE MELLO, Neli. *Atlas do Brasil:* disparidades e dinâmicas do território. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2008, p. 33.

A interiorização da colônia deixava claro que a Coroa não detinha o controle dos espaços vazios, fossem de homens ou de leis. A expansão territorial, nesse sentido, criou novos interesses, trazendo à tona novos atores, como os bandeirantes, que passaram a integrar uma rede social de controle e de dependência (FRAGOSO, 2010). Se imperava a língua-geral entre bandeirantes e indígenas, havia imbricações de interesses, fossem conflitantes ou não, entre esses atores sociais. Da mesma forma, não escapava à Coroa os rumos contrários aos colonizadores que os colonos poderiam tomar, mas não por isso deixaria de haver interesses convergentes. É precisamente nessa ordem de ideias

que Ilmar Rohloff Mattos afirma haver inter-relação entre metrópole e colônia, e não um suposto pacto colonial ou um contrato leonino em benefício de Lisboa. Se fosse um pacto, haveria de se supor a assinatura de cláusulas de entendimento, o que não foi o caso. Naquele então, a própria existência da metrópole muito se condicionava à pujança econômica da colônia. Não se quer dizer com isso que não houvesse desequilíbrio em detrimento da colônia, mas decerto não fora um contrato. Melhor, tratava-se de uma relação de controle e de dependência. Controle, visto que não escapava à metrópole a perpetuação dos interesses de Lisboa no Brasil. Dependência, pois havia mais interesses interligados do que subordinados: é a partir dessa perspectiva que Fernando Novais se opõe à dualidade analítica de Caio Prado Júnior, que vislumbra, no Brasil, uma colônia de exploração, e não de povoamento (NOVAIS, 1997). A expansão territorial desdobrou-se em dois sentidos, representativos das novas teias de interesses díspares ou coincidentes, articuladas pelos atores coloniais. No plano interno, a partir de meados do século XVII, eclodiram sedições coloniais, em grande parte associadas às relações de controle e de dependência. No externo, a superação do Tratado de Tordesilhas tornou a opor Portugal e Castela, e dessa oposição surgiram novos tratados lindeiros.

1.4.3. As sedições coloniais

As sedições coloniais subdividiram-se em dois grupos. Houve as que assumiram contornos separatistas, e as que não. Algumas foram promovidas pelas elites regionais, isto é, os colonos; outras foram entabuladas como resistência ao Império por camadas populares. O certo é que a análise

historiográfica do século XIX, cujos arautos foram Francisco Adolfo de Varnhagen e Capistrano de Abreu, identificou essas sedições como rebeliões identitárias, nas quais se esboçariam os primeiros traços de brasilidade. Não por acaso, falou-se em movimentos nativistas. A historiografia recente, em franca oposição, inclinou-se pelo rótulo antifiscalista para classificar as sedições coloniais. Seja como for, não houve sentimento de identidade nacional antes de meados do século XIX, o que não quer dizer inexistência de movimentos separatistas durante o tempo colonial. As revoltas que marcaram o período que se estende de 1640 a 1720 foram basilarmente antifiscalistas, enquanto as sedições da segunda metade do século XVIII tenderam a assumir contornos separatistas.

- Sedições antifiscalistas:
  - 1640-1641: Aclamação de Amador Bueno, São Paulo. Embora a *Aclamação* seja um exceção na lista das sedições antifiscalistas, não destoa inteiramente delas, visto que retrata um conflito de interesses comerciais. No decurso da União Ibérica, os habitantes da vila de São Paulo buscaram ampliar o comércio regional para além das linhas do Tratado de Tordesilhas. Articularam amplo comércio de bens e de contrabando indígena. Com a restauração da Coroa portuguesa, em 1640, a metrópole optou por relegar ao passado o apressamento de índios, preferindo o tráfico negreiro. Não poderia ser pior para os comerciantes paulistas, visto que a captura de indígenas não requeria o capital que a importação de africanos tenderia a exigir. Os paulistas decidiram fundar o reino independente de São Paulo, aclamando Amador Bueno o monarca da região. A rebelião foi sufocada em pouco tempo.
  - 1660-1661: Revolta da Cachaça, Rio de Janeiro. De forma a compensar a

concorrência antilhana, os produtores de açúcar do Nordeste optaram por produzir aguardente, o que era proibido na colônia, visto que se tratava de bem manufaturado. No Rio de Janeiro, no entanto, em decorrência da crise da economia açucareira, decidiu-se adotar imposto sobre o comércio de cachaça em 1660. Ao passo que a Companhia Geral do Comércio do Brasil exigia o monopólio metropolitano, os produtores locais rebelaram-se contra a imposição tributária. A revolta foi sufocada em 1661.

- 1684: Revolta dos Beckman, Maranhão. Criado em 1621, o Estado do Maranhão subordinou-se diretamente à administração da Coroa portuguesa. Com a proibição da escravidão indígena, formalmente decretada, no Estado do Maranhão, em 1680, os senhores de engenho maranhenses optaram pela invasão das missões jesuíticas, de forma a capturar o gentio. A Companhia de Jesus respondeu à altura das investidas locais. Reivindicou à Coroa solução que pusesse em xeque a ação dos produtores locais. Nesse sentido, criou-se a Companhia do Comércio do Maranhão, em 1682, que deteria o estanco, isto é, o monopólio, de todo o comércio maranhense. Exigia-se à Companhia a introdução de escravos trazidos da África, como forma de suprir as lacunas em matéria de mão de obra. Sob a liderança dos irmãos Beckman, os senhores de engenho locais rebelaram-se contra o monopólio exercido pela Companhia e contra os preços oferecidos a seus produtos.
- 1708-1709: Revolta dos Emboabas, Minas Gerais. A Revolta dos Emboabas caracterizou-se por desentendimentos quanto ao direito de exploração das jazidas auríferas descobertas no decurso da primeira década do século XVIII. Os bandeirantes vicentinos contrapuseram-se aos por eles denominados estrangeiros, que não eram senão portugueses metropolitanos e migrantes das demais regiões da colônia.
- 1710-1711: Revolta dos Mascates, Pernambuco. A Revolta opôs os

senhores de engenho, assentados em Olinda, aos comerciantes reinóis, isto é, portugueses oriundos da metrópole, vinculados ao porto de Recife. A concorrência com o açúcar caribenho afetou duramente os produtores de Olinda, que entraram em rápida decadência econômica. Não restava a eles senão recorrer aos comerciantes portugueses, apelidados de mascates, visto que detinham capitais oriundas das importações e das exportações. Os juros altos e o constante endividamento dos mazombos, conforme eram rotulados os proprietários de engenho, tornaram a situação ainda mais delicada. Para maior desgaste da relação entre mazombos e mascates, em 1709, Recife recebeu a condição de vila, o que permitiu aos comerciantes inaugurar o Pelourinho e a Câmara Municipal, símbolos de maior administração local. Os proprietários de engenho não duvidaram. Invadiram Recife e destruíram as instituições de governo local. O conflito somente terminou quando Olinda admitiu sua equiparação com Recife, o que dava vitória ao capital mercantil sobre a produção colonial.

- 1720: Revolta de Vila Rica, Minas Gerais. Em vista da crescente sonegação de impostos e do contrabando de ouro nas regiões de exploração aurífera, a Coroa instituiu a cobrança do quinto real por intermédio das Casas de Fundição. A Revolta de Vila Rica insere-se na lógica antifiscalista, na medida em que colonos locais exigiram o fechamento das Casas de Fundição e a redução dos tributos. A Revolta foi sufocada mediante violenta repressão em 1720.

1.4.4. A era pombalina

Em consequência das perdas auríferas sofridas após a conclusão do Tratado

de Methuen, em 1703, por meio do qual Portugal e Inglaterra entenderam-se a respeito do comércio recíproco do vinhos e de panos, procedeu-se à nova reforma administrativa colonial. Buscou-se ampliar a capilaridade da Coroa em territórios ultramarinos. Embora o Tratado de Methuen tivesse servido mais a Portugal após os primeiros anos de sua assinatura, rapidamente vislumbrou-se que o ouro explorado em Minas Gerais terminava em mãos britânicas, visto que os panos tinham maior valor agregado do que os vinhos. A reforma administrativa adensou-se sobremaneira após a coroação de Dom José I e a subsequente nomeação de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, para a Secretaria do Estado do Reino de Portugal em julho de 1750. Cinco anos depois, o terremoto que afligiu a cidade de Lisboa confirmava a necessidade de racionalizar a administração pública portuguesa, na esteira do ideário iluminista.

Para além da reconstrução de Lisboa, o Marquês de Pombal interveio incisivamente na colônia. Extinguiu o Conselho Ultramarino, julgado por ele como foco de corrupção fiscal. Transformou as Capitanias Hereditárias em Capitanias Régias, o que alijava a figura dos donatários. Criou o Vice-Reino do Brasil em substituição ao Governo-geral do Brasil e do Maranhão. Transferiu a capital da colônia de Salvador para o Rio de Janeiro, em 1763, de forma a aproximar o poder central das regiões auríferas e dos constantes atritos com a posses espanholas na bacia do Prata. Em retaliação, o rei Carlos III da Espanha fundou, em 1776, o *Virreinato del Rio de la Plata*. Reformada a administração colonial, procedeu-se ao adensamento da capacidade arrecadatória. Criou-se o Distrito Diamantino, por meio do qual a Coroa garantiria presença na extração

aurífera. Nessa ordem de acontecimentos, Pombal fundou o imposto da derrama, o que significava maior controle dos colonos, especialmente após os acontecimentos de Vila Rica em 1720. Por último, de forma a perfazer o entanco metropolitano, criaram-se a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e do Maranhão, em 1755, e a Companhia Geral do Comércio de Pernambuco e Paraíba, um ano depois, em 1756.

Com a morte de Dom José I, assumiu o trono Dona Maria I, conhecida como *a Viradeira,* em fevereiro de 1777. Saía de cena o receituário iluminista em benefício das tendências absolutistas. Não por acaso, o Marquês de Pombal perdeu seu espaço na Secretaria do Reino. Dona Maria I concentrou-se, no que concerne à colônia do Brasil, em aprofundar a exploração de ouro, esforço que se revelou em vão, tendo em vista a exaustão das minas brasileiras. Pouco importava, *a Viradeira* não excluía a possibilidade de novas descobertas. Pelo alvará de 1785, Dona Maria proibiu a produção de manufaturas no Brasil, direito antes concedido por Pombal como moeda de troca pelo incremento da fiscalização aurífera. No entender da nova monarca, as manufaturas retiravam das minas os braços necessários para renovar o viço aurífero. A tendência absolutista desdobrou-se, no Brasil, em novas contestações, agora assumidamente iluministas e separatistas. A influência da Revolução Francesa, da independência dos Estados Unidos e da Rebelião de Santo Domingo não escapou aos insurretos mineiros, baianos, fluminenses e pernambucanos.

1.4.5. As sedições separatistas

Embora se possa elencar no rol das sedições iluministas a Conjuração do Rio

de Janeiro, em 1798, e a Conspiração pernambucana dos Suassunas, em 1801, visto que ambas trouxeram, por intermédio das elites locais, o receituário da Revolução Francesa, não se trataram precisamente de rebeliões separatistas. Eram contestações ao absolutismo entabulado por Dona Maria I. A Inconfidência Mineira e a Conjuração dos Alfaiates, no entanto, assumiram marcados traços separatistas; e com eles, os contornos do Iluminismo então em voga.

- Inconfidência Mineira, 1789, Minas Gerais: a Inconfidência Mineira constituiu revolta de características separatistas, ocorrida na Capitania de Minas Gerais, precisamente na região aurífera de Vila Rica. O motim buscava debelar a imposição tarifária da derrama, administrada pela Coroa portuguesa. Desdobrou-se em movimento de emancipação, que não se estendeu para além das fronteiras de Minas Gerais. Eram membros da elite intelectual mineira, não raro proprietários de escravos. Nesse sentido, a Inconfidência silenciou sobre possível emancipação dos cativos e preconizou a criação de universidades próprias a Minas Gerais. A ordem de governo que os insurretos desejavam instituir muito se assemelhava à organização administrativa dos Estados Unidos: advogou-se o republicanismo e a promulgação de uma Constituição. Embora contasse com o receituário iluminista francês, a Inconfidência Mineira não reproduziu os preceitos da Revolução Francesa, visto que aconteceu poucos meses antes da jornada do 14 de julho em Paris, isto é, a tomada da Bastilha. A revolta foi reprimida em passo acelerado. Seu principal líder, Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, foi enforcado em abril de 1792.
- Conjuração dos Alfaiates, 1798, Bahia: na esteira dos acontecimentos em Minas Gerais, um punhado de revoltosos oriundos das camadas populares – e alguns poucos da elite, contrariamente ao que acontecera na Inconfidência

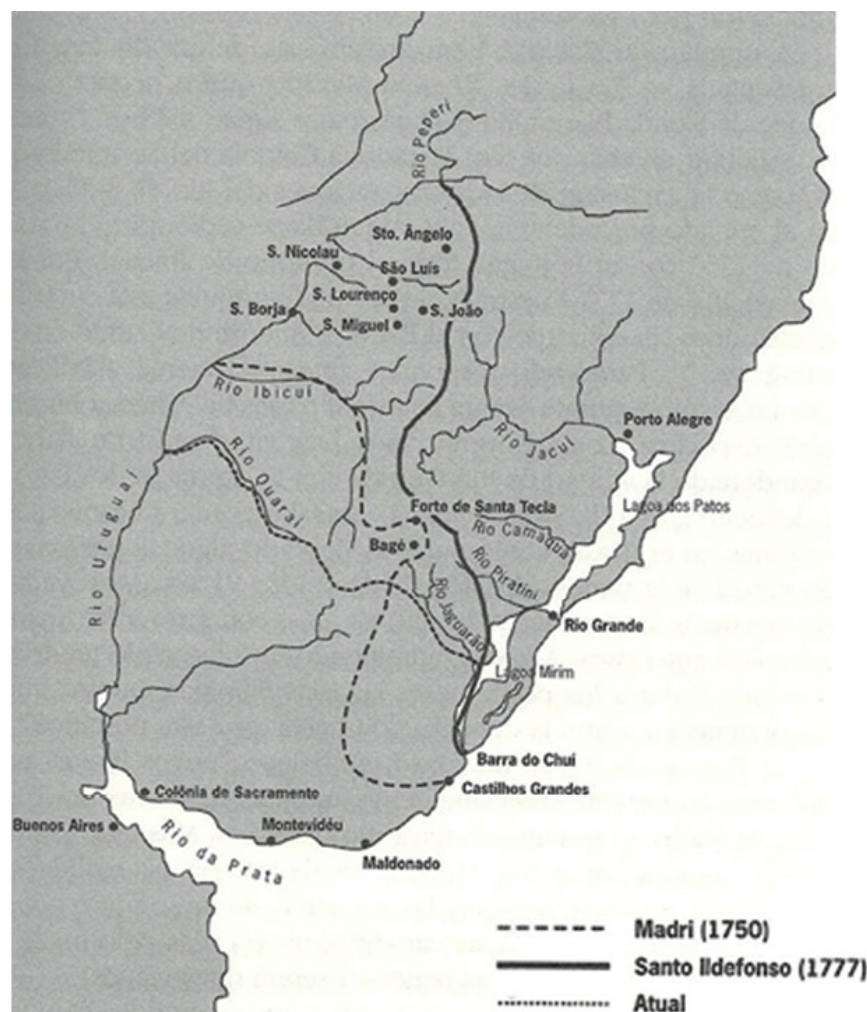
Mineira – rebelou-se contra as prescrições fiscais impostas sobre mercadorias e alimentos pela Capitania da Bahia. Em poucos meses, o motim tomou dimensões maiores, apadrinhando o ideário iluminista, agora sim, da Revolução Francesa. Os insurretos exigiam a emancipação da região, desejando transformá-la em uma República constitucional. Seu principal líder, Cipriano Barata, carregava consigo influências da maçonaria e do processo de emancipação do São Domingo, atual Haiti, no qual a população negra havia promovido o fim da escravidão. Portanto, se houvesse República na Bahia, não haveria trabalho servil. Somava-se a essas reivindicações a diminuição dos impostos e a abertura dos portos às nações amigas, o que somente ocorreu com a transmigração da Corte, em 1808.

1.5. OS AJUSTES À ORDEM DE TORDESILHAS

A interiorização da metrópole, muito relacionada às expedições bandeirantes, promoveu um reordenamento lindeiro entre Portugal e Espanha. Afinal, o Tratado de Tordesilhas havia sido largamente descumprido, tanto na América quanto na Ásia; feriam-se, respectivamente, os direitos espanhóis e portugueses, a considerar que o Tratado de Saragoça fora a vertente oriental do diploma do Tordesilhas. O primeiro ato no sentido de ajustar o diploma de Tordesilhas à nova ordem foi a assinatura do Tratado de Madri em 1750. A Coroa portuguesa, e em especial o santista Alexandre de Gusmão, serviu-se amplamente da cartografia francesa, cujo arauto era Guillaume Delisle, para consolidar as posses lusitanas na América. Tratou-se de um ajuste global, no qual Portugal cederia à Espanha as porções asiáticas relativas ao arquipélago das Filipinas, e a Espanha,

em troca, abriria mão da interiorização da América portuguesa. Alexandre de Gusmão apresentou às partes do tratado o *Mapa das Cortes*, no qual, por artifício cartográfico[4] ou descuido de Guillaume Delisle, Belém era colocada na altura de Cuiabá. Secundavam a negociação de Alexandre de Gusmão os princípios de fronteiras naturais, que permitia estender as posses portugueses para os limites da cordilheira dos Andes, e de *uti possidetis*, que dava posse de direito a quem possuísse de fato. Pelo lado espanhol, advogou-se o princípio de *paz permanente*: conflitos na Europa não deveriam provocar a ruptura da paz na América. Embora a longevidade do Tratado de Madri não tenha ultrapassado os dez anos e apesar da não demarcação dos limites estipulados, o diploma de 1750 estabeleceu o norte das negociações lindeiras que se articularam durante o Império e a República. Duarte da Ponte Ribeiro e o Barão do Rio Branco valeram-se dos princípios de negociação entabulados por Alexandre de Gusmão; é nesse sentido que o discurso oficial do Itamaraty vislumbra no santista Gusmão o avô da diplomacia brasileira.

Não foram poucos os reveses do Tratado de Madri, em especial aqueles ligados às lindes sulinas, visto que representaram matéria de permanente conflito, primeiro, entre Portugal e Espanha, depois, entre Brasil e Argentina. A cidade de Colônia do Sacramento, fundada por portugueses, *grosso modo,* século e meio depois de Buenos Aires, foi alvo de constantes saques e invasões espanholas; afinal, tratava-se de presença portuguesa no cobiçado estuário do rio da Prata. A primeira incursão castelhana ocorreu após um ano do soerguimento de Colônia, em 1681. Graças à influência britânica, Portugal recuperou, em 1703, o que lhe pertencera em 1680. Pouco depois, em 1704, a

Espanha tornou a invadir Colônia. Em 1715, no contexto da paz de Utrecht, concluída após a Guerra de Sucessão Espanhola, devolve-se Colônia ao reino de Portugal. Mas não por muito tempo. O diploma de Madri, de 1750, dispunha sobre a permuta entre os Sete Povos das Missões, entregue pela Espanha, e Colônia do Sacramento, cedida por Dom João V de Portugal. Não demarcado, em parte devido às Guerras Guaraníticas, o que simbolizava a resistência jesuíta à permuta, o Tratado de Madri não arrefeceu os constantes embates acerca da posse de Colônia. Em 1762, isto é, apenas um ano após o Tratado de El Pardo garantir a soberania portuguesa sobre a cidade de Colônia, a Espanha promoveu novo assalto à banda oriental do rio da Prata. O desfecho da Guerra de Sete Anos, na qual a Inglaterra se mostrou superior à França e à Espanha, traduziu-se pela retomada de Colônia pelos portugueses; afinal, eram esses os aliados incontestes dos britânicos. O Tratado de Santo Ildefonso, em 1777, reverteu novamente a questão: o século XVIII concluía com Colônia sob a soberania espanhola.

Mapa 7. As lindes sulinas – século XVIII.
Fonte: GOES FILHO, Synesio Sampaio. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas*. Um ensaio sobre a formação das fronteiras brasileiras. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 195.

Tratado	~~Questões lindeiras referentes a~~	Conteúdo do Tratado	Resultado do Tratado
	• Sete Povos, originalmente de fundação espanhola • Colônia do Sacramento, fundada em 1680 por Portugal, com o objetivo o de garantir a		

	presença lusitana no comércio da Bacia do Prata • Região Amazônica e Centro-Oeste		
Tratado de Madri 1750: Assinado por Alexandre de Gusmão, em nome de Portugal, e por José de Carvajal y Lancaster, em nome da Espanha	• Sete Povos: em posse de Portugal • Colônia do Sacramento: em posse da Espanha • Portugal garante a posse da região amazônica e do Centro-Oeste	O Tratado de Madri foi um ajuste global entre a Espanha, que havia descumprido o diploma de 1494 ao estender seus domínios na Ásia, e Portugal, que avançou na América. Resultou em uma permuta entre Sete Povos e Colônia do Sacramento.	A resistência jesuíta, simbolizada pela Guerra Guaranítica, inviabilizou a permuta.
Tratado de El Pardo, 1761: Assinado durante o reinado de Dom José I	• Sete Povos: em posse da Espanha • Colônia do Sacramento: em posse de Portugal	O Marquês de Pombal priorizou a Colônia do Sacramento. Expulsou os jesuítas, pois eram considerados um Estado dentro do Estado.	Anulação do Tratado de Madri
Tratado de Santo Ildefonso, 1777: Assinado no reinado de Dona Maria I	• Sete Povos: em posse da Espanha • Colônia do Sacramento: em posse de Espanha	Espanha ocupou a região de Desterro (atual Santa Catarina), já que, ao aproximar essa região de Sete Povos, poderia levar à retirada completa de Portugal do espaço em disputa.	Em 1777, Portugal troca Colônia do Sacramento por Desterro. As fronteiras não foram demarcadas.
Tratado de Badajoz, 1801: Tratado de paz que pôs termo à Guerra das Laranjas. Não foi um tratado de limites.	• Sete Povos: em posse de Portugal • Colônia do Sacramento: em posse da Espanha	Tratado de paz entre Espanha e Portugal	A Guerra das Laranjas entre Espanha e Portugal ocasionou a perda da Praça Forte de Olivença, que ficou em mãos espanholas. A retaliação portuguesa ocorreu com a anexação de Sete Povos.

2

O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA

2.1. O BRASIL SEDE DO ESTADO MONÁRQUICO PORTUGUÊS

2.1.1. O projeto de partida

Talvez, quando entrara para a resistência portuguesa na Junta de Direção Geral contra a presença francesa na Península Ibérica, Luiz Joaquim dos Santos Marrocos vislumbrasse alguma esperança na derrota de Napoleão. Suas ações na resistência valeram-lhe o título de capitão de companhia das Legiões Nacionais para a defesa de Lisboa. Mas o desfecho pareceria previsível. Com a Corte desembarcada no Rio de Janeiro, a notícia da indicação pelo próprio príncipe regente, Dom João VI, para acompanhar o deslocamento do acervo bibliotecário real para o Brasil pôs um ponto final a sua carreira nas armas. Ao embarcar na fragata Princesa Carlota, Marrocos deixava um Portugal fraturado. Não se tratava de partir para a América como antes zarpavam eufóricos comerciantes e aventureiros à procura de um paraíso em forma de diamante. Não era a primeira vez que Napoleão forçava uma monarquia europeia a deixar o solo pátrio. Na primeira campanha da Itália, Napoleão alijara tanto o rei de

Piemonte quanto o das Duas Sicílias de seus respectivos tronos. Protegidos pela Inglaterra, esses monarcas alegavam deixar temporariamente suas capitais e Estados, em um processo semelhante ao de 1808 em Portugal (BASTOS PEREIRA NEVES, 2011). Com uma diferença. A presença da Corte portuguesa no Rio de Janeiro tornar-se-ia mais perene do que transitória: afinal, o projeto de transmigração da Coroa para a América datava do século XVII. Padre Antônio Vieira foi o primeiro a instruir a Corte nesse sentido.

Resultado das guerras napoleônicas (XAVIER-GUERRA, 1994), a vinda da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro foi longamente planejada, ainda que como forma de precaução. Dom Rodrigo de Souza Coutinho, futuro ministro da Guerra e dos Negócios Estrangeiros, preparava o projeto *vasto e poderoso Império*, com vistas a garantir o *sacrossanto princípio* da unidade territorial. Elaborado no último quartel do século XVIII, o projeto era resposta ao temor advindo da independência das treze colônias inglesas na América, em 1776. Transferir a sede do Império para o Rio de Janeiro seria moeda de troca com os revoltosos da Inconfidência Mineira e da Conjuração dos Alfaiates. Para os portugueses na América, ter a sede do Estado monárquico no Brasil constituía possibilidade de incidir na condução dos negócios administrativos. Para os portugueses na Europa, garantir-se-ia que "o português, nascido nas quatro partes do mundo, se julgue somente português, e não se lembre senão da glória e grandeza da monarquia que tem a fortuna de pertencer" (DE SOUZA COUTINHO, 1798).

2.1.2. As relações interestatais europeias em 1808

Na Europa, o golpe de Estado de 18 Brumário, ou 9 de novembro de 1799 no calendário gregoriano, adiantou a ordem inexorável dos acontecimentos. A derrubada do Diretório em benefício do Consulado permitiu a ascensão do jovem general Napoleão Bonaparte ao cargo de primeiro-cônsul. Aclamado imperador em 1804, Napoleão empreendeu campanha militar de expansão territorial que, sob a égide da *Grande Armée,* causou abalos na ordem sistêmica dos Estados europeus. À livre iniciativa britânica parecia sobrepor-se o modelo econômico intervencionista francês. Os diplomatas ingleses não tardaram em vislumbrar na ameaça francesa possível resfriamento dos negócios britânicos no continente, o que os incitou a formar coligações e alianças internacionais com a Áustria, a Rússia e a Prússia. Em outubro de 1805, o expansionismo de Napoleão buscou debelar o foco das coligações militares que a ele se opunha. Enfrentou seu maior rival na Europa, a Inglaterra. A estratégia francesa consubstanciava-se pela invasão da Inglaterra evitando-se o confronto aberto no Canal da Mancha. Nesse sentido, procurou-se sedimentar posição estratégica no cabo de Trafalgar, a não mais de 50 km do porto espanhol de Cádiz. Gibraltar, no entanto, fora cedido à Inglaterra pela Espanha no primeiro Tratado de Utrecht, em 1713, como indenização pela Guerra de Sucessão Espanhola (1702-1714). No tratado, garantia-se à Inglaterra "a total propriedade da cidade e do castelo de Gibraltar, junto com o porto, as fortificações e os fortes [...] para sempre, sem qualquer exceção ou impedimento". Aliada à França, a Espanha adensou a armada napoleônica. A batalha seria travada nos mares, e Lord Nelson, à frente da esquadra inglesa, teria de debelar a superioridade numérica da coligação franco-espanhola. Brilhante estrategista naval, Lord Nelson derrotou as forças rivais em 1805, obtendo as glórias que hoje ostenta sua

estátua na praça Trafalgar, no coração de Londres. Em resposta ao desfecho da Batalha de Trafalgar, Napoleão Bonaparte impôs à Europa o decreto de Berlim, em 1806, pelo qual se instituía bloqueio continental com vistas a sufocar o comércio britânico em benefício da expansão industrial francesa.

A Coroa portuguesa, que acompanhava de perto os acontecimentos no cabo de Trafalgar, encontrava-se em delicada posição: ora aliava-se à França e à Espanha dando prosseguimento às iniciativas do marquês de Pombal, na segunda metade do século XVIII, para reverter as perdas econômicas advindas do Tratado de Methuen de 1703; ora aproximava-se definitivamente da Inglaterra, o que garantiria a proteção da marinha mais eficiente naquele período, malgrado o temor de uma invasão napoleônica. Em situação semelhante encontrava-se a Dinamarca. Tradicional aliada da Inglaterra, a Dinamarca, contudo, reverteu sua posição e aderiu ao bloqueio continental. A esquadra britânica não hesitou. Em 1807, Copenhague foi bombardeada causando intensos danos materiais e perdas humanas. Foi o óleo na engrenagem das alianças sistêmicas. A península ibérica cindiu-se em alianças rivais opondo Portugal e Inglaterra, por um lado, e França e Espanha, por outro. Lisboa estaria a salvo de empreitadas navais inglesas, mas Portugal teria de proteger a fronteira continental contra a França e a Espanha.

O previsível não tardou em acontecer. Pelo Tratado de Fontainebleu, assinado em 27 de outubro de 1807, Napoleão selava com Manuel de Godoy, influente político na Corte espanhola, a sorte do Brasil. A Espanha cedia passagem às tropas francesas, que não teriam, portanto, de invadir Portugal pela via marítima. Em retorno, Napoleão dividiria Portugal em dois principados e um

reino. Ao Sul, o principado dos Algarves ficaria sob o comando de Manuel de Godoy; ao Norte, o reino de Lusitânia Setentrional seria cedido à soberania do rei da Etrúria, "hereditariamente e conforme as leis de sucessão estabelecidas na família que ocupar o trono da Espanha" (Tratado de Fontainebleu, de 1807); a parte central, formada pelas províncias de Beira, de Trás-os-Montes, de Estremadura e do Alentejo, seria sequestrada pela França e somente "devolvida à casa de Bragança em troca de Gibraltar, Trindade e outras colônias, que os ingleses têm conquistado à Espanha e seus aliados" (Tratado de Fontainebleu, de 1807). O ultimato de Napoleão, que se seguiu à assinatura do Tratado de Fontainebleu, trouxe novamente à baila as ideias de Dom Rodrigo de Souza Coutinho. Não havia surpresa quanto à estratégia. Nesse sentido, a partida de 1808 é menos uma fuga do que uma consolidação de projeto anterior. Tampouco havia incentivo inglês à partida, já que a transmigração da coroa era hipótese portuguesa e, em rigor, interessaria à Inglaterra manter, na Europa, o último baluarte aliado contra Napoleão. Desse modo, deu-se início à lenta "interiorização da metrópole" (DIAS, 2005), marco no processo de independência do Brasil.

2.1.3. A política interna joanina

Quando as tropas do general Junot alcançaram a fronteira setentrional portuguesa, Dom João VI simulou submissão voluntária à França e assinou convenção secreta com a Inglaterra sobre a transferência da Coroa portuguesa para o Brasil. Era uma forma de ganhar tempo. Napoleão teria hesitado, mas Manuel de Godoy, seguindo seu faro diplomático, não enxergava bons

presságios no artifício português. Deu-se prosseguimento à investida contra Lisboa. Nas palavras de Alan Manchester5, as tropas portugueses estavam "sem cavalaria, artilharia, cartuchos, sapatos ou comida, cambaleando de fadiga [...] a tropa mais parecia a evacuação de um hospital do que um exército marchando triunfalmente para a conquista de um reino".

Não é necessário grande esforço de imaginação para especular sobre a angústia de Dom João VI nos últimos dias de outubro de 1808:

> queria falar e não podia; queria mover-se e, convulso, não acertava a dar um passo; caminhava sobre um abismo, e apresentava-se-lhe à imaginação um futuro tenebroso e tão incerto como o oceano a que ia entregar-se. Pátria, capital, reino, vassalos, tudo ia abandonar repentinamente, com poucas esperanças de tornar a pôr-lhes os olhos, e tudo eram espinhos que lhe atravessavam o coração (COSTA, 2008).

À vista das tropas napoleônicas, zarpava a Corte portuguesa para a América, fato inédito na história das monarquias europeias. Os derradeiros instantes foram de desespero. À medida que Junot adentrava Lisboa em direção ao porto da cidade, o rei e sua Corte abandonavam no cais o que o tempo não permitiu levar. Ficou esquecida parte da biblioteca real. Escoltada pela frota britânica, a comitiva lusitana atracou em Salvador da Bahia, antiga sede do governo geral, em janeiro de 1808, e após escala nas Ilhas Madeira. Não teria sido de bom-tom desembarcar diretamente no Rio de Janeiro, considerando-se que Salvador era a segunda cidade colonial mais relevante para a metrópole. Após a breve permanência na Bahia, fixou-se o Paço Real, antigo palácio dos vice-reis, como residência imperial temporária no Rio de Janeiro. Em 7 de março de 1808, na

cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, desembarcaram reinóis, abrindo brechas para a formação de um sentimento antiaristocrático e liberal nos portugueses da América (COSTA E SILVA, 2011). Também chegaram músicos e artistas, burocratas e administradores, comerciantes e aventureiros. Teatralizava-se o poder na colônia, metropolizavam-se as instâncias locais de tomada de poder, cosmopolitizava-se a população. Havia algo de cenográfico naquele verão de 1808. Antes disso, malgrado a existência do governo-geral com sede no Rio de Janeiro a partir de 1763, as capitanias régias subordinavam-se à Lisboa, e seus habitantes eram menos portugueses do Brasil do que maranhenses, paraenses, baianos, pernambucanos, paulistas ou mineiros (COSTA E SILVA, 2011). Em março de 1808, ainda que erguidos às pressas, os edifícios imperiais assinalavam para a unidade territorial. As poucas casas que se sobressaiam no precário horizonte urbano eram rapidamente tomadas pela Coroa. A insígnia imperial P.R, pela qual se decretava propriedade do príncipe regente, tornou-se rapidamente motivo de zombaria, preferindo-se a explicação "Ponha-se na Rua". Teria sido o que levou, descontadas trocas de favores, Elias Antônio Lopes, homem de grosso trato[6], a ceder seu palácio da quinta de São Cristóvão à família real em 1816.

As medidas administrativas tomadas no calor da hora pelo príncipe regente buscavam consolidar a imagem do rei em seu reino. A pasta dos Negócios do Reino foi substituída pela dos Negócios do Brasil, que consubstanciava a Secretaria da Fazenda e a Presidência do Real Erário. Dom Rodrigo de Souza Coutinho, devido à sua anglófila e consequente postura contrária à França napoleônica, assumiu a pasta dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Criaram-

se tribunais superiores. O Tribunal da Mesa do Desembargo do Paço dava ao regente a função de exercer a justiça do reino. A seu turno, a Mesa da Consciência e Ordens encarregava-se da administração religiosa, conferida a Portugal pela Igreja católica em virtude do padroado, pelo qual se delegou, em 1456, ao monarca lusitano a organização da Igreja nos domínios coloniais. Essas duas instituições foram progressivamente tomando o lugar de suas homólogas em Portugal. A justiça, prova material da expressão do poder imperial na América, era questão nevrálgica no reordenamento da administração territorial. Criaram-se Tribunais de Relação no Maranhão e em Pernambuco, manteve-se o da Bahia e elevou-se o tribunal do Rio de Janeiro à Casa de Suplicação, instância suprema na ordem de recursos aos pleitos jurídicos. Nesse complexo rearranjo burocrático, também se instituíram juntas de comércio e de agricultura e edificou-se a Intendência-Geral da Polícia. Era o Estado ampliando seus tentáculos nas esferas jurídica, econômica e social. A maioria dessas instituições criadas no Rio de Janeiro era reprodução idêntica das existentes em Lisboa, mas se estas estavam às moscas, aquelas acusavam superlotação. Além dos burocratas vindos de Lisboa, com quem ficavam as secretarias mais relevantes do Estado, contrataram-se funcionários locais. A cidade enriquecia-se, e o Brasil deixava progressivamente para trás sua condição colonial.

A sociedade desse Brasil em transformação, no entanto, parecia estar mais fraturada do que aparentava a unicidade da organização administrativa. Os títulos nobiliários distribuídos pela Coroa aos comerciantes de grosso trato como retribuição ao auxílio financeiro prestado davam-lhes isenções fiscais, que pesavam no bolso das capitanias. Para essas, o Rio de Janeiro parecia substituir

Lisboa, visto que a coleta tributária destinava-se unicamente aos cofres do erário imperial. Não havia redistribuição de impostos para as capitanias, de onde o fisco, em parte, era extraído. A unidade territorial que teria de vir com transmigração da Coroa parecia tão simplesmente uma mudança de sede do governo. Esse mal-estar foi sentido de forma mais perene em Pernambuco, capitania que acumulava o maior superávit comercial do Império (COSTA E SILVA, 2011). O grosso do fisco, se não sua quase totalidade, advinha dos impostos alfandegários, o que fazia das capitanias com maior superávit comercial o alvo principal do erário real. Junto à frustração pernambucana, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte também se mostravam descontentes com ascendência do Rio de Janeiro. Mas os abalos à unicidade vislumbrada com a chegada da Corte não concerniam apenas à ordem das capitais. Em face da intensa urbanização do Rio de Janeiro, que multiplicara por dois seu tamanho em apenas alguns anos, permanecia uma sociedade majoritariamente rural. Enquanto o Centro-Sul acusou a maior taxa de crescimento populacional, nos domínios da Amazônia e do Oeste não se alterou a condição colonial.

No Rio de Janeiro, atracam navios com migrantes suíços, austríacos, espanhóis, franceses, ingleses e inclusive chineses, em nítido contraste com a densidade negra da população local, que encarnava o temor de um levante haitianista[7]. Não se tratava de promoção de política de branqueamento, mas deveras a imigração europeia tranquilizava as camadas brancas ilustradas. A fratura do território espelhava-se na cidade do Rio de Janeiro. A alta-costura francesa e a culinária portuguesa contrastavam com os pés descalços, com os panos amarrados ao corpo e com os pratos à base de mandioca. Na escala do

país, para um total de 3.817.000 indivíduos, os 1.043.000 brancos discrepavam dos 1.930.000 negros escravos e dos 526.500 mulatos e negros libertos (COSTA E SILVA, 2011)[8]. Os 750 mil escravos que adentraram os portos brasileiros entre 1808 e 1831 certamente superavam em número os migrantes europeus.

Outro contraste concernia à esfera cultural. O que havia no Brasil, no entender dos nobres que fincavam pé no Rio de Janeiro, não era propriamente a fachada que o Império deveria ter. Dever-se-ia importar, naqueles mesmos barcos que antes trouxeram a Coroa, as ideias artísticas e culturais tão caras à Europa. Em junho de 1808, criou-se o Museu Real, com vistas a aprimorar o estudo da botânica e da zoologia local. Importava-se, portanto, a ciência e a técnica, plasmadas na Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, oficialmente fundada em 1816. Adensou-se o acervo real com a fundação da Real Biblioteca, que se tornava pública em 1814. Viajantes e geógrafos como Cook e Humboldt, que antes de 1808 tiveram seu acesso negado ao Brasil, passaram a entrar livremente no país. E tudo a serviço da ciência. No Brasil, Auguste de Saint-Hilaire e o Barão Von Langsdorff dedicaram seus esforços à história natural, à botânica e à descrição das paisagens locais. Por ocasião do casamento da arquiduquesa Maria Leopoldina de Habsburgo com Dom Pedro de Alcântara, herdeiro do trono português, a missão científica de História Natural desembarcou no Brasil. Formada pelos naturalistas Johann Baptist von Spix e Carl Friederich Philipp von Martius, a missão, que era mais prussiana que austríaca, forneceu estudos científicos de coleta e descrição de espécies animais e vegetais, além de objetos etnográficos. Tão prontamente recolhidos, tão rapidamente eram enviados à Áustria para exame. Mas não era a missão

unicamente de cunho científico. Os pintores Johann Buchberger e o paisagista Thomas Ender complementaram a presença austríaca no Brasil com desenhos e aquarelas, que fornecem, hoje, amplo testemunho do Brasil da primeira metade do século XIX.

Ao passo que se burocratizou a ciência, buscou-se organizar a produção artística. A implementação da ideia de constituir uma Academia Imperial de Belas Artes necessitava de contratações estrangeiras, de modo que a Corte joaniana entabulou aproximação com Joachim Lebreton, então secretário para as Belas Artes do Institut de France. Reuniram-se antigos bonapartistas, ou, pelo menos, artistas que estavam antes vinculados ao Império napoleônico, como os pintores Jean-Baptiste Debret e Nicolas-Antoine Taunay e o arquiteto Grandjean de Montigny. Formou-se a missão artística francesa no Brasil, em 1816. Mal recebidos pelos artistas locais, devido à concorrência que provocavam e ao embate que se desdobrava entre o barroco brasileiro e o neoclassicismo francês (ou academicismo), a missão rapidamente se dispersou. O próprio cônsul francês no Rio de Janeiro enxergava com maus olhos a chegada de bonapartistas no Brasil, quando, na França, Louis XVIII já havia promovido a restauração.

A seu turno, o Decreto de 13 de maio de 1808 criava a Imprensa Régia, quase inteiramente restrita à publicação do diário oficial da Corte. Embora houvesse censura, panfletos e jornais multiplicaram-se. Não se tratava de veículos de difusão científica, mas de mecanismos de disseminação de ideias, sobretudo liberais, para aqueles poucos que sabiam ler. O *Correio Brazilienze*, publicado em Londres por Hipólito José da Costa, parecia carregar a bandeira liberal, coisa que *O Tamoio*, dos irmãos Andrada, certamente fez. No final do período

joanino, a imprensa particular já era francamente liberal, como atesta seu uso na difusão das ideias que levaram à Revolução Pernambucana de 1817, e à Confederação do Equador, de 1824. Nesse sentido, a Coroa vislumbrava em São Paulo baluarte não contaminado pelo ideário liberal, o que explicaria a fundação da Faculdade de Direito nessa cidade, em 1827. De forma a estruturar a produção acadêmica nacional, criou-se igualmente a Faculdade de Direito de Olinda, também em 1827. Por haver formado as elites imperiais, essas faculdades foram consideradas as primeiras universidades nacionais, embora existissem escolas de medicina, na Bahia e no Rio de Janeiro, desde 1813.

Reforma era a palavra de ordem em 1808. A administração, as ciências e as artes passaram por grandes mudanças no período joanino: haveria um novo descobrimento do Brasil.

2.1.4. A economia no período joanino

Na virada do século XVIII, a economia brasileira apresentava franco processo de expansão do mercado interno. O Rio Grande do Sul, cuja economia alicerçava-se na produção de gado e de carne de charque, estava interligada ao mercado do Rio de Janeiro, não só por rotas terrestres, mas também por vias marítimas. Exportava-se charque, couro e graxas para os portos do Rio de Janeiro e de Salvador, que forneciam tecidos e escravos aos mercados sulinos. Em São Paulo, a produção de açúcar expandia-se para o vale do rio Paraíba, melhor interligando os mercados do Centro-Sul. No Norte, o porto de Belém constituía o eixo dinâmico das incursões amazônicas, que alcançavam o Oeste brasileiro. No Nordeste, embora fosse o principal polo exportador da colônia,

organizava-se notório mercado interno, fundamentado na produção de algodão, no Maranhão, e de gado, no Piauí e no Ceará, de onde se comercializava com produtores da Paraíba e de Pernambuco. A seu turno, estes produtores embarcavam carne para Recife e para Salvador, completando uma teia de relações econômicas que moldavam o mercado interno brasileiro (CALDEIRA, 2010). No interior do país, as artérias principais eram o vale do rio São Francisco, que interligava o Nordeste ao Centro-Sul, as incursões tropeiras de São Paulo ao Rio de Janeiro e a rota terrestre entre Minas Gerais e o Rio de Janeiro, por onde passavam gêneros e culturas de exportação, como algodão, tecidos e fumo. Em termos de intensidade, os maiores elos eram os portos de Salvador, Recife e Rio de Janeiro, nos quais o trânsito escravo era denso.

Ao desembarcar no Rio de Janeiro, em 1808, dom João VI encontrou uma economia menos dependente da metrópole do que imaginava. Para além da constituição de um mercado interno, havia a burguesia comercial, que articulava os proprietários rurais ao mercado externo; abriam-se brechas no exclusivo colonial. Essas brechas, herdadas do período pombalino, consolidar-se-iam com os acordos comerciais pós-1808. Protegida pela esquadra britânica, a transferência da Corte para o Rio de Janeiro dava lugar à instituição de um eixo assimétrico de poder com a Inglaterra (RICUPERO, 2011). Aos britânicos interessava subordinar os portos europeus e americanos de Portugal a seu domínio comercial. A Portugal não cabia margem de manobra, visto que dependia da Inglaterra para defender seu território e para garantir a manutenção de suas rotas comerciais. Exigia-se exclusivo comercial inglês nos portos meridionais brasileiros. Mas a petição foi rechaçada por influência de José da

Silva Lisboa, futuro Visconde de Cairu, que pregava a adoção de um liberalismo comercial sem entraves ou privilégios, nos moldes da teoria das vantagens absolutas de Adam Smith[9]. O certo é que a abertura dos portos brasileiros às nações amigas, decretada em 1808, não adveio de motivação inglesa. Mas tampouco era o decreto avesso aos interesses britânicos, já que, na prática, não havia concorrência capaz de arrefecer o domínio dos mares pela Inglaterra. Pelo ato de 1808, as mercadorias importadas por navios estrangeiros seriam taxadas em 24% *ad valorem*, o que não era muito para a época, e aquelas trazidas em embarcações nacionais, em 16%. Foi precisamente esse descompasso tarifário que incitou a Inglaterra a neutralizar as desvantagens comerciais por meio do que ficou conhecido como tratados desiguais.

Pelo Tratado de Comércio e Navegação de 1810, aos produtos importados por intermédio de embarcações inglesas impunha-se tarifa de 15% *ad valorem*, o que era deletério para os bens portugueses, se considerarmos que Portugal não era capaz de concorrer com a Inglaterra e que os bens trazidos por navios nacionais pagavam 16% tarifários *ad valorem*[10]. Quase um ano transcorreu sem que o desajuste tarifário fosse corrigido. Não havia real intenção de contornar a presença inglesa no continente. Pelo contrário, Dom Rodrigo de Souza Coutinho, ao substituir Antônio de Araújo de Azevedo no Ministério da Guerra e dos Negócios Estrangeiros, ofereceu ao representante inglês, Lord Strangford, a possibilidade de estabelecer um tratado de comércio permanente com a Inglaterra (RICUPERO, 2011). Ao fim, o tratado de 1810 teria validade de quinze anos, mas os ingleses não desaproveitaram as boas intenções de Dom Rodrigo, futuro Conde de Linhares. Pelo Tratado de Aliança e Amizade,

também de 1810, os ingleses teriam jurisdição especial no Rio de Janeiro e magistrados especiais para julgamentos contra britânicos. As cláusulas comerciais eram ainda mais incisivas. Ficava proibida a exportação de bens como açúcar, café e produtos similares aos das colônias britânicas para a Inglaterra.

Em termos comerciais, no entanto, o sistema de tratados desiguais, malgrado o número de concessões feitas aos ingleses, não produziu os efeitos esperados. A situação bélica na Europa, ao contrair as transações externas brasileiras, não gerou a enxurrada de importações temida pelos que condenavam o tratado desigual; pelo contrário, o Brasil apresentou superávit comercial naquele período (CALDEIRA, 2010). Em detrimento das contas externas consolidava-se a dinâmica econômica interna. Em abril de 1808, Dom João VI revogou o alvará de 1785, que proibia a produção de bens manufaturados na colônia. A América portuguesa tornava-se, portanto, o centro da economia imperial. Com a chegada da Corte, os impostos brasileiros não mais eram enviados a Portugal. Ficavam agora no Rio de Janeiro, transformando-se em salários para funcionários públicos. Aplicado no mercado brasileiro, esse dinheiro dinamizava uma economia em franco crescimento, na qual se multiplicavam os investimentos trazidos da metrópole. Nesse sentido, a criação do Banco do Brasil, em 1808, teve papel fundamental. Em troca de regalias e privilégios reais, os investidores dispunham-se a captar fundos do banco, que logo eram reinvestidos na economia. As receitas do governo eram cobertas por empréstimos privados mediante promessa de pagamento de juros. A criação do Banco do Brasil contornava o difícil problema do encolhimento dos cofres públicos. A quase

integralidade das receitas do governo advinha de impostos alfandegários, que foram substancialmente reduzidos pelo tratado de 1810 com a Inglaterra. Para contornar o dilema, além da criação do Banco do Brasil, impingiu-se arrocho fiscal às capitanias que apresentavam maior superávit comercial. Pernambuco, capitania cindida entre Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte na última década do século XVIII, era o principal alvo da Coroa. Não por acaso, foi onde eclodiu a revolução de 1817.

Com a criação do Banco do Brasil, que entrou na lista dos dez maiores bancos do mundo naquela época, os meios de pagamento continuariam a circular, garantindo a prosperidade econômica que caracterizou o período de 1808 a 1821. O liberalismo econômico, no entanto, traria maus augúrios. Devia-se menos o êxito econômico do período às propostas do Visconde de Cairu do que à situação na Europa. O apaziguamento de 1815, derivado da derrota de Napoleão, provocou mudanças na estrutura econômica europeia. Portugal, sem embargo, pelo tratado de 1810, havia alienado sua soberania comercial e perdido sua capacidade de proteger o mercado interno.

2.2. A INFLUÊNCIA DAS IDEIAS LIBERAIS E SUA RECEPÇÃO NO BRASIL

Por sugestão de Talleyrand, diplomata que representou a França no Congresso de Viena, o Império lusitano foi elevado à condição de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, em 1815. Havia, na decisão de Dom João VI e nos conselhos do Conde Palmela, representante da Coroa em Viena, a intenção de reforçar a incidência lusitana na condução dos negócios exteriores europeus.

Não calçava bem ao Brasil, residência oficial do rei, a condição de colônia. A notícia foi recebida como uma política ilustrada no Rio de Janeiro, visto que a unidade prometida em 1808 encontrava novo suporte. Em uma Lisboa desgastada pelas invasões napoleônica e pela Guerra Peninsular (1807-1814), não obstante, a notícia parecia distanciar ainda mais do coração do poder a porção europeia do reino. Aos portugueses europeus, em momento de restauração do Antigo Regime, parecia insustentável a condição de apêndice do reino. Nesse sentido, não poderia Dom João VI deixar de implementar uma política bifronte, nas palavras de Valentim Alexandre (ALEXANDRE, 1993). O próprio Conde de Palmela aconselhava ao rei não privilegiar o interesse americano em detrimento do europeu, o que foi árdua tarefa, visto que havia tudo, menos coincidência de objetivos entre as duas porções do reino (BASTOS PEREIRA NEVES, 2011). Para os portugueses europeus, não havia razão que justificasse a permanência da Coroa no Rio de Janeiro, já que o Congresso de Viena era a prova da derrota de Napoleão. Do lado americano, as emancipações na América espanhola recordavam ao rei quão delicado seria deixar o Brasil, que já havia experimentado o gosto da administração imperial. As reformas no palácio de São Cristóvão, em 1815, davam respostas a ambos lados: Dom João VI não estava prestes a partir.

Se a elevação à condição de Reino Unido representava para o Rio de Janeiro uma garantia da desejada permanência da Corte, para as capitanias régias, o ato de 1815 era a consolidação da fratura do Brasil em partes iníquas. A centralização promovida pela chegada da Corte em 1808, e reafirmada em 1815, limitava a autonomia local, o que constituía para as capitanias a permanência da

condição colonial. As províncias[11] do Norte estavam mais vinculadas a Lisboa do que ao Rio de Janeiro, comercial e economicamente. Sem embargo, era para o Centro-Sul do Brasil que escoavam os impostos auferidos das províncias. Seria essa a razão por trás das hesitações do Pará, do Maranhão e da Bahia entre aderir à Lisboa ou ao Rio de Janeiro durante as guerras de independência (BASTOS PEREIRA NEVES, 2011).

Caso notório, no entanto, é o de Pernambuco. Descontente com a situação de satélite do Rio de Janeiro e desconfortável com o governador português da província, em 6 de março de 1817, um motim de militares ordenou o aprisionamento dos representantes da Corte. De imediato, aboliram-se os impostos que deveriam ser escoados para o Rio de Janeiro. Chegou-se a esboçar uma constituição tão logo Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte aderiram ao motim. Os revoltosos não eram somente militares. A esses juntaram-se proprietários rurais, juízes e representantes do clero. À essa revolução, que tão logo eclodira ficou conhecida como revolta dos padres, também aderiram os comerciantes locais, visto que concorriam com os varejistas portugueses. Quando da adesão das outras três províncias a Pernambuco, somaram-se à revolta artesãos, boticários e cirurgiões, o que conferia característica popular à força centrífuga. Malgrado o consenso quanto a um certo antilusitanismo, os interesses das camadas populares diferiam dos objetivos das elites. Se, por um lado, levanta-se a bandeira da igualdade nas classes baixas, por outro as elites advogavam o autonomismo provincial em momento de queda do preço internacional do açúcar, aumento do preço do escravo e pressão fiscal do Rio de Janeiro.

Os insurretos, à vista das tropas oficiais que se aproximavam pela fronteira baiana, tentaram convencer Washington e Londres a fornecer apoio bélico. Sem resposta, elucubraram plano de intervenção em Santa Helena, para libertar Napoleão, que, em troca, deveria auxiliar os rebeldes em suas ações bélicas. O plano fracassou e, à medida que as tropas oficiais avançavam em direção a Recife, a aristocracia fundiária desvinculava-se do motim, pois temia que uma hipotética abolição do trabalho escravo arrefecesse suas rendas.

Se é verdade que a Revolução Pernambucana de 1817 não constituiu antessala da independência, não por isso estiveram ausentes ideias autonomistas e liberais na condução da política dos insurretos. Pelo contrário, para além dessas ideias, bradou-se também em favor do reformismo, do republicanismo e do federalismo. Consoante Lúcia Bastos Pereira Neves, a constituição do Seminário de Olinda, em 1800, teria fornecido instrução maçônica aos clérigos, que passariam a apadrinhar o reformismo iluminista (BASTOS PEREIRA NEVES, 2011). Para Boris Fausto, não haveria razão em associar a revolta de 1817 com a independência de 1822, se considerarmos que a tributação excessiva do Rio de Janeiro, para custear as intervenções na Banda Oriental, constituía o fulcro do descontentamento pernambucano (FAUSTO, 2008). Evaldo Cabral de Mello, a seu turno, insiste no imaginário de resistência em Pernambuco: as invasões holandesas do século XVIII teriam sedimentado uma nobreza da terra, que a seca de 1816 reavivou (CABRAL DE MELLO, 2010).

Na Europa, também em 1817, estourou em Lisboa uma rebelião constitucionalista que visava reconstituir a independência de Portugal, afetada pela morte de dona Maria I um ano antes e pela coroação de Dom João VI no

Brasil. Foi o estopim para a Revolução Liberal do Porto.

2.3. O CONSTITUCIONALISMO PORTUGUÊS E A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

2.3.1. O constitucionalismo português e sua incidência no Brasil

O *Vintismo*, como ficou conhecido o levante constitucionalista do Porto, assumiu duas faces. Inspirada pelo Iluminismo ibérico, a face liberal preconizava a limitação do poder real. Para tanto, convocaram-se as Cortes para deliberação sobre projeto constitucional que deveria pôr fim ao absolutismo em Portugal. Na América, no entanto, vingou a face conservadora do projeto. Buscava-se restringir a autonomia do Brasil e desfazer os tratados de comércio com a Inglaterra. Para os portugueses americanos, essa face conservadora do *Vintismo* lembrava o exclusivo colonial e a ascendência metropolitana de outrora. Por fim, exigia-se a volta de Dom João VI a Portugal.

Se no Brasil o *Vintismo* era presságio de volta à condição colonial, não havia, na Europa, intencionalidade quanto à recolonização: embora condenados, os acordos comerciais de 1810 restringiam a incidência de Lisboa no Brasil. Não dependia de Portugal fechar os portos do Brasil ao comércio estrangeiro. A Inglaterra – e em menor intensidade outros países europeus – condicionava a política externa portuguesa. Não poderia rescindir-se, unilateralmente, os tratados de comércio (ALEXANDRE, 1993) (BERBEL, 2005), o que

significava a impossibilidade de reestabelecer o exclusivo colonial. Para o Brasil, interessava instituir uma monarquia descentralizada, ao passo que Portugal vislumbrava uma centralização em Lisboa. A divergência, portanto, não estava relacionada à possibilidade de retorno à condição de colônia, mas ao grau de autonomia que a América portuguesa alcançaria em uma monarquia constitucional alicerçada nas Cortes de Lisboa.

Malgrado essa aparente uniformidade nos interesses de Portugal, não havia consenso. As facções políticas portuguesas cindiam-se entre aqueles que, como o Conde de Palmela, preconizavam o retorno de Dom João VI a Portugal, ainda que isso constituísse risco para a unicidade do reino, e aqueles que aconselhavam a manutenção da sede real no Rio de Janeiro, como forma de conter os excessos liberais que fragmentaram a América espanhola. No Brasil, tampouco havia consenso quanto às posições que se deveriam adotar. As províncias do Pará e da Bahia, por sua estreita vinculação a Lisboa, manifestaram-se em benefício da adesão ao "Vintismo". Dever-se-ia ter como modelo a Constituição espanhola de Cádiz, de 1812, o que causou rápida reação de Dom João VI. Se o movimento do "Vintismo" realmente se efetivasse, o poder real cindir-se-ia em Poderes Legislativo e Executivo, enfraquecendo a Casa de Bragança. Do lado dos paraenses e dos baianos, facções portuguesas do Brasil, representadas pelo comércio, pelos militares e pela burocracia, aderiram à causa do Porto. A seu turno, as facções ditas brasileiras, que se beneficiaram com a abertura dos portos, defendiam a manutenção do *status quo.* Eram tais facções constituídas por profissionais liberais e parte do clero.

A capacidade de influência dessas facções díspares era testada a ferro e fogo.

Multiplicaram-se os panfletos, os pasquins, os jornais e os folhetos; cada qual buscando aliciar o máximo de adesões. Pregava-se abertamente o liberalismo e o constitucionalismo, malgrado o absolutismo do rei, que, agora, não fazia senão vista grossa à proliferação do material impresso. Por decreto de 1821, abolia-se a censura prévia – condição para civilizar-se, conforme dizia-se à época –, ainda que as ideias mais radicais não escapassem ao controle tipográfico. Em Portugal, o liberalismo ganhou mais que panfletos naqueles anos. A Constituição finalmente veio à baila, e Dom João VI recuou em face de seu sedentarismo nos trópicos. Em 3 de julho de 1821, as embarcações reais traziam o rei e sua comitiva de volta ao porto de Lisboa. Tentou-se evitar transmitir a impressão de uma volta às pressas, tal como a partida treze anos antes. Para não sofrer coação do Porto, Dom João VI teria de voltar de cabeça erguida, como se tivesse planejado o regresso há tempos. Deu-se a entender que a Coroa aceitava o novo cenário político e que Dom João VI dividiria o poder com as Cortes.

No Brasil, a cessão do poder ao novo príncipe regente, Dom Pedro, dava-lhe poderes absolutos: “antes para ti, meu filho, do que para um aventureiro” teriam sido as últimas palavras de Dom João VI no Brasil. Buscava-se evitar a formação de quadro político análogo ao da América espanhola, que adentrava difíceis anos de guerra civil. O “aventureiro” era, no fundo, uma alusão pejorativa aos caudilhos hispano-americanos. Dom Pedro assumiu o controle da Justiça, da Fazenda, do Comércio e da política externa. O apoio do Conselho era mera formalidade. O regente articularia, ainda, as demais províncias, que deveriam prestar lealdade ao Rio de Janeiro. Tanto o Norte quanto o Sul,

embora este fosse mais fiel ao regente do que aquele, recusaram apoio financeiro a Dom Pedro. As juntas governativas provinciais, eleitas localmente e com o aval das Cortes de Lisboa, haviam experimentado o autogoverno, o que punha em xeque a centralidade do Rio de Janeiro.

No decurso de 1821, realizaram-se eleições para as Cortes de Lisboa. Votavam maiores de 25 anos e alfabetizados. Os clérigos, as mulheres, os filhos-família[12], os criados e os escravos, no entanto, ficaram fora das listas eleitorais. Vislumbrando possível fratura que levou ao regresso de seu pai à Lisboa, Dom Pedro associou-se às facções brasileiras mais conservadoras, os chamados "corcundas", que exerciam influente papel na administração pública ao defender um Império luso-brasileiro. A seu turno, interessava a essas elites a aliança com Dom Pedro, já que, dessa forma, se debelariam as exigências lisboetas quanto à volta do regente a Portugal e se manteria a unidade bipolar do reino. Em setembro de 1821, contudo, radicalizou-se a postura portuguesa. Se as Cortes pretendiam restaurar a hegemonia de Lisboa no seio do Império, as bancadas brasileiras, e especialmente a paulista, opunham-se veementemente. As facções brasileiras não cederiam à proposta portuguesa de dissolver o governo central, encarnado por Dom Pedro. As juntas provinciais, inclusive aquelas mais ligadas a Lisboa, decidiram apoiar a bancada paulista, e Dom Pedro, em 9 de janeiro de 1822, proclamou sua permanência no Brasil: era o famigerado Dia do Fico.

2.3.2. A independência

Há história controversa na história da independência. Nos anos de 1970, José Honório Rodrigues privilegiou a característica revolucionária do processo de

emancipação (HONÓRIO RODRIGUES, 1976); haveria, consoante a tese do autor, embate historiográfico entre a corrente liberal e a conservadora. Se esta preferia valer-se da ideia de contrarrevolução, visto que a verdadeira revolução, no Brasil, teria sido o ano de 1808, aquela salientava haver revolução propriamente dita, pois 1822 teria consubstanciado ruptura com o passado. A visão historiográfica de José Honório Rodrigues aforou a validade da característica bélica da independência. Os conflitos no Sul e na Bahia seriam a base de seu pensamento. Na província Cisplatina, a resistência das tropas portuguesas não foram capazes de conter o separatismo brasileiro. Na Bahia, teria sido basilar o papel do general português Madeira Melo contra as forças de dom Pedro I, que contavam com apoio europeu, notadamente, o do comandante francês Pierre Labatut.

Antes da proposta de Honório Rodrigues, prevalecia a visão de Oliveira Lima, de começo do século XX, segundo a qual associar a independência brasileira ao belicismo da emancipação hispano-americana não passaria de fetichismo historiográfico (LIMA, 2006). Para Oliveira Lima, o Grito do Ipiranga apenas consolidava uma situação latente. A independência, nesse sentido, teria seu marco inicial em 1808, que promoveu experiência administrativa no Brasil. A historiografia do século XIX[13], no entanto, arguia em benefício de lógica inversa. Haveria, conforme essa tese, continuidade da presença portuguesa no Brasil até 1831, quando Dom Pedro I retornou a Portugal e foi instituída a Regência. A verdadeira independência não seria o Sete de Setembro, mas o Sete de Abril de 1831, data da renúncia de Dom Pedro I. Os anos 1808 e 1822 não teriam sido senão consolidações, sob formas

díspares, da administração lusitana no Brasil: não haveria, até 1831, nada parecido com políticas autenticamente brasileiras.

Em resposta a essas teses, em 1976, Maria Odila Leite Dias, em texto clássico intitulado "a interiorização da metrópole", caracterizou a emancipação brasileira como processo, e não ruptura (DIAS, 2005). A autora defende a continuidade das elites dirigentes antes e depois da independência. O projeto nacional de constituição do Estado brasileiro teria seus alicerces na ilustração pombalina: consoante a historiadora, "as elites coloniais viveram mais em conivência com as autoridades portuguesas do que em conflito. É o que torna *sui generis* o processo de separação de Portugal, que se deu quase a contragosto".

O Rio de Janeiro teria tão somente assumido o lugar de Lisboa nas relações com as demais províncias. Não haveria portanto uma data-chave para explicar a independência, mas um longo processo que perpassou a administração do Marquês de Pombal, de Dona Maria I, de Dom João VI e de Pedro I. Embora essas teses tragam, a um só tempo, luz e controvérsia à história da independência, vislumbra-se uma série de acontecimentos, de 1821 a 1824, que explicam as causas aparentes da emancipação brasileira.

Se o Brasil constituía, para os portugueses, parcela integrante do vasto Império lusitano, para os brasileiros, a união não deveria ser estruturada em detrimento da existência de dois reinos distintos. O dilaceramento do Império parecia inevitável. Dom Pedro, em janeiro de 1822, formou um Conselho Ministerial, encabeçado por José Bonifácio de Andrada e Silva, membro da facção conservadora brasileira, para aproximar o Rio de Janeiro das demais províncias. A seu turno, Gonçalves Ledo, mais liberal e mais radical do que

Andrada e Silva, denunciou os excessos conservadores das Cortes portuguesas no *Revérbero Constitucional Fluminense*, seu próprio jornal. O inconformismo de Gonçalves Ledo e a presteza de Dom Pedro revelaram-se acertados, visto que Lisboa aprovava decreto, para fechar os tribunais brasileiros. Em maio do mesmo ano, Dom Pedro passou a exigir o "cumpra-se" às leis portuguesas; em outras palavras, todo decreto ou lei vindos de Portugal deveriam passar pelo crivo do regente, para entrar em vigor no Brasil.

A partir de então, os eventos sucederam-se com ligeireza. Em junho, foi convocada uma assembleia de deliberação com o intuito de evitar a fragmentação do Brasil em províncias rivais. Em agosto, Dom Pedro proclamou inimigas todas as tropas portuguesas que zarpassem para o Brasil sem consentimento regencial. O cacofônico debate entre representantes brasileiros e portugueses acirrava a intransigência das Cortes. E deveras era cacofônico o diálogo, visto que, para Dom Pedro, se tratava mais de processo de autonomia política do Brasil do que de emancipação propriamente dita. Nesse mesmo mês de agosto, irrompeu em São Paulo uma revolta popular que, a um só tempo, aderia à figura de Dom Pedro e negava a condição do Brasil como província autônoma de Portugal. Dom Pedro, decidido a mostrar apoio aos revoltosos, encaminhou-se para São Paulo. No Rio de Janeiro, ficava Dona Leopoldina, que informaria seu marido sobre os últimos acontecimentos em Portugal. As más notícias não tardaram em chegar. À vista de uma frota portuguesa que forçaria Dom Pedro a regressar a Lisboa, o regente, em célebre brado, proclamou a independência do Brasil. Para seus contemporâneos, o Grito do Ipiranga apenas consolidava situação latente. Em outubro, as Câmaras Municipais aderiam à

causa da emancipação brasileira, representada na figura de Dom Pedro. No mesmo mês, o regente era aclamado rei e defensor perpétuo do Brasil em festividade cívica que transcendia as coroações do Antigo Regime. A Casa de Bragança era ovacionada nas ruas, o que dava margem para nova cerimônia imperial. Em 10 de dezembro de 1822, exatamente 182 anos depois da ruptura da União Ibérica (1580-1640), o regente tornava-se Dom Pedro I, em solenidade que, agora sim, imitava as coroações do Antigo Regime. A população, desta vez, não participou com "vivas" ao rei. Tornava-se espectadora do acontecimento. Prontamente, o novo imperador criou a Ordem do Cruzeiro, que serviria como moeda de troca para obter favores financeiros e apoio político da futura nobreza brasileira. Na virada do ano de 1822, o Brasil parecia mais um império do Antigo Regime do que um Estado liberal da América do sul.

2.4. A POLÍTICA EXTERNA JOANINA

A chegada à América de Dom João VI não arrefeceu o estado de beligerância em Portugal. Os portugueses, com auxílio de tropas britânicas, haviam resistido ao invasor francês. As três invasões napoleônicas, de 1808, 1809 e 1810, foram debeladas pelo exército português, reorganizado pelo general britânico William Beresford. Na última incursão francesa, os portugueses contaram com o auxílio espanhol, o que conformou a Guerra Peninsular (1807-1814)14.

2.4.1. As relações assimétricas de poder

A inserção de Portugal no jogo diplomático europeu operou-se a partir do Rio

de Janeiro. Aliada e protegida pela Inglaterra, não restava grande margem de manobra à Coroa. George Canning, ao assumir a pasta dos Negócios Estrangeiros da Inglaterra, declarava terem os britânicos "direito de estabelecer com os Brasis a relação de soberano e de vassalo e de exigir obediência como preço da proteção"[15].

No Brasil, a dependência com a Inglaterra consubstanciava-se pela abertura dos portos, pelo tratado de Navegação e Comércio (1810) e pelo tratado de Amizade e Aliança (1810). Este último impelia a Inglaterra a somente reconhecer herdeiros da Casa de Bragança no trono português. Reciprocamente, Portugal assumia o compromisso de acabar com o trato negreiro, o que foi contestado arduamente[16]. Vislumbrava-se nessas relações assimétricas adotadas por Dom João VI uma política externa dinástica, desvinculada, portanto, dos interesses nacionais. Julgava-se que o rei estaria mais interessado em salvar sua pele e sua Corte do que no reino, transmigrado para o Rio de Janeiro.

Com a França, a política externa dinástica de Dom João VI procurou vingar-se das invasões a Lisboa. Em 1809, a pretexto de recuperar a Guiana Brasileira, região compreendida entre o rio Araguari e o Oiapoque, as forças portuguesas tomaram a cidade francesa Caiena. A incursão operou-se sob a escolta naval britânica. A ocupação lusitana em Caiena estendeu-se até meados de 1817: dois anos antes, por ocasião do Congresso de Viena, decidira-se restituir os territórios da margem setentrional do rio Oiapoque aos franceses. Menos assimétrica, a aproximação com a França, a partir da chegada da missão artística, era contrapeso à influência britânica no Brasil.

2.4.2. As relações simétricas de poder

Um ano antes da transferência da Coroa para o Rio de Janeiro, em 1806, Buenos Aires e Montevidéu foram invadidas pela Inglaterra, mais interessada na abertura comercial do que na posse dessas cidades. Portugal acompanhava de perto as problemáticas do rio da Prata, que tanto condicionaram a política externa da América portuguesa nos séculos anteriores. A Banda Oriental do Prata, por suas ligações fluviais com os atuais Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, representava região fundamental para a defesa meridional do Brasil. Pelo tratado de paz de Badajoz (1801), que dera fim à Guerra das Laranjas17, em retaliação à ocupação espanhola da praça-forte de Olivença, na Europa, concedia-se a Portugal, na América, a região dos Sete Povos das Missões. Colônia do Sacramento, no entanto, permanecia em posse da Espanha. Inconformado, Portugal enxergava nas fraturas sistêmicas europeias uma possibilidade de intervenção na Banda Oriental. Fernando VII, herdeiro da Coroa espanhola, fora alijado do poder em 1808, quando José Bonaparte, irmão mais velho de Napoleão, assumiu o trono espanhol. Nada poderia ser melhor para Portugal. Tinha ainda a seu favor o vácuo jurídico deixado pelos tratados de limites da segunda metade do século XVIII. O Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, que confirmava posse espanhola dos domínios de Sete Povos e de Colônia do Sacramento, além de não haver sido demarcado, não fora revalidado pelo Tratado de Badajoz. O cenário pendia para o lado português. Dona Carlota Joaquina, filha do rei Carlos IV da Espanha e irmã de Fernando VII, era a esposa de Dom João VI. Pareceria natural a ela suceder seu pai no comando das possessões castelhanas, sobretudo em momento de

emancipação colonial. A monarca nos trópicos poderia garantir a unidade do trono espanhol, o que interessava sobremaneira a Dom João VI. Mas Buenos Aires não acatou a proposta. Em 1810, irrompeu o Cabildo Abierto portenho, cindindo o Vice-Reino do Rio da Prata, para além da própria Buenos Aires, nas regiões do Alto Peru (ou Bolívia), do Paraguai e da Banda Oriental. Apenas a última não se desligou de Buenos Aires.

A intervenção de Dom João VI em Montevidéu parecia inevitável. Em 1811, tropas lusitanas marcharam sobre a Banda Oriental e tomaram a capital. O governador espanhol, Elío, recebeu com insatisfação as forças portugueses, já que interessava a ele se unir às lideranças portenhas para assegurar sua influência na Banda Oriental. É precisamente nesse momento que José Artigas rompeu com Buenos Aires e deu margem, pelo menos na historiografia uruguaia, ao processo de independência do Uruguai. O êxito português na Banda Oriental, no entanto, foi limitado pelo armistício preconizado por Lord Strangford, que impôs a retirada das tropas lusitanas de Montevidéu. Para a Inglaterra, a rota comercial da Banda Oriental deveria ser preservada, e dada a proximidade entre Colônia e Buenos Aires, convinha mais a existência de um Estado tampão do que permanente beligerância entre Portugal e Espanha. Ao passo que as hostilidades persistiam na Banda Oriental, Portugal vislumbrava nova empreitada. Depois de 1814, quando os espanhóis se retiraram da faixa platina, o cenário de guerra civil entre o federalismo de Artigas e o unitarismo de Buenos Aires dava margem de ação à Coroa portuguesa. Finda a guerra na Europa, Dom João VI enxergava com maus olhos a proclamação de independência do Uruguai por Artigas e suas aspirações a conquistar, como

sorte de *irredentismo*[18], a região de Sete Povos (RICUPERO, 2011). A segunda investida contra Montevidéu, em 1817, teve grande êxito. Artigas derrotado, Portugal assumia papel de pacificador da região, o que interessava aos ingleses, mas não aos espanhóis, que se viam progressivamente alijados do rio da Prata. Era a retaliação pessoal de Dom João VI à perda da praça-forte de Olivença. A ideia de política externa dinástica durante o período joanino, consoante a qual as ações externas do príncipe regente teriam por escopo a defesa dos interesses da Casa de Bragança, é contestada, na historiografia, por Gonçalo de Mello Mourão. A Revolução Pernambucana de 1817, por seus contatos oficiais com Washington e Londres, e extraoficiais com Napoleão, teria dado lugar à incipiente diplomacia não mais no Brasil, mas do Brasil (MELLO MOURÃO, 2009). Seja como for, a Banda Oriental tornava-se Província Cisplatina, em 1821, uma parte integrante do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. De forma a consolidar suas posses na América, Portugal obteve do Congresso de Viena cláusula que condicionava eventuais independências de seus territórios ao reconhecimento prévio da metrópole. Para tanto, urgia adensar a cadeia de alianças com a Europa. O casamento de Dom Pedro, príncipe e herdeiro do trono, foi negociado com a Casa de Habsburgo: a arquiduquesa da Áustria, Maria Leopoldina, casou-se com o filho de Dom João VI, o que asseguraria proximidade com Metternich, diplomata e estadista austríaco pessoalmente ligado à Leopoldina.

2.4.3. As relações comerciais

À medida que se pacificavam as relações interestatais na Europa, a Inglaterra

tendia a monopolizar a balança comercial no Brasil, e os desequilíbrios no comércio exterior não tardaram em surgir. Em 1812, as exportações britânicas para o Brasil somavam 2 milhões de libras, ao passo que as importações atingiam menos de 700 mil libras (RICUPERO, 2011). Proliferavam os estabelecimentos comerciais ingleses no Rio de Janeiro, o que punha em risco os produtores locais. Na visão de Caio Prado Júnior, os tratados de 1810 teriam resfriado a possibilidade de industrialização no Brasil (PRADO JÚNIOR, 2010). Quando do retorno de Dom João VI à Lisboa, as exportações do Brasil reduziram-se drasticamente. O que, somado ao surto inflacionário do final da década de 1810, prenunciava período de crise econômica.

2.5. RESUMO DO PERÍODO

1. O Brasil sede do Estado monárquico português

- Dom Rodrigo de Souza Coutinho propõe a criação de um Império transoceânico com sede no Rio de Janeiro. A proposta já havia sido esquematizada pelo padre Vieira.
- Embate entre o capitalismo intervencionista francês e a livre-iniciativa britânica. 1805: Batalha de Trafalgar e derrota francesa. Em retaliação, Napoleão decreta bloqueio continental à Inglaterra. Desenha-se aproximação luso-britânica contra a franco-espanhola. Após o Tratado de Fontainebleu, Portugal é invadido. A partida da Corte, em 1808, não foi uma fuga, havia projeto anterior.
- Reformas no Rio de Janeiro
    - Regimento Régio, Biblioteca Real, Jardim Botânico, Imprensa Régia (com censura), Escola de Ciências, Artes e Ofícios.

- Missão francesa: Grandjean de Montigny/ Debret / Nicolas e Auguste Taunay /Lebreton. Sem Napoleão, esses franceses ficaram desempregados. Foram mal recebidos no Brasil.
- Missão austríaca com casamento de Dom Pedro I com Leopoldina.

- Expressivo crescimento econômico com a chegada da Corte. Promoção da abertura dos portos, em 1808, às nações amigas. Fim do exclusivo colonial e revogação do alvará de 1785. O Visconde de Cairu era favorável às ideias econômicas liberais. Fundação do Banco do Brasil promove crescimento econômico.
  - 1810: Tratado de Aliança e Amizade.
  - 1810: Tratado de Comércio e Navegação.
  - Para Caio Prado Júnior, tratados de 1810 arrefecem possibilidade de industrialização no Brasil.

2. Influência das ideias liberais no Brasil

- 1817: Insatisfação nos dois lados do Atlântico. No Brasil, Revolução Pernambucana foi tentativa separatista de Pernambuco. Influências: republicanismo, constitucionalismo e liberalismo. Revolta de características elitistas e populares.

3. O constitucionalismo português e a independência do Brasil

- 1820: Revolução Liberal do Porto. “Vintismo”:
  - Preconizava limitação do poder real.
  - Face conservadora do “Vintismo”: restringir autonomia do Brasil. No Brasil, revolução recebida como tentativa de recolonização. Para Portugal não era recolonizar, mas contração da autonomia brasileira.
- Retorno de Dom João VI a Portugal em 1821. Dom Pedro nomeado príncipe regente. Em Lisboa, exige-se também a volta de Pedro. 9 de janeiro de 1822, Dia do Fico: abaixo-assinado ratificado por Dom Pedro. Maio 1822:

"Cumpra-se". Setembro de 1822: Grito do Ipiranga. Outubro de 1822, D. Pedro é aclamado Rei do Brasil e Defensor Perpétuo do Brasil com adesão das Câmaras Municipais. 1º de dezembro de 1822: Coroação de Dom Pedro. Guerras de independência na Bahia, na Cisplatina, no Maranhão, no Pará e no Piauí.

4. A política externa joanina

- Intervenção em Montevidéu em 1811. Retirada por pressões inglesas.
- Invasão de Caiena, em retaliação à invasão de Lisboa, 1809-1817. Portugal só irá se retirar de Caiena durante o Congresso de Viena.
- Segunda investida em Montevidéu, 1816. Argumento era retaliação contra perda de Olivença, 1801.
- Participação de Portugal no Congresso de Viena 1815 e consequências:
  - Negociação de casamento de Dom Pedro I.
  - Reconhecimento prévio da Metrópole se declaração de independência nas colônias.
  - Criação Reino Unido de 1815, Brasil, Portugal e Algarves.
  - Seria forma de reunificar Brasil e Portugal.

3

O PRIMEIRO REINADO (1822-1831)

3.1. A CONSTITUIÇÃO DE 1824

3.1.1. A Assembleia Constituinte de 1823

Constituído o novo ministério em janeiro de 1822 sob os auspícios e a direção de José Bonifácio de Andrada e Silva, o patriarca da independência, começou a surgir a ideia de nação brasileira nas gazetas e jornais do Rio de Janeiro. Não que aquilo tivesse o significado de construção de uma comunidade de sentidos (BACZKO, 1984), com vinculação subjetiva da população, mas havia intencionalidade, por parte das elites brasileiras, de formar uma comunidade imaginada (ANDERSON, 2011). A nacionalidade, até então, estava mais vinculada à emergência de um sentimento difuso de separação e de oposição a Portugal do que a uma adesão subjetiva das províncias e da população à Corte do Rio de Janeiro. O país não estava pacificado. Pelo contrário, parecia fraturado. Enquanto o Rio Grande do Sul, Minas Gerais e o Mato Grosso rapidamente aderiram à causa de Dom Pedro I, a Cisplatina, a Bahia, o Maranhão, o Pará e o Piauí mostraram-se mais reticentes. Alastraram-se as guerras de independência até 1824. As guerras de independência brasileiras

mobilizaram cerca de 11 mil tropas portuguesas e outras 13 mil brasileiras (HONÓRIO RODRIGUES, 1976), números que superam o contingente bélico de algumas emancipações sul-americanas. Em rigor, não eram verdadeiramente portuguesas ou brasileiras as tropas, mas regimentos lutando em prol de uma causa e contra outra: grande parte dos "brasileiros" eram mercenários ingleses e franceses contratados por Dom Pedro I. Ao término das guerras de independência, a soberania de Dom Pedro I consolidou-se sob a união das províncias, a substituição definitiva dos governos das capitanias coloniais por assembleias provinciais brasileiras, o confisco de posses portuguesas e o adensamento do contingente bélico. A Marinha e o Exército brasileiro possuíam maior efetivo que seus homólogos dos Estados Unidos, o que colocava o Império em posição de força no continente americano. Chegava a hora de escrever uma Constituição para o Brasil.

Dar ao Império uma Constituição era necessário, para garantir a unidade territorial e para dar vozes à soberania de Dom Pedro I. Em 3 de junho de 1823, convocou-se a assembleia constituinte, a qual o imperador juraria se a julgasse digna de seu nome. Era uma maneira de contornar os excessos liberais que, na percepção de Dom Pedro I, poderiam contaminar a autoridade almejada. Percepção essa que não destoava do que expunham as correntes de opinião. Os deputados eleitos representavam miríade de interesses que a vindoura Constituição dificilmente poderia conciliar. Eram interesses regionais, provinciais, citadinos, rurais, familiais e individuais. Por identificação ou por oposição, não obstante, formaram-se duas alas; à primeira, vinculada aos deputados formados em Coimbra e, portanto, mais próximos de Dom Pedro I,

opunha-se a segunda, mais liberal e reformista. O certo é que, embora houvesse um núcleo duro de deputados que não abria mão de suas convicções, durante a constituinte não foram poucos os eleitos que mudaram de lado. Ficava claro a Dom Pedro I, contudo, que, se o grupo liberal, ou dito brasiliense, negasse o veto imperial e o direito de dissolução da Câmara, o conservador proporia a restauração nos moldes da Constituição de 1814 de Louis XVII da França, na qual caberia ao imperador a condução de um executivo macrocefálico.

À discordância em torno da separação do poderes somava-se o desconforto provincial com a centralização do Estado no Rio de Janeiro. Entre o grupo liberal, surgiram vozes regionais que se opunham à proposta de Dom Pedro I consoante a qual um presidente de província nomeado pelo imperador substituiria as antigas juntas eleitas localmente. O Nordeste, encabeçado pelas críticas jornalísticas de Cipriano Barata[19] ao Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, passava definitivamente para o bando liberal. José Bonifácio, a seu turno, buscava mediar os interesses liberais e provinciais com os das facções portuguesas, que amparavam o discurso restaurador de Dom Pedro I. Posição delicada, visto que se defendesse as províncias correria o risco de perder a carreira e a moral, mas se sustentasse o discurso autoritário perderia a bancada liberal. Para Bonifácio, a conciliação teria de vir sem alterações à centralização e à unidade nacional, obra da independência que deveria ser preservada. Mediar não era tarefa fácil, visto que se as alas liberais, e precisamente Gonçalves Ledo, enxergavam no patriarca da independência um articulador a serviço de Dom Pedro I, as alas conservadores desconfiavam das tendências liberalizantes de Bonifácio. Embora se autodenominasse conservador, o patriarca opunha-se

às grandes propriedades fundiárias e à escravidão. Devia José Bonifácio encontrar equilíbrio entre a ética da responsabilidade, que o fazia enxergar a rigidez das estruturas sociais e econômicas do Brasil, e a ética da convicção[20], que o inclinava para as reformas mais radicais. A superação do impasse teria de vir das mãos do ministro empossado.

Sob a liderança de Antônio Carlos de Andrada e Silva, irmão de José Bonifácio e cofundador do jornal *O Tamoio,* a bancada dita brasiliense propôs anteprojeto constitucional largamente influenciado pelo Iluminismo no que concerne à separação de poderes. Era também amplamente liberal no sentido econômico, por força das recomendações de José da Silva Lisboa, o futuro Visconde de Cairu. O aspeto conciliador referir-se-ia ao silêncio quanto à escravidão e às propriedades latifundiárias, que, embora enxergadas por José Bonifácio como entraves à constituição nacional, em muito ofenderiam a aristocracia rural vinculada à corrente restauradora. Um artigo, no entanto, alterava o equilíbrio de forças, tornando o anteprojeto liberal. O voto seria indireto e censitário, mas o critério de renda era relativamente baixo. Exigia-se comprovação de renda mínima de 150 alqueires de farinha de mandioca, o que ampliaria substancialmente o eleitorado. Nesse sentido, consolidavam-se as correntes de opinião em blocos homogêneos. Ou se era a favor da Constituição da Mandioca, como ficara conhecido o anteprojeto, ou se era contra.

Em 11 de novembro de 1823, quando da votação da Constituição da Mandioca, amparado pelas correntes restauradoras, Dom Pedro I dissolveu a constituinte e fechou a assembleia. Inspirava-se do episódio de 3 junho de 1823 em Portugal, quando o movimento denominado Vilafrancada pusera fim à

experiência liberal das Cortes, dissolvendo-as e restaurando o poder absolutista de Dom João VI, pai do imperador do Brasil. No Rio de Janeiro, a Vilafrancada tornava-se a "noite da agonia". Foram presos e forçados ao exílio os irmãos Andrada. Como justificar o assalto à constituinte senão com alusões à desunião que os Andradas estariam hipoteticamente fomentando? Foi precisamente sustentando a tese da união nacional em detrimento das facções ditas partidárias, embora não houvessem partidos formais naquele então, que Dom Pedro I legitimava o fim da constituinte. E prometia mais, para garantir a calmaria dos brasilienses: dias após a "noite da agonia", o imperador jurou que outorgaria uma Constituição "duplicadamente mais liberal". Poucos acreditaram. Em dezembro de 1823, frei Joaquim do Amor Divino Caneca juntou-se ao descontentamento pernambucano, para condenar o cerceamento da liberdade e da soberania popular que promovera Dom Pedro I com o assalto à constituinte. Eram os termos do frei, que compreendia uma Constituição como "não outra coisa que a ata do pacto social, que fazem entre si os homens quando se ajuntam e se associam para viver em reunião ou sociedade"[21].

3.1.2. A Carta outorgada

Em março de 1824, ganhava o Império sua primeira Carta Constitucional. A bem da verdade, a Constituição outorgada não diferia substancialmente do anteprojeto da constituinte: haveria um Poder Executivo, exercido pelo imperador e pelos ministros por ele nomeados, um Poder Legislativo bicameral, conformado por uma Câmara Baixa[22] e um Senado vitalício[23], formando-se assim a Assembleia Geral do Império, e um Poder Judiciário com Corte

Suprema. Também garantia a Constituição de 1824 direitos individuais e políticos para os cidadãos, o que era novidade à escala mundial. Ser cidadão era ser homem e livre[24]. Alforriados não votavam[25], a menos que nascidos no Brasil, assim como tampouco participavam do registro de eleitores os menores de 25 anos, excetos os casados e bacharéis em direito. Não se exigia ser alfabetizado para votar e, apesar de censitária[26], a participação política brasileira era mais alta do que a europeia. Outra novidade de cunho liberal era o artigo 179, pelo qual se outorgava a gratuidade "da instrução pública [...] a todos os cidadãos", o que era, comparando-se com outras constituições europeias, uma novidade jurídica para o desenvolvimento da cidadania.

Menos liberais, a forte centralização e a instituição do Poder Moderador eram as pedras do toque da organização administrativa, precisamente contra o que os brasilienses da constituinte mais se digladiaram. A nova monarquia hereditária e constitucional reforçava a característica unitária do Império, fortemente centralizado no Rio de Janeiro. Às províncias dava-se-lhes um Conselho Geral Provincial, órgão de representação popular, sem função legislativa, junto ao presidente de província, este nomeado pelo imperador. Quanto à separação de poderes, a cisão entre as funções executivas e legislativas não era nítida. O Poder Moderador, *chave de toda organização política,* conforme o artigo 98, deveria velar sobre a manutenção da independência, do equilíbrio e da harmonia dos demais poderes políticos. Assim preconizava o filósofo francês Benjamin Constant, de quem se inspirava a Carta de 1824. Resta que o Poder Moderador fora delegado privativamente ao imperador, que poderia dissolver a Câmara de Deputados, caso julgasse necessário. Ao imperador também cabia o direito de

sancionar as resoluções e os decretos legislativos. Por fim, a condução da política externa permanecia nas mãos do imperador, restando à Assembleia pouca margem de ação nesse sentido. Órgão executivo, o Conselho de Estado era composto por dez ministros, nomeados pelo imperador, este irresponsável[27] perante aqueles. Os conselheiros deveriam ser ouvidos, assim dispunha a Constituição no artigo 142, "em todos os negócios graves [...] principalmente sobre declaração de guerra, ajustes de paz, negociações com as nações estrangeiras [...]". Mas não havia maiores desavenças entre os conselheiros e o imperador, visto que este nomeava aqueles, o que deixava a condução da política externa nas mãos de Dom Pedro I. Ao vindouro mote do Conselho de Estado "diplomacia inteligente sem vaidade, franca sem indiscrição, enérgica sem arrogância" parecia sobrepor-se a política dinástica do imperador.

Quanto à religião, o artigo 5 reconhecia a católica apostólica romana como religião do Império, sem contudo alijar a prática doméstica de outras crenças. O Império mantinha o instituto do padroado, o que conferia ao imperador o direito de nomear bispos, de dispor sobre o dízimo e de exercer o beneplácito[28]. Em compensação, a vida civil seria organizada pela Igreja. Censos, registros civis e eleições eram obra das paróquias. A própria comarca era a freguesia católica. Foram essas concessões feitas à Igreja que, no entanto, pouco convenciam o frei Caneca da validade de um poder executivo onipresente.

3.2. O QUADRO POLÍTICO INTERNO

3.2.1. A Confederação do Equador

Em julho de 1824, quatros meses após a outorga da carta constitucional, emergiam, novamente em Pernambuco, demonstrações contra a dissolução da constituinte e contra a instituição do Poder Moderador. Nas palavras de frei Caneca, "o Poder Moderador da nova invenção maquiavélica é a chave mestra da opressão da nação brasileira e o garrote mais forte da liberdade dos povos"[29].

Demonstrações essas que faziam ressurgir o imaginário do episódio de 1817. À época, frei Caneca, formado no Seminário de Olinda, participara da revolução com Cipriano Barata: a *Sentinela da Liberdade,* panfleto deste, em muito respaldava o *Tífis Pernambucano,* jornal daquele. Também se insurgiam, em Pernambuco, contra o centralização no Rio de Janeiro, ratificando, assim, a insatisfação dos brasilienses de 1823. Também se era contra o presidente de província nomeado pelo Imperador. Separação de poderes e centralização, portanto, persistiam na base das controvérsias entre imperador e liberais, o que não foi exclusivo do Primeiro Reinado.

À mobilização pernambucana de frei Caneca somaram-se as províncias de Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, formando sob o comando de Manuel de Carvalho[30], que tinha participado do levante de 1817, a Confederação do Equador em julho de 1824. Hasteava-se a bandeira das ideais republicanas e federalistas contra os portugueses, vistos como monárquicos e centralizadores. Presente estava na consciência dos insurretos que Dom Pedro I não era brasileiro, que favorecia interesses pessoais e que sua política externa era dinástica. Prova disso, Manuel de Carvalho solicitou ao *State Department* dos Estados Unidos envio de esquadra, para garantir, na esteira da Doutrina Monroe,

a não ingerência dos navios ingleses e franceses ancorados a poucas milhas de Recife. E deveras tinha razão, visto que a Inglaterra fora aliada de longa data dos Bragança, e a França de Louis XVIII, rei enfermo e prestes a passar o trono ao restaurador Charles X, definitivamente operaria em favor do Antigo Regime. Para sorte de Dom Pedro I, os Estados Unidos desconsideraram o pedido de Manuel de Carvalho.

Os insurretos não diferiam muito daqueles da Revolução de 1817. A Confederação do Equador era de ordem urbana e popular, mas aliciava comerciantes e proprietários rurais. Participaram também estrangeiros na sedição, que deveria proclamar uma república nos moldes da Constituição liberal e federativa de Cúcuta, na Colômbia, de 1821. A reação do Rio de Janeiro mostrou-se implacável. Em novembro de 1824, as tropas imperiais já haviam debelado o movimento segregacionista. Os mentores da insurreição foram enforcados, exceção feita ao frei Caneca, que os carrascos, ora temendo alguma vingança divina, ora apiedados por esse padre liberal dos pobres, recusaram levar a forca. O frei terminara fuzilado e seu corpo esquartejado. Era a segunda derrota de Pernambuco contra o Rio de Janeiro em menos de sete anos. Mas não por isso arrefeceu a irradiação liberal da província, que teve viço renovado em 1848 (FAUSTO, 2008).

3.2.2. A crise política

As razões que levaram à abdicação de Dom Pedro I, em 7 de abril de 1831, foram de ordem interna e externa. Internamente, os acalorados embates, na Assembleia Geral do Império, entre o Poder Executivo e o Legislativo

ganhavam a imprensa, ampliando, portanto, o sentimento antiportuguês. Aos deputados interessava liquidar as últimas marcas coloniais, como a Mesa do Desembargo do Paço, a Casa de Suplicação e a Intendência Geral da Polícia, em benefício de instituições próprias, como a Supremo Tribunal e o Código Criminal. Ao que Dom Pedro I respondia com o endurecimento de sua intransigência. Externamente, a Guerra Cisplatina (1825-1828) exauria tropas nacionais e mercenários, contratados por Dom Pedro I. Ainda, a guerra aumentava consideravelmente o volume dos gastos do tesouro nacional, já debilitado por problemas econômicos internos. Após o término do incidente bélico no Prata, o Exército imperial distanciou-se do imperador. Reclamava-se pagamento de maiores soldos e buscava-se enfraquecer o prestígio dos oficiais de alta patente, que eram portugueses (FAUSTO, 2008).

Passada a guerra, o imperador parecia estar mais voltado para a Europa do que para o Brasil. Preocupado com a sucessão do trono português, Dom Pedro I, filho mais velho de Dom João VI, passou o trono a sua filha, Maria da Glória. Menor de idade, a jovem infanta fora forçada a se casar com Dom Miguel[31], seu tio e irmão de Dom Pedro. Do Sul, Dom Pedro I controlaria o Norte, já que não havia formalmente renunciado ao trono português. A política externa dinástica de Dom Pedro I provocava a intranquilidade da oposição no Brasil. Como era de se esperar, as eleições para a nova legislatura, ainda em 1829, davam ampla maioria de oposicionistas na Câmara. Mais radicais, os novos deputados advogavam a total liberdade de imprensa, que fora concedida, organizavam clubes secretos e promoviam debates públicos fora da Câmara, o que ampliava o alcance oposicionista de jornalistas como Libero Badarò. Ficava

claro que não eram somente os deputados que se opunham a Dom Pedro I.

Meses depois, a política interna europeia parecia vir ao socorro dos brasileiros oposicionistas. As jornadas de 27, 28 e 29 de julho de 1830, conhecidas mais tarde como *as três gloriosas*, punham fim ao reino absolutista de Charles X na França. O motim parisiense levantava-se contra a tentativa de dissolução de Assembleia Nacional e contra o cerceamento à liberdade de imprensa. O contexto político francês não poderia ser mais parecido com o brasileiro. Em novembro de 1830, era assassinado o jornalista liberal Libero Badarò em circunstâncias não esclarecidas. Ao mesmo tempo, Dom Pedro I demitia seu gabinete, e previa-se constituição de outro mais restaurador sob liderança de Francisco Gomes da Silva, o famigerado Chalaça. Em fevereiro de 1831, ao voltar de Minas Gerais, para onde teria ido apaziguar intranquilidades em Vila Rica, Dom Pedro I foi recebido friamente no Rio de Janeiro. Ao punhado de restauradores que carregavam lampiões para saudar a chegada do rei, sobrepunha-se um grupo de liberais, que não tardou em arremessar o que encontrasse nas ruas contra o bando aliado ao imperador. Foram retaliados com os próprios lampiões. O episódio da "noite das garrafadas", que a historiografia associa à morte de Libero Badarò (BASTOS PEREIRA NEVES, 2011), marcava, portanto, o acirramento da oposição entre portugueses restauradores e brasileiros liberais, separando sobremaneira o Imperador da Câmara.

Em resposta à "noite das garrafadas", Dom Pedro I destitui novamente o gabinete em benefício de um ministério de marqueses, compostos integralmente por nobres portugueses. Ao contrário do que ocorrera em 1823, o Exército não se dispunha a auxiliar o imperador. Lima e Silva, comandante militar brasileiro

e pai do futuro Duque de Caxias, buscava convencer Dom Pedro I da calamidade pública que traria o novo ministério. O próprio Benjamin Constant preconizava a abdicação. Em 7 de abril de 1831, sem apoio interno e enxergando sua redenção na ascensão ao trono português, Dom Pedro I teria exclamado: “entre mim e o Brasil está tudo acabado e para sempre” (LUSTOSA, 2006).

Deixava, no entanto, seus filhos no Brasil, sob os cuidados de Lima e Silva. O mais velho entre eles, o futuro Dom Pedro II, tinha apenas cinco anos e era órfão de mãe desde 1826.

3.2.3. A crise econômica

A economia esteve em crise na quase totalidade do Primeiro Reinado. Pelo tratado de reconhecimento da independência do Brasil pela Inglaterra, renovavam-se os privilégios alfandegários de 1810. Ao empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas, contraído, na Inglaterra, como preço do reconhecimento pago a Portugal, somavam-se outras três milhões, tomadas para sanear a economia do Império: a totalidade correspondia a um ano de exportações, ou 15% do PIB brasileiro (CALDEIRA, 2010). A Guerra Cisplatina, a seu turno, engrossava a dívida pública. Ao término do conflito, os títulos do tesouro em circulação somavam 21,5 mil contos de réis, quando o orçamento imperial era de 12 mil (CALDEIRA, 2010). Restava pouco do ouro da Coroa nos cofres públicos. A maior parte fora retirada por Dom João VI, em 1821, quando da volta a Portugal. Sem respaldo em barras de ouro, o Banco do Brasil teve de recorrer à emissão de meio circulante, o que contribuía para o

inchaço monetário. Os títulos de tesouro passaram a ser pagos com altos índices de deságio: o detentor do título, quando buscava ressarcir o empréstimo feito aos cofres públicos, recebia papel-moeda em valor nitidamente inferior aos depósitos inicias em moeda metálica. O processo provocou aumento no índice geral de preços, o que se traduzia em inércia inflacionária repassada ano a ano. Aos olhos dos deputados, a espiral inflacionária tinha sua origem nos acionistas do Banco do Brasil, interessados na continuidade da venda de títulos em moeda metálica e no ressarcimento de empréstimos em papel-moeda com valor nominal inferior. Somente seria possível controlar o emissionismo do Banco do Brasil extinguindo-o. E foi o que aconteceu em 1829, malgrado as vontades do próprio imperador: daí em diante, circularia apenas papel-moeda.

Se liquidar o Banco do Brasil parecia ser a solução para contornar a crise inflacionária, restava a necessidade de engrossar o orçamento imperial. Ao longo da década de 1820, as contínuas desvalorizações do mil-réis, consequência da espiral inflacionária, favoreciam, por um lado, as exportações brasileiras de café, couro, cacau e fumo; por outro, arrefeciam a capacidade de importação dos bens de consumo caros às elites imperiais. Consequência da concorrência externa, o cenário agravou-se com a queda nos preços do algodão, couro, cacau e café, o que debilitava as finanças dos proprietários rurais brasileiros. Em épocas de vacas magras, as desavenças entre portugueses e brasileiros não fizeram senão duplicar. Operava a identificação por oposição laboral: se os brasileiros eram proprietários rurais, os portugueses controlavam grande parte do comércio de varejo, cerceando estes, portanto, a margem de lucro daqueles.

Taxar as exportações, como feito em 1836, não era verdadeiramente uma saída para adensar o orçamento do Império, já que acentuaria a oposição dos liberais e dos proprietários rurais brasileiros. Taxar as importações tampouco era viável, visto que, além de alijar da pauta de consumo os bens caros à coroa, o Império estava atado pelo tratado de reconhecimento da independência pela Inglaterra. As concessões feitas aos britânicos deveriam ser estendidas aos demais Estados europeus, se Dom Pedro I quisesse resguardar o reconhecimento da independência e o bom trânsito da Casa de Bragança. Em 1826, assinava-se tratado de comércio com a França e, um ano depois, com a Áustria, a Prússia e as Cidades Hanseáticas. As disparidades no que concerne às barreiras alfandegárias aplicadas a esses Estados poderiam suscitar novos impasses políticos. Para evitá-los, promulgou-se a Lei Bernardo Pereira de Vasconcellos em 1828, que equiparava a barreira tarifária de 15% *ad valorem* aplicada às mercadorias inglesas a todos os Estados com os quais o Império mantinha relações diplomáticas. Garantia-se, assim, a aliança política com a Europa, malgrado a persistente ascendência britânica na pauta comercial brasileira, mas perdia-se o controle das finanças públicas. Engrossar as contas do tesouro tornava-se praticamente inviável com as baixas receitas alfandegárias e a permanente presença das embarcações inglesas nos portos brasileiros, largamente superior à dos outros Estados europeus. Quase vinte e três anos após a transmigração da Coroa portuguesa para o Rio de Janeiro, retornava Dom Pedro I a Portugal, deixando a economia brasileira em condição mais vulnerável do que a encontrara seu pai, Dom João VI, em 1808.

3.3. O QUADRO POLÍTICO EXTERNO

3.3.1. O reconhecimento da independência

Embora tenha vigência, nos dias atuais, a teoria declaratória do reconhecimento da independência de um Estado, à época, vigorava a constitutiva. Em outras palavras, o reconhecimento pela sociedade internacional era condição para o estabelecimento de um novo Estado. Nesse sentido, interessa sobremaneira, no século XIX, ao Estado independente contar com o apoio das grandes potências, que ao entabular relações diplomáticas com o novo país independente constituíam-no como ator internacional. Era mais uma questão de legitimidade do que de direito.

As ações empreendidas para obter o reconhecimento do Brasil iniciaram-se com a gestão de José Bonifácio de Andrada e Silva na pasta dos Negócios Estrangeiros, de 1822 a 1823. Meses antes da independência, José Bonifácio denunciou, no *Manifesto aos governos e nações amigas,* as intenções colonialistas portuguesas. Em sua visão, não era um Reino Unido que se pretendia consolidar na proposta das Cortes portuguesas, mas uma unipolaridade que submeteria o Brasil à condição de vassalo. De modo que obter o reconhecimento da independência era a garantia da constituição do país. Para tanto, Bonifácio enviou, em maio de 1822, delegação do Império do Brasil a Buenos Aires, no intuito de persuadir, um ano antes da Doutrina Monroe, as autoridades portenhas sobre os benefícios de alianças na América, para debelar ingerências europeias. E teve êxito. O governo das Províncias Unidas do Rio da Prata reconheceu a independência em 1823. No mesmo ano, Benin e Onin,

ambos reinados situados no atual golfo de Benim, adensaram o coro. Interessava às elites africanas o rápido reconhecimento do Brasil, visto que o novo Estado, se não ampliasse o comércio atlântico de escravos, pelo menos manteria as rotas já estabelecidas. Em 1824, ao fazer jus à Doutrina Monroe, consoante a qual o continente americano deveria estar livre de interferências europeias, os Estados Unidos passam a vislumbrar no Brasil um Estado independente. Os Estados Unidos, contudo, não eram ainda atores de maior relevância nas alianças sistêmicas europeias. Tampouco eram uma potência. À época da independência, o exército e a marinha brasileira eram comparáveis, senão superiores em número, a seus homólogos estadunidenses. Interessava ao Brasil, portanto, o reconhecimento pela França, pela Áustria, pela Rússia, pela Prússia e, sobretudo, pela Inglaterra. O que não era tarefa fácil, se considerarmos que Portugal desempenhava papel de alguma relevância nas relações interestatais europeias.

Conseguir o reconhecimento da independência pela sociedade internacional significava persuadir, antes, Portugal a ratificar a emancipação do Brasil. Foi essa, provavelmente, a conquista de maior importância para Portugal no Congresso de Viena. Pelas cláusulas do disposto em 1815, o reconhecimento de independência das colônias portuguesas sujeitava-se ao consentimento prévio da Coroa de Portugal. Para José Bonifácio, no entanto, as disposições do Congresso de Viena, senão obsoletas, eram irrelevantes para o Brasil. Instruiu o primeiro encarregado de negócios do Brasil em Londres, Felisberto Caldeira Brant, a apresentar perante as autoridades britânicas intenções quanto ao fechamento dos portos brasileiras às nações que não reconhecessem a

independência. As enérgicas decisões de José Bonifácio levavam-no, ainda, a considerar caducos os diplomas comerciais de 1810 com a Inglaterra. Como bem notara Caldeira Brant, George Canning, secretário de Estado para o *Foreign Office*, estava disposto a ceder caso o Brasil prorrogasse os tratados de 1810 e desse fim ao tráfico de escravos. O que Bonifácio negou, visto que, embora fosse contra a escravidão, a conjuntura econômica brasileira da época não suportaria a abolição do trato negreiro. Tampouco era Bonifácio favorável à prorrogação dos tratados de 1810. Nos primeiros anos da década de 1820, o Brasil representava para a Inglaterra, em termos comerciais, metade do exportado para a Ásia, dois terços do vendido para os Estados Unidos e três quartos do comércio com a América espanhola (RICUPERO, 2011). Havia, nesse sentido, poder de barganha para o Brasil. Em abril de 1823, Bonifácio ordenou a volta de Caldeira Brant ao Rio de Janeiro: era a maneira de apressar a ordem dos acontecimentos. George Canning já havia noticiado a seu representante no Rio de Janeiro que o reconhecimento era questão de tempo. A manutenção das relações diplomáticas entre a Inglaterra e o Brasil acenava para o reconhecimento implícito.

Prova da incidência da política interna na condução dos negócios externos, a cisão entre Dom Pedro I e José Bonifácio alterou a agenda política internacional. Na "noite da agonia", em 11 de dezembro de 1823, fechou-se a Assembleia Constituinte e prendeu-se Bonifácio. O patriarca deixava a Corte, mas permaneceria seu legado da unidade nacional, da mediação e da preservação de interesses estatais em detrimento dos partidários. Em seu lugar, assumiu um ministério vinculado aos interesses pessoais de Dom Pedro I e à

Casa de Bragança. Nas palavras de Rubens Ricupero, ficava, contudo, "o exemplo inspirador de uma orientação que inaugurou a diplomacia brasileira numa linha de firmeza e fidelidade aos interesses do Estado [...]" (RICUPERO, 2011).

Substituído Bonifácio, iniciou-se uma segunda fase no processo de reconhecimento da independência. Pelo acordo de novembro de 1825, Portugal elencava condicionalidades para a constituição do Estado brasileiro. Ou melhor, para obter o reconhecimento de seu reino, Dom Pedro I digladiava-se com seu pai, Dom João VI, agora rei de Portugal. Exigia-se do Brasil pagamento de indenização em vultoso valor de 2 milhões de libras esterlinas como preço da independência e como condição para a permanência da Biblioteca Real no Rio de Janeiro. Obrigava-se, ainda, o Brasil a não se imiscuir nas posses coloniais africanas de Portugal: não deveria o Brasil ceder às propostas de união com a África portuguesa, que não tardaram em surgir. O reino de Angola apressou-se em formalizar adesão ao Estado brasileiro, que passaria a ter duas margens do Atlântico. Rechaçadas as propostas africanas e efetuados os pagamentos mediante empréstimo às casas bancárias britânicas, Dom Pedro I ganhava, a duras penas, a transformação de seu reino em Estado nacional, mas perdia o apoio das facções brasileiras, descontentes com a demissão dos Andradas. Restava apenas cumprir o inevitável, o reconhecimento da independência pela Inglaterra.

Para a Inglaterra, 1825 era um ano central nas relações com o Brasil. Expirava o prazo de quinze do tratado de 1810, e temia-se que, no Brasil, se reproduzisse a elevação tarifária sobre lãs britânicas para 30% *ad valorem*

orquestrada pelas Cortes portuguesas. Sem Bonifácio, conciliar as relações anglo-brasileiras com a tradicional aliança luso-britânica parecia mais fácil aos olhos de Charles Stuart, plenipotenciário inglês em Lisboa. As cláusulas de reconhecimento por Portugal pareciam justas à Inglaterra, que se interessava mais pela permanência dos diplomas comercias de 1810 e pelo fim do tráfico negreiro do que pelas escaramuças entre um rei e seu filho. Conciliados os interesses bragantinos do Sul com os do Norte, a Inglaterra, que mediou as negociações tripartites sobre a independência, obtinha livre trânsito de Portugal para o reconhecimento do Brasil.

As condicionalidades britânicas fincavam-se em uma dupla cobrança, que Dom Pedro I aceitou, tão interessado estava na consolidação de sua dinastia no poder. Charles Stuart queria a ratificação de dois tratados permanentes entre o Brasil e a Inglaterra. O primeiro visava dar continuidade aos tratados de 1810, e o segundo delimitava a questão do tráfico negreiro. Por um lado, se as pretensões de Stuart iam além do que exigia o *Foreign Office*, por outro, deixava-se fora do acordo condição nevrálgica para o reconhecimento no entender de George Canning. O direito de extraterritorialidade, consagrado pelo tratado de Aliança e Amizade de 1810, pelo qual se garantia aos cidadãos ingleses no império português o direito de ser julgado por leis, juízes e tribunais ingleses, deveria constar na lista de condicionalidades para o reconhecimento do Brasil. O *Foreign Office* buscou uma solução rápida. Substitui Charles Stuart por Robert Gordon, que defendia a manutenção do direito de extraterritorialidade e que julgava irrealizável a negociação em torno da característica permanente dos tratados de comércio. Para surpresa dos

britânicos, os negociadores brasileiros cederam facilmente. Pelo tratado anglo-brasileiro, de 1827, renovavam-se os privilégios alfandegários para a Inglaterra, por período de quinze anos, mantinha-se a extraterritorialidade dos tribunais ingleses no Brasil e assinava-se o compromisso brasileiro, para acabar com o tráfico negreiro no prazo de três anos. Concluído o acordo com a Inglaterra, o reconhecimento da independência pelas demais potências, se não quase irrelevante, viria de forma automática. Metternich da Áustria, ancorado na lógica da Santa Aliança, enxergava com bons olhos a legitimidade dinástica de Dom Pedro I. Ainda em 1826, quando a Inglaterra reconheceu o Brasil, foi a vez da Áustria dar legitimidade ao trono brasileiro. A Rússia acompanhou o movimento um ano depois. Retardatária no processo, por razões vinculadas ao não reconhecimento das antigas colônias da América, a Espanha engrossou o coro somente em 1834.

O preço da independência pago pelo Brasil fraturou a aliança entre as facções brasileiras e Dom Pedro I. O descontentamento geral, alicerçado na demissão dos Andradas, na dissolução da Assembleia Constituinte e na outorga de carta constitucional que deveria ter sido promulgada, refletia-se também na possibilidade de Dom Pedro I ascender ao trono português, visto que não havia renunciado a esse direito. A essas insatisfações somavam-se a manutenção dos tratados desiguais e a promessa de acabar com o tráfico negreiro, o que representaria perdas na fator trabalho para os produtores rurais.

3.3.2. O trato negreiro

Convém notar, para fins de rigor terminológico, que o trato negreiro somente

se torna tráfico quando proibido por legislação interna, o que foi o caso no Brasil com a Lei Feijó, de 1831. Antes, havia apenas promessas feitas à Inglaterra no Tratado de Aliança e Amizade e, de forma mais consolidada, no tratado anglo-brasileiro de 1827.

Embora não haja consenso acerca do porquê das pressões ingleses para o fim do trato negreiro no Brasil, podem-se vislumbrar dois tipos de explicação: o liberal e o mercantil. No que concerne ao primeiro, John Thornton, na historiografia, aponta para a defesa de ideias liberais contra a escravidão, promovidas sobretudo pelos trabalhadores britânicos da cutelaria no final do século XVIII. Haveria base essencialmente ética na petição desses trabalhadores, mais preocupados com o advento dos princípios liberais do que com lucros financeiros. Os artigos de cutelaria, enviados em grande número para a costa atlântica da África, constituíam meio de pagamento para aquisição de escravos; em outras palavras, abolir o trato constituiria fator de insegurança empregatícia para a cutelaria britânica, especialmente para aquela vinculada à cidade de Sheffield, centro produtor e distribuidor desses produtos (THORNTON, 1998). Nesse linha analítica, o abolicionismo de William Wilberforce teria desempenhado papel singular no decreto britânico de 1807, que tornava ilegal o tráfico nas colônias inglesas. Quanto às explicações mercantis, há certamente mais dissenso do que consenso. Para uns, os colonos britânicos enxergavam na concorrência escrava promovida pelo Brasil possível arrefecimento de lucros nas produções antilhanas. Para outros, a burguesia inglesa condenava a escravidão, visto que encarecia a matéria-prima vinculada à produção industrial. O alto valor do escravo seria responsável por encarecer, na

cadeia industrial, todas as etapas de produção: o preço do trabalho servil tornava cara a matéria-prima que, a seu turno, impossibilitava o corte de preços nos bens industrias finais. Nesse sentido, se o trabalho fosse livre, libertar-se-ia grande fracção de capital, que faria do antigo comprador de escravos um consumidor potencial. Seja como for, parece-nos emblemático que as pressões internacionais contra o tráfico tenham vindo não da Revolução Francesa, mas da Revolução Industrial. Portanto, se há substrato iluminista nas razões explicativas, não por isso são menos válidos os argumentos mercantilistas.

Embora os Estados Unidos apresentassem, na primeira metade do século XIX, grande número de africanos escravos, o principal destino internacional era o Brasil. Metade dos escravos que zarpavam para as costas ocidentais do Atlântico fincava pé no Brasil (RAWLEY, 2004). A baixa reprodutibilidade e a alta mortalidade tornava o comércio de escravos essencial à estrutura econômica brasileira. O descontentamento dos latifundiários brasileiros, sejam aquelas ligados à produção de açúcar ou ao café em ascensão, tornava-se crescente à medida que Dom Pedro I consentia com as pressões inglesas para o fim do tráfico. Ficava clara essa cisão no substancial incremento no número de escravos importados para o Brasil entre 1827 e 1831, quando da publicação de Lei Feijó, que proibiu o tráfico negreiro. Estima-se que mais de meio milhão de escravos tenham ingressado no Brasil nesses três anos, o que não era pouco, se comparado aos 750 mil que entraram entre 1800 e 1831 (BETHELL, 1970). A euforia pelo comércio de escravos bem explica por que a Lei Feijó não vingou, tornando-se rapidamente conhecida como lei para inglês ver. O escravo estava na base da produção do café, em franca expansão, e os homens de grosso trato

opunham-se a uma lei que restringiria seus lucros. Os traficantes de escravos detinham as maiores fortunas do país: a título de ilustração, o Palácio do Catete, sede presidencial durante a República, fora constituído pelo Barão de Nova Friburgo, que enriquecera tanto pela produção de café quanto pelo tráfico negreiro.

3.3.3. A Guerra Cisplatina e os contatos com a América do Sul

Pelas controvérsias que suscitara no período colonial, o Prata permaneceu a região cobiçada na época independente (GOES FILHO, 2001). O intercâmbio comercial entre o Brasil e os países platinos, em franca expansão, superava as trocas destes com a Inglaterra e os Estados Unidos. Intercambiavam-se charque, couro e escravos, fazendo prosperar a Província Cisplatina. Bernardino Rivadavia, primeiro Chefe de Estado a exercer a presidência das Províncias Unidas do Rio da Prata, não enxergava com bons olhos a presença brasileira no Prata, região que, assim dizia, pertencia política, cultural e economicamente às Províncias Unidas. Malgrado as desavenças internas entre unitaristas e federalistas, Rivadavia fazia prosperar o porto de Buenos Aires, que passou a contar com forte presença de comerciantes britânicos. Esse cenário de crescimento econômico portenho deu margem à constituição de forte esquadra naval, que Bernardino usaria contra o Império do Brasil. O contexto interno da Província Cisplatina, a seu turno, não era nada pacífico. Os comerciantes orientais estavam descontentes com a queda no fluxo de comércio entre Montevidéu e os Estados europeus; para eles, Buenos Aires estaria

definitivamente tomando o lugar que lhes correspondia no comércio platino. Tampouco estavam satisfeitos os estancieiros da Cisplatina com a presença de produtores de charque brasileiros na antiga banda oriental. Valendo-se de cenário favorável, Bernardino Rivadavia incentivou e financiou militarmente os orientais exilados em Buenos Aires. Foi o estopim para a guerra. Em abril de 1825, foi organizada a expedição dos 33 orientais, liderada por Juan Antonio Lavalleja, para tomar a Cisplatina e consolidar seu vínculo com as Províncias Unidas: a banda oriental faria parte de uma federação, cujo ente mais forte seria Buenos Aires. Entre os 33 orientais, encontravam-se Manuel Oribe, contra quem o Império se enfrentou em 1851, e Fructuoso Rivera. Este último, em um vaivém de filiações a interesses díspares próprios de uma região em constituição, fora derrotado pelo general português Lecor em 1816, mas passou a integrar o exército brasileiro em 1821, vislumbrando na aliança da banda oriental com o Brasil maiores benefícios do que uma vinculação com as Províncias Unidas. Em 1825, Fructuoso Rivera trocou de lado novamente. Aliou-se à Lavalleja no que ficou conhecido, na historiografia uruguaia, como Guerra de Independência dos 33 orientais.

Do lado brasileiro, o jovem alferes Osório, futuro general na campanha contra o Paraguai, combatia do lado de Bento Manuel e de Bento Gonçalves, artífices da Revolução Farroupilha. O desgaste provocado pelas operações bélicas ficou plasmado no impasse da Batalha de Passo do Rosário, ou Batalha de Ituzaingó na historiografia argentina. Extenuadas as partes conflitantes, desgastadas as tropas e sem recursos financeiros para contratar mais mercenários, sobretudo oficiais e marinheiros ingleses, iniciaram-se processos de negociação. A

situação não poderia ser melhor para a Inglaterra, visto que o bloqueio ao porto de Buenos Aires ocasionava incontáveis perdas comerciais. Com a renúncia de Rivadavia, Dorrego consentiu com as propostas de mediação inglesa, o que tampouco causou desconforto para Dom Pedro I. Pela Convenção de Paz de 1828, Lord Ponsonby, delegado inglês na mediação, incitava as partes a reconhecer a independência do República Oriental do Uruguai; nas palavras do negociador britânico, era "o algodão entre os dois cristais" necessário para apaziguar séculos de conflito. Assumia Fructuoso Rivera a presidência do Uruguai.

Quanto aos países andinos da América do Sul, os contatos foram mais escassos, porém não inexistentes. Com a Alto Peru (atual Bolívia), irrompeu, em março de 1825, um mês antes da empreitada dos 33 orientais na Província Cisplatina, o incidente de Chiquitos. O governador dessa província do Alto Peru oferecia anexação ao Brasil, para evitar o processo de independência da Bolívia, concluído em agosto de 1825. A imprudente aceitação da proposta de anexação pelo governo provisório do Mato Grosso, e a consequente nomeação de Sebastião Ramos para o cargo do governador de Chiquitos, provocou o ultimato do general Sucre, artífice da independência boliviana. A escalada de tensões na região platina impossibilitava uma guerra em duas frentes. Dom Pedro I desaprovou a iniciativa do governo do Mato Grosso, destituiu Sebastião Ramos de seu cargo e retirou as repartições brasileiras do província de Chiquitos. Na percepção das recém-formadas repúblicas sul-americanas, o incidente de Chiquitos ilustrava quão ligado estava o Império do Brasil à Santa Aliança e quão desligado estava das causas republicanas. A reação das Províncias Unidas

do Rio da Prata não tardou. Buscava-se catalisar a formação de uma aliança anti-imperial, que agiria, pelo Amazonas, com a intervenção de Bolívar e, pelo Sul, com as forças de Lavalleja, já prontos para tomar a Província Cisplatina. Embora a aliança antibrasileira não fosse de imediato interesse para Bolívar, visto que a prioridade era o combate à Espanha em benefício da unidade sul-americana, chegou-se a consultar os ingleses sobre eventual apoio à causa contra o Império. O *Foreign Office* enfaticamente desaconselhou a iniciativa. Bolívar não cedeu às pressões argentinas e negou participação no conflito platino, o que, em retorno, lhe valeu a neutralidade brasileira na disputa entre a Grã-Colômbia e o Peru, pela qual emergia o Equador independente.

No decurso da década de 1820, Bolívar passou a dissociar o Império do Brasil à Santa Aliança, adotando, portanto, postura mais pragmática e menos idealista. Em 1827, Leandro Palácios foi enviado como seu representante junto à Corte do Rio de Janeiro. Buscava-se arrefecer postura antibrasileira e incluir o Império na união de Estados sul-americanos que se preconizara, um ano antes, no Congresso Anfictiônico[32] do Panamá. Intencionava-se criar uma confederação de Estados americanos. O desejo já havia sido advogado por Bolívar na Carta da Jamaica de 1815. Entre os princípios levados a cabo no Congresso, destacaram-se a aliança para a promoção da paz no continente, a abolição da escravidão e o estabelecimento de um contingente militar, para articular e para equilibrar as Forças Armadas dos Estados envolvidos. O Império fora convidado para participar do Congresso. Nomeou-se representante plenipotenciário o comendador Theodoro José Biancardi, que não chegou a tempo. Parecia claro ao Brasil que a participação em foros multilaterais sul-

americanos somente contribuiria para enfraquecer as posições imperiais perante agrupamento de repúblicas propensas a uma coalizão antibrasileira. Nesse sentido, o atraso de Biancardi no Congresso do Panamá era sobretudo uma desculpa. Malgrado raras exceções, a política externa brasileira, ao longo do século XIX, privilegiou as relações bilaterais com seus vizinhos: convinha mais negociar as questões lindeiras de Estado para Estado, mas não forçosamente de igual para igual. Se fossem relegadas a congressos multilaterais, o Brasil sairia desfavorecido. Foi nesse sentido que o Império rechaçou proposta de George Canning, para levar o contencioso platina para deliberação do Congresso do Panamá.

Contrariando as expectativas de Bolivar, Dom Pedro I enviou o Marquês de Santo Amaro à Europa entre 1828 e 1831. A missão Santo Amaro tinha por escopo negociar com os países da Santa Aliança apoio na luta de Dom Pedro I contra seu irmão, Dom Miguel, que usurpara o trono português após o falecimento de Dom João IV em detrimento de Maria da Glória, filha de Dom Pedro I e legítima herdeira da Casa de Bragança na percepção do imperador do Brasil. Em troca, Dom Pedro I daria garantias de intervenção nas repúblicas sul-americanas em benefício da constituição de novas monarquia no Sul. O cenário político na Europa, no entanto, pendia menos para o absolutismo do que para o reformismo. Na Inglaterra, falecia o rei George IV e assumia o liberal William IV. Na França, as revoltas de julho de 1830 destronavam o restaurador Charles X, e ascendia ao poder Louis Phillippe, o rei-burguês. Fracassava a missão Santo Amaro, e consolidava-se a característica dinástica da política externa brasileira, que seguia

interesses bragantinos, ultramarinos e transoceânicos, e exatamente esses interesses é que vão gerar elementos fundamentais para as duas questões básicas herdadas pelo Estado monárquico brasileiro, no imediato pós-1831, a saber, a dependência em relação à Inglaterra [...] e uma posição de força [...] nos problemas platinos (GONÇALVES, 2009).

3.4. RESUMO DO PERÍODO

1. A Constituição de 1824

- Assembleia constituinte, 1823. Opõe liberais a conservadores. Tendência a brasilienses serem liberais e portugueses, conservadores.

i. Bancada liberal: limitar o poder do imperador e a centralização no Rio de Janeiro.

ii. Bancada conservadora: tendência restauradora e centralizadora.

- "Constituição da Mandioca" rechaçada por Dom Pedro I. Rompimento com os Andrada.
- "Noite da Agonia": dissolução da constituinte.
- Carta de 1824:

i. Monarquia constitucional hereditária. Quatro poderes: 1) Executivo, exercido pelo imperador e pelos ministros nomeados; 2) Legislativo bicameral: Senadores vitalícios e escolhidos em lista tríplice, Câmara de Deputados; 3) Judiciário: Supremo Tribunal; 4) Poder Moderador: exclusivo do imperador.

ii. Manutenção do padroado e beneplácito. Religião católica é a religião do Império.

iii. Direito Políticos e individuais. Participação política alta, se comparado

com a Europa.

2. O quadro político interno

- Confederação do Equador, 1824. Separatismo de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. Intenção é constituir uma República em moldes federativos. Liberalismo de frei Caneca contra características autoritárias de Dom Pedro I.
- A crise política: crítica da oposição liberal contra o absolutismo, intensificada com revoluções de 1830 na França. "Noite das garrafadas" opõe os brasileiros aos portugueses. Dom Pedro I, em retaliação, forma o ministério dos marqueses.
- A crise econômica: período de alta inflação. Banco Central fecha as portas em 1829. A Guerra Cisplatina agrava as finanças públicas. Lei Bernardo Pereira de Vasconcellos equipara as taxas alfandegárias dos ingleses à dos demais Estados: perdem-se receitas orçamentárias.

3. O quadro político externo

- Reconhecimento da independência: Províncias Unidas do Rio da Prata, Benin e Onin são os primeiros a reconhecer o Império. Em seguida, os Estados Unidos. Reconhecimento de Portugal feito via indenização com empréstimo contraído aos ingleses. Depois de Portugal, a Inglaterra, em 1826, reconhece o Brasil mediante prorrogação dos benefícios dos tratados de comércio de 1810 e promessas para acabar com a escravidão. O Império compromete-se em acabar com o tráfico em três anos.
- Trato negreiro: aumenta exponencialmente o número de cativos africanos no Brasil. Pressões inglesas contra o tráfico são de ordem liberal e mercantil.
- Guerra Cisplatina e América do Sul: do conflito entre o Império e as Províncias Unidas do Rio da Prata surge, mediante mediação inglesa, o Uruguai. Havia tropas orientais: o Uruguai não é uma invenção inglesa.

Incidente de Chiquitos traz desconfiança hispano-americana contra o Império, que não participa do Congresso de Panamá por preferir negociações bilaterais com seus vizinhos.

4

A REGÊNCIA (1831-1840)

4.1. CENTRALIZAÇÃO VERSUS DESCENTRALIZAÇÃO: REFORMAS INSTITUCIONAIS

O período que se estende de 7 de abril de 1831, quando da abdicação de Dom Pedro I, a 23 de julho de 1840, quando da investidura de Dom Pedro II, constitui verdadeiro laboratório de experiências políticas (MOREL, 2003), na medida em que se implementou aquilo que desde a independência era controverso entre liberais e conservadores: a descentralização. E não poderia deixar de ser assim, visto que a abdicação de Dom Pedro I alijava o principal ranço português na Corte, para dar início a período de formação de partidos exclusivamente brasileiros. Não se era contra a manutenção de monarquia, na medida em que as facções partidárias e as multidões aclamaram, tão logo Dom Pedro I zarpou para Lisboa, o herdeiro do trono de apenas cinco anos e nascido no Rio de Janeiro. Mas não deveria a Coroa em suspenso deter o carro da revolução descentralizadora. Afinal, os liberais brasilienses haviam vencido o embate de 1831. Até que Pedro de Alcântara completasse dezoito anos, instituir-se-ia uma regência temporária que se encarregaria de levar adiante o projeto

descentralizador.

Para parte da historiografia do século XIX e para alguns historiadores de século XX, o 7 de abril de 1831 teria sido o verdadeiro Sete de Setembro. Expulsos os portugueses, o Brasil atravessou até 1840 período de agitação política e social, à semelhança do que ocorrera na América hispânica. Guerras intestinas entre facções que advogavam projetos políticos contrários teriam marcado o período de consolidação dos Estados nacionais latino-americanos. Se a centralização do Primeiro Reinado garantiu a unidade territorial tão cara a José Bonifácio, a Regência dava lugar ao caos que caracteriza os anos de formação do Estado nacional, ou pelo menos assim afirmava a historiografia do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) no pós-1840. Pouco mais de um século se passou para que uma releitura marxista da Regência vislumbrasse nas sedições provinciais um movimento de classes agindo contra a opressão do centro dirigente, o Rio de Janeiro. Para essa historiografia dos anos de 1980, a Regência não foi caótica, mas republicana. Teria sido a primeira experiência de gestão da coisa pública – *res publica* – sem interferência de um monarca. Ficava claro que o debate historiográfico não era tanto sobre os porquês da Regência, mas sobre os benefícios ou malefícios da descentralização. Pareceria que a historiografia dos anos 1980 buscava, antes, combater a leitura histórica sobre os benefícios da centralização produzida durante Estado Novo: afinal, o regime ditatorial de 1964 passava por seus estertores finais, e a nova constituinte de 1988 teria de trazer novamente à baila a descentralização.

Embora tenha havido defesa de projetos republicanos em algumas das rebeliões provinciais, a Regência não foi republicana. Pelo contrário. Os

partidos nesse período formados, e somente aqueles que estiveram no poder, não questionavam nem a monarquia, nem a escravidão. A esses futuros liberais e conservadores – ou, respectivamente, *luzias* e *saquaremas*, na expressão empregada durante o Segundo Reinado –, que muito discordavam sobre os benefícios da descentralização, opunham-se os exaltados, que eram menos um partido do que uma corrente de opinião. Estes, sim, defendiam a República e o federalismo, o que lhes valeu severa repressão quando tomaram o poder em algumas províncias brasileiras. Nesse sentido, a agenda política da Regência era deveras monotemática. Discutia-se a descentralização, e quando não, eram assuntos tangenciais à descentralização. Arguir em prol da monarquia era manter a unidade nacional, criar o Código de Processo Criminal era querer dar mais poder aos juízes locais, aumentar as prerrogativas do Poder Legislativo era ampliar a participação das assembleias provinciais.

Entre liberais não havia homogeneidade, assim como tampouco entre conservadores. Liberais por convicção tornavam-se conservadores por pragmatismo. Conservadores de ocasião assumiam o discurso liberal tão logo fosse drenado o poder do Rio de Janeiro para as províncias. Emblemático é o caso do general José Inácio Abreu e Lima. Republicano por opção, lutara com Simón Bolívar na América hispânica. Monarquista por descarte, quando de sua volta ao Rio de Janeiro, em 1831, vislumbrava no rei o cimento da unidade nacional. Podia-se optar por ser liberal, conservador, exaltado, oportunista ou fiel a seus princípios, mas o que se discutia era a descentralização.

4.1.1. A nova ordem política

Os poucos que tinham saído às ruas para aclamar a independência de 1822 encontravam-se, no dia 6 de abril de 1831, em maior número, para forçar a volta do ministério demitido por Dom Pedro I. Um dia depois, o imperador anunciava o fim de seu governo na Quinta da Boa Vista. Povo, tropas e políticos (CARVALHO, 2012) uniram-se no Campo de Santana não somente para lançar vivas a Pedro de Alcântara, herdeiro da Coroa, mas também para especular sobre o que seria do Brasil até a maioridade do futuro imperador. Até lá, o jovem Pedro ficaria sob os cuidados de José Bonifácio, reconciliado com Dom Pedro I.

Com o Parlamento em recesso, formou-se a Regência Trina Provisório em 7 de abril de 1831. Duraria até 7 de junho do mesmo ano, quando se convocariam eleições na Assembleia Geral do Império, para formar uma Regência Trina Permanente. O rito estava previsto nos artigos 121 e 130 da Constituição de 1824, o que conferia plena legalidade à passação de poder. Pela formação de 7 de abril, quando se convocaram às pressas deputados e senadores no Paço do Senado, o senador Vergueiro, o senador Carneiro de Campos e o brigadeiro Francisco de Lima e Silva[33] eram os novos regentes provisórios. Tão logo assumiram, decretou-se a destituição do ministério dos marqueses e a readmissão daquele demitido por Dom Pedro I. Anistiaram-se os presos políticos, e suspendeu-se temporariamente o Poder Moderador, o que significava que a Câmara de Deputados não poderia ser dissolvida. Em 7 de junho, era eleita a Regência Trina Permanente: confirmava-se o brigadeiro Francisco de Lima e Silva na regência, mas os outros dois foram substituídos por João Bráulio Muniz e por José da Costa Silva. Com maior presença das

províncias na Assembleia Geral do Império, dava-se início ao período do avanço liberal, que duraria até 1837.

4.1.2. O avanço liberal

Quando da formação da Regência Trina Permanente, o Brasil era constituído por dezoito províncias, desproporcionais demográfica, espacial e economicamente. Contava o país com uma população de 5,3 milhões, entre os quais 30% eram escravos (CARVALHO, 2012). A notícia da abdicação de Dom Pedro I demorou menos em atingir os quatros pontos cardinais do Império do que a da independência. Em menos de um mês, o 7 de abril de 1831 causou entusiasmo entre os brasileiros que enxergavam na abdicação a possibilidade de alijar definitivamente os portugueses do Brasil. Para eles, interessava menos os acontecimentos no Rio de Janeiro do que as novas relações de poder que se teceriam nas localidades provinciais. Afinal, o português era o administrador civil e militar e o dono do comércio varejista; era grande, portanto, sua presença local. Nos primeiros anos da Regência, irrompeu uma série de rebeliões denominadas por José Murilo de Carvalho "tropa e povo" (CARVALHO, 2012). Eram soldados pobres de baixa patente e pequenos funcionários comprometidos com a expulsão definitiva dos portugueses. Essas rebeliões, como era de se esperar, deram-se no Rio de Janeiro, no Ceará e em Pernambuco, províncias que contavam com grande presença de portugueses.

A Regência veio ao socorro não tanto desses insurretos, mas sobretudo da manutenção da ordem pública: em 1831, criou-se a Guarda Nacional, de ampla inspiração em sua homóloga francesa. Com ela, buscava-se reorganizar o

equilíbrio de forças no seio do Exército, no qual as formações de base eram compostas por negros, mulatos, homens pobres e pouco qualificados. A cúpula de comando do Exército, no entanto, era de formação portuguesa, o que constituía ameaça ao avanço liberal. Convinha, nesse sentido, limitar o poder do Exército, cujo contingente passou de 30 mil para 10 mil homens em menos de um ano, ou pelo menos o subordinar à tutela informal da Guarda Nacional. Quanto à essa, seus regimentos eram compostos por cidadãos eleitores fortemente politizados. Exigia-se renda de 100 mil réis, o que significa dizer que, na Guarda Nacional, participavam proprietários brasileiros interessados na defesa de suas posses, de suas localidades e de suas regiões. Por conseguinte, enfraquecia-se o Exército, caso houvesse dissensões entre esse e a Guarda Nacional, mas fortalecia-se a manutenção da ordem, caso houvesse concordância de posições entre essas duas instituições (BUARQUE DE HOLANDA, 1997).

Com a nomeação do padre Diego Antônio Feijó para o Ministério de Justiça, o avanço liberal entrou em marcha acelerada. Em 1832, a criação do Código de Processo Criminal instituiu o *habeas corpus* e a figura do Juiz de Paz. Eleito em base municipal, o Juiz de Paz se subordinava à Guarda Nacional, também de formação local. Dois anos depois, o carro de revolução estava a pleno vapor. Em 1834, o Ato Adicional era votado pela Câmara dos Deputados. Foi a única reforma constitucional durante o Império (CARVALHO, 2012). Conciliavam-se agora as diversas tendências políticas em benefício das bancadas liberais. A mudança era deveras profunda: pelo Ato, transformavam-se as Assembleias Provinciais em Assembleias Legislativas Provinciais, com maior autonomia e,

como o nome indica, com capacidade legislativa. Criava-se o município neutro do Rio de Janeiro[34], suspendia-se o Poder Moderador e o Conselho de Estado e substituía-se a Regência Trina pela Regência Una. O Regente único teria a concordância das Assembleias Legislativas Provinciais com mandato de quatro anos, mas os Presidentes de Província, à título conciliatório com as alas conservadores, seriam nomeados pelo governo central. Nessa mesma linha política, o Senado guardaria sua característica vitalícia. Era essa a tônica da descentralização, que não se traduzia em federalismo.

4.2. SEDIÇÕES POPULARES E FORÇAS CENTRÍFUGAS

Quando da abdicação de Dom Pedro I, Bernardo Pereira de Vasconcellos jactou-se do alijamento da bancada conservadora. Liberal desde a década de 1820, foi redator do Ato Adicional de 1834 e franco exponente dos benefícios da descentralização. Pouco depois, declarava em sessão parlamentar,

> Fui liberal; então a liberdade era nova no país, estava nas aspirações de todos, mas não nas leis, o poder era tudo: fui liberal. Hoje, porém, é diverso o aspecto da sociedade: os princípios democráticos tudo ganharam e muito comprometeram; a sociedade, que então corria risco pelo poder, corre agora risco pela desorganização e pela anarquia. Como então quis, quero hoje servi-la quero salvá-la; e por isso sou regressista. Não sou trânsfuga, não abandono a causa que defendo, no dia dos seus perigos, de sua fraqueza; deixo-a no dia em que tão seguro é o seu triunfo que até o sucesso a compromete. Quem sabe se, como hoje defendo o país contra a desorganização, depois de o haver

> defendido contra o despotismo e as comissões militares, não terei algum dia de dar outra vez a minha voz ao apoio e a defesa da liberdade?…Os perigos da sociedade variam; o vento das tempestades nem sempre é o mesmo: como há de o político, cego e imutável, servir no seu país? [...] Agora é preciso fazer parar o carro da revolução.35

O que levava o redator do Ato de 1834 a o condenar tão somente passados três anos de sua publicação? A criação do Juiz de Paz, em 1832, desfez o arranjo de poder provincial instituído pela Constituição de 1824. Se o Ato Adicional redobrava o poder dos governos provinciais, o Código de Processo Criminal dava vozes aos municípios, criando dissensos entre essas duas esferas de poder. O Juiz de Paz, eleito popularmente, lidava com seus interesses pessoais como se municipais fossem. A peça teatral *O Juiz de Paz na roça*, do dramaturgo Afonso Pena, retrata os excessos patrimonialistas do período, que Raymundo Faoro identificou, na historiografia, como berço do coronelismo brasileiro (FAORO, 2000). A esses interesses conflitantes entre a esfera municipal e a provincial acrescentavam-se as escaramuças com o Rio de Janeiro, mais adepto, naquele momento, da descentralização do que da federação. O Ato Adicional abria uma brecha na estrutura do poder organizado entre governo central e províncias subordinadas. A experiência autogovernativa dava anseios de maior autonomia e, em certos casos, de separação e de instituição de repúblicas.

Algumas das rebeliões que caracterizaram o período regencial eram protestos populares contra más condições sociais. Outras, essencialmente elitistas, assumiram feições federalistas, republicanas e separatistas. Todas, no entanto, foram reprimidas com maior ou menor intensidade, o que reconforta a tese que dissocia a regência de uma experiência republicana. Chama a atenção, de

imediato, o tipo de repressão do governo central contra essa sedições. Se as revoltas elitistas foram repelidas de formas mais branda, as populares foram sufocadas veementemente. Tipo de repressão e composição, portanto, auxiliam-nos a compreender essas sedições de maior amplitude que as rebeliões "tropa e povo" do começo da década de 1830.

4.2.1. As sedições populares

As sedições populares foram protestos contra maus-tratos e péssimas condições sociais. Com exceção da Cabanagem (1835-1840), não havia ideário separatista ou republicano claramente delimitado. A dificuldade de entendê-las advém precisamente da multiplicidade de reivindicações que as conformaram.

Cronologicamente ordenadas, a Cabanada (1832-1836), ou Guerra dos Cabanos, foi a primeira em um ciclo de quatro sedições populares[36]. Ao contrário das demais, a Cabanada era restauradora. Sob a liderança do mulato Vicente de Ferreira de Paula, a revolta associou Pernambuco a Alagoas, para defender o regresso do monarca português ao trono brasileiro. Era composta por pequenos proprietários, índios, homens pobres sem terras e escravos foragidos. A ordem até então vigente foi abalada pela instauração do Juiz de Paz, que remodelou o equilíbrio de forças entre esferas de poder. Essa restruturação ocorreu em detrimento dos cabanos, cuja condição socioeconômica não fazia senão piorar.

A segunda sedição popular foi a mais sangrenta da Regência. A Cabanagem (1835-1840) irrompeu no Pará, inicialmente como uma revolta contra a miséria econômica da população e contra aqueles que a oprimiam. Participaram homens

e mulheres de baixa renda, negros, mulatos e índios, que encontravam forma de lutar contra a escravidão. Foi esse motivo que separou a pretendida unidade entre camadas populares e fazendeiros, que não aderiram ao comando de Eduardo Angelim. O líder, no entanto, proclamou a independência do Pará, província pouco atrelada ao porto do Rio de Janeiro. Atacavam-se os estrangeiros e os maçons. Defendiam-se a religião católica, a continuidade do trono sob o futuro Dom Pedro II e a província do Pará (FAUSTO, 2008). A repressão legalista foi implacável. Cercada a entrada ao rio Amazonas, a modesta produção de cacau, tabaco e borracha foi sufocada. Em 1840, as tropas do governo central tomaram Belém em um massacre que já contava com 30 mil mortos, ou algo em torno de 20% da população da província (FAUSTO, 2008). No Rio de Janeiro, chegavam notícias de que soldados legalistas vestiam colares feitos das orelhas dos insurretos. Deveras dava o Pará a impressão de estar mais próximo dos turbulentos conflitos civis da América hispânica do que da unidade territorial do Império (CARVALHO, 2012).

A terceira das sedições populares ocorreu na Bahia, em 1835. O controle da unidade nacional parecia fugir das mãos do Paço Imperial, visto que agora a quase integralidade do Norte e do Nordeste estava em crise. Eram provavelmente essas regiões as mais distantes do Rio de Janeiro em termos de infraestrutura de comunicação. Embora tenha durado pouco, a Revolta dos Malês, como ficou conhecida a sedição de 1835, trazia o espectro do tão temido haitianismo. Andar pelas ruas do Rio de Janeiro, naquele período, causava medo, se considerarmos o número de escravos e de alforriados que perambulavam pela cidade. Na Bahia, o simples temor tornou-se realidade. Em

janeiro de 1835, um grupo de escravos sublevados das etnias hauçá e nagô, de maioria islâmica, projetava dar fim ao catolicismo, que lhe era imposto. Os escravos insurretos visavam estabelecer uma monarquia de base muçulmana e escravizar os católicos, fossem eles brancos, negros ou mulatos. Havia relativa homogeneidade na composição e nos protestos dos malês, termo que designa "base muçulmana", em yorubá, etnia e língua da África ocidental[37]. Essa unicidade provinha da praxe, entre eles, da leitura do Alcorão, fundamento da monarquia que visavam constituir. No entanto, essa unidade de pensamento não se traduziu em uma sedição duradoura. Em poucas semanas, a cidade de Salvador estava pacificada graças às incursões das tropas legalistas do Rio de Janeiro. Desconfiança e temor permaneceriam por anos, provocando novos maus-tratos e atos de rebeldia, como se o fantasma do Quilombo de Palmares tivesse adentrado o Brasil independente.

A quarta sedição popular do período regencial irrompeu no Maranhão, em 1838. Perpassou a Regência e findou somente em 1841, quando havia assumido o trono Dom Pedro II. Malgrado os aspectos próprios de cada sedição, a Balaiada muito se pareceu à Cabanagem. Os insurretos reclamavam um rearranjo do poder local, o que lhes permitiria criar prefeitos e alterar o processo de nomeação da Guarda Nacional. Como a Cabanagem, a sedição irrompeu, para contestar a ordem econômica muito fragilizada pela queda no preço do algodão. Esse bem primário era o principal produto de exportação do Maranhão e sofria com a crescente concorrência dos Estados Unidos. Em situação de miséria, bastava um piparote para acender os ânimos. Como a Cabanagem, o desconforto causado pela nomeação de um presidente de província conservador

era o pano de fundo da insurreição. Bastava encontrar o pretexto. A invasão às dependências penitenciárias de São Luiz, visando socorrer liberais – ou *bem-te-vis,* na expressão dos balaios – foi suficiente para envolver a província em conflito que causaria 12 mil mortes. Seguiu-se movimento de alianças e dissensos entre os líderes da sedição, que eram Raimundo Gomes, Balaio e Cosme Bento. Como a Cabanagem, mais uma vez, lutou-se contra as injustiças sociais, buscou-se pôr fim à escravidão, motivo de fragmentação entre fazendeiros e camadas populares, e bradaram-se vivas a Dom Pedro II, à religião católica e à "santa causa da liberdade". A repressão legalista tornou-se menos branda quando os insurretos tomaram a cidade de Caxias. O coronel Luís Alves de Lima e Silva, filho de Francisco de Lima e Silva, regente trino provisório, assumiu então o comando das operações. Em 1842, libertava Caxias e punha fim à sedição. Preso e prestes ao enforcamento, Cosme Bento cedia o controle da província às tropas de Luís Alves, agora Barão de Caxias, e com o título de pacificador.

4.2.2. As forças centrífugas

À diferença das sedições populares, as rebeliões de características elitistas, provavelmente pela maior homogeneidade na composição dos insurretos, apresentaram interesses menos difusos. O ideário republicano permeou-as, e a expressividade da oposição ao Rio de Janeiro tornaram-nas tentativas separatistas. Pouco mais de dez anos após a independência, quando José Bonifácio desdobrara seus esforços para manter a unidade territorial na força centrípeta do Rio de Janeiro, eclodiram contrapesos centrífugos, apaziguados

somente no Segundo Reinado.

A Farroupilha (1835-1845), rebelião que irrompeu no Rio Grande do Sul, por sua duração, por seu ideário e por suas incidências na política externa do Império (SANTOS NEUMANN, 2010), esteve permanentemente na pauta política da Regência e do começo do Segundo Reinado. Era a questão mais espinhosa. Devido a sua posição geográfica, o Rio Grande do Sul mantinha relações políticas e econômicas com a região platina. O Prata, desde a época colonial, era motivo de desavenças, se não de guerras, ora entre Espanha e Portugal, ora entre o Império e as Províncias Unidas do Rio da Prata. Quando Juan Manuel de Rosas assumiu o controle de Buenos Aires, substituindo as Províncias Unidas pela Confederação Argentina, as relações com a Império tornaram-se menos amistosas. Para maior desconforto da Regência, a Farroupilha irrompia em 1835, mesmo ano da chegada de Rosas ao poder.

Se há algo que melhor caracterize a Farroupilha é o conflito de interesses. Quando se tornam menos difusos, os interesses das diferentes partes involucradas em contenda tendem a colidir: sabe-se o que se quer, e o que se rechaça. Não foi diferente no Rio Grande do Sul entre 1835 e 1845. Por um lado, os grandes proprietários, também conhecidos como *estancieiros*, beneficiaram-se da incorporação da província Cisplatina ao Império em 1821. Antes da independência do Uruguai, os colonos açorianos cederam passo na economia gaúcha aos *estancieiros,* que desenvolveram a pecuária. Naturalmente, a economia do gado não respeitava os limites entre a antiga província de São Pedro do Rio Grande do Sul e a Cisplatina, o que se tornou problemático quando findou a Guerra Cisplatina em 1828. Grande número de

estancieiros, inclusive o jovem alferes Osório, possuía propriedades nas margens orientais do rio da Prata, mantendo, portanto, estreito contatos com os uruguaios. Em rigor, São Pedro e o Uruguai possuíam identidades comuns, pelo menos quanto à formação das elites. Em 1828, ainda, ocorreria outro desconforto para os proprietários gaúchos. A Lei Bernardo Pereira de Vasconcellos, promulgada no Rio de Janeiro, equiparava as taxas de importação de todas as nações amigas do Império aos 15% *ad valorem* aplicados à Inglaterra. Dito de outra forma, a carne de charque de origem uruguaia e argentina passaria a competir com a gaúcha. Pior, o gado das propriedades gaúchas situadas além da fronteira rio-grandense seria tributado. Aqui entra em cena um segundo grupo de interesses. Os charqueadores, à diferença dos *estancieiros,* não se estabeleceram na fronteira com o Uruguai, mas nas regiões litorais e setentrionais de província de São Pedro, o que os aproximava mais do eixo produtivo centrado no Rio de Janeiro. Dependiam os charqueadores, portanto, do mercado do Rio de Janeiro, assim como o Império deles, visto que a carne de charque era fundamental para alimentar os escravos e a população pobre do Centro-Sul.

Às precedentes insatisfações das elites fundiárias somava-se o desconforto causado pelo sistema tributário do Império. Para que a carne chegasse ao município neutro do Rio de Janeiro, teria de passar por quatro barreiras alfandegárias interprovinciais: a de São Pedro, a de Santa Catarina, a de São Paulo e a do Rio de Janeiro[38]. Ainda, as elites fundiárias gaúchas não tiveram seus pedidos atendidos pelo Ato Adicional, que manteve o sistema de redistribuição tributária entre províncias: pesava em São Pedro o fardo fiscal

com o qual eram agraciadas as províncias de Santa Catarina e de São Paulo. Quando os paladinos da Farroupilha, Bento Manuel e Bento Gonçalves, conseguiram indicar um governo provisório para a província de São Pedro, irrompeu um conflito que levaria mais de dez anos para a conciliação. O Paço não cederia facilmente. Tampouco os proprietários gaúchos, que eram líderes militares de uma cavalaria atuante no Prata desde a independência, em perfeita sintonia com os modos comportamentais dos caudilhos platinos.

Ao estourar a revolta, os líderes *estancieiros* perderam o apoio dos charqueadores, que se mantiveram fiéis ao governo central. Mas ganharam o respaldo de revolucionários italianos migrados para o Brasil, entre eles, o futuro artífice da unidade italiana, Giuseppe Garibaldi. No entanto, Bento Manuel, que participara da Guerra Cisplatina do lado do Império, rejeitou as investidas de Bento Gonçalves contra o Rio de Janeiro. A dissidência entre esses dois líderes gaúchos resultou na Batalha do Fanfa, em 1836, na qual as tropas imperiais impuseram cerco às áreas dos lagos de São Pedro e tomaram a cidade de Porto Alegre. A seu turno, Bento Gonçalves proclamava uma república em Piratini, a quem a presidência somente não lhe coube, pois foi preso pelas tropas imperiais e levado ao Rio de Janeiro. A detenção de Bento Gonçalves, contudo, não significou o fim do conflito.

Às questões internas somavam-se as externas, o que colocava o Rio de Janeiro em posição ainda mais delicada. Pela Confederação Argentina, Juan Manuel de Rosas vislumbrava a possibilidade de refundar, sob seu comando, o antigo Vice-Reino do Rio da Prata, que incluía o Paraguai e o Uruguai[39]. Seu projeto parecia realizável, já que com a ascensão do Manuel Oribe, no Uruguai,

o partido blanco substituía o partido colorado, cujo líder era Fructuoso Rivera, aliado à Portugal quando da incorporação da província Cisplatina. Para os líderes gaúchos, Oribe poderia auxiliá-los a escoar a produção de gado via Montevidéu, visto que, por terra ou por mar, a província de São Pedro estava cercada pelas tropas imperiais. E foi o que aconteceu. Para desespero do Império, entre 1835 e 1838, desenhou-se uma aliança entre Rosas, Oribe e os líderes gaúchos na região do Prata. Ao mesmo tempo, Bento Gonçalves, que fora levado para prisão mais distante, na Bahia, conseguia escapar e voltar para a província de São Pedro. Ainda mais grave, Bento Manuel trocava de lado pela segunda vez, passando agora a integrar as fileiras gaúchas contra as imperiais.

Para sorte do Império, o sistema de alianças durou pouco. Em 1838, os gaúchos rejeitaram o apoio de sua cavalaria a Oribe, cujo escopo era debelar, no Uruguai, a *grande guerra* contra os colorados. Para Bento Gonçalves, o contingente bélico deveria estar voltado para o Norte, contra o Rio de Janeiro, e não para Sul. Um segunda fratura nas alianças platinas reconfortaria o Império. Sob o bota de Rosas, Oribe cedia passo ao gado portenho no Uruguai, o que incomodava, sobremaneira, os gaúchos. Nesse sentido, Bento Gonçalves aliou-se aos grupos dissidentes, tanto no Uruguai, quanto na Argentina. Em 1838, pelo Tratado de Cangue, Fructuoso Rivera, líder da dissidência colorada do Uruguai, e a cúpula gaúcha aliavam-se contra Oribe e Rosas. Pouco depois, o encontro de Paissandu selava a união, a qual se juntou José Justo de Urquiza, representante dissidente da província argentina de Entre Rios. Urquiza não se submeteria ao federalismo macrocefálico de Buenos Aires, cujo representante era Rosas.

Com o exílio de Oribe em Buenos Aires, devido à *grande guerra,* Rosas buscou ganhar tempo contra as possíveis investidas do Império no região do Prata (DORATIOTO, 2011). O momento era delicado para a Confederação Argentina, visto que além das fraturas internas, Rosas contava com a inimizade da Inglaterra e da França, pouco adeptas ao exclusivo comercial que Buenos Aires procurava impor no Prata. Rosas tentou adotar política externa bifronte, na qual buscava aproximação tanto com os farrapos, quanto com o Rio de Janeiro. Se com aqueles nada conseguiu, com este assinou-se Tratado de Aliança Militar contra Fructuoso Rivera, em 1843. Interessava ao Império conter uma possível hegemonia de Rosas no Prata e pôr fim à Farroupilha. A estratégia de Rosas mostrou-se acertada, já que Oribe logrou sitiar Montevidéu e se garantiu a neutralidade brasileira no Prata.

Após a pacificação da Balaiada, o Barão de Caxias assumiu a presidência do Rio Grande do Sul. A severa repressão aos farrapos convenceu Bento Manuel a trocar da lado, mais uma vez, em benefício do Império. Em 1844, era investido de poder o partido liberal no Rio de Janeiro, o que facilitou as negociações com os farrapos e com os colorados uruguaios; a seu turno, Urquiza enxergava nos desentendimentos entre Rosas e Dom Pedro II possível benefício à causa federalista de Entre Rios. Um ano depois, em 1845, pelo acordo de paz de Poncho Verde, David Canabarro, sucessor de Bento Gonçalves na liderança gaúcha, dava fim à Farroupilha. Exigiu-se, no entanto, alforria aos negros farrapos, anistia aos gaúchos envolvidos no conflito, nomeação do presidente de província pelos farrapos e a edição de imposto de 25% *ad valorem* sobre as importações de charque (CARVALHO, 2012). Há divergência historiográfica

quanto à concessão dessas exigências, com exceção da última, que passou a vigorar na legislação alfandegária em 1845. Quanto à espinhosa questão da alforria aos negros farrapos, parece possível inclinar-nos pela tese que advoga a permanência da escravidão dos combatentes negros no Rio Grande do Sul. Para além dos 30% da população gaúcha composta por negros (CARVALHO, 2012), a Batalha de Porongos, que ocorreu em 1844, quando o armistício estava prestes a ser assinado, levanta suspeita quanto às intenções do Império. No conflito, regimentos negros teriam sido atacados com consentimento de Canabarro, que contestou a veracidade da acusação em tribunal militar levado a cabo pelo futuro general Osório. Seja como for, é certo que a Farroupilha sequestrou a política externa da Regência de 1835 a 1840 e tornou-se a rebelião a ser debelada por excelência, se quisesse o Paço manter centralização no Rio de Janeiro.

Dois anos após a eclosão da Farroupilha, eclodia a Sabinada na Bahia, em 1837. Sob a liderança de Sabino Barroso, professor da Escola de Medicina de Salvador, comerciantes, militares e fazendeiros produtores de açúcar sitiaram a capital e declararam independência. A Sabinada opunha-se, em primeiro lugar, ao aliciamento forçado de tropas baianas para combater os farrapos no Sul do Império. Buscava-se arrefecer, também, o controle do Rio de Janeiro e, para tanto, depôs-se o presidente de província. Ao federalismo e ao republicanismo da rebelião, somaram-se exigências quanto à escravidão. Os cativos nacionais que aderissem ao movimento seriam libertos; os negros nascidos na África, no entanto, permaneceriam em condição escrava. Novamente, a questão escravocrata provocava dissidência entre os insurretos. Por medo a criar cenário

comparável àquele da Revolta dos Malês, os rebeldes não concederam alforria alguma, malgrado a efetiva criação de regimentos bélicos negros. A seu turno, os barões do açúcar da Bahia enxergavam com maus olhos um movimento que, quem sabe, poderia prejudicar suas posses escravas. Se havia contestação comum aos insurretos era a ilegitimidade da Regência: tão logo Pedro de Alcântara alcançasse a maioridade, os rebeldes entregariam o poder. Em menos de dois anos, com o Recôncavo baiano e o porto de Salvador bloqueados pelas tropas imperiais, o movimento esfacelou-se. Ficava, no entanto, o legado de nova tentativa separatista, com quase 1,8 mil mortos (FAUSTO, 2008).

As rebeliões regenciais confirmaram o que Bernardo Pereira de Vasconcellos anteviu naquela sessão parlamentar de 1838.

“Focos de rebelião espoucavam nas ruas, nos sertões e nas senzalas, ameaçando a segurança e a liberdade da nação”, acrescia o antigo liberal tornado regressista, o que os liberais moderados não contestavam forçosamente. As revoltas provinciais, e especialmente aquelas que defendiam o fim da escravidão, obrigavam os liberais a reconsiderar seus credos. As reformas descentralizadoras tinham ido longe demais, ou pelo menos incitado as províncias ao autogoverno. Por que o Império não se esfacelou? Se é verdade que, por um lado, as dissidências nas lideranças dos insurretos contribuíram sobremaneira, por outro, a severa repressão impingida pelas tropas imperiais foi determinante. A concordância quanto à repressão dos insurretos ratificava coincidência de ponto de vista entre liberais moderados e restauradores no que concerne à defesa da integridade territorial, da monarquia e da escravidão. Os restauradores, no entanto, contestavam a descentralização adotada pelos liberais

moderados, protesto que as eleições de 1836 apadrinharam.

4.3. O REGRESSO CONSERVADOR E O GOLPE DA MAIORIDADE

Eleito regente uno em detrimento do regressista Holanda Cavalcanti em 1835, o liberal moderado padre Diego Antônio Feijó governou durante dois anos de grande agitação política. Na Câmara, a oposição crescia à medida que as sedições se multiplicavam. Desenhava-se quadro político-partidário mais nítido: os restauradores – ou caramurus – contestavam a descentralização promovida pelos liberais moderados – ou chimangos -, protesto esse corporificado nas acusações contra o Ato Adicional. Uniam-se em bloco único os regressistas, que perdiam, após a morte de Dom Pedro I, o rótulo de restauradores. Sem a possibilidade de volta do antigo imperador, aos caramurus não restava senão debelar a regência una de Feijó. A seu turno, os revoltosos, também denominados de exaltados, jurujubas e farroupilhas, eram alvo tanto dos liberais moderados quanto dos regressistas.

Nas eleições de 1836, a oposição regressista assumiu a liderança na Assembleia Geral, o que adensava a desobediência da Câmara a Feijó. Acusava-se o regente de ser brando demais com as províncias revoltosas, o que não era forçosamente verdade, visto que Feijó reclamava constantemente à Assembleia Geral liberação de crédito para conter as sedições populares e as forças centrífugas. O que deveras pesava contra o padre Feijó era a descentralização por ele defendida em 1835, quando estouraram a Cabanagem, a Farroupilha e a Revolta dos Malês. Em 1836, inclusive os liberais moderados pareciam menos

adeptos à descentralização. Evaristo da Veiga, principal arauto das ideias de Feijó, inclinava-se progressivamente pelo firme controle às rebeliões provinciais, se quisesse o Império manter a integridade que o distinguia das guerras fratricidas hispano-americanas. Com a morte de Evaristo da Veiga, em 1837, Feijó perdia mais uma aliado na Câmara. Daí em diante, a regência de Feijó entrou em colapso: sem maioria na Câmara, não conseguiu reformar seu ministério nem aprovar orçamento para conter as rebeliões provinciais, o que não deixava de provocar suspicácia, visto que os regressistas, em maioria na Assembleia Geral, eram ferrenhos defensores da repressão às províncias. Sem apoio político e dados os riscos de desintegração do Império, Feijó renunciou ainda em 1837. Em seu lugar, assumiu o presidente da Câmara, Pedro de Araújo Lima, senhor de engenho pernambucano, conservador e inconteste opositor ao Ato Adicional. Um ano depois, em 1838, Araújo Lima ganhava as eleições com apoio de quinze das dezoito províncias do Império, o que comprova a heterogeneidade intraprovincial referente ao alinhamento às lideranças revoltosas. Dava-se início ao período do regresso conservador: regresso à centralização, regresso à autoridade, regresso ao reinado em detrimento da regência.

Para a pasta de Justiça, Araújo Lima, o futuro marquês de Olinda, nomeou Bernardo Pereira de Vasconcellos. Maciel Monteiro foi indicado para os Negócios Estrangeiros e, mais importante, Joaquim José Rodrigues Torres, futuro Visconde de Itaboraí, para a Marinha. Este último desenvolveu, no Segundo Reinado, papel essencial no Partido Conservador, que estava em gestação durante a Regência. Foi precisamente em 1838 que as bancadas, as

alas e as correntes de opinião passaram a adotar características próximas ao que se entende por partido político. Se não havia consciência de classe, havia pertencimento a um ideário, seja por identificação profissional ou ideológica. Formava-se, nesse sentido, o que se denominou o "ministério das capacidades", profundamente conservador e desejoso de reverter o Ato Adicional em benefício da centralização. Do lado regressista, agruparam-se magistrados, burocratas, grandes comerciantes de origem portuguesa e parte dos proprietários rurais, sobretudo aqueles ligados à lavoura fluminense, à baiana e à pernambucana. Por oposição, os moderados eram padres liberais, populações urbanas de renda média, e proprietários rurais paulistas, mineiros e gaúchos, todos esses menos ligados ao regime escravocrata. Compunham-se, assim, as bases do que seriam, no Segundo Reinado, os partidos conservador e liberal.

Em situação de crise interna e externa, se considerarmos a delicada situação no Prata, Araújo Lima não tardou em acelerar a marcha da centralização. Em 1840, editava-se a Lei de Interpretação do Ato Adicional por meio da qual os poderes das Assembleias Provinciais eram reduzidos ao máximo: perdiam as províncias a faculdade de legislar, de nomear e transferir funcionários e de suspender sumariamente os magistrados (YEDDA LINHARES, 2000). Paradoxo da história ou oportunismo político, foram os liberais, e não os conservadores, que trouxeram ao trono o jovem Pedro de Alcântara. Aos olhos dos liberais moderados, o poder de Araújo Lima parecia inconteste; progressivamente, as rebeliões provinciais eram debeladas e o Império conhecia momento de desenvolvimento econômico com a entrada em cena do café. A única saída era aproximar-se do herdeiro do trono. Pela Constituição de 1824,

Pedro de Alcântara tornar-se-ia Dom Pedro II somente em dezembro de 1843, quando completasse dezoito anos. Era tempo demais para os liberais. Aproximaram-se de Aureliano Coutinho, liderança do Clube da Joana, ou Facção Áulica, que exercia forte influência sobre Pedro de Alcântara com apenas quatorze anos à época. Novo paradoxo ou oportunismo confirmado, Aureliano Coutinho era conservador e havia decretado, em 1833, a prisão de José Bonifácio, alijando-o definitivamente do Paço e distanciando-o do herdeiro do trono. Pouco importava. A Corte não recusou a iniciativa dos liberais: dar-se-ia um golpe aos conservadores decretando, antecipadamente, a maioridade de Pedro de Alcântara. Justificava-se ainda o golpe como resposta àquelas difusas reivindicações da Cabanagem e da Balaiada, visto que ambas bradavam vivas ao herdeiro da Coroa. A iniciativa vingou. Em julho de 1840, o futuro imperador lançava o famigerado "quero já" à proposta liberal de assumir o trono. A Assembleia Geral sancionava o projeto e, como forma de recompensa, os liberais assumiram o poder.

Coroado pouco meses depois, Pedro de Alcântara tornava-se Dom Pedro II, jovem imperador prestes a completar quinze anos de idade. Árdua tarefa o esperava: a Farroupilha não tinha sido debelada e tampouco a Balaiada. A Inglaterra pressionava o Brasil por causa da escravidão, e a Confederação Argentina tornava-se ameaça crescente. Eram assuntos demasiado espinhosos para um monarca inexperiente, que terminou ficando sob os cuidados da Facção Áulica durante os primeiros anos de governo. No Rio de Janeiro, os liberais perdiam as eleições de 1841. De volta ao poder, os conservadores persistiram na lógica centralizadora. O Conselho de Estado foi reestabelecido, o que dava bons

augúrios ao imperador quanto ao uso do Poder Moderador, e o Código de Processo Criminal foi reformado. Esvaziava-se o poder do Juiz de Paz, que agora deveria submeter-se, embora ainda fosse eleito, ao controle dos chefes de polícia nomeados pela Corte. O Ministro de Justiça nomearia o restante dos juízes do Império. Por último, reformou-se a Guarda Nacional: os oficiais passariam a ser nomeados pelo governo central ou pelos presidentes de província, o que restringia a ação da Guarda Nacional no âmbito local. Caberia ao Exército a responsabilidade pelas fronteiras e pela integridade do país. Desfazia-se, portanto, a superposição da Guarda Nacional sobre o Exército.

4.4. A DIMENSÃO EXTERNA

Afora a interseção entre dimensão interna e externa que a Farroupilha promoveu, a política exterior passou por período de imobilismo que a Regência deveria administrar (CERVO, 2002). As sedições internas, atadas à questão da descentralização, ocuparam maior parte da agenda política do período, restando pouco lugar para a dimensão externa. Pareceria natural que assim tivesse ocorrido, já que sem o apaziguamento interno ficaria fragilizada a ação externa. Comprimida internamente, a política exterior estava também pressionada externamente. A teia de alianças e de tratados assinados durante o Primeiro Reinado restringia a possibilidade de instaurar política de barganha de interesses. Comercialmente, os tratados de Comércio e Navegação e de Aliança e Amizade assinados em 1810 com a Inglaterra, e reconfirmados pela Lei Bernardo Pereira de Vasconcellos, de 1827, não somente cerceavam a autonomia interna do Império; sedimentavam, também, o congelamento da ação

externa, visto que se aplicavam os mesmos 15% *ad valorem* tarifários a todas as nações com as quais o Brasil mantinha relações diplomáticas. A lei de 1827 renovava por quinze anos, sem reciprocidade, a validade dos tratados comerciais com a Inglaterra, o que significava, considerando-se a alta competitividade das manufaturas inglesas, arrefecimento da economia interna.

Separados por questões internas, os liberais moderados e os regressistas uniam-se quanto à dimensão externa, prova que a política exterior teria sedimentado, por oposição a um suposto inimigo comum, alianças internas. Era essa a tônica parlamentar quando se debatia a política externa. Duas leis editadas em 1830 e 1831 são emblemáticas nesse sentido. Pela lei de 15 de novembro de 1830, exigia-se prestação de contas ministeriais por questões de política externa, estabelecendo-se a obrigatoriedade de elaborar o relatório de repartição dos Negócios Estrangeiros, o que ampliava as prerrogativas parlamentares quanto ao orçamento destinado à política exterior. Pela lei de 14 de junho de 1831, todos os tratados deveriam ser submetidos à consideração da Assembleia Geral do Império, que ganhava o direito de ratificação. As duas leis buscavam ampliar o controle legislativo sobre a formulação, a condução e a implementação da política externa, em clara ruptura com a lógica do Primeiro Reinado. Deveras pesava na lembrança dos parlamentares a política externa dinástica, se não pessoal e exclusiva, instituída por Dom Pedro I após a independência. Cerceados na prática dos negócios estrangeiros, preparavam os parlamentares da Regência, no discurso, a institucionalização de uma ação externa autônoma e guiada pela defesa dos interesses do Império. A retórica era consensual entre liberais moderados e regressistas: ouvia-se na Assembleia, de

forma uníssona, palavras de ordem contra o sistema desigual de tratados comerciais e contra os privilégios jurisdicionais dos súditos ingleses no Brasil. Bradava-se, no entanto, a favor da autonomia alfandegária e do controle legislativo da política externa. Agia-se na medida dos constrangimentos externos e sempre visando reformas institucionais. Em 1836, o Império já contava com dezenove funcionários diplomáticos no Brasil e trinta e nove no exterior, repartidos em quatorze legações externas, dez entre elas na Europa e quatro na América. A Secretaria de Negócios Estrangeiros dividia-se em quatro departamentos administrativos: América, Inglaterra e França, Resto da Europa e Contabilidade. Na esteira da formação das instituições administrativas do período joanino, chegava tarde a hora de burocratizar a política externa.

O alvo dos parlamentares era necessariamente a Inglaterra. E pareciam realmente transparecer a opinião pública brasileira, se acreditarmos nas palavras do jornalista Justiniano José da Rocha, que escrevia, então, no periódico *O Brasil,* "se há hoje no país ideia vulgarizada e eminentemente popular é a de que a Inglaterra é o nosso mais caviloso e mais pertinaz inimigo".

Se o comércio angariava a primeira metade das animosidades contra a Inglaterra, a segunda referir-se-ia à questão do tráfico negreiro. Pelo tratado anglo-brasileiro, de 1827, a Inglaterra forçava o Império a comprometer-se pela extinção do tráfico em período máximo de três anos. E assim ocorreu. Em 1831, editava-se a Lei Feijó, que condenava o tráfico. No entanto, rapidamente ficou conhecida como "a lei para inglês ver". O período que se estende de 1831 a 1850, quando efetivamente findou o tráfico negreiro, conheceu influxo de 500 mil escravos (BETHELL, 2011). E isso apesar da presença naval britânica no

Atlântico, combatendo e afundando navios negreiros, e da tentativa de sensibilizar a população brasileira sobre os malefícios da escravidão. A Lei Feijó não vingou. Eram-lhe contra os agricultores e fazendeiros brasileiros, amplamente dependentes da mão de obra escrava, para dinamizar sua produção. Outras duas razões explicam a plasticidade da lei de 1831: o tráfico negreiro não era somente composto por embarcações de bandeira brasileira. Estadunidenses, portugueses e franceses auferiam dividendos do comércio escravocrata, o que explica, provavelmente, o silêncio desses países ante o discurso abolicionista britânico. Pior, ceder à pressão inglesa seria para o governo brasileiro atuar na esteira da dependência externa encetada durante o período joanino e confirmada pelo Primeiro Reinado, o que destoava substancialmente do discurso parlamentar à época (CERVO, 2002). Por último, e confirmando o clima de inimizade contra a Inglaterra, o Império reconhecia o direito argentino à posse das ilhas Malvinas, apossadas pela Coroa britânica em 1833, o que violava o espírito da Doutrina Monroe.

Com o resto da Europa, as relações não andavam por melhores trilhos. Portugal e Espanha eram amplamente associados à restauração e ao absolutismo que lembrava o Primeiro Reinado. Com Portugal, ficava o gosto amargo das indenizações pagas pelo reconhecimento da independência. Com a Espanha, até 1834, não se mantinham relações diplomáticas, visto que o Brasil não era reconhecido como Estado pela Coroa de Isabel II. Ainda, os atritos recorrentes entre o Império e a Igreja de Roma, devido à manutenção do padroado, só recrudesceram com a defesa da supressão do celibato clerical, advogada pelo padre Feijó. Com a França, gerava desconfiança a construção de um forte

militar na margem setentrional do rio Oiapoque: a questão lindeira levaria mais de oitenta anos para ser solucionada.

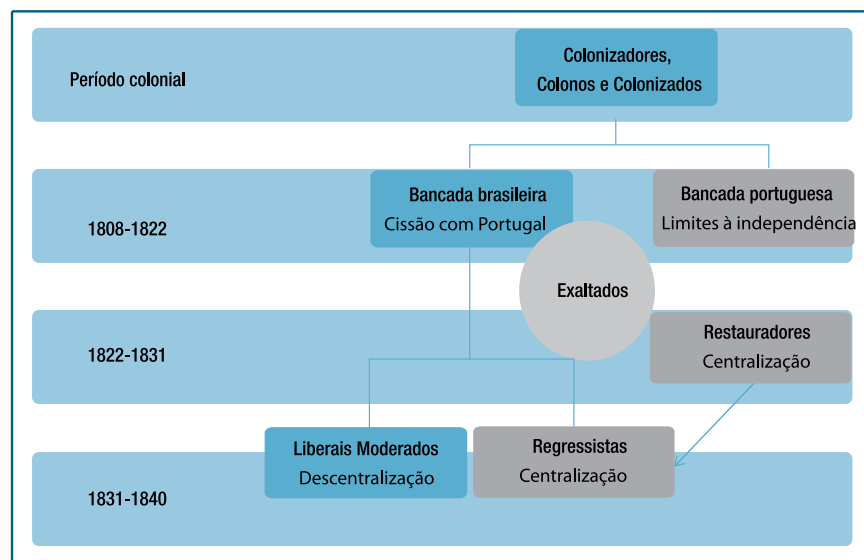
Na América, ao passo que os Estados Unidos ganhavam prestígio como nação do progresso, com os vizinhos platinos a neutralidade era a tônica oficial. Conforme os relatórios dos negócios estrangeiros, desde que não se imiscuíssem na questão da Farroupilha, os países platinos gozariam da não ingerência brasileira. Pesavam, na lembranças dos parlamentares, os malefícios orçamentários da Guerra Cisplatina. No entanto, enxergava-se com maus olhos o expansionismo de Rosas. O caudilho portenho fechara os rios argentinos à navegação, o que cerceava o acesso ao Mato Grosso40. No Uruguai, nem Oribe, do partido blanco, nem Rivera, do colorado, eram favoráveis ao Império. Se aquele aproximava-se de Rosas, na intenção de debelar a *grande guerra* uruguaia contra Rivera, este aliou-se aos farrapos, em nítida contestação ao Império pelas questões lindeiras não resolvidas. Por último, o Paraguai de José Rodriguez de Francia, autoproclamado ditador perpétuo da República, adotava política isolacionista, fechando o Estado à navegação internacional e distanciando-o de qualquer aliança com os países vizinhos.

4.5. RESUMO DO PERÍODO

1. Centralização versus **descentralização: reformas institucionais**

- 1831: abdicação de D. Pedro I, em 7 de abril de 1831. Assembleia em recesso. Forma-se a Regência Trina Provisória. Meses depois, a Regência Trina Permanente.
- 1834: divisor de águas. É formulado o Ato Adicional. Emenda à Carta de

1824. Descentralização.

- Ato Adicional:
  - Assembleias Legislativas Provinciais.
  - Rio de Janeiro município neutro.
  - Conselho de Estado e Poder Moderador suspensos.
  - Transforma-se a Regência Trina em Regência Una. Todas as Assembleias Legislativas Provinciais participariam da formulação da Regência Una, com a nomeação do Regente.
- De 1831 a 1834: Avanço Liberal. Depois de 1835: regressistas ganham força. Regência Una de Feijó debilitada. Eleições de 1836 confirmam maioria regressista na Câmara. 1837: Feijó renuncia, e assume Araújo Lima. É o regresso conservador. Embrião do partido conservador, durante o Segundo Reinado, os regressistas, ou caramurus, da Regência opõem-se aos liberais moderados, ou chimangos, futuros membros do partido liberal. Os exaltados, jurujubas e farroupilhas não formaram corrente de opinião institucionalizada.
- ~~Organização e evolução das correntes partidárias~~

2. Sedições populares e forças centrífugas

- Sedições populares

Sedição popular	Composição dos insurretos	Causas	Reivindicações	Resultado
Cabanada (1832-1836), Pernambuco e Alagoas.	Homens pobres, de origem indígena, e escravos foragidos.	Abdicação de Dom Pedro I e instabilidade regencial. Alterações nas estruturas de poder com a instituição do Juiz de Paz.	Retorno de Dom Pedro I. Revolta restauradora e conservadora.	Severa repressão.
Cabanagem (1835-1840), Pará.	Homens e mulheres de baixa renda, negros, mulatos e índios. Fazendeiros por breve período.	Nomeação do presidente de província. Revolta contra situação de miséria e opressão.	Continuidade da religião católica, contra a escravidão e pela independência do Pará, enquanto Dom Pedro II não ascendesse ao trono.	Mais violenta das repressões legalistas durante o período regencial.
Revolta do Malês (1835), Bahia.	Escravos alfabetizados de origem muçulmana.	Escravidão e opressão.	Combate à escravidão.	Derrotados e condenados à prisão.
Balaiada (1838-1841), Maranhão.	Vaqueiros, sertanejos, escravos, profissionais de renda média e fazendeiros por breve período.	Nomeação do presidente de província. Crise na produção de algodão.	Rearranjo do poder local, criar prefeitos e alterar o processo de nomeação da Guarda Nacional. Combate à miséria, à escravidão e à opressão.	Derrota e vinculação do Barão de Caxias, futuro Duque, à imagem de pacificador das revoltas.

- Forças centrífugas

Força centrífuga	Composição dos insurretos	Causas	Reivindicações	Resultado
Farroupilha (1835-1845), Rio	Estancieiros, homens livres e escravos aos	Barreiras alfandegárias, concorrência do gado e do charque platino, livre	Autonomia para o Rio Grande	Derrota militar temperada por

Grande do Sul.	quais se lhe prometia alforria.	circulação de rebanhos, impostos sobre o Rio Grande do Sul.	do Sul.	acordo de paz. Anistia e reequilíbrio alfandegário.
Sabinada (1837), Bahia.	Lideranças urbanas. Escravos nascidos no Brasil, que seriam alforriados. Os nascidos na África permaneceriam em condição escrava.	Oposição à regência. Contra o recrutamento forçado de tropas para lutar no Rio Grande do Sul contra a Farroupilha.	Federalismo. Republicanismo até que Dom Pedro II alcançasse a maioridade.	Perda de apoio dos barões de açúcar da Bahia. Insurretos reprimidos. Escravos nascidos no Brasil não foram alforriados.

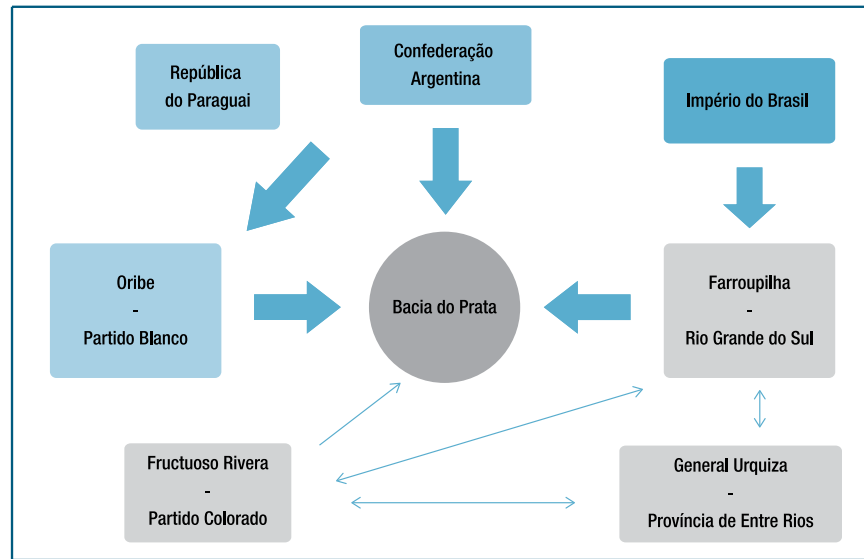
3. O regresso conservador e o golpe da maioridade

- Regressistas propõem centralização. Com Araújo Lima, ações centralizadoras foram adotadas:
  - Repressão às revoltas provinciais.
  - Lei de Interpretação do Ato Adicional, de 1840: promove centralização.
- Em resposta a Araújo Lima, moderados fundam o "clube da maioridade". Resultou no golpe da maioridade, em 1840.

4. A dimensão externa

- Inglaterra: imobilismo externo. Sistema desigual de tratados comerciais ainda vigente. Questão do tráfico negreiro: Lei Feijó, de 1831, não vinga.
- Reforma institucional da Secretaria de Negócios Estrangeiros. Retórica autonomista no que concerne à política exterior é comum às organizações partidárias.

~~Conflito de interesses na Bacia do Prata:~~

5

O SEGUNDO REINADO (1840-1889)

5.1. O ESTADO CENTRALIZADO

Quando assumiu o trono, em 23 de julho de 1840, Dom Pedro II deparou-se com um país em armas. No Sul, havia uma República recém-proclamada. No Norte, enquanto mal cicatrizavam as chagas da Cabanagem, permanecia exposta a ferida da Balaiada. Tampouco havia calmaria no centro do poder. O Rio de Janeiro passava por período de turbulência política, no qual se definiam, aos poucos, os contornos ideológicos dos partidos liberal e conservador. No âmbito externo, o Império sofria pressões inglesas contra a permanência do tráfico negreiro. No Atlântico Sul, a situação não era mais favorável. Juan Manuel de Rosas, líder da Confederação Argentina, mostrava-se hostil ao Brasil, o que não dava bons augúrios para a paz na Prata. No Uruguai, Fructuoso Rivera, presidente do país e chefe do partido colorado, não era tão firme quanto se esperava em relação ao Império do Brasil, e a *grande guerra* entre blancos e colorados não dava sinais de arrefecimento.

Passados quarenta e nove anos à frente do Império, Dom Pedro II deixou um país mais consolidado do que aquele encontrado quando completara quinze anos de idade. Embora a temática da descentralização não tivesse por completo saído da agenda política, não se discutia mais a unidade do país com armas nas mãos.

O Estado tornou-se o filtro por onde passavam as desavenças políticas, o que significava que estavam estabelecidas as bases do sistema representativo de governo. Em momento algum houve interrupção das eleições ou cerceamento da liberdade de imprensa. Dom Pedro II deixava também um Império sem escravos, o que significava um forte abalo na estrutura econômica e social. A política externa, a seu turno, tornou-se mais altiva e ativa, formando uma prática exterior propriamente brasileira. Deixava o monarca, por fim, uma nação constituída, se não pela heterogeneidade étnica, pelo menos por um sentido de pertencimento. Não foram poucas, portanto, as mudanças institucionais, políticas, econômicas e sociais que marcaram o Segundo Reinado.

5.1.1. Mudanças institucionais

De 1840 a 1889, sucederam-se 36 gabinetes imperiais, cada um deles de curta duração. Nas contas de Raymundo Faoro, a expectativa de vida de cada gabinete não ultrapassou ano e meio, com exceção do gabinete de Honório Hermeto Carneiro Leão, o Marquês de Paraná, e de José Maria da Silva Paranhos, o Visconde de Rio Branco, que duraram cerca de quatro anos respectivamente (FAORO, 2000). Os liberais formaram 21 gabinetes, somando 19 anos e 5 meses de governo. Os conservadores, por sua vez, contaram com 15 gabinetes, mas governaram por período de 29 anos e 9 meses. Dez anos e quatro meses a mais, portanto, do que os liberais. A repartição do poder entre partidos durante o Segundo Reinado também acusou desequilíbrio em favor dos conservadores. Os liberais governaram entre 1840 e 1841, 1844 e 1848, 1862 e 1868, 1878 e 1885 e em 1889. Os períodos conservadores foram, portanto, mais

largos. O que explica essa predominância conservadora? Seriam os resultados eleitorais na Câmara de Deputados ou haveria influência imperial?

Embora o Segundo Reinado tenha mantido a ordem política da Carta de 1824, uma alteração significativa na estrutura institucional reordenou o equilíbrio de forças entre o imperador e o Poder Legislativo, em detrimento deste e favor daquele. Em 1847, Dom Pedro II criou a figura do presidente do Conselho de Ministros, que seria nomeado pelo Poder Moderador e que nomearia, a seu turno, os demais membros do gabinete, quais sejam cinco ministros encarregados da burocracia judicial, militar, fiscal, policial e eclesiástica. A Câmara de Deputados desempenhava função primordial, na medida em que condicionava, em parte, a longevidade do presidente do Conselho de Ministros. Caso houvesse discordância entre este e aquela, caberia ao imperador, para manter a governabilidade do regime, resolver pela destituição do gabinete ou pela dissolução da Câmara. O Poder Moderador, representado pela figura de Dom Pedro II, operava, portanto, como guardião da governabilidade do Império. Incompatibilidades e desajustes entre Câmara e presidente do Conselho – que era chefe do gabinete de ministros – traduziam-se em morosidade legislativa e inoperância política. O voto de desconfiança da Câmara contra o presidente do Conselho somente operava caso o imperador aceitasse demitir o chefe do gabinete, senão, silenciavam-se as queixas por temor à dissolução da Câmara. O Poder Moderador garantia a integridade do circuito elétrico, desfazendo resistências entre Câmara e gabinete. A seu turno, o presidente do Conselho era o fusível que disparava caso houvesse desacordo eleitoral com a direção política tomada pelo imperador. Não podia estar o

imperador em melhor posição nesse circuito. O presidente do Conselho poderia ser sacrificado como forma de gambito do rei. A Câmara poderia ser dissolvida, se o imperador julgasse impraticável a destituição do gabinete. Ainda do seu lado, o imperador contava com a nomeação dos conselheiros de Estados e dos senadores em lista tríplice, constituída eleitoralmente. Dom Pedro II era não somente chefe de Estado, mas também chefe de governo. Dever-se-ia concluir, no entanto, que o imperador se adequava ao pensamento dos conservadores, visto que estiveram à frente do gabinete por mais tempo do que os liberais?

Se julgado à luz das destituições de gabinetes, Dom Pedro II era mais imparcial partidariamente do que tendencioso. Das quatro intervenções no poder que o imperador confessou à filha, a princesa Isabel, duas foram contra conservadores: a de 1840, por ocasião do golpe da maioridade, e a de 1859, contra o gabinete do Visconde de Abaeté. A indiferença partidária, característica de Dom Pedro II (CARVALHO, 2007b), colocava-o em posição de destaque em relação às escaramuças políticas. Haveria, portanto, preferência eleitoral pelo partido conservador?

5.1.2. O sistema eleitoral

Apesar de um punhado de não mais de cinco reformas eleitorais, o sistema de voto do Segundo Reinado seguiu, durante pouco mais de quarenta anos, o modelo da Constituição de 1824[41]. Fortemente inspirado na Constituição liberal de Cádiz, o sistema eleitoral outorgava direito de voto aos adultos livres ou libertos, se nascidos no Brasil e se tivessem mais de 25 anos. Não se excluíam os analfabetos e os menores de 25 anos se casados ou bacharéis em

direito. O voto era censitário, exigindo-se 100 mil réis de renda líquida anual para ser votante e 200 mil réis anuais para ser eleitor. A diferença entre votante e eleitor pautava a característica indireta do voto, o que dava margem a manipulações eleitorais. A mesa paroquial, formada por uma junta de qualificação, apurava os votos de primeiro grau, competindo a ela, portanto, o reconhecimento da identidade dos votantes. Dessa primeira eleição surgiam os eleitores, que integravam os Colégios Eleitorais de cada província. Nesses colégios, apuravam-se os votos de segundo grau: os eleitores votavam os futuros deputados, indicando tantos nomes quantas cadeiras houvesse na Câmara. A garantia para eleger-se deputado estava na articulação política dos votantes, ou eleitorado de primeiro grau, deveras suscetível à ingerência daqueles que formavam a mesa paroquial, isto é, os presidentes de províncias, os juízes de paz e os delegados de polícia. Nesse sentido, bastava que o partido no poder definisse a mesa paroquial para que as eleições fossem vencidas: "não por outra razão, nenhum partido no poder perdia eleição e fazia sempre maioria na Câmara (o Senado era vitalício)" (CARVALHO, 2003). Defuntos e invisíveis tornavam-se votantes por obra de bico de pena. E surgiam personagens curiosos, como o chamado fósforo. Nas palavras do deputado Francisco Belisário Soares de Souza,

> o invisível, o fósforo, representa um papel notável nas nossas eleições, e mais ainda nas grandes cidades do que nas freguesias rurais. Um bom fósforo vota três, quatro, cinco e mais vezes em várias freguesias, quando são próximas. Os cabalistas sabem que F. qualificado morreu, mudou de freguesia, está enfermo; em suma não vai votar: o fósforo se apresenta. É mui vulgar que, não acudindo à chamada um cidadão qualificado, não menos de

dois fósforos se apresentem para substituí-lo, cada qual cabe melhores provas de sua identidade, cada qual tem maior partido e vozeria para sustentá-lo em sua pretensão.

Não haveria, portanto, preferência eleitoral pelos conservadores ou pelos liberais. As eleições definiam-se pela capacidade dos partidos de perverter, manipular e orientar as mesas paroquiais em seu benefício. Em outras palavras, os partidos faziam as eleições. Se o partido no poder tinha sobremaneira vantagem na articulação do processo eleitoral, mudanças no sistema de voto eram vislumbradas como possibilidades de reverter as regras de jogo, sempre em favor do partido sem gabinete. E foi nesse sentido que se estruturaram as reformas eleitorais do Segundo Reinado. A primeira entre elas, em 1846, buscou contornar os efeitos da desvalorização monetária do período, mas teve poucos efeitos práticos. Aumentou-se para 200 mil réis o piso da condição de votante e para 400 mil réis a de eleitor, o que excluía poucos cidadãos, se considerarmos que uma cozinheira no Rio de Janeira auferia em torno de 250 mil réis por seus serviços (CARVALHO, 2012). A segunda reforma, de forte apelo liberal, buscou reverter os quase dez anos de permanência conservadora na Câmara durante a década de 1850. Em 1855, a Lei dos Círculos introduzia o voto distrital, o que significava reduzir a importância das bancadas provinciais. Na esteira dessa reforma, ainda, impedia-se a candidatura de funcionários públicos, sobretudo a de juízes, presidentes de província e delegados de polícia. Visava-se arrefecer as possibilidades de recondução dos conservadores na Câmara a cada eleição. A Lei dos Círculos trouxe verdadeiros benefícios aos liberais, visto que, em 1857, renovou-se 67% da Câmara, sem formação, contudo, de um gabinete liberal. A resposta conservadora tardou menos de quatro anos. Em 1860, a

segunda Lei dos Círculos constringia a primeira. Após o renascer liberal de 1862 a 1868, nova década passou-se sem a constituição de um presidente do Conselho que fosse liberal. De 1868 a 1878, sucederam-se quatro gabinetes conservadores, e não por acaso os liberais comandaram a reforma eleitoral de 1875. A Lei do Terço, assim chamada, pois obrigava o eleitor a votar em dois terços do número total dos eleitos, buscou garantir a representação das minorias e combater a figura do fósforo: ampliou-se a participação da justiça comum no processo eleitoral e instituiu-se o título de eleitor.

A lógica das reformas eleitorais mudou substancialmente na década de 1870. Não havia mais oposição clara entre liberais e conservadores. A própria reforma de 1875 contou com o apoio de alguns conservadores, descontentes como a dissolução da Câmara em 1871. Na ocasião, o gabinete conservador do Visconde de Rio Branco aprovou a Lei do Ventre Livre à revelia de alguns deputados conservadores especialmente ligados à produção cafeeira do Vale do Paraíba. Com a dissolução da Câmara, meses após a promulgação da Lei do Ventre Livre, esses conservadores malcontentes passaram a apoiar a eleição direta dos deputados, bandeira amplamente sustentada pelas bancadas liberais. O imperador encarregou os liberais de aprovar o projeto. Sob a égide do gabinete de Cansanção de Sinimbu, malograram na tarefa: à dificuldade do chefe de gabinete em promover acordo sobre os novos métodos eleitorais somava-se uma revolta popular contra o aumento no preço do transporte público, que não fazia senão enfraquecer o ministério de Sinimbu. Deposto em março de 1880, substituiu-o novo gabinete liberal sob a chefia de José Antônio Saraiva. Era a imparcialidade partidária do imperador que operava, na ocasião,

em favor dos liberais após uma década de gabinetes conservadores. Mais astuto e engenhoso que Sinimbu, Saraiva conseguiu a aprovação da quinta e última reforma eleitoral do Segundo Reinado, conhecida como a Lei Saraiva de 1881.

Provavelmente influenciado pelo desgaste partidário que trouxera a destituição de Sinimbu e certamente consciente da sucessão de gabinetes conservadores por mais de vinte anos interruptos – entre 1848 e 1862 e entre 1868 e 1878 –, não restava a José Antônio Saraiva senão a ideia de conter o eleitorado suscetível à influências conservadoras. Era quase uma visão progressista que acudia à mente de Saraiva: os eleitores deveriam estar em plena consciência de seus votos. Para tanto, pela Lei Saraiva erradicava-se a condição de votante e, portanto, o primeiro grau do voto. Era nessa camada que se manipulava o eleitorado. Proibiu-se o voto ao analfabeto e manteve-se a característica censitária dos 200 mil réis para ser eleitor. Era o novo ímpeto progressista de Saraiva: não seria a renda que faria o eleitorado, mas a educação. Adicionavam-se a esse conjunto de mudanças novas exigências burocráticas. Dever-se-ia doravante apresentar comprovação de renda, mediante documentos autenticados, e ficavam excluídos os testemunhos orais para verificação dos soldos. Foi um tiro pela culatra, pelo menos em termos ideológicos. Os liberais, e não os conservadores, terminaram reduzindo a participação eleitoral para 2% da população, quando votaram em torno de 10% no período anterior. O progressismo de Saraiva parecia fazê-lo esquecer dos 80% de analfabetos que compunham a população brasileira. Passava-se de 880 mil eleitores a 96 mil (CARVALHO, 2003). Para o Brasil, era uma grande novidade antidemocrática, se considerarmos que a partir de 1881 a participação

eleitoral brasileira se igualava à inglesa, à holandesa, à espanhola e à italiana, países nos quais não votaram mais de 3% da população na década de 1860. Distanciava-se, portanto, do modelo democrático dos Estados Unidos, onde votaram mais de 18% da população na década de 1880. A reforma, no entanto, alcançou seu objetivo primordial. Com eleitores mais bem educados, as ingerências governamentais nas eleições foram minimizadas. Chegava-se à paradoxal situação na qual a diminuição da representatividade parlamentar gerava câmaras menos unânimes. Completando o contrassenso, à representação popular enfraquecida sobrepunha-se um Legislativo fortalecido, pois mais genuíno, perante o Poder Executivo, que se abstinha progressivamente de usar o Poder Moderador. Ironia histórica ou prova da particularidade parlamentar do Império, nada mais parecia confluir para a ideia de um parlamentarismo às avessas no Brasil do que o alijamento dos cidadãos do processo de tomada de decisão. A intervenção de José Bonifácio, O Moço, na sessão de 28 de abril de 1879, quando se discutia o método para estabelecer eleições diretas, não poderia ser mais reveladora da inversão de poder que caracterizou o parlamentarismo brasileiro:

> Neste país, a pirâmide do poder assenta sobre o vértice em vez de assentar sobre a base [...], esta soberania de gramáticos é um erro de sintaxe política. Quem é o sujeito da oração? Não é o povo? Quem é o paciente? Ah! Descobriram uma nova regra: é não empregar o sujeito.

A bem da verdade, o Império era menos um regime parlamentar de tipo inglês do que uma monarquia nos moldes da França de 1830 a 1848. Na Inglaterra, a formação do gabinete ministerial advinha da Câmara dos Comuns, representante

do eleitorado, e não de uma nomeação imperial. A Câmara dos Lordes, embora constituída pelo rei, não vetava a Câmara Baixa. Havia um chefe de governo e um chefe de Estado; este incarnado pelo rei, aquele pelo primeiro-ministro. No Brasil, o presidente do Conselho de Ministros não era chefe de governo, e muito menos o primeiro-ministro do modelo britânico. Era um fusível a serviço do imperador. Nesse sentido, não foram poucas as vozes que se elevaram contra a natureza do Poder Moderador. Nos termos do debate entre os políticos franceses Adolphe Thiers e François Guizot, que amplamente marcou o diálogo político no Império, buscava-se saber se o rei deveria reinar ou governar.

5.1.3. Debates acerca da natureza e dos limites do Poder Moderador

O ano de 1862 ficou conhecido como o renascer liberal. Após mais de dez anos de ausência no poder, um liberal era nomeado presidente do Conselho. Zacarias de Góes e Vasconcellos formou, naquele ano, o primeiro de seus três ministérios no período que se estende de 1862 a 1868. Era momento de intenso debate político, e não faltavam argumentos que se inclinavam ora pelo pensamento de Thiers, ora pelo de Guizot. Se este afirmava que “o trono não é uma poltrona vazia”, aquele defendia que “o rei reina, mas não governa”.

Alinhados com o pensamento de Thiers, três textos de forte cunho liberal destacaram-se no período. O primeiro, de Theophilo Ottoni, intitulado *Circular dedicada aos Srs. Eleitores de Senadores pela província de Minas Gerais*, recordava a luta liberal pela ascensão ao poder contra um sistema eleitoral amplamente manipulado pelos conservadores. O segundo, de grande

envergadura política, foi escrito pelo próprio Zacarias de Góis e Vasconcellos. O título, *Da natureza e limites do Poder Moderador,* dava de imediato a tônica combativa de seu autor. Criticava essencialmente o parlamentarismo brasileiro às avessas, no qual o Poder Moderador, segundo Zacarias, teria peso excessivo no arranjo institucional. Os partidos não seriam senão peões à serviço do imperador, que dissolvia a Câmara e nomeava o gabinete a sua guisa. O texto trazia outra grande novidade. Intimava os ministros a declararem-se responsáveis pelos atos do Poder Moderador. Em outros termos, os ministros assumiriam a responsabilidade dos atos imperiais, protegendo-se o artigo 99 da Constituição de 1824, que garantia a irresponsabilidade do imperador. A proposta de Zacarias não se distanciava muito do que hoje constitui a moção de censura nos regimes parlamentares. Esse instituto garante que a oposição possa desconfiar do gabinete e propor moção com propósito de derrocar ou constranger o governo. Para Zacarias, era forma se não de aproximar os representantes dos representados, pelo menos de garantir a rotatividade dos partidos no poder. O terceiro texto, escrito por Tavares Bastos, intitulou-se *Cartas do Solitário*. Nele, defendia-se a descentralização, a extinção do Conselho de Estado, o Estado laico, a emancipação dos escravos, a imigração europeia e a aproximação com os Estados Unidos. Para a tradição do pensamento liberal no Brasil, o texto causava surpresa, pois apoiava também a liberdade de comércio e de navegação.

A resposta dos conservadores foi igualmente provocadora, defendo a máxima de Guizot, convertida pelo Visconde de Itaboraí em um refrão que marcou dois textos essenciais. Dizia-se que o rei reina, governa e administra. Nesse tom, o

visconde de Uruguai publicou o famigerado *Ensaio sobre o Direito Administrativo*, no qual vislumbrava somente no Estado centralizado a garantia contra os abusos dos poderes locais. O Brasil, no entendimento do autor, deveria aproximar-se mais do modelo francês de centralização, que permitia alguma descentralização administrativa, do que do modelo estadunidense, amplamente federal. O coro conservador não era unânime na defesa da causa do Visconde de Uruguai. Ferreira Vianna, na *Conferência dos Divinos,* entabulou ácida crítica ao Poder Moderador, retratando Dom Pedro II como déspota e tirano (YEDDA LINHARES, 2000). Acusações pouco justas, se considerarmos que esses textos e essas circulares tornaram-se públicas por obra de Dom Pedro II, que advogava a liberdade de imprensa. Se os partidos políticos estiveram tão presentes nos acalorados debates sobre reformas eleitorais, institucionais, políticas e sociais, foi por graça do imperador, que julgava justo o diálogo entre correntes de pensamento. O próprio republicanismo não foi condenado durante o Segundo Reinado. O próprio imperador escreveu em seu diário íntimo que *"*a ocupar posição, preferiria a de presidente da República ou ministro à de Imperador". A própria monarquia era questionada sob os olhos de Dom Pedro II. Tivesse temperamento de um Charles X da França, o imperador do Brasil teria sido um déspota nos trópicos, à imagem de seus homólogos republicanos na América espanhola. "Acabou-se a única República que existia na América: a do Império do Brasil"*,* escrevia Raul Rojas, presidente da Venezuela, ao ter notícias dos acontecimentos de 1889. Não que fosse o Brasil panaceia de igualdade e de cidadania, longe disso. Mas havia paz interna, promovida por uma institucionalização partidária que não afrouxou antes de 1889, o que não significa que o Poder Moderador era uma poltrona vazia.

5.1.4. 1840-1848: O Poder Moderador, filtro das impurezas partidárias

Das intervenções do Poder Moderador[42] que Dom Pedro II confessou à filha, em seu diário íntimo, a segunda marcou a tônica do poder na década de 1840. Após o golpe da maioridade, arrefeceu a influência dos liberais em menos de um ano. Anuladas as eleições promovidas pela facção áulica, os conservadores tomaram o poder em 1841. Reestabeleceram o Conselho de Estado, reformaram o Código de Processo Criminal e colocaram a Guarda Nacional sob a égide do Ministro de Justiça. Era o ímpeto centralizador em ação em detrimento das províncias. Reafirmava-se o sentido greco-latino do substantivo: *pro vincere,* isto é, território vencido (ROHLOFF DE MATTOS, 2010).

O regresso conservador causava temor aos liberais, visto que a concentração de poder promovida pelas reformas de 1841 pareciam alijar quaisquer possibilidades de retomada liberal. As próprias eleições de 1840[43], que foram manipuladas pelos liberais em benefício da consolidação do golpe da maioridade, não serviram de reconforto. Inconformados com a anulação das eleições de 1840, irrompem em São Paulo e em Minas Gerais, especificamente, no último caso, no município de Luzia, revoltas contestatárias. Não se tratava de separatismo político nos moldes das forças centrífugas da Regência. São Paulo e Minas Gerais estavam umbilicalmente vinculadas ao poder central, e o que se buscava era ampliar a participação liberal na constituição do Império. Entre os insurretos, estavam antigas facções da Guarda Nacional, proprietários rurais e líderes regenciais, como Feijó. Derrotadas no mesmo ano que surgiram, em

1842, essas rebeliões estimularam Dom Pedro II, agora com quase dezoito anos completos, a fazer uso da chave da organização política do Império: o Poder Moderador. Dissolveu-se a Câmara, que guardava algum resquício liberal, e convocaram-se novas eleições. Os conservadores saíram à frente até 1844, quando por força de novas eleições os liberais compuseram a Câmara renovada. Inaugurava-se o quinquênio liberal. Entendia-se que o Poder Moderador poderia assegurar a rotatividade partidária no poder, o que distanciava os liberais de novas empreitadas belicistas e revoltosas. Conquistar e manter-se no poder advinha do cerceamento à influência que o partido de oposição podia promover. Os liberais rapidamente assumiram essa lógica. Não aboliram as reformas centralizadoras do regresso, usaram-nas a seu favor. Institucionalizava-se aos poucos, e sob a batuta do Poder Moderador, o sistema partidário do Império. O Estado seria o filtro das impurezas de cada partido, garantidas a paz e a ordem institucional. É precisamente a partir desse momento que começou a haver convergência ideológica entre os partidos políticos (ROHLOFF DE MATTOS, 2011).

No entanto, uma derradeira rebelião irrompeu em Pernambuco. Último estertor dos levantes regenciais, última derrota pernambucana para as forças centrais, a Revolta Praieira adotava amplamente o ideário da primavera dos povos na Europa. Em 1848, um punhado de liberais inconformados com a presidência conservadora do Conselho de Pedro Araújo Lima, antigo regente e futuro marquês de Olinda, adensava as críticas ao governo do Rio de Janeiro no jornal *O Diário Novo*, cuja sede era a rua da Praia, no Recife. Araújo Lima era apenas o pretexto. Havia causas profundas que estimularam a deflagração da

revolta. Os praieiros, apoiados pelos senhores de engenho, apontavam a concentração da terra e o monopólio do comércio varejista pelos portugueses como males sociais que congelavam o desenvolvimento da província. Os revoltosos, em sua maioria representantes urbanos, exigiam portanto a expulsão definitiva dos portugueses e a reestruturação do monopólio agrário. Combatiam-se as grandes famílias pernambucanas, em especial os Cavalcanti, detentoras de terras e vistos como causa de espoliação social. Na quadra popular que se difundiu largamente à época, revelavam-se as tensões políticas de Pernambuco

> *"Quem viver em Pernambuco/não há de estar enganado/Que, ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado".*

A Praieira assumia matizes socialistas, na esteira das revoluções que acometeram a Europa em 1848. Alguns líderes, como Abreu e Lima, chegaram a pregar o socialismo de Proudhon, de Fourier e de Owen, fundado em um cooperativismo laboral (FAUSTO, 2008). Não era o socialismo de Marx, que não chegou senão décadas mais tarde ao Brasil, malgrado a publicação do *Manifesto Comunista* no mesmo ano de 1848. Era uma revolta contra as hegemonias políticas, contra as díspares relações de poder e contra a centralização do Império no Rio de Janeiro. O contágio europeu em Pernambuco deu-se mais pelo viés do federalismo, da defesa do sufrágio universal, e não censitário, e da abolição do Poder Moderador. Havia sem dúvida o matiz centrífugo que marcou Pernambuco desde a insurreição de 1817, mas não se tratou de uma revolta propriamente separatista. Sufocada antes de chegar no Recife, a revolta encerrou por mais de dez anos a presença liberal à frente do gabinete.

5.1.5. 1848-1862: Hegemonia saquarema e conciliação partidária

O modelo conservador de governo tornou-se mais rigoroso com a nomeação de José da Costa Carvalho para a presidência do Conselho de Ministros. A chave da nova ordem política ditada pela hegemonia conservadora estava na aliança política entre as pastas da Justiça, da Fazenda e dos Negócios Estrangeiros, respectivamente sob Eusébio de Queiroz, Joaquim José Rodrigues Torres, o futuro Visconde de Itaboraí, e Paulino José Soares de Souza, depois Visconde do Uruguai (YEDDA LINHARES, 2000). Formava-se a *trindade saquarema,* denominação que se referia, inicialmente, a um grupo de conservadores ligados à cafeicultura fluminense do distrito de Saquarema. Era assim que os estigmatizaram os liberais, que eram os luzias, no entender dos conservadores, em referência à derrota de 1842 no distrito de Luzia, em Minas Gerais.

Sufocados em 1842 e novamente em 1848, aos liberais não restava senão aceitar as regras políticas ditadas pela hegemonia conservadora. Os acontecimentos deveras convergiam para a ordem saquarema. Apenas um deputado liberal havia sido eleito para a Câmara, e o Conselho de Estado contava com as vozes regressistas de Bernardo Pereira de Vasconcellos e com a habilidade política de Honório Hermeto Carneiro Leão, o futuro Visconde de Paraná. Não se tratava somente de completar a agenda regressista da centralização. Queria-se avançar na regulamentação da posse da terra, na reestruturação econômica e na reordenamento da política externa, precisamente, assuntos que tocavam sobremaneira a Justiça, a Fazenda e os Negócios

Estrangeiros, isto é, a *trindade saquarema.*

5.1.5.1. A Lei Eusébio de Queiroz e o fim do tráfico negreiro

No âmbito interno, os conservadores mostraram-se rápidos na condução da nova ordem que desejavam instituir. Não foram poucos os historiadores que apontaram o ano de 1850, menos por simetria centenária do que por quantidade de reformas, como marco divisório do século XIX. Uma questão dizia respeito a todas as outras: como tratar da regulamentação da terra, da reestruturação da economia e do reordenamento da política externa se não dirimindo de vez por todas a problemática do tráfico negreiro? A Lei Feijó de 1831 não vigorava na plenitude de suas disposições e, embora o tráfico tenha arrefecido nos primeiros anos da década de 1830, tornou a multiplicar-se durante o regresso conservador e a década de 1840. Não seriam os conservadores que acelerariam o passo da luta contra o tráfico, mas tampouco o fizeram os liberais no quinquênio que lhes correspondeu. A questão do tráfico, no entanto, era de maior urgência. As pressões inglesas só aumentaram depois que o Lord Aberdeen aprovou no parlamento britânico, em 1845, o *Slave trade supression Act,* que ficou conhecido como *Bill Aberdeen* no Brasil. Pelo decreto, autorizava-se a *Royal Navy* a apreender e afundar quaisquer embarcações negreiras que efetuassem a rota do Atlântico Sul. Considerava-se o tráfico como pirataria, o que permitia ao Império britânico repreender o tráfico sem contato prévio com o país responsável pela bandeira da embarcação. A grande maioria das embarcações apreendidas era pilhada, e os escravos não eram reconduzidos a sua região de origem. Pelo contrário, eram levados às colônias inglesas do Caribe, onde viveram em condições análogas às dos escravos que porventura escaparam às

operações da *Royal Navy*. O desconforto entre o Império do Brasil e a Coroa britânica atingiu seu paroxismo em 22 de abril de 1850, quando as esquadras inglesas passaram a operar não somente em alto-mar, mas também nas águas territoriais do Império. Chegaram a inspecionar portos nacionais, o que acendeu os ânimos brasileiros. Na fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres de Paranaguá, o exército nacional chegou a abrir fogo contra o invasor britânico, e a opinião pública não tardou em estimular uma guerra contra a Inglaterra. Para Caio Prado Júnior, o *Bill Aberdeen* era uma resposta direta à não renovação dos tratados desiguais pelo Brasil em 1844 (PRADO JÚNIOR, 2010). Se a Inglaterra pretendia manter o Brasil sob sua bota, o Império em mãos saquaremas tinha de fazer valer a soberania usurpada. Nesse sentido, a Lei Eusébio de Queiroz, que proibiu definitivamente o tráfico negreiro no Brasil, foi mais uma questão de política interna do que externa. Pressionado internamente pela reação popular na imprensa contra o caso da fortaleza de Paranaguá e em face da persistente subordinação imposta pela Inglaterra, proibir o tráfico era garantir a soberania nacional. Não se intranquilizaram os cafeicultores fluminenses, visto que o ingresso de mão de obra escrava, na década precedente, garantiria a robustez do mercado. No entanto, perdiam os traficantes de escravos, que saíram definitivamente da cena econômica brasileira. Pouco importava para os conservadores do Rio de Janeiro: os cafeicultores fluminenses não se sentiram de todo abalados, e a soberania valia mais do que um punhado de traficantes ora em extinção, ora em comutação profissional. Foi o que ocorreu com a emblemática família do Barão de Nova Friburgo, que construiu o Palácio do Catete: deixava o tráfico para dedicar-se ao café. Ainda a seu favor, Eusébio de Queiroz contava com o fantasma do haitianismo,

ratificado pela Revolta dos Malês, de 1835.

Os resultados da lei de 1850 foram distintos daqueles de 1831. Fazendo uso da força centralizadora que lhes era tão cara, os conservadores prenderam traficantes, em grande parte portugueses, e combateram as últimas embarcações negreiras que atracavam nos portos brasileiros. Em menos de um ano, o número de importações escravas caiu de 22.856 mil para apenas 800 (CARVALHO, 2012). Daí em diante, não houve mais registros de embarcações escravas no Brasil. Internamente, no entanto, procedeu-se a um reordenamento da massa cativa. Com o aumento do preço do cativo, visto sua rarefação, intensificou-se o tráfico intra e interprovincial. O setor cafeeiro, em grande expansão, detinha o grosso do capital econômico brasileiro. Não surpreende, portanto, que os escravos fossem transmigrados, ou comprados, das áreas de agricultura de subsistência do Norte e do Nordeste para o Sudeste cafeeiro. Resolvida a questão do tráfico, emergia o problema da mão de obra. Menos escravos significava, a longo prazo, menos homens na lavoura.

5.1.5.2. A mão de obra, a Lei de Terras e o Código Comercial

A questão da mão de obra estava intimamente ligada ao fim do tráfico negreiro. Se considerarmos que a Lei Eusébio de Queiroz proibiu o influxo de novos imigrantes escravos e que a taxa de mortalidade dos cativos superava, em larga medida, a de natalidade, restava ao governo ora adensar a mão de obra nacional, ora estimular a imigração estrangeira livre. A primeira opção não era verdadeiramente viável, visto que, além de considerada desqualificada para a lavoura, a mão de obra nacional não supriria a queda no número de cativos. A segunda, no entanto, mostrou-se não somente praticável como também

desejável, já que o branqueamento da população era visto com bons olhos. Mas como poderia o governo financiar a vinda da mão de obra europeia? Desde 1842, tramitava na Câmara projeto de imigração umbilicalmente ligado à regulamentação da posse da terra. Inspirava-se amplamente do plano Wakefield de ocupação do espaço territorial australiano (YEDDA LINHARES, 2000). O projeto previa a venda de terras devolutas44, para financiar a contratação de mão de obra estrangeira. A aquisição dessas terras far-se-ia unicamente por intermédio de compensações pecuniárias. Revalidavam-se também as sesmarias concedidas até 17 de julho de 1822, quando José Bonifácio de Andrada e Silva pôs termo ao sistema colonial de aquisição de terras. Confiscavam-se as terras sem posse pacífica e ininterrupta no período de um ano. Exigia-se, ainda, para evitar expropriações, o registro público das terras, sua demarcação e o pagamento de impostos territoriais. Dessa forma, o projeto de 1842 vinha suprir uma lacuna jurídica que perdurava desde 1822: não havia propriamente uma lei que regulamentasse a posse da terra. A nova política de terras deveria organizar-se de forma a impedir que o imigrante europeu pudesse adquirir a terra. Dever-se-ia garantir que esse estrangeiro se tornasse mão de obra para os latifundiários brasileiros, e não um trabalhador autônomo e proprietário de suas terras. Para tanto, o preço da terra alcançou altos patamares até então não registrados, o que era empecilho para os bolsos vazios dos europeus que no Brasil atracavam.

Fator de dissenso na Câmara, não tanto pelas reformas no sistema de fornecimento de mão de obra, mas sobretudo pelos constrangimentos que trazia aos proprietários, o projeto de 1842 tardou cerca de oito anos a ser aprovado. Para os latifundiários, a nova regulamentação da terra significava perdas em

termos tributários, sem contar as dificuldades de demarcação territorial e as eventuais expropriações. Beneficiavam-se, no entanto, os cafeicultores fluminenses e paulistas, que ganhariam com o incremento no número de imigrantes estrangeiros financiado pela venda de terras devolutas. Nesse sentido, se por um lado houve "socialização dos custos", por outro, houve "privatização de benefícios" por parte dos cafeicultores fluminenses e paulistas (CARVALHO, 2007). O projeto legislativo finalmente se tornou a Lei de Terras, de 1850. Malgrado o descarte do imposto territorial e das expropriações forçadas, substituídas por multas, a lei de 1850 não foi pacificamente posta em prática. Houve resistências às demarcações, à revalidação das antigas sesmarias e ao registro, visto que ganhos territoriais de uns significavam perdas para outros.

Se julgada à luz de seu objetivo principal, isto é, a atração de mão de obra europeia, não se pode afirmar que a Lei de Terras teve êxito completo. Não houve grande influxo de migrantes europeus, muito mais interessados no regime de terras dos Estados Unidos. Pelo *Homestead Act*, de 1862, Abraham Lincoln dava posse de porção de terra de 65 hectares a quem a cultivasse por cinco anos eficientemente. Os imigrantes nos Estados Unidos tornavam-se proprietários, enquanto no Brasil eram mão de obra mal paga pelos latifundiários. Se julgada por suas consequências na estrutura territorial, a Lei de Terras em nada redistribuiu a propriedade fundiária, mas bem certo é que nunca previu medidas de reforma agrária.

Outra grande novidade para os negócios ocorreu em 1850. Com a profusão de capitais liberados pelo fim do tráfico negreiro, os conservadores apressaram-se

em ordenar a alocação desses recursos pecuniários. Promulgou-se o Código Comercial, que punha fim à confusa e inconsistente legislação dos negócios. Era momento adequado para regular o comércio, visto que o Império passava a se beneficiar de grande influxo de capitais ingleses e franceses. Regulamentaram-se as atividades empresariais, o que permitiu o desenvolvimento do setor bancário e da infraestrutura urbana, especialmente no Rio de Janeiro. Surgiam as sociedades anônimas, na esteira do capitalismo de tipo europeu.

5.1.5.3. A reforma da Guarda Nacional

Era o *tempo saquarema* em seu esplendor máximo (ROHLOFF DE MATTOS, 2011). Mais um passo se deu na direção não só da centralização, mas também na manutenção da hegemonia conservadora no poder. A reforma da Guarda Nacional, em 1850, buscava contornar a possibilidade de oficiais aliarem-se aos luzias, o que significaria, talvez, dificuldades para a permanência saquarema no poder e, mais grave, consequente risco de novas ideias descentralizadoras. Lembravam-se bem os conservadores daqueles oficiais da Guarda Nacional que combateram do lado dos revoltosos liberais de 1842. Pela reforma de 1850, a Guarda Nacional ficava definitivamente sob a égide do ministério da Justiça, e não da Guerra. Vinculada a um dos pilares da *trindade saquarema,* a Guarda Nacional tornava-se mais um instrumento de influência política do que uma instituição garantidora da ordem pública. Oficial da Guarda que cooptasse proprietários rurais para o benefício do partido prontamente ascenderia na hierarquia interna da instituição. A lógica persistia até que o oficial se tornasse coronel, posição que mais se parecia a de um chefe político, de um cacique eleitoral ou de um caudilho hispano-americano do que a de um

guardião da ordem.

5.1.5.4. A conciliação de Carneiro Leão

A hegemonia saquarema não poderia perdurar eternamente. Não que se enfraquecesse no poder, mas o temor do descontentamento luzia incentivou o imperador a nomear, em 1853, Honório Hermeto Carneiro Leão, o marquês de Paraná, para a presidência do Conselho de Ministros. Hábil político do Império, Carneiro Leão fora nomeado presidente da província de Pernambuco após a Revolta Praieira. Guardava na lembrança a rebelião de 1848, que poderia se traduzir em novos levantes, caso os luzias permanecessem completa e duradouramente alijados do poder. A nomeação de Dom Pedro II não era portanto um acaso. O novo presidente do Conselho manteria a ordem saquarema, sem no entanto a hegemonizar em detrimento dos liberais. Carneiro Leão compôs um ministério conciliatório. Nomeou conservadores e velhos liberais. Abriu brechas para a reforma eleitoral de 1855, que culminou na lei dos Círculos e na composição de uma Câmara de maioria liberal.

Embora polêmica à época, ficou conhecida a visão do jornalista e político Justiniano José da Rocha a respeito da evolução política da independência até a ascensão de Carneiro Leão. Para ele, o Brasil conhecia subsequentes períodos de *autoridade* e de *liberdade*. À *ação democrática* de 1822 a 1836 opusera-se a *reação monárquica* de 1836 a 1852, o que a *transação conciliatória* de 1853 desfazia em benefício de uma aglutinação de princípios. *Ação, reação, transação,* portanto, como evolução política que doravante deveria adotar a *liberdade como condição da ordem, e a ordem como condição da liberdade.* Era precisamente a maturidade partidária que o imperador vislumbrava na

conciliação de Carneiro Leão.

Com o falecimento do artífice do ministério da conciliação, em 1856, a transação começou a desandar. Os conservadores não se mostraram contentes com a reforma eleitoral de 1855, e os liberais persistiram na nomeação de um gabinete luzia. O imperador não tardou em consentir à fragilidade do sistema sem Carneiro Leão. Seguiram-se cinco gabinetes conservadores, todos eles em posição delicada perante um Câmara robustamente liberal. Em 1859, Dom Pedro II teve de recorrer ao Poder Moderador, em sua terceira intervenção confessada, para desfazer o gabinete do Visconde de Abaeté, que enfrentava difíceis condições de governabilidade. Substituíram-no, sucessivamente, Ângelo Ferraz e o marquês de Caxias, ambos conservadores, porém politicamente mais articulados que o Visconde de Abaeté. Em pouco resultou. A oposição liberal crescia a passos agigantados com os panfletos e livros de Theophilo Ottoni, de Zacarias de Góis e Vasconcellos e de Tavares Bastos. Não por acaso, editou-se em 1860 a segunda Lei dos Círculos, que constringia a primeira.

Qual conciliação foi esta de 1853 a 1862? De homens? De princípios? De oportunidades? Houve conciliação de homens, especialmente no período de Carneiro Leão, mas não por isso houve conciliação de princípios, se é que havia contornos ideológicos claros entre partidos. Não raro, políticos conservadores tornavam-se dissidentes liberais, e luzias heterodoxos buscavam apoio nos saquaremas menos radicais. Oportunidade política e capacidade de usá-la em seu proveito marcaram os liberais e conservadores da conciliação. *Fortuna* e *virtú,* portanto, se preferirmos os termos de Maquiavel.

5.1.5.5. Sistema e princípios partidários

A crer no aforismo de Holanda Cavalcanti, *nada se assemelha mais a um saquarema do que um luzia no poder*. É dizer que o sistema de partidos, fundado na competitividade entre liberais e conservadores, era plástico e maleável. Os partidos da segunda metade do século XIX não possuíam estatuto ou características orgânicas, o que dificultava, à primeira vista, associá-los com ideologias delimitadas. Mas não por isso careciam de princípios. Embora fossem doutrinas flexíveis, em razão da inconsistência dos políticos, não por esse motivo deixava de haver um substrato comum, ou pelo menos um temática recorrente a cada grupo partidário.

A hegemonia saquarema de 1848 a 1853 impôs três fundamentos axiológicos aos quais os luzias convergiram. Em primeiro lugar, ambos os partidos defendiam a unidade e a integridade do território, o que não quer dizer ausência de descentralização. Essa unidade dos saquaremas dizia respeito ao separatismo antes reivindicado pelas facções exaltadas da Regência. Em segundo lugar, a monarquia era apadrinhada tanto por luzias quanto por saquaremas. Afinal, os liberais tinham promovido a golpe da maioridade. Em terceiro e último lugar, até o final dos anos 1860, a escravidão não esteve sobremaneira presente nas sessões da Câmara. Embora o tráfico tenha realmente sido debelado, o fundamento escravocrata da economia foi silenciado pelo menos até a Guerra do Paraguai.

À essa convergência de interesses ideológicos sobrepunham-se, contudo, temáticas próprias a cada grupo partidário. Os luzias eram afeitos à descentralização, na esteira dos moderados da Regência. Bradavam também a favor do protecionismo alfandegário, acalentando o ideário do economista

alemão Friedrich List, para quem barreiras ao comércio internacional deveriam ser impostas de forma a proteger as indústrias nascentes. Os saquaremas, como era de se esperar, reivindicavam o exato oposto, isto é, a centralização e o livre comércio. Interessava a abertura comercial, visto que haveria assim reciprocidade e maior ingresso de produtos importados prezados pela Corte e pelos principais grupos exportadores.

Embora não haja consenso historiográfico sobre a composição e a ocupação profissional dos membros de cada partido, havia pelo menos uma tendência geral (CARVALHO, 2003). Os principais grupos exportadores, largamente representados pelos barões do café fluminense, tendiam a defender o livre comércio e a centralização, o que os aproximava das alas saquaremas. Juntavam-se a esses os burocratas e funcionários públicos, que eram defensores da centralização. Do outro lado, os donos de terras distantes do Rio de Janeiro tendiam a preconizar a descentralização e, portanto, alinhavam-se aos luzias. Com esses, os profissionais liberais e alguns industriais preferiam o protecionismo econômico, o que engrossava o coro liberal.

5.1.6. 1862-1868: Liberais e progressistas

Os gabinetes que sucederam ao de Carneiro Leão encontraram dificuldades para governar. A oposição liberal fazia-se crescente e não foram poucos os conservadores heterodoxos que se afiliaram as alas luzias. Formou-se um bloco parlamentar que reunia liberais moderados e conservadores dissidentes, sob a batuta de Nabuco de Araújo, de Zacarias de Góis e Vasconcellos e de Theophilo Ottoni. Antes bancada alvorotada, o bloco tornou-se o partido – ou liga –

progressista, o primeiro a compor um programa partidário nitidamente focado na descentralização e na responsabilidade dos ministros pelos atos do imperador. Não surpreende que fossem essas reivindicações permanentes de Zacarias e de Ottoni. Dom Pedro II cedeu à mudança partidária e nomeou o próprio Zacarias para compor o gabinete. Mas o contexto não era de todo favorável ao partido progressista. Digladiavam-se, na Câmara, liberais antigos, moderados, progressistas, conservadores dissidentes e saquaremas ortodoxos. Anunciava-se um renascer liberal de grande instabilidade política.

Sucederam-se não menos do que seis gabinetes no curto período de 1862 a 1868. O primeiro deles, o de Zacarias, não resistiu ao voto de desconfiança da Câmara, ao qual o imperador consentiu. Os outros cinco gabinetes, dois entre eles com nova chefia de Zacarias, sofreram com a heterogeneidade da base aliada. Eram recorrentes as mudanças de lado partidário, o que certamente não dava estabilidade ao sistema de governo. Caíram gabinetes com a mesma facilidade com que as províncias consentiam a trocar de filiação. Talvez tenha sido esse o período de maior agitação política do Segundo Reinado, especialmente se julgado à luz da eclosão da Guerra do Paraguai, em 1864. A considerar a política externa um reflexo da política interna, concluir-se-ia pela reprodução da instabilidade do renascer liberal na condução dos negócios estrangeiros. Seria a existência de um inimigo comum, no entanto, suficiente para homogeneizar as filiações partidárias? Se julgarmos pela comoção e pelas demonstrações públicas de patriotismo por ocasião da ruptura das relações diplomáticas com a Inglaterra em 1863 – manifestações essas que contaram com ninguém menos do que Theophilo Ottoni –, certamente se poderia concluir pela

união interna diante do inimigo externo. Mas não foi o caso. A condução da Guerra do Paraguai, que eclodiu um ano após o incidente com a Inglaterra, só reanimou as alas partidárias. Se houve unânime apoio parlamentar no início do conflito, a derrota na batalha de Curupaiti, em 1866, e os excessivos sequestros ao tesouro público dissociaram novamente progressistas, luzias e saquaremas (CERVO, 2002). Os novos desentendimentos culminaram na oposição entre Zacarias de Góis e Vasconcellos e o futuro Duque de Caxias, amplamente vinculado ao partido conservador. Experiente militar e vitorioso nas revoltas regenciais, Caxias gozava de forte prestígio na Corte. Não surpreende, nesse sentido, que a desavença entre ele e Zacarias a respeito das operações militares tenha resultado na destituição, em 1868, do último gabinete progressista sob a liderança do próprio Zacarias. Foi a quarta e última intervenção confessada por Dom Pedro II a sua filha.

Para o imperador, pôr termo à instabilidade promovida pelas ligas progressistas significava não somente apaziguar o cenário político interno, mas sobretudo garantir a estabilidade dos negócios estrangeiros. Era a figura do rei operando como guardiã da credibilidade e da consistência externa: se houve estabilidade na condução das operações contra o Paraguai, estava essa umbilicalmente vinculada à chefia das tropas por Caxias e pelo Conde d'Eu. No âmbito nacional, no entanto, a demissão do gabinete Zacarias, em 1868, causou um terremoto político (CARVALHO, 2012). No lugar de Zacarias, e malgrado a composição parlamentar de maioria progressista, Dom Pedro II pôs o Visconde de Itaboraí, um dos pilares da *trindade saquarema.* A oposição na Câmara foi virulenta. Contra o ato do imperador, julgado legal, porém ilegítimo, pelos

deputados progressistas, ergueu-se Nabuco de Araújo, para quem a destituição de 1868 "acaba com a existência do sistema representativo: o Poder Moderador pode chamar a quem quiser para organizar ministérios; esta pessoa faz a eleição, porque há de fazê-la; esta eleição faz a maioria. Eis aí o sistema representativo do nosso país!"45.

Rapidamente formou-se o Centro Liberal, constituindo um renovado partido liberal. Além das clássicas reivindicações que caracterizaram os liberais desde a Regência, exigia-se agora a limitação do poder policial, a reforma do Código de Processo Criminal, uma reforma eleitoral que permitisse o voto direto e, mais grave, a emancipação gradual dos escravos, a começar pelos ventres das cativas. Surgia assim o Clube da Reforma sob os auspícios de Nabuco de Araújo. Mas nem todos os progressistas aderiram ao novo partido liberal. Os mais radicais, justiça seja feita ao substantivo, fundaram o Clube Radical na residência do próprio Tavares Bastos. Suas exigências iam bem além daquelas do Clube da Reforma. Queria-se o fim da Guarda Nacional, da vitaliciedade do Senado, do Conselho de Estado e do Poder Moderador. Pedia-se a eleição dos presidentes de província, o sufrágio universal masculino direto e, novamente mais grave, a abolição imediata da escravidão. Fundava-se o embrião do futuro partido republicano.

A destituição de Zacarias, em 1868, provocou o primeiro grande abalo na monarquia. Daí em diante, sucessivas crises provocaram instabilidade agora não mais no sistema de partidos, mas na forma do Estado.

5.1.7. 1868-1878: O reformismo do Visconde de

5.1.7.1. Gradualismo emancipatório: a Lei do Ventre Livre

Da promulgação da Lei Eusébio de Queiroz até a sessão do Conselho de Estado de 1866, passaram-se quase três décadas sem que a temática da escravidão voltasse à tona. Havia consentimento tácito entre ligas e partidos acerca da permanência da escravidão; a Guerra do Paraguai, no entanto, inflamou novamente a cicatriz que a questão servil deixava na sociedade brasileira. José Maria da Silva Paranhos, que participara nos bastidores das operações bélicas ao lado de Dom Pedro II, assistia ao isolamento internacional do Império devido à persistência da escravidão. Em Assunção, Paranhos assistia à vitória definitiva de um exército majoritariamente negro e mulato. Não eram somente escravos lutando em troca da prometida liberdade. Havia negros e mulatos livres que, na palavras do magistrado marquês de São Vicente, deveriam *poupar os braços dos filhos de proprietários brancos*. Na sessão do Conselho de Estado de 1866, o marquês afirmou, com todas as letras, que se deveria *poupar a classe civilizada em detrimento da perigosa*. Nessa mesma sessão do Conselho de Estado, optou-se pela alforria daqueles que aceitassem integrar as fileiras de combate. Prometia-se, ainda, indenizar os proprietários que liberassem seus escravos em benefício do Exército brasileiro. Não há consenso quanto ao exato número de libertos que combateram no Paraguai, mas estima-se que em torno de 10 mil foram alforriados durante a caça a Solano López, chefe de Estado do Paraguai (SALLES, 2010).

Ficava claro o paradoxo entre um Império que negava os direitos da cidadania a um contingente populacional que ganhou a liberdade por causa da

guerra e que se tornou, ainda, protagonista da vitória sobre o Paraguai. Pior, esses ex-cativos haviam lutado do lado de homens livres. Nesse sentido, se a guerra afirmava a nacionalidade brasileira, deixava parcela significativa da população em estado de contrariedade: é provável que, embora os libertos se sentissem mais brasileiros após o conflito, permanecesse fratura na identidade. Como conviveriam esses alforriados da guerra com seus filhos e demais parentes cativos? Quais seriam os impactos dessa emancipação na sociedade brasileira? Foram essas perguntas, talvez, que perpassaram o pensamento de Paranhos, o Visconde do Rio Branco, naquela sessão de 1866. Seja como for, o certo é que o imperador entregou, em 1871, a presidência do Conselho de Ministros a Rio Branco: havia sido ele, afinal, o articulador diplomático da guerra.

Com a chefia do gabinete, Paranhos não tardou em levar adiante as questões que levantara poucos anos antes, no Conselho de Estado. Propôs projeto legislativo que contrariava amplamente o costume de Direito Romano até então em vigor: ao *partus sequitur ventrem*[46] substituir-se-ia a liberdade do ventre das cativas. Pelo projeto de lei, dava-se ao senhor de escravos o direito ora de manter sob sua posse o ingênuo[47], usufruindo dos serviços que este prestaria àquele, até que completasse vinte e um anos, ora de o entregar ao governo, após completar oito anos de idade, sob compensação pecuniária financiada por títulos do tesouro. O projeto previa, ainda, um fundo provisório de emancipação, que atenderia às indenizações e à educação dos ingênuos. Por último, obrigava-se a matricular em registros oficiais a população cativa.

Paranhos conhecia bem a resistência que seu projeto provocaria. Embora

contasse com o apoio das camadas médias em franca expansão, que haviam lutado lado a lado com os libertos do Paraguai e que, portanto, pouco se comprometiam com o sistema escravocrata, Rio Branco vaticinou corretamente sobre a oposição que os senhores rurais do Sudeste fariam a seu projeto. Os cafeicultores do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Minas Gerais e do Espírito Santo manifestaram-se contra a proposta de Paranhos, visto que, segundo eles, se não tiraria a moral dos senhores, o projeto estimularia rebeliões escravocratas. Valeram-se do argumento legal. Afirmavam que a proposta não emanava da representação popular, alicerçada na Câmara, mas de um ditame unilateral de Paranhos e do imperador. Para reconforto dos cafeicultores do Sudeste, a Câmara era unanimemente conservadora. Não restava ao Visconde do Rio Branco senão buscar apoio nas províncias do Norte. Detinham essas províncias parcela amplamente inferior de escravos, e dar seu apoio ao gabinete seria, talvez, uma garantia de obtenção de recursos, para debelar a estagnação econômica que assolava a porção setentrional do país. Paranhos contou também a seu favor com a forte presença de funcionários públicos entre os deputados conservadores, desinteressados pela manutenção da escravidão e largamente suscetíveis à ingerência do chefia do gabinete, visto que protestar contra o governo significaria perder a condição de funcionário público.

A Lei do Ventre Livre foi finalmente aprovada em 28 de setembro de 1871. Prontamente produziu efeitos, e muitos proprietários de escravos foram além do que requeria a lei. Afinal, se o tráfico estava proibido e se o ventres eram livres, o fim da escravidão era uma questão de tempo. Nessas condições, manter os libertos em situação de dependência até os vinte e um anos não era um bom

presságio para a paz entre senhores e alforriados. Foram poucos, também, os que entregaram os ingênuos com oito anos de idade. Preferiram-se as manumissões, fossem elas gratuitas ou não. Em menos de uma década, o número de escravos caiu de 1,5 milhão para 723 mil (CARVALHO, 2012), e a emergência de um movimento abolicionista só engrossou o coro da emancipação final.

Embora não restasse aos proprietários senão consentir a ordem inexorável dos acontecimentos, não por isso se mantiveram fiéis ao imperador. Pelo contrário. Entenderam a lei de 1871 como uma ingerência direta de Dom Pedro II nos assuntos da Câmara, e arrefeceu o apoio dos cafeicultores do Sudeste à Coroa. Era especialmente o caso dos proprietários rurais do Oeste Paulista, que passaram a encorajar o adensamento da entrada de mão de obra livre europeia. Não por acaso, começaram a desconfiar da legitimidade da monarquia, o que os aproximou do incipiente partido republicano. A seu turno, os partidos conservador e liberal, malgrado suas respectivas reestruturações, entraram em momento de agonia. Luzia durante o *ministério da conciliação,* Paranhos sequestrou a agenda liberal durante seu gabinete conservador. Empunhar a bandeira da emancipação, que mais era uma reivindicação dos novos liberais, dos reformistas e dos radicais, constituía uma garantia de apoio político para o gabinete conservador. Ao fazê-lo, deixou os liberais em posição de concordância com as reformas dos saquaremas, o que significava silenciar as vozes luzias na Câmara. Mas as oportunidades são acompanhadas de riscos. A Lei do Ventre Livre cindiu as alas conservadoras em blocos antônimos. Havia, portanto, fratura no tradicional sistema de partidos, o que deixava a passagem

livre para o desenvolvimento do partido republicano.

5.1.7.2. Republicanos manifestos

Descontentes com as infatigáveis querelas entre luzias e conservadores, os republicanos do Rio de Janeiro rapidamente aderiram aos preceitos do Clube Radical. Eram majoritariamente jovens profissionais liberais sem prévia experiência política. Tampouco havia homogeneidade de pensamento, mas uma reivindicação perpassava as composições republicanas: a descentralização. Voltava à tona, se é que alguma vez saiu completamente de cena, a discussão sobre a organização territorial. Embora não fosse tão radical quanto o clube do mesmo nome, o manifesto republicano de dezembro de 1870 exigia o grau máximo de descentralização, isto é, o federalismo. A mudança na estrutura administrativa do território, no entanto, não deveria advir de um golpe de Estado qualquer, mas da formação de uma assembleia constituinte precipuamente convocada para dirimir sobre a viabilidade do federalismo.

Ainda menos radicais, os paulistas fundaram o Partido Republicano Paulista em 1873. Eram fazendeiros de café ainda vinculados ao sistema escravocrata. Não surpreende, portanto, que os republicanos do Rio de Janeiro tenham silenciado, pelo menos até a década de 1880, sobre a questão da abolição. Aderir ao abolicionismo seria perder o apoio dos fazendeiros paulistas, que estavam mais bem organizados. O Partido Republicano de São Paulo era mais flexível que os republicanos fluminenses. Aliava-se ora aos conservadores, ora aos liberais, no intuito de competir por assentos na Câmara, ainda que não tenha conseguido eleger numerosos deputados. Essa pouca expressividade eleitoral não significava um veto imperial. Pelo contrário, Dom Pedro II demonstrava

“estranha simpatia” pelos republicanos (CARVALHO, 2007). Chegou, inclusive, a nomear professor de seus netos o militar republicano Benjamin Constant. O imperador não proibiu o desenvolvimento do Partido Republicano de São Paulo, que encontrou rapidamente homólogos no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais.

Progressivamente e aos solavancos, o movimento republicano criou jornais e clubes em todo o território nacional. Influenciou também universidades, especialmente em São Paulo, em Pernambuco, no Rio de Janeiro e na Bahia. Aderiram ao movimento juristas, médicos e militares, estes últimos especialmente ligados à Escola Militar da capital, fulcro de teses positivistas. Com a adesão desses novos grupos, o republicanismo ganhava contornos mais claros. Para além da evidente reivindicação pela mudança na forma de Estado, combatia-se o Poder Moderador, o centralismo e o sistema representativo. Nas palavras do próprio manifesto, redigido por Quintino Bocaiúva e por Joaquim Saldanha Marinho, ambos dissidentes das alas liberais, dizia-se que “somos da América e queremos ser americanos. A nossa forma de governo é, em sua essência e em sua prática, antinômica e hostil aos interesses dos Estados americanos. A permanência dessa forma tem de ser forçosamente, além da origem da opressão no interior, a fonte perpétua da hostilidade e das guerras com os povos que nos rodeiam”.

Não por acaso, a publicação do manifesto republicano coincidiu com o fim da Guerra do Paraguai, em 1870. Dever-se-ia aderir aos preceitos da soberania popular, que as repúblicas hispano-americanas apadrinhavam, pelo menos em tese. Os republicanos paulistas, no entanto, eram menos ideológicos do que os

do Rio de Janeiro. Apoiavam o federalismo, mas não o liberalismo democrático que os fluminenses pareciam propor.

5.1.7.3. As reformas administrativas

Além da Lei do Ventre Livre, o gabinete do Visconde de Rio Branco promoveu outras quatro reformas. Reformou-se, novamente, o Código do Processo Criminal, em 1871. Alvo de constantes críticas dos liberais, as medidas foram interpretadas como um ato conciliatório de Paranhos. Afinal, havia sido ele um liberal durante a hegemonia saquarema. Ampliou-se o *habeas corpus*, regulamentou-se a prisão preventiva e separaram-se as funções judiciárias das policiais. Operava-se, portanto, em detrimento das restrições às liberdades individuais.

A Guarda Nacional passou também pelo crivo do gabinete reformista de Rio Branco. Era a terceira reforma em menos de trinta anos. Diminui-se amplamente o contingente da Guarda Nacional, que seria somente mobilizada em tempos de guerra interna ou externa de agora em diante. Ganhava o Exército, e perdiam prestígios os poucos oficiais que restavam na Guarda Nacional.

Na esteira dessa precedente reforma, promulgou-se a lei do Recrutamento Militar em 1874. Substituía-se o aliciamento forçado e aleatório por um regime que obrigava, mediante sorteio, homens entre dezenove e vinte e cinco anos a servir no Exército. Mas a lei surtiu poucos efeitos. Previam-se isenções para cidadãos com formação universitária, para padres e para proprietários rurais.

A quarta grande reforma do período, descontada a Lei do Ventre Livre, concernia ao sistema eleitoral. Novamente, tratou-se de um aspecto conciliatório de Paranhos, que permitiu com a Lei do Terço, de 1875, maior participação das

minorias não representadas na Câmara. Era uma resposta à contundente crítica do deputado Francisco Belisário Soares de Souza, exposta na publicação *O sistema eleitoral do Império.*

O ministério de Rio Branco foi provavelmente o mais dinâmico do Segundo Reinado. Não foram somente as reformas administrativas que marcaram o período. Operou-se vasto processo de adensamento burocrático do Estado. Para administrar, era necessário dividir, analisar e estudar o território. Produzir estatísticas, enfim. O Estado deveria chegar ao cotidiano dos cidadãos, para fazer-se presente. O cidadão, a seu turno, deveria entender que o Estado era a matriz das mudanças sociais e colaborar, portanto, com as reformas em curso. Para tanto, o ministério de Paranhos realizou o primeiro recenseamento nacional da população em 1872. Cerca de 41% da população livre era descendente de africanos. Entre 15% e 20% dos escravos do Rio de Janeiro eram africanos. Dos quase 10 milhões de brasileiros recenseados, 8,4 milhões eram livres, e 1,5, escravos. Minas Gerais, Bahia e Pernambuco eram as províncias mais populosas, e o Rio de Janeiro e São Paulo, as de maior número de habitantes negros e pardos em relação ao total dessas províncias. Cerca de 41% da população total eram pardos, 38% eram brancos e 20%, negros. Os escravos eram analfabetos em sua quase totalidade, e entre a população livre, 80% tampouco sabiam ler. Apenas 17% da população entre seis e quinze anos frequentavam a escola. Ao todo, havia mais homens do que mulheres no Brasil[48]. A essa forte burocratização do Estado somavam-se políticas de atração migratória, construções de rodovias e de estradas de ferro. Ampliavam-se as possibilidades de navegação de cabotagem e instituiu-se a primeira rede de

telégrafos, unindo o Rio de Janeiro a Lisboa.

O período entre 1871 e 1875, ministério de Paranhos, foi decerto um momento forte de consolidação do Estado, o que não quer dizer que haja transcorrido ileso a contestações populares.

5.1.7.4. A resposta popular ao reformismo do período

À medida que se racionalizava a gestão pública e se burocratizavam as relações entre representantes e representados, o gabinete de Rio Branco causou levantes e rebeliões populares. Não se tratava de manifestações com projetos e propostas alternativas, mas de reações ao que era visto como ingerência do Estado nos costumes populares, consolidados preteritamente. Nesse sentido, José Murilo de Carvalho entende esses revoltosos como *cidadãos em negativo*, o que os diferencia daqueles da época regencial, que eram insurretos propositivos.

A primeira manifestação popular eclodiu, ainda que não simultaneamente, em oito províncias do Império. Tratava-se de um surto de rebeldia liderado por mulheres que reagiram mal à Lei do Recrutamento Militar. Permanecia fresco na memória dessas mulheres o aliciamento forçado das camadas pobres durante as campanhas da Guerra do Paraguai. Esses revoltosos, ou revoltosas, invadiam as paróquias e confiscavam os registros de recenseamento militar. O movimento foi debelado, e a lei não foi revista. Inconformadas, essas mulheres promoveram novos assaltos às paróquias ao longo da década de 1880, deixando o legado do primeiro movimento político liderado pelo sexo feminino (CARVALHO, 2012).

Uma segunda revolta popular causou espanto ao gabinete. Multidões das camadas pobres reuniram-se nas feiras e nos mercados municipais, para destruir

o novo padrão métrico, que finalmente entrava em vigor depois do prazo de dez anos concedido pela lei de 1862. O movimento ganhou dimensões impressionantes, se considerarmos que se desdobrou em Pernambuco, em Alagoas, na Paraíba e no Rio Grande do Norte. Certamente não havia nada de propositivo naqueles atos, mas não resta dúvida de que os rebeldes se digladiaram contra um Estado cada vez mais presente no cotidiano popular. Nesse sentido, a Revolta de Quebra-Quilos, como ficou conhecido o movimento das feiras populares, assemelhava-se à revolta do Pau D'Alho, no distrito pernambucano do mesmo nome. Por ocasião do recenseamento parcial de 1852, *pretos e pardos pobres*, que assim se identificaram na delegacia de Pau D'Alho, insurgiram-se contra as autoridades públicas, pois desconfiavam da finalidade do registro populacional: "queriam saber se era ou não verdade o que se dizia – ou seja, que o objetivo do governo era reduzi-los à escravidão" (CHALHOUB, 2012).

No Rio Grande do Sul, as manifestações populares tomaram outra dimensão. Certamente eram contra a ingerência do Estado nos arraigados costumes populares, mas não constituíram levantes movidos pela força física, pelo menos em seu início. Um punhado de lavradores católicos e protestantes reuniram-se contra a maré de mudanças hasteando a bandeira messiânica. O movimento fixou conhecido sob a denominação levantes dos *mucker,* termo que significava beato e fanático. Pregavam a solidariedade comunal contra a burocratização da vida cotidiana. Rapidamente hostilizado, o movimento tomou proporções maiores, assumindo a característica revoltosa. Foram definidamente reprimidos no final de 1874.

5.1.8. 1878-1889: O Império em seus estertores finais

A última década do Império conheceu nova alternância entre liberais e conservadores na presidência do Conselho de Ministros, mas não era propriamente uma renovação partidária. Pelo contrário, o novo partido luzia e os saquaremas reformados pareciam mais os tradicionais partidos do começo do Império do que agremiações inovadoras. Se havia roupagem nova, era essa vestida sobre um corpo velho. Ao mesmo tempo, agitava-se a sociedade imperial devido ao surgimento de um *bando de ideias novas*, na expressão de Sílvio Romero. Tratava-se de um conjunto de novas filiações intelectuais e doutrinárias, difusas em suas representações e com personagens mais plásticos que do rígidos. Não eram correntes autônomas de pensamento. Pelo contrário, essa *geração de 1870* ancorava-se em experiências compartilhadas, o que permitia a seus arautos maior flexibilidade em suas filiações (ALONSO, 2002). Entre eles, destacavam-se personagens políticos tão díspares quanto Joaquim Nabuco, Alberto Salles, Sílvio Romero e Lopes Trovão. Hasteavam-se bandeiras tão diferentes como a do liberalismo, a do abolicionismo, a do positivismo e a do federalismo. E referia-se, com facilidade, a Herbert Spencer, Auguste Comte e Charles Darwin.

A esse contexto político, no qual Ângela Alonso vislumbra o pano de fundo para a crise do Império, somavam-se quatro polêmicas questões: a religiosa, a servil, a republicana e a militar. Na visão historiográfica tradicional de Emília Viotti da Costa, as quatro questões tiveram peso igual na queda da monarquia (VIOTTI DA COSTA, 1964). Para Boris Fausto, apenas a questão republicana e

a militar justificam sobremaneira a destituição de Dom Pedro II (FAUSTO, 2008). Um terceira compreensão, a de José Murilo de Carvalho, não somente reabilita a importância da questão servil como agrega mais um elemento de explicação: a reforma eleitoral de 1881 (CARVALHO, 2012).

5.1.8.1. A questão religiosa

Embora tenha ocorrido de 1872 a 1875, o incidente entre o Império e a Igreja católica, se respeitarmos a visão de Emília Viotti da Costa, insere-se mais na lógica de crise do Império do que no reformismo do ministério de Paranhos.

Como resposta ao enfraquecimento da Igreja que promoveu a unificação italiana, o Papa Pio IX, em claro esforço de romanização da hierarquia católica, promulgou a conservadora Bula Syllabus no final da década de 1860. Com ela, condenava-se o racionalismo, o socialismo, o comunismo, o judaísmo e, mais grave para o Brasil, a maçonaria nas irmandades religiosas. Naquele momento, a grande maioria da elite política imperial pertencia à ordem dos maçons, o que punha em xeque a união entre Igreja e Estado prevista na Constituição de 1824. Gozava Dom Pedro II, no entanto, do poder de beneplácito, mediante o qual se facultava à Coroa do Brasil o direito de acatar ou de rechaçar as bulas e as encíclicas papais. O próprio Visconde do Rio Branco, que era grão-mestre da maçonaria, aconselhou a Coroa a fazer uso do poder de beneplácito contra a Bula Syllabus, o que o Imperador acatou. No entanto, dois bispos, o de Olinda e o de Pará, mostraram-se rebeldes às recomendações do ministério de Paranhos e, quando não excomungaram os maçons, proibiram seu de ingresso nos claustros católicos. Seguiu-se virulenta campanha contra o clero na imprensa. Era o primeiro, e talvez o último, precedente jornalístico dessa envergadura

contra a Igreja (CARVALHO, 2007). Os dois bispos terminaram presos, o que ampliou o choque entre os padres brasileiros e o Estado imperial. Com a mudança de ministério em 1875, o Duque de Caxias, novo presidente do gabinete conservador, apaziguou a querela, liberou os bispos e anistiou-os. O apoio do imperador às reivindicações anticlericais de Paranhos, contudo, deixava o primeiro rastro na progressiva perda de legitimidade da monarquia.

5.1.8.2. A questão servil

Após uma década de conservadores na presidência do Conselho de Ministros, os liberais voltaram a assumir a dianteira em 1878. Foi nomeado Cansanção de Sinimbu chefe do gabinete. O contexto político não era de todo favorável aos liberais, já que os conservadores haviam sequestrado preteritamente a agenda servil. Ao gradualismo emancipatório ora advogado pelos conservadores, ora pelos liberais, opunha-se o Clube Radical, que preconizava o fim imediato da escravidão. Conciliador, Joaquim Nabuco, filho de Nabuco de Araújo, propôs à Câmara anteprojeto que estabelecia a data limite de 1890 para pôr termo à escravidão. Fortemente marcado pela experiência escravocrata, visto que havia convivido de perto com cativos na infância, Joaquim Nabuco entendia “o verdadeiro patriotismo” como “o que concilia a pátria com a humanidade”. Assim alegou anos mais tarde na obra *Minha formação.* Dizia haver algo generoso no escravo, em nítido contraponto ao egoísmo do senhor. Seja como for, a Câmara rechaçou o projeto de Nabuco, o que não o impediu de levar adiante a causa abolicionista, que agora apadrinhou definitivamente. Incentivou deputados e abolicionistas a fundar a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão e a Associação Central Emancipadora. Influenciou sociedades e clubes dos

quatro pontos cardinais do Império a aderir à causa abolicionista. Os esforços renderam frutos. Em 1883, fundou-se a Confederação Abolicionista, de cunho nacional. O persistente Nabuco não pararia por aí. Em meados de 1880, viajou à Europa, para multiplicar contatos com as sociedades antiescravistas. Obteve o apoio da *British and Foreign Society for the Abolition of Slavery*.

Desta vez, a questão servil não era mais o resultado de pressões britânicas ou de inclinações do imperador em benefício da abolição. Era conduzida nas ruas e nas senzalas. No Ceará, decidiu-se não mais embarcar os escravos em direção ao Sudeste cafeicultor. Em 1884, essa província declarava-se curada do câncer da escravidão. Rapidamente, o Amazonas juntou-se ao Ceará, para declarar livres os últimos cativos da região. As províncias predominantemente vinculadas à agricultura de exportação, no entanto, resistiram ferozmente à abolição. Não por acaso, foi nessas províncias onde o movimento abolicionista mais se intensificou. Com economias fortemente ligadas à presença da mão de obra escrava, Bahia, Maranhão e Pernambuco, na parte setentrional do Império, e Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, na meridional, incitavam a Câmara a negar os pedidos dos deputados abolicionistas.

No espírito dos abolicionistas da década de 1880, a Câmara terminaria, inexoravelmente, por inclinar-se ante eles. Não era mais questão de saber se o parlamento ia ou não aceitar o fim da escravidão, mas de acelerar o processo. Para uma sociedade que apenas uma década e pouco antes parecia apática perante a questão servil, a mobilização dos anos de 1880 foi eficaz e contundente. No distrito fluminense de Campos, rebeldes abolicionistas tomaram as armas. Queimaram canaviais e obrigaram a retirada de escravos das

fazendas. Em São Paulo, o movimento dos Caifazes, liderado por Antônio Bento, outrora juiz municipal, não só reproduziu os acontecimentos de Campos. O movimento raptava os escravos e levava-os ao porto de Santos, onde empregos eram oferecidos aos cativos, como se livres fossem. Progressivamente, os proprietários rurais paulistas, em larga medida republicanos, passaram a pagar a mão de obra negra pelos serviços prestados na lavoura. No meio urbano, jornalísticas, poetas e advogados uniam-se à causa. Retumbava nos ouvidos dos estudantes a declamação de Castro Alves de *O navio negreiro* nas arcadas da Faculdade de Direito de São Paulo. Luís Gama, ex-escravo e advogado baiano, gabava-se dos quase mil casos defendidos em benefício da alforria. Os próprios escravos empreenderam a marcha pela emancipação: formavam quilombos, compravam a alforria e boicotavam a produção de café.

Nessa conturbada primeira metade da década de 1880, o Estado manifestou-se novamente a respeito da escravidão. Ainda não era a emancipação completa, mas a Lei dos Sexagenários acenava para o fim da escravidão. O imperador convocou o novo presidente liberal do Conselho de Ministros, Souza Dantas, para aprovar lei que daria alforria aos escravos maiores de sessenta anos. A Câmara, também de composição liberal, reagiu negativamente. Caiu Souza Dantas, nomeou-se José Antônio Saraiva e dissolveu-se a Câmara. O novo chefe de gabinete manteve o anteprojeto de Souza Dantas, mas inclui cláusulas indenizatórias em benefício dos proprietários de escravos, que se veriam afetados por perda de posse. Outra novidade concernia à alforria escalonada. Aos 61 anos, o escravo pagaria tão somente 1/2 do valor da alforria; aos 62, 1/3;

aos 63, 1/4; e aos 65 a alforria seria regalada. A Câmara finalmente aceitou, mas restava passar o anteprojeto pelo crivo do Senado, amplamente conservador. Para tanto, José Antônio Saraiva aceitou entregar a presidência do Conselho ao Barão de Cotegipe, que era saquarema e escravocrata. Era moeda de troca para que se somassem os votos conservadores ao projeto de Saraiva. Editou-se a lei Saraiva-Cotegipe – a Lei dos Sexagenários – em 28 de setembro de 1885, a exatos quatorze anos da Lei do Ventre Livre.

Daí em diante, os escravocratas perderam definitivamente sua pujança. A princesa Isabel, que substitui seu pai na chefia do Estado – Dom Pedro II encontrava-se na Europa por questões de saúde –, reuniu liberais, conservadores e republicanos abolicionistas. Juntaram-se a esses membros de Exército, como Sena Madureira, que recusavam transformar-se em capitães do mato, ou seja, caçadores de escravos foragidos. Inclusive a Igreja, antes cúmplice da escravidão, terminou por aderir à causa da princesa Isabel. Formava-se o "primeiro movimento de opinião pública no Brasil" (CARVALHO, 2012). O golpe final à escravidão deu-se pela nomeação de João Alfredo Correia de Oliveira à presidência do Conselho. Substituía-se um gabinete conservador por outro, mas saía o escravocrata Barão de Cotegipe em benefício do abolicionista João Alfredo. Foi o último gabinete saquarema do Império. Tão logo se iniciou a sessão legislativa de 1888, o gabinete apresentou novo anteprojeto abolicionista, agora prevendo a emancipação imediata, irrestrita e sem compensação pecuniária. Pouco tempo depois, no dia 13 de maio de 1888, a princesa Isabel editava a Lei Áurea sob duradouros *vivas* à regente. Eram celebrações mais simbólicas do que propositivas, já que 90% dos então

considerados escravos estavam alforriados à época (MATTOS, 1997), especialmente aqueles do Ceará e do Amazonas.

Embora a Lei Áurea fosse mais uma constatação dos fatos do que uma alforria real, teve impactos políticos severos. Do lado da princesa, juntaram-se os monarquistas abolicionistas, como Joaquim Nabuco, e alguns republicanos, como José do Patrocínio. O apoio popular à Lei Áurea, no entanto, não era suficiente para segurar o descontentamento com a monarquia. Como afirmou o Barão de Cotegipe, a princesa "libertou uma raça, mas perdeu a Coroa". Os fazendeiros escravocratas entenderam a Lei Áurea como uma fratura econômica. Não somente perdiam mão de obra gratuita, mas também a indenização pela perda de suas posses escravas. Sem dúvida, pesava mais na condução dos negócios políticos o apoio dos fazendeiros do que as manifestações populares. Ainda contra a princesa Isabel, que não manifestava poucos anseios para ascender ao trono, pesava sua característica beata e seu marido francês, o Conde D'Eu, que gozava de pouca popularidade entre as elites imperiais. Prevendo acertadamente que os fazendeiros engrossariam o coro republicano, José do Patrocínio compôs uma Guarda Negra, composta de libertos. De nada adiantou. Tão somente passados sete meses da edição da Lei Áurea, caiu o regime monárquico levando os membros da família real para a Europa. Caíram também os partidos políticos do Império. Os planos de André Rebouças para a partilha de terra em benefício dos libertos não resultaram. Os ex-escravos permaneceram em condições sociais muito similares às que tiveram durante o Império. Embora o governo tenha publicado, ainda em maio de 1888, portaria concedendo passagens ferroviárias para trabalhadores que estivessem

dispostos a se deslocar para as zonas rurais, o que decerto acirrou a competição por libertos, estima-se que apenas 10% dos forros hajam abandonado as fazendas nas quais trabalhavam antes da Lei Áurea (MATTOS, 2007).

5.1.8.3. As questões republicana e militar

A Revolta do Vintém, que opôs as camadas populares urbanas ao gabinete liberal de Cansanção de Sinimbu, adensou o desconforto com a monarquia. Tal situação perdurou ao longo da década de 1880. Em setembro de 1879, uma multidão foi ao encontro de Dom Pedro II, no Palácio de São Cristóvão, para contestar o aumento no preço das passagens de bonde. Embora tenha o imperador mostrado disposição ao diálogo, os líderes insurretos perderam o controle das multidões em janeiro de 1880, quando o centro da cidade do Rio de Janeiro foi alvo de múltiplas destruições. Destruíram-se bondes e trilhos, motorneiros foram agredidos e burros de carga esfaqueados. Ao todo, a polícia contou dez mortos e mais de quinze feridos. A revolta contribuiu para a queda de Sinimbu, substituído pelo também liberal José Antônio Saraiva em março de 1880. Poucos dias após assumir a chefia do gabinete, Saraiva revogou o novo tributo sobre as passagens de bonde, e os insurretos dispersaram-se. Única rebelião urbana da década de 1880, o Revolta do Vintém assumiu proporções republicanas, na medida em que foram os republicanos que incitaram as camadas populares a causar arruaça pública. Dom Pedro II, que até então se jactava do bom relacionamento com o povo, não deixou de observar a tônica antimonárquica dos insurretos. Em aparência e em substância, a revolta era contra o gabinete de Sinimbu. A organização institucional garantiria, no entanto, a integridade do circuito de poder: saltou o fusível, isto é, o presidente do

Conselho, sendo substituído, e reparou-se o curto-circuito. Para Dom Pedro II, contudo, o gesto prenunciava algo mais do que as revoltas antirreformistas ocorridas durante o gabinete do Visconde de Rio Branco.

Sub-representados na Câmara, os paulistas conseguiram eleger Prudente de Morais e Campos Sales, ambos pelo Partido Republicano Paulista. Era pouco para os fluminenses republicanos como Lopes Trovão e Silva Jardim, que defendiam uma revolução popular para derrocar a monarquia. A via eleitoral dos paulistas mais coadunava-se com as preconizações de Quintino Bocaiúva, advogado do gradualismo. Estima-se que, em 1889, ¼ do eleitorado paulista era republicano (FAUSTO, 2008), o que reconfortava os militares positivistas do Rio de Janeiro. Uniam-se, portanto, militares e republicanos, para reverter a ordem institucional.

Para os republicanos do Rio de Janeiro, e especialmente para Quintino Bocaiúva, a mobilização militar contra o governo respondia a uma estratégia de adensamento das forças republicanas. Lograria seu objetivo se conseguissem convencer a mocidade militar que a república traria mais possibilidades de ascensão econômica do que a monarquia. A proposta não parecia estranha ao entendimento dos militares, que associavam a chefia do Ministérios da Guerra e da Marinha às vinculações partidárias. Ascender no escalão militar, nesse sentido, passava inexoravelmente pela associação aos partidos do Império, o que não era fácil, visto a hegemonia que exerciam as elites civis de bacharéis no governo. Os chefes militares que formaram gabinetes, como o Duque de Caxias, sustentavam-se mais no sistema de partidos do que no fortalecimento das corporações militares. O próprio Caxias era conservador e monarquista, e não

positivista e republicano. Para a caserna, ao contrário, interessava fortalecer a autoestima abalada após a Guerra do Paraguai.

Os militares brasileiros mais politizados, durante o fim do Segundo Reinado, não eram propriamente a nobreza de espada dos países europeus, nem os caudilhos da América Latina. Eram oficiais de baixa patente, de parcos recursos econômicos, que enxergavam nas entidades militares possibilidades de ascensão social. Eram filhos de militares, o que reforçava o *esprit de corps* das corporações. Formavam o que Erving Goffman chama de *instituições totais,* ou seja, corporações de forte identidade matricial, alicerçadas em reivindicações próprias e bem delimitadas (CARVALHO, 2005). Portanto, não viam com bons olhos o aumento no contingente militar advindo da inclusão de libertos ou descendentes de escravos. Não eram esses bons soldados, julgava-se então.

Autoestima e aversão à presença de soldados libertos nas fileiras castrenses fizeram dos militares arautos do abolicionismo. Também contribui para tanto a condição socioeconômica dos militares. Não tinham interesse na propriedade escrava, visto que não eram fazendeiros. O general Deodoro da Fonseca chegou a levantar a bandeira abolicionista de seu próprio punho, reforçando as posições de Sena Madureira contra a utilização dos militares para o apresamento de escravos foragidos. Juntavam-se a Madureira os jangadeiros abolicionistas do Ceará, fortemente vinculados à questão abolicionista. Punido pelo governo, Madureira desligou-se do Exército, o que em nada agradou os fileiras castrenses. Pior, um segundo incidente ocorreu apenas dois anos depois. O coronel Cunha Matos, após duras críticas ao governo veiculados pela imprensa gaúcha, foi detido por insistência da Câmara. Insurgiu-se contra o caso o

senador-coronel Visconde de Pelotas, que forçou o governo a recuar.

Ao grupo de veteranos da Guerra do Paraguai, chamados de *tarimbeiros,* cujas vozes fortes eram as de Deodoro, de Madureira e de Cunha Matos, juntou-se a mocidade militar. Esses jovens não eram propriamente soldados com experiência bélica ou política. Era um punhado de alferes-alunos formados em ciências, filosofia e letras pela Academia Militar. Pregavam a razão e a ciência como panaceia dos males. Preconizavam a meritocracia em detrimento de uma monarquia julgada reprodutora de desigualdades. Apadrinhavam, portanto, o pensamento de Auguste Comte, para quem a humanidade teria de passar por três estágios de evolução: o religioso, o metafísico e o positivo. Dar o salto para o estágio positivo, no entender da mocidade militar, era proclamar a república e rejeitar a escravidão. Após década e meia de justificadas hesitações, visto que os fazendeiros paulistas constituíam a matriz econômica do republicanismo, o abolicionismo entrava definitivamente no discurso dos advogados da república.

No decurso do último gabinete do Império, chefiado pelo liberal Visconde de Ouro Preto, Benjamin Constant, porta-voz da mocidade militar, convenceu os *tarimbeiros* da opção pelo republicanismo; os veteranos da Guerra do Paraguai, contudo, opunham-se mais ao governo do que à monarquia. À imagem de Deodoro da Fonseca, os *tarimbeiros* eram monarquistas em sua maioria. Nesse sentido, o que uniu os jovens alferes-alunos aos veteranos de guerra foi mais uma aversão pela elite civil do Império e pelo descompromisso dessa com o espírito das corporações castrenses do que uma afiliação à forma republicana de Estado. Quatro dias antes do fatídico 15 de novembro de 1889, Benjamin Constant conseguiu articular *tarimbeiros,* evolucionistas e revolucionários.

Ainda que houvesse divergências ideológicas entre esses grupos, teriam que colaborar para derrubar Dom Pedro II. Para Benjamin Constant, os evolucionistas, como Aristides Lobo, que enxergavam na república uma evolução natural da humanidade, e os revolucionários, como Silva Jardim, que conclamavam o povo a tomar as armas, não tolheriam o golpe. Pelo contrário, iriam apoiá-lo de bom grado. Restava obter o aval dos *tarimbeiros*, que insistiam na caducidade do gabinete liberal do Visconde de Ouro Preto, e não da monarquia. Reunidos no Campo da Aclamação, na madrugada do dia 15 de novembro de 1889, positivistas, evolucionistas e revolucionários instigaram Deodoro a não somente derrubar o gabinete, mas o Império. Deodoro recusou. Depôs o ministério, mas silenciou sobre a forma republicana de governo. Foi apenas no final do dia 15 que, ao saber da substituição do Visconde de Ouro Preto por outro ministério de mesma composição política, Deodoro optou pela república. O marechal Floriano Peixoto deu carta branca e não reprimiu os militares insubordinados. Oportunismo político ou convicção ideológica, seja como for, Deodoro deu à família real 48 horas para deixar o Brasil, temendo que uma eventual reação monárquica o tirasse da presidência da República. O que não deixou de causar estranheza a seu velho amigo, Dom Pedro II, agora embarcado para Europa. Três dias após o golpe, Aristides Lobos escreveu a respeito no *Diário Popular.* Para ele, “o povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditaram seriamente estar vendo uma parada militar”.

Uma década após essa *parada militar,* Machado de Assis publicou *Esaú e Jacó*, livro no qual opõe dois irmãos gêmeos, Pedro e Paulo, este republicano e

aquele monarquista. Na visão do testemunha e aguçado escritor, assim com a lei Áurea, a república em nada alteraria o curso da política. Seria irmã gêmea da monarquia, malgrado os novos personagens que entravam em cena. Ou melhor, sairia Pedro, entraria Paulo, e o país permaneceria no mesmo capítulo do mesmo livro.

5.2. A ECONOMIA DURANTE O SEGUNDO REINADO

Não surpreende que, em um quadro de substanciais mudanças políticas e sociais, a economia tenha passado por transformações profundas. Se considerarmos que o Segundo Reinado consolidou o Estado imperial, parece-nos lícito afirmar que grande parte dessa consolidação adveio da constituição de um sistema econômico de matriz agroexportadora e servil. Mas não só. A economia do Segundo Reinado foi mais do que "uma plantation escravista-exportadora" (FRAGOSO, 2000). Articulou-se um mercado interno, consubstanciado por economias provinciais. Estruturaram-se relações mercantis de ordem capitalista, conforme versou o Código Comercial de 1850. Ampliou-se a margem de autonomia orçamentária do tesouro público, uma vez resgatada a independência alfandegária em detrimento da Inglaterra. Formaram-se, enfim, as bases do trabalho livre, seja por intermédio dos alforriados, seja pelo ingresso de migrantes, sobretudo europeus.

5.2.1. A agroexportação e a formação econômica

regional

Embora o café tenha amplamente dominado a pauta de exportações brasileiras a partir de 1831, não por isso há razão em se afirmar a homogeneidade da economia durante o Segundo Reinado. Exemplo notório é o caso do Nordeste: malgrado a configuração de uma economia sustentada pelo latifúndio, pelo trabalho servil e pela monocultura de exportação, não deixou de haver uma "civilização do açúcar", que promoveu novas modalidades de produção, novos produtos e, enfim, novas formas de socialização (FREYRE, 1937). Nesse sentido, a teoria dos ciclos econômicos de Roberto Simonsen, embora vitoriosa no aspecto didático, perde em acuidade histórica. A considerar a coexistência das culturas produtivas, parece menos lícito salientar a existência de ciclos econômicos – quais sejam, o do café, do açúcar, da borracha – ou de trajetórias de produção – início, apogeu e declínio – do que a característica multifacetada da economia. A economia do Segundo Reinado foi múltipla setorial e regionalmente. O Nordeste não produziu somente açúcar, e o Sudeste não pertenceu integralmente ao café.

5.2.1.1. O Nordeste

Embora o Nordeste tenha concentrado grande parte da produção açucareira durante o Segundo Reinado, produzia-se também tabaco, cacau, algodão e produtos derivados da pecuária, como o charque e os couros, especialmente na Zona da Mata e no Agreste. Conforme aponta João Antônio de Paula, desde o início do século XVII o açúcar nordestino sofreu implacável concorrência das Antilhas holandesas, voltadas para a produção de açúcar de beterraba (DE PAULA, 2012). Sem derrocar a primazia do açúcar na economia nordestina, a

competição antilhana promoveu a emergência de outras culturas, como o tabaco e o algodão e, especialmente, a pecuária. Como sustentar a produção do açúcar, se não por intermédio da pecuária e da agricultura de subsistência? Celso Furtado destacou o papel decisivo do gado na condução dos negócios açucareiros (FURTADO, 1959). Por ser extensiva e itinerante, a pecuária assumiu dois cursos de expansão: para Sul, pelo leito do rio São Francisco, e para o oeste, em direção ao atual Piauí. Formava-se, assim, um mercado econômico nordestino. Sustentar a produção do açúcar significava alimentar os escravos que nesse sistema econômico trabalhavam. A pecuária e a agricultura de subsistência, constituídas nas adjacências dos núcleos açucareiros, eram a matriz secundária da economia nordestina. Interiorizou-se a economia de forma inovadora, se atentarmos para a utilização de formas livres de trabalho, como a parceria, nas zonas pecuárias. As pastagens eram cedidas aos vaqueiros em troca da expansão da pecuária. A seu turno, o vaqueiro recebia uma pequena parcela de sua produção. Igualmente importantes foram as regiões da Zona da Mata e do Agreste, onde se desenvolveu a agricultura de subsistência, pilar da alimentação de vaqueiros e produtores de açúcar. Essa modalidade produtiva atendia a um terceiro regime de trabalho. A agricultura de subsistência era constituída por escravos, mas, diferentemente de seus homólogos açucareiros, aos cativos de subsistência era outorgado um dia livre de trabalho, no qual plantariam seus alimentos e garantiram sua sobrevivência. Formava-se, assim, uma economia de tração agroexportadora, fundamentada no açúcar. Mas não por isso deixou de haver uma *civilização do açúcar*, ou, ainda, um sistema econômico de grande complexidade produtiva e, portanto, voltado também para o mercado interno.

A produção de algodão, amplamente amparada pela província do Maranhão, atendia às oscilações do preço internacional desse bem. Caso houvesse aumento no preço, articulavam-se prontamente os produtores de algodão. Recorriam, não raro, à pecuária e à agricultura de subsistência vinculadas ao sistema açucareiro, adotando um regime de trabalho livre e servil. Ao estourar a Guerra de Secessão, subiu consideravelmente o preço do algodão, visto que, nos Estados Unidos, os algodoeiros atendiam ao esforço de guerra. No Brasil, o algodão chegou a alcançar quase 20% das exportações nacionais, o dobro do que o açúcar e menos da metade do que o café representavam na agroexportação brasileira. Passada a guerra nos Estados Unidos, o algodão voltou a assumir as posições que detinha na pauta exportadora nacional, na década de 1840.

5.2.1.2. A Amazônia

A formação da economia amazonense em muito se assemelhou ao sistema produtivo algodoeiro no Nordeste. Em sintonia com a época colonial, persistiam as explorações extrativistas, fortemente vinculadas a extração das denominadas drogas do sertão. Adentrava-se o território em busca de madeiras, resinas, óleos, ervas e, sobretudo, de borracha. Este bem aflorou, entre 1880 e 1900, como o segundo produto de exportação do Brasil, perdendo apenas para o café, que detinha em torno de 65% da pauta comercial nesse período (DE PAULA, 2012). O surto da borracha coincidiu, *grosso modo*, com a Segunda Revolução Industrial e, portanto, com a invenção do motor de combustão. A expansão da indústria automobilística, nos Estados Unidos, repercutiu na economia brasileira por intermédio da expansão da demanda por borracha. De forma a atender a essas novas demandas, organizou-se o sistema do aviamento – ou de *servidão*

por dívida – na Amazônia. De uma lado, os seringueiros, oriundos do Nordeste em sua grande maioria, tinham de aceitar as condições de trabalho impostas pelos seringalistas; afinal, fugiam aqueles da *seca do setentinha,* ocorrida no Nordeste entre 1875 e 1880, e estes eram os únicos supridores de bens essenciais à subsistência. Do outro lado, os seringalistas constituíam um monopsônio, ou seja, um mercado de poucos compradores, o que obrigava os seringueiros a curvar-se perante os manipulados preços da borracha. Os trabalhadores da borracha, nas palavras de Euclides da Cunha, eram "expatriados na pátria" e realizavam "uma tremenda anomalia: eram homens que trabalhavam para escravizar-se"49. Sem recursos e dependentes dos preços que os seringalistas desejavam pagar, os seringueiros contraíam dívidas, o que os impedia de romper as amarras que seus empregadores lhes impunham.

Se o centro dinâmico da economia amazonense foi a borracha durante os últimos anos do Império, não por isso deixaram de circular outros produtos na região. Pelo contrário, os portos de Belém e de Manaus articulavam a economia exportadora de borracha. Importava-se, em contrapartida, os bens industriais que careciam na Amazônia, como tecidos, ferramentas, armas e medicamentos. O sistema econômico da borracha, que garantiu ao Brasil primazia no produção internacional de látex, arrefeceu no decorrer da década de 1910, quando os britânicos incentivaram a expansão da borracha em suas colônias do Sudeste Asiático. Para a Inglaterra, o látex da Malásia e do Ceilão, atual Sri Lanka, poderia ser adquirido mais facilmente do que o brasileiro. Encerrava-se o período da borracha amazonense, pelo menos até a Segunda Guerra Mundial, quando o Sudeste Asiático caiu em mãos nipônicas. Ficava, contudo, a

nostálgica recordação de um surto econômico imortalizado na construção do Teatro Amazonas em Manaus.

5.2.1.3. O Centro-Oeste

À diferença das demais regiões, o Centro-Oeste permaneceu um espaço relativamente vazio. Contava com não mais de 2% da população brasileira e uma economia fortemente vinculada ao mercado do Sudeste (FRAGOSO, 2000). Com o declínio da extração aurífera no final do século XVIII, o Centro-Oeste esvaziou-se dos cativos que antes caracterizaram a estrutura econômica da região. Não se formou, contudo, um mercado de trabalho assalariado. Não havia tampouco um sistema servil de produção. Predominava um tipo de relação baseado na cessão de terras que, mediante compensação pecuniária convertida em renda, permitia ao vaqueiro o desenvolvimento da pecuária. O produto final servia de alicerce à economia do Sudeste. A província de Goiás destacou-se pela maior diversificação de sua produção. Para além da pecuária, formaram-se núcleos de agricultura de subsistência e pequenas indústrias algodoeiras, que atendiam à demanda de São Paulo. No que concerne ao governo central, o Centro-Oeste era vislumbrado como região de fronteira, onde interessava garantir a soberania do Império perante os Estados limítrofes. O acesso ao Mato Grosso, notadamente, somente era possível por via fluvial, por intermédio dos rios Uruguai, Paraguai e Paraná. Por terra, a interiorização do Império era tolhida por conflituosas relações com os indígenas paiaguás, entre outros, que dificultavam o abastecimento das expedições. Não raro, os expedicionários, se não eram alvo dos indígenas, enfermavam-se rotineiramente. Nesse sentido, conforme assinala João Fragoso, o Centro-Oeste era a *periferia* do Império,

tanto pela subordinação da região ao Sudeste, quanto pela parca capacidade de interiorizar o Estado (FRAGOSO, 2000).

5.2.1.4. O Sul

A economia sulina, embora constituísse também uma *periferia* do Sudeste, não se orientou pelo mercado externo. Desde o século XVIII, o Sul registrava altos índices de produção de carnes, que se destinavam às regiões auríferas. Malgrado o esgotamento progressivo da exploração de ouro, perseverou essa lógica econômica durante o Segundo Reinado, o que adensou a especialização da região no fornecimento e no consumo local de trigo, milho e carne. Outra característica singular da economia sulina refere-se às imbricações produtivas com o Uruguai. São precisamente essas vinculações econômicas que justificaram, em parte, a eclosão da Farroupilha em 1835.

À exceção das propriedades ligadas à pecuária, o Sul contava com estrutura agrária menos desigual do que a do resto do país. A forte imigração europeia, em especial a alemã, em 1830, e a italiana, a partir de 1870, arrefeceu a intensidade da mão de obra escrava na região, embora existisse com todas as letras. Os alemães, que chegaram antes do que os italianos, espalharam-se ao longo dos rios Taquari, Pardo e Pardinho e às margens da Lagoa de Patos, onde fundaram São Lourenço do Sul. Mantiveram-se, portanto, próximos ao litoral gaúcho. Os italianos, a seu turno, ocuparam majoritariamente a Serra Gaúcha.

O declínio da produção de charque, que estava ligada ao trabalho servil, deveu-se não somente à chegada dos imigrantes europeus, mas também à queda no número de escravos nas capitais do Sudeste. Eram precisamente os cativos os que mais consumiam carne de charque. Soma-se a isso a concorrência do

mercado platino, mais competitivo que o gaúcho. Desenvolveu-se, a partir da segunda metade do século XIX, uma agricultura de alimentos de base, vinculada aos imigrantes europeus. Teciam-se, portanto, tipos de socialização que serviram de contraponto ao sistema *estancieiro* e escravista de produção. Constituíam-se relações capitalistas de trabalho e de produção que se serviam da indústria pecuária para garantir a sustentabilidade de um mercado no qual se intercambiava couro e carne bovina por arroz, trigo e milho.

5.2.1.5. O Sudeste

O Sudeste destacou-se como a região de maior polarização econômica do Brasil. A terminologia dos geógrafos serve bem à história neste caso. Constituiu-se, no decorrer do século XVIII, a região concentrada por excelência. A transferência da sede do governo-geral da Colônia de Salvador para o Rio de Janeiro, em 1763, ratifica a predominância que o Sudeste adquiriu sobre o resto do território. Centro nevrálgico do principal produto de exportação, o café, a região caracterizou-se pelos surtos industrias do século XIX. Tornou-se o centro financeiro do país, para onde confluía não somente o maior contingente populacional – escravos, livres e imigrantes –, mas também a malha viária em franca expansão.

A província de Minas Gerais, embora afetada pelo declínio da produção aurífera a partir de 1750, constituiu um centro dinâmico do Sudeste, onde se destacaram as atividades pecuárias, manufatureiras e de serviços. No século XIX, permaneceu uma economia monetizada, o que era um vestígio do período do ouro e dos diamantes, destacando-se como província mais populosa do Império. Homens livres, alforriados e escravos dedicaram-se, malgrado o alvará

de 1785, que proibia a produção de manufaturas na Colônia, à tecelagem e às pequenas indústrias açucareiras. Em 1820, Minas Gerais conheceu um surto de investimentos estrangeiros, consubstanciados pela presença de empresas de mineração preocupadas em extrair, agora nas minas subterrâneas, o que restara das explorações auríferas dos séculos XVII e XVIII. Falar-se-ia, hoje, se não em transferência de tecnologia, pelo menos em deslocalização de empresas sob vigência do trabalho servil.

A província de Minas Gerais contava ainda com forte expansão do café, embora em menor escala que no Rio de Janeiro e em São Paulo. Inicialmente cultivado no Pará, o café foi deslocado, em 1830, para o Rio de Janeiro, expandindo-se ao longo do Vale do Paraíba, visto que a terra roxa apresentava maiores condições de fertilidade. Em meados do século XIX, o café ganhou as fronteiras do Oeste paulista e do Sul de Minas Gerais, constituindo um complexo econômico voltado para a agroexportação. A produção de café respondia, portanto, à demanda externa, o que condicionava o desenvolvimento dos setores de transporte, de comércio e de finanças do Sudeste. O Rio de Janeiro predominou no total das exportações de café até 1880, quando cedeu o lugar à província de São Paulo, que ostentava maior produtividade por hectare cultivado. As oscilações nos preços do café, e, portanto, a sustentabilidade econômica do Sudeste, eram pautados pela demanda internacional. Se o preço caísse, a renda dos cafeicultores ver-se-ia afetada. Foi precisamente o que ocorreu a partir de 1880, quando além de ceder, a demanda internacional mostrou-se relativamente inelástica à renda dos consumidores. Em outras palavras, se a renda dos consumidores internacionais aumentasse, não por isso

haveria aumento proporcional na demanda por café. Afinal, diferentemente da carne bovina exportada pela Argentina, o café era produto de sobremesa. Uma queda nos preços internacionais do café, portanto, significava um golpe ao sistema basilar da economia brasileira: o complexo agroexportador dos cafeicultores do Sudeste. Nesse sentido, e sobretudo a partir de 1880, procedeu-se pela adoção de repetidas políticas de desvalorização cambial, o que não somente sustentava a renda dos cafeicultores, mas incitava a continuidade da expansão do café. Esse processo aumentava a oferta de café, o que, em um segundo momento, significaria nova queda de preços e, portanto, nova desvalorização cambial. O ciclo inflacionário ficou conhecido, na literatura econômica, como "a socialização das perdas", "na medida em que a sociedade arcava com o ônus da defesa dos preços do Sudeste cafeicultor" (FURTADO, 1959).

Após a edição da Lei do Ventre Livre, embora com certas oscilações, o preço do escravo caiu de forma significativa. A intensificação do movimento abolicionista, somada ao ingresso da mão de obra estrangeira, mais produtiva em certas regiões, condicionou a perda de peso dos barões do café fluminenses em favor dos cafeicultores do Oeste Paulista, onde a imigração se intensificou sobremaneira após 1850 e o fim do tráfico negreiro. Decerto houve trânsito inter e intraprovincial de escravos, mas a política de imigração ganhou destaque na condução dos negócios cafeeiros do Sudeste. Eram duas as modalidades de contratação e de atração de mão de obra estrangeira. Pelo sistema de parcerias, o fazendeiro custeava a passagem do imigrante, que se tornava, em compensação, um devedor. Portanto, o imigrante iniciava suas atividades no Brasil com

débitos em relação ao patrão. A segunda modalidade, que prevaleceu sobre a primeira, era uma política de subvenção mediante a qual os governos provinciais e imperial financiavam a vinda dos imigrantes, obrigando-os, em troca, a permanecer nas fazendas em que eram alocados. Chegaram alemães, italianos, portugueses, espanhóis e japoneses, entre outros grupos menos expressivos de imigrantes, como os chineses. As províncias com maiores recursos orçamentários, notadamente São Paulo, atraíam mais imigrantes; além disso, o Oeste Paulista era a fronteira agrícola da época por excelência, sobretudo a considerar o esgotamento produtivo do Vale do Paraíba. Não seria rigoroso supor que as relações entre senhores e imigrantes constituíram-se como o revés daquelas que os fazendeiros entretinham com os escravos, sobretudo se considerarmos que não havia somente conflito entre senhores e cativos, mas também negociação (REIS e SILVA, 2009). Em fins de 1856, articulou-se uma revolta de imigrantes na fazenda do Senador Vergueiro, localizada no Oeste Paulista. A Revolta de Ibicaba, como ficou conhecido o movimento, condenava os cálculos dos rendimentos do café, que eram manipulados pelos fazendeiros, as desfavoráveis taxas de câmbio aplicadas às dívidas dos imigrantes convertidas em moeda nacional e, finalmente, as condições de vida nas fazendas paulistas. Quando sufocada, a revolta deu margem para que os governos suíço e prussiano proibissem a migração de seus respectivos nacionais ao Oeste Paulista.

Para escoar a produção de café, necessitava-se ampliar a rede de transportes, o que fortaleceria, por sua vez, o mercado interno ligado à agroexportação. A partir de 1852, e por influência de Irineu Evangelista de Souza, o Barão de

Mauá, criaram-se cinco linhas férreas nodais, financiadas por capitais ingleses. Persistia a característica concentrada e polarizadora do Sudeste, visto que apenas duas dessas ferrovias, as nordestinas, não estavam atreladas ao complexo cafeeiro. A expansão ferroviária ampliava a capacidade de atração dos centros urbanos do Sudeste, como o Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas. O esforço de ampliar as telecomunicações traduziu-se pela implementação da primeira linha de telégrafo, em 1872, e de telefonia, em 1880. As cidades do Sudeste expandiram-se significativamente, sem prejuízo dos poucos centros polarizadores do Nordeste, como Salvador, São Luiz e Recife. No caso da capital, instalaram-se redes de tráfego urbano. Ampliava-se o número de cidades do Sudeste abastecidas por luz elétrica. Enfim, urbanizavam-se os pontos nevrálgicos do Império.

5.2.2. A expansão da indústria

Se há um aspecto consensual na historiografia sobre a expansão da indústria durante o Segundo Reinado, refere-se a caracterização do período como surto industrial, e não como franco processo de industrialização. Industrializar-se pressuporia a constituição de relações de produção e de consumo voltadas para o acúmulo de riqueza e para o investimento desse capital na matriz industrial, com vistas a multiplicar a produtividade e as técnicas dos estabelecimentos industriais. Se é certo que houve expansão no número de fábricas, especialmente entre 1845 e 1875, não por isso o Império se tornou uma economia industrial. Os dados do recenseamento de 1872 acusam a validade dessa tese, na medida em que 72% da população ativa estava ligada à economia

agrícola, 13% ao setor dos serviços, e apenas 7% à indústria.

Menos consensuais, na historiografia, são as causas que explicam o surto industrial do Segundo Reinado. O debate historiográfico é apresentado com acuidade por João Antônio de Paula (DE PAULA, 2012). Entre os que acusam a consolidação da economia cafeeira como entrave à industrialização, Roberto Simonsen opina não haver nada próximo a um surto industrial de longa duração. Em contraste, Warren Dean vislumbra na expansão do café as bases da constituição de uma indústria incipiente, largamente amparada pela emergência de uma burguesia imigrante. Opõe-se a Warren Dean a historiografia que enxerga o surto industrial não como resultado da economia cafeeira, mas como a consequência do desenvolvimento do artesanato local. Uma outra corrente aponta o investimento direto estrangeiro como a causa basilar da expansão industrial. Capitais estrangeiros, sobretudo ingleses, fizeram-se presentes na consolidação da infraestrutura viária e urbana, na companhias de navegação e nas indústrias de transformação. Uma última explicação, à imagem da oferecida por Jorge Caldeira, ressalta o papel individual de certos agentes privados na modernização industrial, notadamente o de Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá. Certamente contaram os esforços de Mauá, que se destacou na construção de estaleiros, na fundação de bancos e na criação de companhias de navegação. Mauá, ainda, participou nos empreendimentos, capitalizados pelos bancos britânicos, relativos à constituição da linha telegráfica entre o Rio de Janeiro e Lisboa e à expansão das linhas ferroviárias.

Complexo econômico cafeeiro (ou não), burguesia imigrante, artesanato local, investimentos estrangeiros e ação privada de empreendedores nacionais

constituem explicações do surto industrial ocorrido durante o Segundo Reinado. Mas não só. Embora amplamente ligado à defesa do café, valendo-se, para tanto, de política de desvalorização cambial, o Estado participou nos esforços de industrialização, pelo menos se considerarmos a criação do Código Comercial e a aplicação de barreiras alfandegárias. Não se deve entender essa participação, contudo, como uma política deliberada do Império em favor de uma industrialização de tipo inglesa. Nesse sentido, convém afiliar-se aos ensinamentos de Celso Furtado, para quem o Estado somente organizou uma agenda industrial a partir de 1930. O que ocorreu durante o Segundo Reinado foi uma participação oscilante e hesitante do Estado nos pequenos esforços de industrialização. A tarifa Alves Branco, editada pelo gabinete liberal de 1844, pôs termo aos tratados desiguais, aos quais o Império se atrelou desde o período joanino. Pela nova barreira protecionista, se o produto importado tivesse semelhante no Brasil, pagar-se-ia tarifa de 60% *ad valorem.* Em troca, se não tivesse semelhante, aplicar-se-ia tarifa de 30% *ad valorem.* Não se pode afirmar com rigor se o Império vislumbrava na tarifa Alves Branco um mecanismo de promoção da indústria, um ganho de soberania em relação à Inglaterra ou um meio de incrementar o orçamento público. Provavelmente as três razões concorrem para a promulgação da tarifa. O certo é que houve estímulo à indústria, pelo menos até 1860, quando a tarifa Silva Ferraz, editada por um gabinete conservador, reduziu as tarifas. Daí em diante, seguiu-se período de forte oscilação alfandegária: de 1860 a 1870, perdurou a lógica livre-cambista; de 1870 a 1880, elevaram-se as tarifas no intuito de engrossar os cofres públicos, abalados pelos gastos com a Guerra do Paraguai; e de 1880 até o fim do Império, novamente se optou pelo livre-cambismo. Se considerarmos que,

entre 1860 e 1870, governaram as ligas progressistas e liberais e que, entre 1870 e 1880, afirmaram-se os conservadores no poder, concluiríamos que os *luzias* eram livre-cambistas e os *saquaremas*, protecionistas. Ora, era precisamente o contrário. Entre os conservadores encontravam-se os fazendeiros do café, mais preocupados com a abertura comercial, vislumbrada como moeda de troca para o incremento dos produtos importados que lhes eram caros. Nesse sentido, afirma-se a tese de Celso Furtado: o Estado não operou verdadeira política de industrialização durante o Segundo Reinado.

Embora tarifas alfandegárias possam contribuir para a sustentabilidade da indústria, não garantem a existência de um processo de industrialização no longo prazo. Em outros termos, a fragilidade do mercado interno brasileiro, malgrado sua expansão ao longo do Segundo Reinado, constituía a principal barreira à industrialização. Essa fragilidade decorreu sobremaneira da concentração regional e setorial da renda. As fábricas que se desenvolveram, na segunda metade do século XIX, foram sobretudo produtoras de bens não duráveis. O setor têxtil dominou a pauta industrial, concentrando mais de 60% da produção de manufaturas nacionais. Afora os produtos agrícolas produzidos no Brasil, importava-se todo o resto: sabões, vinhos, perfumarias, maquinaria, cimento e ferro, ou seja, produtos considerados de luxo e de alto valor agregado. Importava-se sobretudo da Inglaterra – 53% do valor total das importações – e, em segundo lugar, da França (FAUSTO, 2008). Em contrapartida, exportava-se sobretudo para a Europa. Isoladamente, os Estados Unidos eram o primeiro mercado consumidor do café brasileiro, mas a Inglaterra constituiu o primeiro destino das exportações do Império até 1880, se considerarmos os outros

produtos exportados, como o açúcar e o algodão. Se é verdade que, após o período joanino até 1850, o Império manteve um balanço comercial deficitário, durante a segunda metade do século XIX, a situação reverteu-se. Graças às exportações de café, o balanço comercial foi superavitário. Talvez por isso os homens do Império foram tão recalcitrantes em adotar o padrão-ouro[50]. Pelo lado do endividamento externo, no entanto, o número de empréstimos tomados às casas bancárias privadas inglesas, como a Rothschild, aumentou especialmente após a Guerra do Paraguai e a *seca do setentinha*, que atingiu o Ceará entre 1877 e 1880.

5.2.3. O mercado de capitais

Desde o surgimento da economia cafeeira até a década de 1850, os comissários do café financiaram, em larga medida, a produção dos cafezais. Os comissários constituíam o elo comercial entre os fazendeiros e os consumidores, fossem estes internos ou externos: financiavam a produção, o transporte e o estoque de café. A grande margem de lucro que os comissários auferiam de suas atividades atraiu, em meados do século XIX, competidores bancários, o que deu robustez ao mercado de capitais brasileiro. Saíam de cena, portanto, os comissários em benefício dos bancos hipotecários de origem nacional e estrangeira. Esses bancos passaram a articular, conforme antes faziam os comissários, as fazendeiros às casas de exportação de café, controladas pelo capital britânico e estadunidense. Se o banco intermediário fosse inglês, ter-se-ia a situação em que o fazendeiro brasileiro tomaria emprestado dinheiro inglês, para vender café ao mercado inglês de forma a importar manufaturas inglesas.

Afortunadamente para os fazendeiros do Império, os ingleses não estavam sozinhos no mercado de capitais brasileiro. Bancos nacionais multiplicaram-se no período e mesmo antes de 1840. O Banco do Brasil, criado em 1808 e liquidado em 1829, reabriu suas portas por iniciativa do Barão de Mauá após a fusão com o Banco Comercial do Rio de Janeiro em 1853. O Banco do Brasil abriu filiais na Bahia e em São Paulo. Multiplicaram-se também os bancos do Nordeste, como o Banco do Ceará, do Maranhão e de Pernambuco. Até 1866, quando o Banco do Brasil assumiu o monopólio da emissão e do controle monetário, sucederam-se ora políticas papelistas, ora metalistas. Se estas defendiam a vinculação da emissão de moeda ao lastro em ouro, o que significava dar o monopólio do controle monetário a um banco único, aquelas advogavam a possibilidades de emissão por parte de todos os bancos do Império, o que havia promovido uma espiral inflacionária.

5.3. A POLÍTICA EXTERNA DO SEGUNDO REINADO

5.3.1. As relações com a Europa e com os Estados Unidos

Embora as relações com os demais países europeus não tenham estado ausente da agenda política do Império, era com a Inglaterra, não raro, que com o Brasil mantinha maiores contatos. Pelo tratado anglo-brasileiro de 1827, os britânicos cercearam a soberania comercial e alfandegária do Brasil, o que,

considerando que 80% das receitas do tesouro advinham de barreiras ao comércio, limitava a margem orçamentária do Império. Afortunadamente para os liberais que constituíram os gabinetes de 1844 a 1848, o tratado de 1827 caducou passados quinze anos de sua assinatura. Enviado da Coroa britânica, Henry Ellis atracou no porto do Rio de Janeiro, em 1842, para negociar a recondução do diploma comercial que estava prestes a expirar. Também trazia projeto de tratado que pautava a proibição do tráfico negreiro no Brasil: era a resposta britânica à Lei Feijó, que se tornou, conforme expressão da época, *uma lei para inglês ver.* A missão Henry Ellis fracassou sobremaneira. O governo imperial rechaçou a renovação dos tratados comerciais, vistos como resquícios da presença portuguesa no Brasil, e sequer discutiu a adoção de um tratado contra o tráfico de cativos. Em 1844, adotou-se a tarifa Alves Branco, de forte teor protecionista, e aboliram-se os privilégios extraterritoriais dos ingleses no Brasil. Conforme estipulava o caduco diploma comercial de 1827, aos ingleses era facultado o acesso a tribunais especiais, compostos por juízes ingleses, o que constituía usufruto de direitos extraterritoriais no Brasil. Embora Caio Prado Júnior vislumbre na promulgação do Bill Aberdeen, em 1845, uma resposta direta à edição da tarifa Alves Branco (PRADO JÚNIOR, 2010), Leslie Bethell conclui que os britânicos estavam conscientes que a tarifa protecionista pouco afetaria as exportações inglesas para o Brasil (BETHELL, 2011). Grande parte das manufaturas exportadas não tinha similar no Brasil, aplicando-se, portanto, tarifa de 30% *ad valorem* [51]. Ainda, se considerarmos, a um só tempo, que às demais nações o Império aplicava a mesma legislação alfandegária e que a Inglaterra tinha primazia na concorrência industrial, rapidamente concluímos que os britânicos mantiveram sua posição de destaque no balanço comercial

brasileiro. E foi assim que ocorreu. A Inglaterra era responsável por mais da metade das importações brasileiras, ao passo que o Brasil respondia por menos de 10% das importações inglesas. Depois da Inglaterra, França, Portugal e Alemanha lideravam a lista brasileira dos principais países exportadores. Os Estados Unidos ascenderam, nessa lista, somente entre os derradeiros anos do Império e os primeiros da República, quando se tornaram o principal mercado de exportações do Brasil.

Em benefício das relações anglo-brasileiras, a inadimplência dos Estados latino-americanos quanto ao ressarcimento de empréstimos externos consolidou a presença da casa Rothschild nas finanças brasileiras. De 1840 até o fim do Império, os Rothschild tornaram-se os únicos e irremediáveis agentes financeiros do Brasil. A considerar, ainda, a forte presença de investimentos britânicos na infraestrutura ferroviária, nas linhas telegráficas e nos serviços urbanos, tem-se que a Inglaterra pautou a política econômica do Segundo Reinado.

O primeiro grave incidente diplomático, sob o império de Dom Pedro II, entre o Brasil e a Inglaterra, ocorreu após a promulgação do Bill Aberdeen. Afronta à soberania brasileira, o ato unilateral inglês encontrou no Ministro dos Negócios Estrangeiros do Império, Paulino José Soares de Souza, futuro Visconde do Uruguai, o temperamento pragmático que, hoje, os teóricos das relações internacionais chamariam de realismo. Embora constituísse um dos pilares da *trindade saquarema,* Paulino cedeu às pressões britânicas e advogou o fim do tráfico negreiro, que ocorreu com a lei Eusébio de Queiróz em 1850. Na visão do Ministro dos Negócios Estrangeiros, a marinha do Império não teria

condições de afrontar a Royal Navy. Pior, o Brasil estava prestes a entrar em conflito contra a Confederação Argentina de Juan Manuel de Rosas. Opor-se à Inglaterra seria não somente levar à perda a marinha nacional, que tinha de combater na bacia do Prata, mas também criar um incidente com a Inglaterra que poderia levar a um estrangulamento econômico externo. Paulino optou pela paz e pelo fim do tráfico, malgrado o descontentamento que ressentiriam os barões fluminenses do café. Afinal, o Império estava em momento de expansão econômica: auferia ganhos de legitimidade, e o mercado de escravos estava bem aprovisionado depois do ingresso massivo de cativos após a promulgação da Lei Feijó.

Pouco mais de uma década após a edição da Lei Eusébio de Queiróz, estourou o segundo incidente diplomático com a Inglaterra, provavelmente o de maior importância em todo o Segundo Reinado. A Questão Christie, como ficou conhecido o incidente, foi um conjunto de desentendimentos que levaram à ruptura das relações diplomáticas entre o Brasil e a Inglaterra. Em 1861, o navio *Prince of Walles* da marinha britânica, ao encalhar nas proximidades do Rio Grande de Sul, teve sua carga roubada pelos locais. O incidente chamou prontamente a atenção de William Christie, plenipotenciário britânico no Brasil, que pediu imediata indenização à Dom Pedro II pelos danos causadas à embarcação inglesa. Para desconforto do plenipotenciário inglês, Dom Pedro II respondeu negativamente. Um segundo incidente, ocorrido em 1862, reanimou o caráter prepotente e arrogante de William Christie, conforme assinala Leslie Bethell (BETHELL, 2011). Um par de marinheiros embriagados teria se envolvido em escaramuças com seus homólogos brasileiros e foi detido pela

polícia local. Christie exigiu a aplicação dos direitos extraterritoriais dos caducos tratados de 1810, ao que recebeu nova resposta negativa do Império do Brasil. Enfurecido, o plenipotenciário britânico ordenou o bloqueio naval do Rio de Janeiro. Recobrava sentido o que, anos antes, escrevia Sérgio de Macedo, plenipotenciário do Brasil em Londres, a respeito das relações anglo-brasileiras: *"foi sempre proferindo ameaças que o governo inglês conversou com o Brasil"*. A questão das indenizações foi levada à arbitragem do rei da Bélgica, Leopoldo I. Paralelamente, o Brasil exigiu de Londres, além de pedidos de desculpas, compensações pecuniárias pelos navios apreendidos durante o breve bloqueio naval instituído por William Christie. A rainha Vitória recusou, e não restou a Dom Pedro II senão romper as relações com a Inglaterra. Nas ruas, a atitude do imperador era ovacionada pela população do Rio de Janeiro. O imperador quitou antecipadamente as dívidas que o arbitramento de Leopoldo I, acreditava Dom Pedro II, lhe obrigariam a pagar – o que não se revelou acertado, já que a Bélgica deu ganho de causa ao Brasil –, afirmando que a *questão Christie* se tratava mais de um afronta à soberania nacional do que uma questão pecuniária. As relações diplomáticas com a Inglaterra somente foram reestabelecidos por iniciativa da rainha Vitória em 1865, isto é, após o início da Guerra do Paraguai.

As relações entre o Brasil e os Estados Unidos durante o Segundo Reinado foram menos intensas do que aquelas que o Império mantinha com a Inglaterra. Embora os Estados Unidos tenham reconhecido a independência do Brasil antes de qualquer Estado europeu, a relevância da Doutrina Monroe, na política externa americana do século XIX, não foi suficiente para estreitar os laços entre

os dois países. Na Conferência do Panamá, realizada em junho de 1826, os Estados Unidos revelaram a pouca importância que davam à porção da América ao sul do Rio Grande em sua agenda política interna. Em meados da década de 1850, o filósofo chileno Francisco Bilbao empregou pela primeira vez a expressão América Latina de forma a contrastar as diferenças entre os latinos do Sul e os anglo-saxões do Norte. Pouco depois, o escritor colombiano José María Torres Caicedo ratificou a expressão de Bilbao, ao afirmar, no poema *Las dos Américas,* que

> La América del Sur está llamada/A defender la libertad genuina,/La nueva idea, la moral divina,/La santa ley de amor y caridad./ El mundo yace entre tinieblas hondas:/En Europa domina el despotismo,/De América en el Norte, el egoísmo,/Sed de oro e hipócrita piedad.
>
> Un mismo idioma, religión la misma,/Leyes iguales, mismas tradiciones:/Todo llama esas jóvenes naciones/Unidas y estrechadas a vivir./¡América del Sur! ¡ALIANZA, ALIANZA!/En medio de la paz como en la guerra;/Así será de promisión tu tierra:/La ALIANZA formará tu porvenir!

Ao passo que Napoleão III vislumbrava nas palavras de Caicedo o fulcro cultural que aproximaria a latinidade francesa à americana em detrimento dos Estados Unidos, o que não poderia servir melhor à investida napoleônica para empossar Maximiliano de Habsburgo no México, o Império do Brasil era alijado da América Latina, ou do Sul, que estaria unida pela “mesma língua e religião”, nas palavras do poeta colombiano. Não que o rechaço sul-americano causasse desconforto ao Brasil. Pelo contrário, as elites políticas do Rio de Janeiro costumavam opor a estabilidade interna e civilidade de uma monarquia

à barbárie das repúblicas hispano-americanas, vistas como instáveis e inconsistentes. Mas não por isso a Coroa imperial ganhou a confiança dos Estados Unidos. Malgrado a ideia de um *hemisfério ocidental*, inaugurada pelo presidente Thomas Jefferson e ratificada pela Doutrina Monroe em 1823, a aliança entre o Brasil e os Estados Unidos proposta pelo delegado diplomático - brasileiro em Washington, Silvestre Rebelo, não vigorou. Secretário de Estado durante o mandato de James Monroe, John Quincy Adams salientava que o hemisfério americano não era senão a expressão da política estadunidense: "nós o temos; nós constituímos a totalidade dele" (do sistema americano). Iniciava-se o momento forte da expansão territorial dos Estados Unidos. Surgia o conceito de *Destino Manifesto* e a conquista do Oeste. Declarava o presidente James Buchanan que "a expansão dos Estados Unidos sobre o continente americano, desde o Ártico até a América do Sul, é o destino de nossa raça [...] e nada pode detê-la". Nesse sentido, a expansão territorial dos Estados Unidos era vislumbrada mais como uma questão de política interna do que externa (KISSINGER, 1994). Não surpreende, portanto, que tenham sido parcos os contatos com a América Latina, a não ser quando houvesse colisão de interesses ou afrontas ao *Destino Manifesto.* Até a década de 1880, perdurou a lógica de indiferença, com uma exceção: o interesse dos Estados Unidos pelo Amazonas.

Embora a França e a Inglaterra também tivessem interesse na exploração da porção setentrional do Brasil, foram os Estados Unidos que mais pressionaram o governo imperial para abrir o rio Amazonas à navegação internacional. Em 1850, os estadunidenses lideraram expedições científicas na região amazônica, as quais não fizeram senão destacar a importância do rio para o

desenvolvimento do comércio meridional do continente americano. Chegou-se a entender o Amazonas como um novo Texas, que aderira, na década de 1840, à união dos Estados Unidos após a declarar-se independente do México. Na esteira do pensamento que consubstanciou o *Destino Manifesto,* o Texas era uma porção inevitável dos Estados Unidos. A respeito do Amazonas, era essa também a visão de Matthew Fontaine Maury, responsável pelo Observatório Nacional de Washington, e de William Trousdale, representante dos Estados Unidos no Brasil. Vislumbravam no rio brasileiro “uma mera continuação do vale do Mississipi” (BETHELL, 2011). Ao Brasil, no entanto, o projeto de abertura do rio Amazonas era apresentado como uma política comercial dos Estados Unidos, e não como um desdobramento a mais do *Destino Manifesto.* O Império enxergava com suspicácia essas ambições no Amazonas: às conquistas no México somavam-se as pressões estadunidenses pelo assentamento de escravos precisamente na região amazônica. Dava-se a entender que os Estados Unidos lidavam com a questão como se fosse um assunto interno. As negociações pela abertura do rio Amazonas somente tomaram o formato de uma política externa, no que concerne às relações com os Estados Unidos, com o fim da Guerra de Secessão em 1865. A união entre entidades federadas parecia selada, e os Estados do Sul – dos Estados Unidos – não representariam mais uma ameaça ao Brasil. Afinal, o Sul escravista e desejoso de ampliar o comércio com o Atlântico meridional fora derrotado pelo Norte, livre e industrializado. Até a proclamação da república no Brasil, quando as relações se adensaram sobremaneira, os contatos diplomáticos com os Estados Unidos mantiveram-se remotos, embora amistosos. Eram relações econômicas e comerciais, e não estratégicas. O café brasileiro, a partir de 1870, foi majoritariamente comprado

pelos Estados Unidos, que lentamente ampliavam seus investimentos diretos no Brasil. Dom Pedro II, a seu turno, passou a incluir os Estados Unidos em suas rotas de viagem pessoais. Tornou-se o primeiro monarca a ser recebido por um presidente estadunidense.

No decurso das três últimas décadas imperiais, um único incidente pautou a exceção no quadro de bom relacionamento diplomático. Em 1869, o representante estadunidense no Brasil, James Watson Webb, exigiu o pagamento de indenizações por navios supostamente saqueados em portos brasileiros. Embora o caso Webb em muito correspondesse à questão Christie, o desenrolar do processo foi rápido e categórico. O secretário de Estado à época, Hamilton Fish, optou pela demissão de Webb, e o caso encerrou-se sem maiores desconfortos diplomáticos.

5.3.2. As relações com o hemisfério ocidental hispânico

A região do rio da Prata permaneceu, após os processos de independência dos Estados sul-americanos, a região cobiçada que fora durante a época colonial (GOES FILHO, 2001); mudou, contudo, a lógica das alianças sistêmicas. Aos interesses espanhóis e portugueses substituíram-se os argentinos, uruguaios, paraguaios e brasileiros. Em suma, a totalidade dos países que conformam a bacia do Prata pautaram a lógica das alianças sistêmicas durante o período. A política interna de cada Estado responsabilizou-se por constantes remodelações na balança platina de poder. Não raro, dissidências internas formaram alianças, durante a Guerra do Paraguai, que eram improváveis em 1850.

A participação do Brasil, nesse sistema sul-americano de Estados, pautou-se sobretudo pela preservação dos interesses imperiais no Prata. Não que as Repúblicas do Pacífico estivessem ausentes na condução da política externa brasileira, mas com os países andinos, exceção feita ao Chile e à Argentina, prevaleceram negociações de ordem lindeira. Afinal, eram repúblicas que a monarquia do Brasil desconsiderava, o que não relativiza, no que concerne à região platina, as ponderações do então Visconde de Mauá sobre a necessidade do Império empenhar-se "no dever de exercer no Prata a influência que lhe dá o direito a sua posição de primeira potência da América do Sul".

5.3.2.1. Os sistemas de alianças na bacia do Prata

A lógica das alianças sistêmicas no Prata transformou-se em disputas bélicas em duas ocasiões: na Guerra contra Oribe e Rosas e na Guerra do Paraguai. No que concerne ao primeiro conflito, a política interna da Confederação Argentina e do Uruguai condicionou sobremaneira a eclosão da guerra. O Uruguai embarcara-se, desde 1838, em uma contenda civil entre o partido blanco e o partido colorado. A *Grande Guerra,* como hoje a denomina a historiografia uruguaia, envolveu não somente as alas partidárias uruguaias, mas também o presidente da Confederação Argentina, Juan Manuel de Rosas. Em 1845, a Confederação Argentina rompeu com o Império devido às pressões brasileiras para a abertura à livre navegação do rio da Prata. Para garantir o acesso ao Mato Grosso era de importância fundamental o livre trânsito pelos rios Paraná e Paraguai. Para Rosas, interessava a reconstrução do antigo Vice-Reino do Prata, que agrupava os agora independentes Estados do Uruguai e do Paraguai – e parte da Bolívia também. O principal empecilho à expansão territorial argentina,

no entender do presidente da província de Buenos Aires, seria o Império de Dom Pedro II. Para além das rivalidades entre república e monarquia, a colisão de interesses argentinos e brasileiros condicionou o desenrolar da *Grande Guerra.*

Presidente blanco do Uruguai até 1838, Manuel Oribe, que era contra a livre navegação do rio da Prata, encontrou em Rosas, que chegara ao poder em 1835, um sustentáculo tanto contra os colorados quanto o Império do Brasil, então envolvido na Revolução Farroupilha. O apoio de Rosas, que vislumbrava no Uruguai uma possível extensão da Confederação que presidia, permitiu a Oribe montar um cerco contra Montevidéu, então sob controle do colorado Fructuoso Rivera. Vitorioso na aliança com Rosas, Oribe, no entanto, encontrou na Inglaterra e na França uma resposta ao cerceamento das atividades do porto de Montevidéu. Ao longo da década de 1840, essas duas potências europeias constituíram um bloqueio naval na integralidade do rio da Prata, o que não fizera senão suscitar o desconforto do Brasil. Neutro durante o conflito entre, de uma lado, a França e a Inglaterra, e do outro, a Confederação Argentina e o Uruguai de Oribe, o Brasil enviou missão diplomática a Londres e a Paris, em 1845, no intuito de conclamar uma rápida queda dos blancos. A missão Abrantes, como ficara conhecida, fracassou, na medida em que Londres não sustentaria a política platina de uma país que negara a recondução do tratado anglo-brasileiro, de 1827, e que editara a tarifa Alves Branco, de 1844. O Brasil teria portanto de encontrar outros aliados.

Na visão de Francisco Doratioto, a aliança ente o Império e os colorados uruguaios estruturou o desfecho da guerra contra Oribe e Rosas (DORATIOTO,

2010), visto que equilibrou a balança de poder a favor dos colorados. Eram estes não somente favoráveis à abertura do rio Prata, mas também ao comércio com o Brasil e, sobretudo, à presença do gado gaúcho na banda oriental, o que não era pouco favorável ao Império, a considerar os 20% a 30% do território uruguaio que estava em posse de fazendeiros gaúchos. O próprio futuro general Osório detinha consequente parcela de terra no departamento uruguaio de Salto. Para manter a unidade entre o Rio Grande do Sul e o Rio de Janeiro, era fundamental a aliança com os colorados, especialmente se considerarmos que Oribe, quando presidente, desapropriara sem indenização os fazendeiros brasileiros no Uruguai. Com a declaração de guerra endereçada por Rosas a Dom Pedro II, não restou ao Brasil senão promover dissidências no interior da Confederação Argentina. Em 1851, imediatamente após a eclosão da guerra, Honório Hermeto Carneiro Leão, o artífice do ministério da conciliação, foi enviado a Montevidéu para negociar aproximação Urquiza e Virasoro, respectivamente governadores das províncias argentinas de Entre Rios e de Corrientes. Embora não fossem precisamente a opção partidária conservadora e *saquarema* que ligava colorados e brasileiros, Urquiza e Virasoro, que não eram de ideologia conservadora, vislumbravam na aliança com o Império possibilidade de "reassumir o exercício da soberania e os poderes que delegara ao governador de Buenos Aires", conforme concluía o próprio Urquiza. A aliança tripartite entre dissidentes argentinos, colorados uruguaios e conservadores brasileiros acelerou a ordem dos acontecimentos. Paulino José Soares de Souza, pilar da política externa durante a *trindade saquarema*, adotou postura de intervenção no Prata, buscando menos expandir territorialmente o Império do que manter o *status quo* na região (CARVALHO, 2007). O desfecho final da guerra ocorreu na batalha

de Monte Caseros, em 1852, quando Oribe e Rosas foram derrotados pelas tropas de Urquiza e de Virasoro, que contavam com o apoio de Caxias, de Osório e da cavalaria gaúcha. A seu turno, Paulino José Soares de Souza foi agraciado com o título de Visconde do Uruguai. Forçado ao exílio, ironicamente na Inglaterra, Rosas deixou o poder em benefício de Urquiza. No Uruguai, Oribe perdeu o apoio político dos blancos, e os colorados afirmaram-se no poder com Venâncio Flores.

As consequências e os resultados da guerra contra Oribe e Rosas, no entender da historiografia uruguaia, foram benéficos ao Brasil. O preço da manutenção da independência uruguaia contra intervencionismo de Rosas foi alto, na compreensão dessa linha historiográfica. Pelo tratado de 1851, assinado entre Brasil e Uruguai, ficavam abolidos os direitos alfandegários sobre a exportação de gado gaúcho. Assegurava-se a consolidação da presença dos mais de 20 mil brasileiros no Uruguai. Ao Império dava-se o direito de intervenção no Uruguai em caso de conflito interno. Poderia ainda o Brasil solicitar extradição de escravos foragidos, quando o Uruguai havia abolido a escravidão precisamente durante a guerra. Mais importante, garantia-se ao Brasil a livre navegação do rio Uruguai e reconhecia-se dívida pelo auxílio militar brasileiro. Por fim, o Uruguai renunciava aos territórios ao Norte do rio Quaraí e ao direito de navegação da Lagoa Mirim, no rio Jaguarão, fronteira natural com o Império. Não por acaso foi resgatada a figura do General Artigas de forma a cimentar a identidade nacional uruguaia. O Visconde do Uruguai, por sua vez, começou a ser vislumbrado como o artífice do intervencionismo brasileiro no Prata, visão que parte da historiografia brasileira contesta, preferindo considerá-lo como o

político que logrou manter o *status quo* na bacia do Prata. Para o Brasil do Segundo Reinado, saía da agenda política externa o Uruguai, deixando um vazio progressivamente preenchido pela ascensão política do Paraguai. Para o Uruguai da segunda metade do século XIX, o Império passava a ser o fiscal das relações sistêmicas platinas.

Os conflitos internos no Uruguai, embora terminada a *Grande Guerra*, continuaram a ter impacto na balança platina de poder, não mais como foco de tensões entre brasileiros e argentinos, mas como peso político a favor ou contra o Paraguai. O partido blanco contestou a fiscalização que o Império exerceu sobre o Uruguai após a assinatura do tratado de 1851. Em 1860, foi eleito o presidente Bernardo Berro, líder dos blancos, em notável mostra de descontentamento com a influência que exercia o Brasil sobre os colorados. Berro adotou postura contrária ao Império, restringindo as posses brasileiras no Uruguai, controlando o comércio entre os dois países e, portanto, recobrando o direito alfandegário sobre as exportações brasileiras. No Brasil, o partido liberal, que se fez porta-voz da política externa gaúcha, pressionava por uma retomada de força no Uruguai. Com a ascensão das ligas progressistas, em 1862, o Império passou a admitir a possibilidade de adotar nova medida de força contra os blancos no Uruguai.

Do lado argentino, o unitarismo de Bartolomé Mitre, de franca inspiração liberal, derrotara o federalismo de Urquiza na batalha de Pavón, em 1861. Eleito presidente em 1862, além de substituir a antiga Confederação Argentina pela Argentina unificada, Mitre buscou aproximar-se dos colorados, visto que seriam o baluarte da garantia contra as empreitadas federalistas que os blancos

pareciam incentivar. Interessava a Mitre, portanto, manter a unidade da Argentina consolidada em 1861. No Brasil, após a nomeação do liberal Zacarias de Góis e Vasconcellos para a presidência do Conselho de Ministros, a aliança com Mitre e os colorados parecia desejável, se não inevitável. Aos blancos uruguaios restava tecer alianças ora com os dissidentes de Entre Rios e de Corrientes, derrotados na batalha de Pavón, ora com o Paraguai, que contestava o intervencionismo brasileiro no Prata.

Francisco Doratioto, na historiografia brasileira, vislumbra precisamente na presença brasileira na bacia do Prata uma das causas que motivaram a modernização econômica do Paraguai e, portanto, o fim do isolacionismo que caracterizou os governos ditatoriais de José Gaspar de Francia e, em menor medida, de Carlos Antonio López (DORATIOTO, 2011). O filho e sucessor deste, Solano López, promoveu políticas de consolidação do Estado nacional paraguaio a partir de 1862, quando nomeado presidente da República. Na visão de López, fortalecer militarmente o Paraguai era inevitável, na medida em que tanto o Brasil quanto a Argentina tinham interesses não resolvidos no Paraguai. Ao Brasil interessava, não raro, a livre navegação dos rios Paraguai e Paraná e a garantia da produção de erva-mate no Oeste do Mato Grosso, território contestado pelo Paraguai. Por sua vez, a Argentina reclamava o território de Missiones e a região do Chaco. A própria independência do Paraguai, uma das primeiras a ocorrer na América do Sul, foi tardiamente reconhecida pelo Brasil e pela Argentina: esta o fez somente após a derrota contra o Império, em 1852; aquele, apenas em 1844, quando Juan Manuel de Rosas tornou-se problemático para o Brasil, vistas as pretensões de refundar o antigo Vice-Reino do Rio da

Prata.

Quais foram os motivos que levaram à deflagração da Guerra do Paraguai? Embora não haja consenso historiográfico sobre as causas da guerra, prevalece a visão contemporânea de Francisco Doratioto, explicitada na obra *Maldita guerra, nova história da guerra do Paraguai,* e de Ricardo Salles, exposta em *Guerra do Paraguai:* escravidão e cidadania na formação do exército. Consoante o ponto de vista desses historiadores, a guerra seria um desdobramento do processo de consolidação dos Estados nacionais: não haveria ingerência britânica na constituição do conflito, na medida em que o Brasil rompeu com Inglaterra em 1863. Tampouco estaria o Paraguai em franco processo de modernização econômica, malgrado alguns surtos industriais. Nas palavras de Francisco Doratioto,

> A Guerra do Paraguai foi fruto das contradições platinas, tendo como razão última a consolidação dos Estados nacionais na região. Essas contradições se cristalizaram em torno da Guerra Civil uruguaia, iniciada com o apoio do governo argentino aos sublevados, na qual o Brasil interveio e o Paraguai também. Contudo, isso não significa que o conflito fosse a única saída para o difícil quadro regional. A guerra era umas das opções possíveis, que acabou por se concretizar, uma vez que interessava a todos os Estados envolvidos. Seus governantes, tendo por bases informações parciais ou falsas do contexto platino e do inimigo em potencial, anteviram um conflito rápido, no qual seus objetivos seriam alcançados com o menor custo possível. Aqui não há "bandidos" ou "mocinhos", como quer o revisionismo infantil, mas sim interesses. A guerra era vista por diferentes ópticas: para Solano López era a oportunidade de colocar seu país como potência regional e ter acesso ao mar

pelo porto de Montevidéu, graças a aliança com os blancos uruguaios e os federalistas argentinos, representados por Urquiza; para Bartolomeu Mitre era a forma de consolidar o Estado centralizado argentino, eliminando os apoios externos aos federalistas, proporcionando pelos blancos e por Solano López; para os blancos, o apoio militar paraguaio contra argentinos e brasileiros viabilizaria impedir que seus dois vizinhos continuassem a intervir no Uruguai; para o Império, a guerra contra o Paraguai não era esperada, nem desejada, mas, iniciada, pensou-se que a vitória brasileira seria rápida e poria fim ao litígio fronteiriço entre os dois países e às ameaças à livre navegação, e permitira depor Solano López (DORATIOTO, 2002).

A visão de Francisco Doratioto e de Ricardo Salles buscou responder às teses de Júlio José Chiavenatto, que publicou, em 1979, *Genocídio americano:* a guerra do Paraguai. Nessa obra, destacou-se a importância da Inglaterra nas causas que explicam a eclosão do conflito. De forte inspiração marxista, o revisionismo de Chiavenatto colocava o Brasil e a Argentina como países se não obedientes, pelo menos muito inspirados pelos ingleses, que vislumbrariam na industrialização paraguaia uma perda de influência na região platina. A seu turno, a postura de Chiavenatto era uma resposta à historiografia tradicional sobre a Guerra do Paraguai, que mitificava os heróis brasileiros, como o Duque de Caxias, o general Osório e o almirante Tamandaré. Trata-se de uma leitura amplamente vinculada à história militar do Exército, que enxergava em Solano López um agressor disposto a estender o território paraguaio a qualquer custo. Ao abordar a temática das alianças sistêmicas como resultado da política interna entabulada com vistas a consolidar o Estado nacional, a historiografia contemporânea ganha em complexidade e em profundidade, o que não quer

dizer que prevaleça sobre a visão argentina, paraguaia e uruguaia da *Guerra del Paraguay*, da *Gran Guerra* e da *Guerra de la Tríplice Alianza*, como é chamada a Guerra do Paraguai respectivamente nesses países do Cone Sul.

Nessa teia de alianças sistêmicas que consubstancia a historiografia contemporânea, importou sobretudo a aproximação entre Solano López e os blancos dos Uruguai, liderados pelo presidente Berro. Para os paraguaios, aliar-se aos blancos era uma possibilidade de acesso ao rio da Prata. Para os blancos, Solano López era uma garantia do equilíbrio de forças na região platina. A aliança formalizou-se no começo de 1864, quando Berro foi substituído, após completar mandato de quatro anos, por Anastásio Aguirre, aliado dos blancos. Nesses primeiros anos da década de 1860, o Uruguai encontrava-se, novamente, em situação análogo àquela que caracterizou a *Grande Guerra.* Venâncio Flores, líder do partido colorado, promoveu repetidas insurreições contra Berro e Aguirre. Em 1864, o Império enviou a missão Saraiva ao Uruguai, para entabular negociações a respeito das desapropriações sofridas por brasileiros. Era essa uma insistência particular da ala liberal do Rio Grande do Sul, que contava com o apoio do gabinete de Zacarias de Góis e Vasconcellos. De nada adiantou. O governo de Aguirre não respeitaria as cláusulas do tratado de 1851. Em agosto de 1864, o Brasil enviou um ultimato ao governo blanco, alegando que os colorados apoiariam o Império em uma possível intervenção no Uruguai. Daí em diante, o sistema de aliança passou a operar plenamente. Solano López, em auxílio aos blancos, lançou também ultimato contra o Brasil. Sem dar ouvidos às ameaças de López, Dom Pedro II ordenou a invasão do Uruguai em outubro de 1864. Em resposta, o governo paraguaio apreendeu, nas

proximidades de Corumbá, o navio mercante brasileiro Marquês de Olinda, que transportava o presidente do Mato Grosso. O Império rompeu relações diplomáticas imediatamente. Sem declarar guerra ao governo do Rio de Janeiro, Solano López invadiu o Mato Grosso. Intencionava atravessar a província de Missiones, na Argentina, para tomar o Rio Grande do Sul e socorrer o governo blanco no Uruguai. Leslie Bethell conclui que, nesses derradeiros meses de 1864, o Paraguai cometeu graves erros de cálculo (BETHELL, 2011). López superestimou as capacidades bélicas do Paraguai e subestimou as do Brasil. Não teria considerado a iminente queda de Aguirre, no Uruguai, em benefício de Venâncio Flores, que tomou definitivamente o poder em fevereiro de 1865 com apoio da Argentina e do Brasil. Pior, acreditou na neutralidade argentina: afinal, a guerra seria entre Dom Pedro II e Solano López respectivamente a favor e contra as insurreições dos colorados no Uruguai. Último erro de cálculo: a invasão à província de Missiones, e a subsequente tomada da província de Corrientes, levaria o general Urquiza, governador de Entre Rios, a uma aproximação com o Paraguai, visto que o problema para Urquiza era o presidente Mitre. Mas ocorreu precisamente o contrário. Com a invasão das províncias rebeldes da Argentina, Mitre, hasteando a bandeira da unidade nacional, declarou guerra ao Paraguai, assim como fez Urquiza, que vislumbrava em López um inimigo comum a todos os argentinos.

Nos primeiros meses de 1865, formalizou-se o tratado da Tríplice Aliança entre a Argentina, o Brasil e o Uruguai contra o Paraguai. Os três Estados declararam guerra a Solano López, o que não fora forçosamente a intenção desses países em 1864. Pelo tratado, estipulou-se que o ditador paraguaio

deveria ser caçado, que a livre navegação dos rios Paraná e Paraguai deveria ser decretada e que as reivindicações dos territórios da Argentina e do Brasil no Paraguai deveriam ser atendidas – esta última cláusula do tratado foi mantida em segredo.

Após a invasão do Mato Grosso, Solano López tomou Corrientes, atravessou Missiones e chegou ao Rio Grande do Sul. Em Buenos Aires, em Montevidéu e no Rio de Janeiro, as invasões paraguaias causaram comoções nacionais. No Brasil, consolidou-se um certo entusiasmo pela guerra, que contou com grande número de alistamentos: formaram-se os *voluntários da pátria.* Em setembro de 1865, contudo, as pressões paraguaias arrefeceram. A batalha do Riachuelo marcou a retomada dos aliados, e as forças de López renderam-se em Uruguaiana. Formou-se um cerco ao Paraguai nos distritos de Humaitá e de Tuiuti. Nessa nova fase, as tropas brasileiras mostraram sinal de esgotamento. Mitre e Flores não participavam mais, como antes fizeram, nas frentes de guerra: o risco de presença inimiga em território nacional já estava dissipado na Argentina e no Uruguai. Em 1866, as tropas brasileiras sofreram grave revés na batalha de Curupaiti, que constituiu um marco divisório na Guerra do Paraguai. O desgaste de 1866 promoveu dissenso entre o gabinete de Zacarias de Góis e Vasconcellos e comandante-chefe do Brasil, o futuro Duque de Caxias. Em 1868, Dom Pedro II optou por preservar o comando de Caxias e nomeou o conservador Joaquim José Rodrigues Torres, o Visconde de Itaboraí, para a presidência do Conselho. As tropas imperiais tomaram Assunção em 1869 e perseguiram Solano López até 1870, quando foi caçado e morto em Cerro Corá.

Qual foi o balanço da Guerra do Paraguai? No que concerne às alianças

sistêmicas, afirmou-se frequentemente que se a guerra uniu o Brasil à Argentina, a paz os separou. A ascensão do gabinete conservador de Rodrigues Torres contrastou com a chegado ao poder, na Argentina, de Domingo Faustino Sarmiento, que sucedeu Mitre no partido liberal. Temendo um possível expansionismo argentino no Paraguai, o Império negociou secretamente com Rivarola e com Jovellanos, sucessores constitucionais de Solano López. Pelo tratado de paz de 1872, assinado entre o Brasil e o Paraguai, o Império garantia as reivindicadas posses territoriais entre o rio Apa e rio Branco e a livre navegação dos rios Paraná e Paraguai. A seu turno, a Argentina buscava sequestrar os territórios não outorgados do Chaco boreal52. Se Sarmiento era visto no Brasil como nova ameaça para o equilíbrio platino, Dom Pedro II, na Argentina, era vislumbrado como o rei de um Império bárbaro, escravocrata, *macaco*, como noticiavam os jornais portenhos. Não por acaso, essa opinião argentina refletia, em parte, as ponderações do próprio Sarmiento em *Facundo o civilización y barbárie en las pampas argentinas*. O risco real, para os argentinos, estava no controle que o Brasil passaria a exercer no Paraguai e no Uruguai, que contou, entre 1865 e 1960, com nada menos do que quarenta governos colorados. As rivalidades entre o Brasil e a Argentina arrefeceram durante a década de 1880, quando os liberais retornaram ao poder, no Brasil, e ascenderam, na Argentina, os governos de Nicolás Avellaneda e de Júlio Argentino Roca. Para além de alguma identidade ideológica entre esses grupos políticos, que dava paz às relações entre a Argentina e o Brasil, apenas uma questão pautava discórdia. Tratava-se do território de Palmas, que açambarca tanto porção da província de Missiones quanto do Rio Grande do Sul. Embora a disputa lindeira somente tenha encontrado solução após o advento da República

no Brasil, os governos de ambos os Estados concordaram em submeter, dois meses antes da queda do Império, suas respectivas reivindicações à arbitragem do presidente dos Estados Unidos.

Uma segunda causa de desconfiança entre a Argentina e o Brasil concerniu o surgimento do patriotismo chileno após a Guerra do Pacífico (1879-1883), na qual a Bolívia e o Peru enfrentaram o Chile. A Argentina temia que o Chile se tornasse um aliado do Brasil, conforme a imprensa de Santiago não cessava de preconizar. Durante a Guerra do Pacífico, que eclodiu, entre outras razões, por causa da posse do deserto de Atacama e do controle da exploração de guano e de salitre dessa região, acirrou-se a rivalidade entre argentinos e chilenos. O Chile desistiu de suas reivindicações territoriais sobre a porção ocidental da Patagônia em troca da neutralidade do governo argentino, que muito se inclinava para o lado do Peru e da Bolívia. A neutralidade portenha vigorou, mas o custo foi considerado alto pelo Chile. O Brasil também permaneceu neutro na Guerra do Pacífico, buscando evitar mediações entre os rivais Chile e Argentina. Houve, contudo, uma aproximação política, ou um entendimento informal, entre brasileiros e chilenos por obra de Dom Pedro II ao longo da década de 1880. Não poderia ser melhor para o equilíbrio que o Chile almejava nas relações do Cone Sul. Não por acaso, o último baile do Império, ocorrido na Ilha Fiscal, foi organizado em benefício da marinha chilena. No transcurso do ano de 1889, o encouraçado Almirante Barroso, que trazia o neto de Dom Pedro II a bordo, visitou Valparaíso; em troca, o presidente do Chile, José Manuel Balmaceda, conferiu a importante avenida de Santiago o nome de Almirante Barroso. Quando caiu o Império, Balmaceda ofereceu refúgio a Dom Pedro II e

sua família e adiou por quase um mês o reconhecimento da República do Brasil.

Pelo lado econômico, a Guerra do Paraguai causou perdas a todos os participantes. No Brasil, estimou-se que o orçamento público de mais uma década foi empregado na guerra, o que levou Caio Prado Júnior a vislumbrar na crise econômica gerada pela guerra uma das causas da queda do Império (PRADO JÚNIOR, 2010). Mobilizaram-se em torno de 150 mil homens entre homens livre e escravos alforriados. O Império contraíra dívida com bancos privados ingleses, no intuito de financiar armas, tropas e navios de guerra. Nesse sentido, poder-se-ia dizer que a visão historiográfica de Chiavenatto recobra valor. Na Argentina, as baixas foram menores; foram estimadas em 10 mil mortes. O Paraguai, a seu turno, sofreu as piores consequências. Devastada a economia e a mão de obra masculina, o Estado contou com perdas na ordem de 50% da população. A vitoriosa Tríplice Aliança, para o desespero dos governos paraguaios que sucederam Solano López, impunha cobrança de indenizações pelos esforços de guerra[53]. Chegou-se a considerar que a Guerra do Paraguai foi o conflito mais violento em todo o mundo entre 1815 e 1914: na visão de Leslie Bethell, o conflito teria custado entre 150 mil e 200 mil vidas (BETHELL, 2011). Ricardo Salles, no entanto, estima que a Guerra do Paraguai não superou em números a Guerra de Secessão (1861-1865) (SALLES, 2010). Seja como for, o certo é que a Guerra do Paraguai deixou um legado sangrento na América do Sul. E talvez fosse esse o custo da formação da identidade nacional. Todos os envolvidos saíram do conflito mais conscientes da nacionalidade que os uniu a seus respectivos Estados. Para a Argentina, a guerra significou a definitiva ascendência de Buenos Aires sobre o resto do país, que

passou a aceitar patrioticamente a capital portenha. Para o Brasil, era a primeira vez que tropas do Norte e do Sul lutavam juntas, como assim fizeram libertos e homens brancos livres. Não eram mais mercenários os que lutavam pelo Império, mas voluntários da pátria: surgia o mito de Jovita Feitosa, mulher que se vestiu de homem, para lutar no Paraguai, e de Cândido da Fonseca Galvão, homem negro que reuniu um punhado de voluntários na Bahia, para defender a pátria contra um inimigo comum.

5.3.2.2. As relações com as Repúblicas do Pacífico

As relações do Brasil com as Repúblicas do Pacífico, entenda-se Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia – à época os bolivianos possuíam o território de Antofagasta, o que lhes garantia saída para o oceano –, fundamentaram-se em dois eixos principais: a manutenção do *status quo* lindeiro e a sustação de alianças que eventualmente minariam a posição do Brasil na região.

Desde o Primeiro Reinado, o Império contava com legações diplomáticas em Bogotá e Lima e uma embaixada em La Paz. Quando Paulino José Soares de Sousa assumiu a pasta dos Negócios Estrangeiros, buscou-se consolidar as fronteiras estabelecidas no tratado de Madri, de 1750. Privilegiaram-se, não raro, os acordos bilaterais, na medida em que negociações multilaterais poderiam resultar em alianças das Repúblicas do Pacífico contra o Brasil. A doutrina das fronteiras naturais[54] e do *uti possidetis*[55], conforme consagrava o tratado de 1750, pautaram igualmente as negociações do Império.

Em 1851, Duarte da Ponte Ribeiro encarregou-se de orientar e conduzir missão diplomática para definir os limites do Brasil com o Peru. Pelo acordo, Ponte Ribeiro trocava facilidades de navegação no rio Amazonas pelos

territórios adjacentes ao rio Javari. Salientou-se a relevância do princípio de *uti possidetis*, na medida em que esses territórios foram ocupados em 1766 pelos portugueses, conforme justificava a existência do Forte São Francisco Xavier de Itabatinga. Conforme salienta Synésio Sampaio Goes Filho, o Brasil incorporou área equivalente à de Sergipe e da Paraíba juntos (GOES FILHO, 2001). Em 1859, uma segunda missão, desta vez conduzida por Miguel Maria Lisboa, coordenou as negociações com a Venezuela, resultando em acordo lindeiro que seguia a divisão de águas dos rios Amazonas e Orinoco. Não se tratava, contudo, de uma demarcação propriamente dita, visto que a área fronteiriça não estava inteiramente explorada: comprova-o a descoberta do Pico da Neblina somente em 1964. As negociações com a Bolívia, ocorridas em 1867, foram mais problemáticas, na medida em que o Brasil, *em nome do progresso, da ciência e da civilização,* tinha aberto por decisão unilateral o rio Amazonas à navegação internacional um ano antes, em 1866. Não podia ser essa, portanto, a moeda de troca que garantiria a preservação dos interesses lindeiros do Império na Bolívia. Duarte da Ponte Ribeiro ordenou à missão Lopes Neto a constituição do *mapa da linha verde,* que mais tarde serviria para orientar a questão do Acre, no intuito de estabelecer a fronteira entre a foz do Beni e a nascente do Javari. Prometeu-se também à Bolívia a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré. Na visão do Barão do Rio Branco, que anos mais tarde coordenou a controvérsia lindeira de 1903 com a Bolívia, a missão Lopes Neto deveria ter sustentado a doutrina *watershed*, pela qual a ocupação da margem inferior de um rio cria diretos sobre a superior, caso não houvesse ocupação desta margem por outra nação. Synésio Sampaio Goes Filhos conclui que, em 1867, o Império teve ganhos territoriais em detrimento da Bolívia, que queria, como base de

negociação, o não demarcado tratado de Santo Ildefonso, de 1777 (GOES FILHO, 2001)56. O acordo de 1867, que ficou conhecido como o tratado de Ayacucho, deixou questões territoriais pendentes, especialmente aquelas que dizem respeito à não vinculação da doutrina *watershed* nas negociações. Seriam essas pendências as bases para a disputa lindeira do começo do século XX, conhecida como a questão do Acre. Exitoso na quase totalidade de suas missões, Duarte da Ponte Ribeiro encontrou mais dificuldades com a Colômbia. A missão Azambuja, que comandou as negociações, não conseguiu elaborar um tratado de fronteiras com a Colômbia, o que explica a persistência de controvérsias fronteiriças até princípios do século XX. No entanto, a *Linha Nascente Azambuja*, como ficou conhecida a demarcação proposta pelo Brasil, serviu ao Barão do Rio Branco, em 1907, quando novamente se entabularam negociações com a Colômbia.

A livre navegação do rio Amazonas, que serviu como política de barganha para a conclusão dos acordos lindeiros com o Peru, pautou as relações do Império com as Repúblicas do Pacífico durante a Guerra do Paraguai. A Bolívia, o Equador e o Peru vislumbravam na Tríplice Aliança uma eventual ameaça à integridade de seus respectivos territórios. Condenavam explicitamente a cláusula secreta, tornada pública em 1866, que dizia respeito à repartição de porções do território paraguaio entre a Argentina e o Brasil. Não por acaso, de forma a angariar o apoio das Repúblicas do Pacífico, ou pelo menos para garantir a neutralidade desses Estados durante a Guerra do Paraguai, o Império abriu o rio Amazonas à livre navegação internacional também em 1866. O Peru, no entanto, não se curvou perante a oferta brasileira e rompeu

relações diplomáticas com o Império em 1867. Outra questão agravava as relações do Brasil com as Repúblicas do Pacífico. Pouco antes da eclosão da Guerra do Paraguai, a Espanha enviou fragata para a América do Sul no intuito de proteger seus súditos, que sofreriam com maus-tratos no subcontinente. Sob os auspícios do Chile, a Bolívia, o Equador e o Peru uniram-se contra o que consideravam uma nova colonização espanhola. O Brasil, prestes a entrar em guerra contra o Paraguai, adotou posição de neutralidade, o que lhe valeu duras críticas das Repúblicas do Pacífico. Nesse sentido, muito mais que fruto de pressões estadunidenses, a abertura do rio Amazonas constituiu uma política de apaziguamento entre o Império e seus vizinhos setentrionais.

5.4. RESUMO DO PERÍODO

1. O Estado centralizado

Mudanças institucionais

Parlamentarismo às avessas, 1847: criação da presidência do Conselho de Ministros.

Modelo parlamentarista britânico

Rei elege Câmara Alta. Eleições formam Câmara Baixa. Rei reina, mas não governa (Thiers).

Modelo parlamentarista brasileiro

Poder Moderador pode dissolver Câmara de Deputados. Imperador nomeia e demite presidente do Conselho de Ministros. Se a Câmara Baixa rejeita a nomeação, é dissolvida. Ainda, imperador constitui o Conselho de Estado e

elege, em lista tríplice, senadores vitalícios. Rei reina, governa e administra (Guizot).

Os direitos políticos

- Eleições indiretas. Duas categorias de votantes.
  - *Votantes*: homens livres, mais de 25 anos (exceto casados e bacharéis), renda de 100 mil réis anuais.
  - *Eleitores*: 200 mil réis anuais, e todas as condições anteriores.
  - Com a Lei Saraiva, de 1881: eleições diretas, necessário ser alfabetizado, exigência de comprovante de renda. Até 1881, votam 10% da população. Após 1881, queda para 2%.

Os partidos políticos

Dois grupos partidários:

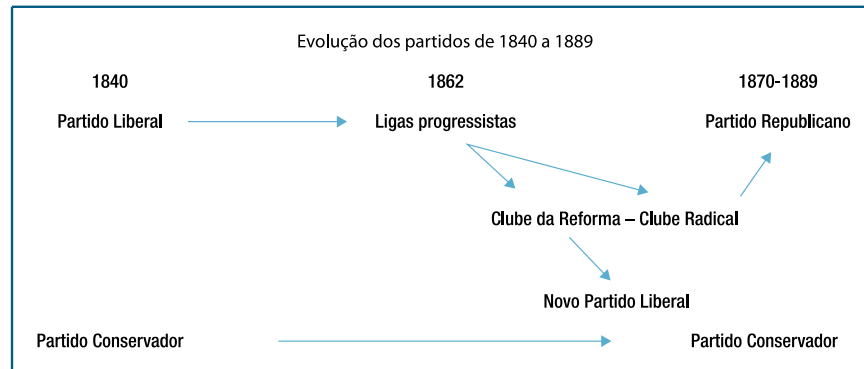
- Liberal: luzias, em referência a revolta liberal de 1842. Revolta derrotada. Expressão "luzia" cunhada por conservadores para desqualificar os liberais.
- Conservador: saquaremas, em referência à cúpula do município fluminense.
- "Nada se assemelha mais a um saquarema do que um luzia no poder", Holanda Cavalcanti. Havia convergência dos dois partidos em 3 aspectos:
  - Integridade do território.
  - Monarquia como fórmula para unidade.
  - Manutenção da escravidão.
- Divergências:

Luzias:

  - Descentralização.
  - Protecionismo alfandegário.

Saquaremas:

- Centralização.
- Livre comércio.

Partidos republicanos de ordem provincial não eram vetados.

Fonte: CARVALHO, A construção da ordem – teatro de sombras 2003, com adaptações.

Revoltas liberais

- Revolta de 1842, em Minas Gerais e em São Paulo. Não era separatismo, era contra conservadores. Liberais terminam derrotados.
- Revolta Praieira, de 1848, Pernambuco. Influência da Primavera dos Povos, na Europa. Não foi separatista. Última revolta na lógica das regências.

O tempo saquarema e a era da conciliação 1848-1856

- Imposição das regras políticas aos liberais. Preservação dos três pilares saquaremas: unidade / monarquia / escravidão. Trindade saquarema: Eusébio de Queiroz, Visconde de Itaboraí e Visconde do Uruguai.
- Conciliação: permitiu emergência de gabinete que reuniu liberais e conservadores. Marquês de Paraná é o artífice da conciliação. Respeito ao sistema político definido e estabilidade política. Conciliação é mais articulação de homens do que harmonia política.

Crise do Segundo Reinado

Consequências da Guerra do Paraguai

- Custos elevados do conflito.

- Organização e fortalecimento do Exército brasileiro em detrimento da Guarda Nacional.

Conjunto de questões:

A) Religiosa.

B) Servil.

C) Republicana e Militar.

- Questão religiosa, 1872-1875.

Conjunto de atritos entre a Igreja e o Estado, que detinha o padroado e o beneplácito.

- Questão servil

Prevalece o gradualismo sobre o radicalismo:

i) Lei de 28 de setembro de 1871: Lei do Ventre Livre.

ii) Lei Saraiva-Cotegipe – Lei dos Sexagenários, 28 de setembro de 1885.

iii) Lei Áurea – 1888.

- Questão republicana e militar.

Em 1870, é divulgado o *Manifesto Republicano* por Quintino Bocaiúva:

- Críticas ao Poder Moderador. Defesa da República. Defesa da descentralização. Republicanos paulistas mantêm-se em silêncio a respeito da questão servil.
- Atritos entre o governo (gabinete Ouro Preto) e o Clube Militar (porta-voz do Exército).
  - O Clube Militar subdivide-se em:
- Tarimbeiros: veteranos da Guerra do Paraguai.
- Mocidade militar: influência positivista. Oficiais jovens sem experiência política.

2. A economia durante o Segundo Reinado

Expansão cafeeira

Desgaste das plantações do Vale do Paraíba, que eram voltadas para o mercado externo. Surge expansão do café no Oeste Paulista, cujo auge ocorreu entre as décadas de 1870 e de 1880. Maior presença de mão de obra imigrante.

Mão de obra

- Africana. 1845: Bill Aberdeen. 1850: Lei Eusébio de Queiroz pôs fim ao tráfico.
- Imigrante: Imigração subvencionada ou sistema de parceria.

Diversificação Econômica

- Açúcar e algodão, no NE.
- Expansão da produção da borracha no Amazonas.
- Surto industrial:

i. Causas do surto industrial:

  - Tarifa Alves Braço, de 1844.
  - Nova disponibilidade de capitais após fim do tráfico negreiro.
  - Urbanização.

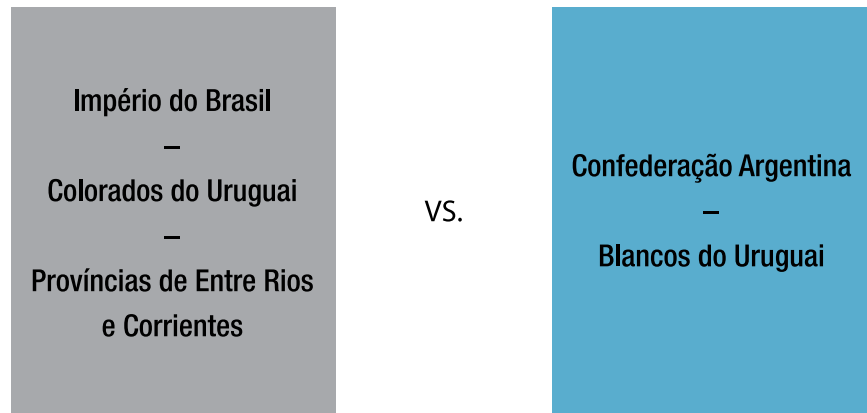
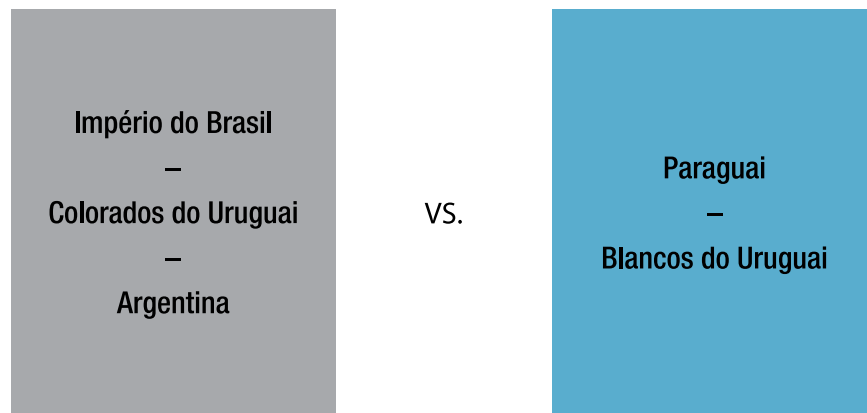
3. A política externa durante o Segundo Reinado

Eixo assimétrico

- Inglaterra: fim do sistema de tratados de 1810. Pressão contra o tráfico. Questão Christie: ruptura das relações diplomáticas com UK.
- Estados Unidos: pressões pela abertura à navegação internacional do rio Amazonas. Questão Webb.

Eixo simétrico

Sistema de alianças na bacia do Prata

- Guerra contra Oribe e Rosas.

- Guerra do Paraguai

Reivindicações brasileiras presentes em ambos os conflitos: proteção dos fazendeiros gaúchos no Uruguai, proteção da fronteira meridional, acesso à livre navegação do rio da Prata e dos rios Paraná e Paraguai.

Relações com as Repúblicas do Pacífico

- Livre navegação do rio Amazonas em troca de concessões territoriais: Peru, tratado de 1851; Venezuela, tratado de 1859; Bolívia, tratado de 1867.
- Neutralidade brasileira na Guerra do Pacífico. Entendimento informal com o Chile.

Cronologia dos Gabinetes do Império

Gabinete	Partido	Presidente	Início	Fim
		Manuel Alves Branco	20 de julho de	8 de março de

1º	Liberal	(depois o 2º Visconde de Caravelas)	1847	1848
2º	Liberal	José Carlos Pereira de Almeida Torres (Visconde de Macaé)	8 de março de 1848	31 de maio de 1848
3º	Liberal	Francisco de Paula Sousa e Melo	31 de maio de 1848	29 de setembro de 1848
4º	Conservador	Pedro Araújo Lima (Visconde de Olinda, depois Marquês)	29 de setembro de 1848	6 de outubro de 1849
5º	Conservador	José da Costa Carvalho (Visconde de Monte Alegre, depois Marquês)	6 de outubro de 1849	11 de maio de 1852
6º	Conservador	Joaquim José Rodrigues Torres (depois Visconde de Itaboraí)	11 de maio de 1852	6 de setembro de 1853
7º	Conservador	Honório Hermeto Carneiro Leão (Visconde do Paraná, depois Conde e Marquês)	6 de setembro de 1853	3 de setembro de 1856
8º	Conservador	Luís Alves de Lima e Silva (Conde de Caxias, depois Marquês e Duque)	3 de setembro de 1856	4 de maio de 1857
9º	Conservador	Pedro de Araújo Lima (Marquês de Olinda)	4 de maio de 1857	12 de dezembro de 1858
10º	Conservador	Antônio Paulino Limpo de Abreu (Visconde de Abaeté)	12 de dezembro de 1858	10 de agosto de 1859
11º	Conservador	Ângelo Moniz da Silva Ferraz (Barão de Uruguaiana)	10 de agosto de 1859	2 de março de 1861
12º	Conservador	Luís Alves de Lima e Silva (Marquês de Caxias, depois Duque)	2 de março de 1861	24 de maio de 1862
13º	Liberal	Zacarias de Góis e Vasconcelos	24 de maio de 1862	30 de maio de 1862
14º	Liberal	Pedro de Araújo Lima (Marquês de Olinda)	30 de maio de 1862	15 de janeiro de 1864
15º	Liberal	Zacarias de Góis e Vasconcelos	15 de janeiro de	31 de agosto de

			1864	1864
16º	Liberal	Francisco José Furtado	31 de agosto de 1864	12 de maio de 1865
17º	Liberal	Pedro de Araújo Lima (Marquês de Olinda)	12 de maio de 1865	3 de agosto de 1866
18º	Liberal	Zacarias de Góis e Vasconcelos	3 de agosto de 1866	16 de julho de 1868
19º	Conservador	Joaquim José Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí)	16 de julho de 1868	29 de setembro de 1870
20º	Conservador	José Antônio Pimenta Bueno (Visconde de São Vicente, depois Marquês)	29 de setembro de 1870	7 de março de 1871
21º	Conservador	José Maria da Silva Paranhos (Visconde do Rio Branco)	7 de março de 1871	25 de junho de 1875
22º	Conservador	Luís Alves de Lima e Silva (Duque de Caxias)	25 de junho de 1875	5 de janeiro de 1878
23º	Liberal	João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu (depois Visconde de Sinimbu)	5 de janeiro de 1878	28 de março de 1880
24º	Liberal	José Antônio Saraiva	28 de março de 1880	21 de janeiro de 1882
25º	Liberal	Martinho Álvares da Silva Campos	21 de janeiro de 1882	3 de julho de 1882
26º	Liberal	João Lustosa da Cunha Paranaguá (2º Visconde de Paranaguá, depois 2º Marquês)	3 de julho de 1882	24 de maio de 1883
27º	Liberal	Lafayette Rodrigues Pereira	24 de maio de 1883	6 de junho de 1884
28º	Liberal	Sousa Dantas	6 de junho de 1884	6 de maio de 1885
29º	Liberal	José Antônio Saraiva	6 de maio de 1885	20 de agosto de 1885
30º	Conservador	João Maurício Wanderley (Barão de Cotegipe)	20 de agosto de 1885	10 de março de 1888

31º	Conservador	João Alfredo Correia de Oliveira	10 de março de 1888	7 de junho de 1889
32º	Liberal	Afonso Celso de Assis Figueiredo (Visconde de Ouro Preto)	7 de junho de 1889	15 de novembro de 1889

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. O PERÍODO COLONIAL

BOXER, Charles Ralph. *O Império marítimo português.* São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Visão do paraíso.* São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CABRAL DE MELLO, Evaldo (Org.). *O Brasil holandês.* São Paulo: Peguin & Companhia das Letras, 2010.

________. *Nassau:* governador do Brasil holandês. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil.* 3. ed. Brasília: UNB, 2002.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder:* formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2000.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil.* São Paulo: Edusp, 2008.

FRAGOSO, João. Economia brasileira no século XIX: mais do que uma *plantation* escravista-exportadora. In: YEDDA LINHARES, Maria (Org.). *História geral do Brasil.* 9. ed. São Paulo: Campus, 2000.

________; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). *Na trama das redes:* política e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Editora Afiliada, 2010.

FREYRE, Gilberto. *Nordeste.* São Paulo: Global, 1937.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil.* 20. ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1959.

GOES FILHO, Synésio Sampaio. *Navegantes, bandeirantes e diplomatas:* um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata.* Rio de Janeiro: Editora UnB/Revan, 1985.

NOVAIS, Fernando (Dir.). *História da vida privada no Brasil.* Cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo.* 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 2010.

ROHLOFF DE MATTOS, Ilmar. *O tempo saquarema.* São Paulo: Hucitec, 2011.

SIMONSEN, Roberto. *História econômica do Brasil.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937.

YEDDA LINHARES, Maria (Org.). *História geral do Brasil.* 20. tir. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2000.

2. O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA

ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império:* a questão nacional e a questão colonial na crise do Antigo Regime português. Porto: Afrontamento, 1993.

BASTOS PEREIRA NEVES, Lúcia. A vida política. In: COSTA E SILVA, Alberto (Coord.). *Crise colonial e independência – História do Brasil nação*: 1808-2010. São Paulo: Fundação Mapfre/Objetiva, 2011. v. 1.

BERBEL, Márcia Regina. A retórica da regionalização. In: JANCSÓ, I. (Org.).

Independência: história e historiografia. São Paulo: Fapesp/Hucitec, 2005.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Visão do paraíso.* São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CABRAL DE MELLO, Evaldo (Org.). *O Brasil holandês.* São Paulo: Peguin & Companhia das Letras, 2010.

CALDEIRA, Jorge. O processo econômico. In: COSTA E SILVA, Alberto (Coord.). *História do Brasil nação:* 1808-2010. São Paulo: Fundação Mapfre/Objetiva, 2011.

COSTA E SILVA, Alberto. As marcas do período. *História do Brasil nação:* 1808-2010. São Paulo: Fundação Mapfre/Objetiva, 2011.

_______. População e sociedade. In: COSTA E SILVA, Alberto (Coord.). *História do Brasil nação:* 1808-2010. São Paulo: Fundação Mapfre/Objetiva, 2011.

COSTA, Fernando Dores; PEDREIRA, Jorge. *D. João VI:* um príncipe entre dois continentes. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

DE SOUZA COUTINHO, Rodrigo. Memória sobre o melhoramento dos domínios de Sua Majestade na América. *Textos políticos, econômicos e financeiros, 1783-1811.* Lisboa: Banco de Portugal, 1798. v. 2.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos.* São Paulo: Alameda, 2005.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil.* São Paulo: Edusp, 2008.

HONÓRIO RODRIGUES, José. *Independência*: revolução ou contrarrevolução. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1976. v. 1.

LIMA, Oliveira. *D. João VI no Brasil.* 4. ed. São Paulo: Topbooks, 2006.

MELLO MOURÃO, Gonçalo. *A Revolução de 1817 e a história do Brasil.* Brasília: FUNAG, 2009.

MORITZ SCHWARCZ, Lilia. Cultura. In: COSTA E SILVA, Alberto (Coord.).

História do Brasil nação: 1808-2010. São Paulo: Fundação Mapfre/Objetiva, 2011.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo.* 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 2010.

RICUPERO, Rubens. O Brasil no mundo. In: COSTA E SILVA, Alberto (Coord.). *História do Brasil nação:* 1808-2010. São Paulo: Fundação Mapfre/Objetiva, 2011.

Tratado de Fontainebleu, 1807.

XAVIER-GUERRA, François. *Mémoires en devenir, nineteenth-century Spanish America.* Bordeaux: Maison des Pays Ibériques, 1994.

3. O PRIMEIRO REINADO (1822-1831)

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas.* 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

BACZKO, Bronislaw. *Les imaginaires sociaux.* Paris: Payot, 1984.

BASTOS PEREIRA NEVES, Lúcia. A vida política. In: COSTA E SILVA, Alberto (Coord.). *Crise colonial e independência – História do Brasil nação:* 1808-2010. São Paulo: Fundação Mapfre/Objetiva, 2011.

BETHELL, Leslie. *The abolition of the Brazilian slave trade.* Cambridge: Cambridge University Press, 1970.

CALDEIRA, Jorge. O processo econômico. In: COSTA E SILVA, Alberto (Coord.). *História do Brasil nação:* 1808-2010. São Paulo: Fundação Mapfre/Objetiva, 2011.

DORATIOTO, Francisco. *General Osório:* a espada liberal do Império. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil.* São Paulo: Edusp, 2008.

GOES FILHO, Synésio Sampaio. *Navegantes, bandeirantes e diplomatas:* um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GONÇALVES, Williams; WERNECK DA SILVA, José. L. *As relações exteriores do Brasil (1808-1930*): a política externa do sistema agroexportador. São Paulo: Vozes, 2009.

HONÓRIO RODRIGUES, José. *Independência:* revolução ou contrarrevolução. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1976. v. 1.

LIMA, Manuel Oliveira. *O reconhecimento do Império.* Rio de Janeiro: H. Garnier, 1901.

LUSTOSA, I. *D. Pedro I, um herói sem nenhum caráter.* São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RAWLEY, James. *The trans-atlantic slave trade.* New York: W.W. Norton & Company, 2004.

RICUPERO, Rubens. O Brasil no mundo. In: COSTA E SILVA, Alberto (Coord.). *História do Brasil nação:* 1808-2010. São Paulo: Fundação Mapfre/Objetiva, 2011.

THORNTON, John. *Africa and Africans in the making of the Atlantic World, 1400-1800.* New York, 1998.

4. A REGÊNCIA (1831-1840)

BETHELL, Leslie. O Brasil e o mundo. In: CARVALHO, José Murilo (Org.). *História do Brasil Nação 1808-2010.* São Paulo: Fundação Mapfre/Objetiva, 2011.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *História geral da civilização brasileira.* São Paulo: Bertrand Brasil, 1997. v. 4.

CARVALHO, José Murilo. A vida política. In: CARVALHO, José Murilo (Org.). *História do Brasil Nação 1808-2010.* São Paulo: Fundação Mapfre/Objetiva, 2012. v. 2.

CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil.* 3. ed. Brasília: UnB, 2002.

DORATIOTO, Francisco. A formação dos Estados nacionais no Cone Sul. *A América do Sul e a integração regional.* Rio de Janeiro: FUNAG, 2011.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder:* formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2000.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil.* São Paulo: Edusp, 2008.

MOREL, M. *O período das regências.* São Paulo: Jorge Zahar, 2003.

SANTOS NEUMANN, Eduardo; GRIJÓ, Luis Alberto (Org.). *O continente em armas:* uma história da guerra no sul do Brasil. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

YEDDA LINHARES, Maria (Org.). *História geral do Brasil.* 20. tir. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2000.

5. O SEGUNDO REINADO (1840-1889)

ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento*. A geração de 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BETHELL, Leslie. O Brasil e o mundo. In: CARVALHO, José Murilo (Org.). *História do Brasil Nação 1808-2010.* São Paulo: Fundação Mapfre/Objetiva, 2011.

________. *The abolition of the Brazilian slave trade.* Cambridge: Cambridge University Press, 1970.

CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem* – teatro de sombras. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_______. A vida política. In: CARVALHO, José Murilo (Org.). *História do Brasil Nação 1808-2010.* São Paulo: Fundação Mapfre/Objetiva, 2012. v. 2.

_______. *Cidadania no Brasil, o longo caminho.* 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_______. *D. Pedro II.* 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil.* 3. ed. Brasília: UnB, 2002.

CHALHOUB, Sidney. População e sociedade. *História do Brasil Nação 1808-2010.* São Paulo: Fundação Mapfre/Objetiva, 2012. v. 2.

DE PAULA, João Antônio. O processo econômico. In: CARVALHO, José Murilo (Org.). *História do Brasil Nação 1808-2010.* Rio de Janeiro: Fundação Mapfre/Objetiva, 2012. v. 2.

DORATIOTO, Francisco. A formação dos Estados nacionais no Cone Sul, *A América do Sul e a integração regional* – textos acadêmicos. Rio de Janeiro: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

_______. *General Osório:* a espada liberal do Império. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_______. *Maldita guerra:* nova história da Guerra do Paraguai. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2002.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder:* formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2000.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil.* São Paulo: Edusp, 2008.

FRAGOSO, João Luis. Economia brasileira no século XIX: mais do que uma *plantation* escravista-exportadora. In: YEDDA LINHARES, M. (Org.). *História geral do Brasil.* 9. ed. São Paulo: Campus, 2000.

FREYRE, Gilberto. *Nordeste.* São Paulo: Global, 1937.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil.* 20. ed. Rio de Janeiro:

Companhia das Letras, 1959.

GOES FILHO, Synésio Sampaio. *Navegantes, bandeirantes e diplomatas:* um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GONÇALVES, Williams; WERNECK DA SILVA, José. L. *As relações exteriores do Brasil (1808-1930):* a política externa do sistema agroexportador. São Paulo: Vozes, 2009.

MATTOS, Hebe Maria. Laços de família e direitos no final da escravidão. In: ALENCASTRO, L. F. (Org.). *A vida privada no Brasil – Império:* a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v. 2.

NICOLAU, Jairo. *História do voto no Brasil.* São Paulo: Jorge Zahar, 2003.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo.* 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 2010.

RAWLEY, James. *The trans-atlantic slave trade.* New York: W. W. Norton & Company, 2004.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito* – a resistência negra no Brasil escravista. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2009.

ROHLOFF DE MATTOS, Ilmar. *O tempo saquarema.* São Paulo: Hucitec, 2011.

_______. Transmigrar – Nove notas a propósito do Império do Brasil. In: PAMPLONA, M.; STUVEN, A. M. (Org.). *Estado e nação no Brasil e no Chile ao longo do século XIX.* Rio de Janeiro: Garamond Universitária e FAPERJ, 2010.

SALLES, Ricardo. A Guerra do Paraguai, a “questão servil” e a questão nacional no Brasil (1866-1871). In: PAMPLONA, M.; STUVEN, A. M. (Org.). *Estado e nação no Brasil e no Chile ao longo do século XIX.* Rio de Janeiro: Garamond Universitária e FAPERJ, 2010.

Tratado de Fontainebleu, 1807.

VIOTTI DA COSTA, Emília. *Da monarquia à república* – momentos decisivos. São Paulo: Editora Unesp, 1964.

YEDDA LINHARES, Maria (Org.). *História geral do Brasil.* 20. tir. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2000.

QUESTÕES DO IRBR

1. O PERÍODO COLONIAL

Exercícios de primeira fase

1. (Diplomacia – 2014) As últimas décadas do século XVIII foram marcadas por acontecimentos internacionais com reflexos no Brasil. A conjuntura econômica e política agravava a situação do lado de cá do Atlântico, pois tinha início a passagem de um regime de monopólios para o de livre concorrência. A crise do sistema colonial foi explorada por três conspirações capazes de revelar a influência dos ideais de liberdade disseminados pela Revolução Francesa, e a ideia de que uma eventual independência da América portuguesa tomava forma.

Mary Del Priore e Renato Venâncio. Uma breve história do Brasil. São Paulo: Ed. Planeta do Brasil, 2010, p. 143-4 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue (C ou E) os itens seguintes, considerando o processo de independência do Brasil.

1. A transferência da sede do Estado português para sua colônia americana foi decisiva para a emancipação política do Brasil, como evidencia o fim do monopólio comercial metropolitano determinado pela abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional, decisão que rompia com um dos esteios da política econômica mercantilista.
2. Entre as conspirações que exploraram o quadro de crise do sistema colonial, como apontado no texto, nenhuma foi mais importante que a Conjuração Mineira, em 1789, quando, a partir de Vila Rica – próspero centro minerador e no auge de sua capacidade exploradora –, os inconfidentes disseminaram pela colônia seus ideais emancipacionistas,

republicanos e abolicionistas.

3. Enquanto as ideias iluministas, que fundamentaram a Revolução Francesa em 1789, chegavam ao Brasil e incendiavam os movimentos pela independência, que se multiplicavam pela colônia, a independência das treze colônias inglesas da América do Norte foi ignorada tanto nas colônias hispânicas quanto no Brasil.
4. Transformando as bases materiais da sociedade, com vigorosa repercussão política, social e cultural, a Revolução Industrial rompeu com os elementos de sustentação da economia vigente na Idade Moderna, subvertendo os pilares do antigo sistema colonial sobre os quais se assentara a colonização portuguesa na América.

Resposta: **1. Certo. A transmigração da sede do Estado português, consoante ponderação de Maria Odila Leite Dias, foi o marco inicial do processo de emancipação. A abertura dos portos e o fim do monopólio comercial são marcas de ruptura em relação à política econômica mercantilista portuguesa adotada até então para a colônia brasileira.**

2. Errado. O item tem dois erros. Em primeiro lugar, quando ocorreu a Conjuração ou Inconfidência Mineira, a região de Vila Rica, em Minas Gerais, não estava no auge de sua capacidade explorada. Pelo contrário, já mostrava sinais de grande desgaste. Em segundo lugar, os inconfidentes não disseminaram pela colônia o ideal emancipacionista, republicano ou abolicionista: ele ficou restrito a Minas Gerais.

3. Errado. Os ideais iluministas influenciaram apenas em parte o movimento pela independência: foi o caso da Conjuração dos Alfaiates (1798), mas não da Conjuração Mineira (1789). Em contrapartida, a independência das treze colônias da América teve impactos profundos tanto no Brasil quanto nas colônias hispânicas.

4. Certo. A Revolução Industrial provocou mudanças profundas na base econômica da Europa. Aqueles países que possuíam colônias e que nelas assentaram modelo econômico mercantilista tiveram de refundar seu

pensamento econômico.

2. (Diplomacia – 2012 – CESPE) Assinale a opção correta acerca da repercussão, na América portuguesa, das medidas adotadas por Portugal no período pombalino.

a) Com o Tratado de Madri, assinado durante o reinado de D. José I, a Espanha reconheceu a soberania portuguesa sobre extensão territorial, na América, superior à delimitada pelo Tratado de Tordesilhas.

b) A descentralização administrativa da América portuguesa foi uma das estratégias políticas pombalinas de constituição de um império em dois continentes, no intuito de preservar a integridade do Brasil.

c) No período referido acima, Portugal reafirmou a sua soberania sobre a província do Maranhão ao reprimir a tentativa do aventureiro inglês Beckman de se apossar dessa província.

d) O enfrentamento militar com os espanhóis no Brasil meridional culminou com a ocupação parcial do Rio Grande de São Pedro, pela Espanha, por mais de uma década.

e) A Convenção de Sintra, assinada por Portugal e Inglaterra, por influência do Marquês de Pombal, possibilitou a consolidação da soberania inglesa na Guiana, no norte da Amazônia.

Resposta: a) Incorreta. O Tratado de Madri foi assinado durante o reinado de Dom João V.

b) Incorreto. As políticas pombalinas foram centralizadoras. A título de exemplo, extinguiram-se o Governo Geral do Brasil e o Governo Geral do Estado do Maranhão. Criou-se, no lugar, o Vice-Reino do Brasil.

c) Incorreta. A Revolta dos Beckman ocorreu em 1684, quase um século antes, portanto, do período pombalino. A revolta foi liderada pelos irmãos Beckman, que não eram aventureiros ingleses.

d) Correta. Uma das razões da entrega da Colônia de Sacramento pelo Tratado de Santo Ildefonso, assinado em 1777, foi a ocupação

da região de Desterro e parte do Rio Grande de São Pedro pela Coroa espanhola, justamente durante o período pombalino, que se estende de 1750 a 1777.

e) Incorreta. A Convenção de Sintra, assinada em 30 de agosto de 1808, foi um acordo entre os comandantes dos Exércitos britânico e francês para regulamentar a evacuação de Portugal decorrente das invasões napoleônicas. A Inglaterra somente consolidaria sua presença na Guiana no início do século XIX.

3. (Diplomacia – 2011) Segundo Frei Vicente do Salvador, em uma das ocasiões em que foi necessário pegar em armas para submeter os gentios da região do Cabo de Santo Agostinho, Duarte de Albuquerque Coelho organizou várias companhias de guerra. Em Olinda, servindo-se de “mercadores e moradores, porque eram de diversas partes do Reino”, o donatário “ordenou outras três companhias”: “que por capitão dos de Viana do Castelo fosse João Pais, dos do Porto, Bento Dias Santiago e dos de Lisboa, Gonçalo Mendes d’Elvas, mercador”.

Leonor F. Costa. Redes interportuárias nos circuitos do açúcar brasileiro. O trajecto de Gaspar Pacheco, um banqueiro de D. João IV. In: M. Cunha (Coord.). Do Brasil à metrópole. Efeitos sociais (séc. XVII-XVIII). Anais da Universidade de Évora, jul./2001, p. 15 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue (C ou E) os itens a seguir, relativos à sociedade colonial brasileira:

1. A despeito da importância econômica que desempenhavam, comerciantes e mercadores reinóis enfrentavam, no Brasil, grande dificuldade para alcançar representação política.
2. Entre as cláusulas do Pacto Colonial incluía-se a da obrigatoriedade de que os mercadores portugueses, quando solicitados, colaborassem militarmente com as forças da metrópole.
3. A centralização do poder político, refletida na concentração do aparato burocrático do império português em Lisboa, deu origem à monopolização do comércio colonial pelos mercadores lisboetas.
4. As companhias de guerra configuravam soluções econômicas típicas do

mercantilismo colonial português, estando as expedições de exploração dos novos territórios associadas à captura de mão de obra escrava indígena.

Resposta: **1. Certo. Três grandes grupos conformavam a população colonial, consoante Ilmar Mattos: i) os colonizadores, que definiam os interesses da metrópole; ii) os colonos, que implementavam, na colônia, as diretrizes da metrópole; e iii) os colonizados, que eram submetidos à exploração dos dois grupos anteriores. Os comerciantes e mercadores reinóis, de origem portuguesa e radicados na Colônia, contrapunham-se aos colonos, que eram os denominados "homens bons" ou, na acepção depreciativa dos reinóis, os mazombos. Os comerciantes e mercadores articulavam a economia colonial, visto que por suas mãos se agenciava o comércio entre a colônia e a metrópole. Sua relevância na economia coadunava-se com sua busca pela ampliação de sua representação política, a qual confrontava com a participação dos "homens bons" nas Câmaras Municipais. Exemplo notório desse embate foi a Guerra dos Mascastes, de 1710 a 1711. Confrontaram-se os senhores de terras e de engenhos pernambucanos, concentrados em Olinda, e os comerciantes reinóis de Recife, chamados pejorativamente de mascates. Na percepção de João Fragoso, os grupos coloniais não eram forçosamente antônimos, o que não quer dizer que não houvesse embates entre eles. Nesse sentido, o autor advoga a existência de uma rede de diversos atores com acesso diferenciado aos recursos e à informação. Essas diferenças redundaram em teias de aliança, nas quais as redes de atores coloniais imbricavam, forjando conflitos de interesse e relações de micropoder.**

2. Errado. A historiografia recente salienta a inexistência de um Pacto Colonial consubstanciado por cláusulas, elencando direitos e deveres das partes contratantes. Com a implementação do Governo Geral em Salvador, no ano de 1549, a metrópole assumiu esforço de centralização do poder.

3. Errado. Se é verdade que, por um lado, a centralização do poder político refletiu na estrutura burocrática do império português, por outro, a monopolização do comércio colonial não se relaciona à

presença de mercadores lisboetas, mas sim à fundação, em 1649, da Companhia Geral do Comércio do Estado do Brasil, ou, ainda, a criação, em 1682, da Companhia Geral do Comércio do Estado do Maranhão. Essas políticas centralizadoras do comércio deram origem a conflitos nativistas, ou a revoltas antifiscalistas, na expressão historiográfica contemporânea, sendo a Revolta dos Beckman, no Maranhão, em 1684, e a Revolta de Vila Rica, em 1720, os casos mais emblemáticos. No século XVII, sob a secretaria do Marquês de Pombal e sob o reinado de Dom José I, fundaram-se, na esteira dos esforços centralizadores, a Companhia Geral do Comércio do Estado do Grão-Pará e Maranhão e a Companhia Geral do Comércio de Pernambuco e Paraíba.

4. Errado. As Companhias configuravam soluções econômicas típicas do mercantilismo colonial português, mas não se relacionam ao apresamento de mão de obra escrava indígena. A captura dos índios para escravidão foi um dos objetivos, no século XVI, das expedições bandeirantes, das entradas e das monções. Em flagrante hostilidade aos jesuítas, as expedições operavam sob o pretexto falacioso de resgatar os índios da escravidão. A Companhia de Jesus, a seu turno, buscava catequizar o gentio, qual seja o índio, e não escravizá-lo. Padre Manuel da Nóbrega ergueu-se como arauto dessa causa.

4. (Diplomacia – 2008) Acerca da cultura, economia e administração no período colonial da História do Brasil, julgue (C ou E) os itens a seguir.

1. O colonizador português tolerou bem e conviveu harmoniosamente com as diferenças culturais da sociedade, evitando impor a hegemonia de sua cultura a indígenas e africanos.
2. Antônio Vieira, de olhos no futuro, aconselhava o fortalecimento do poder monárquico luso, tendo como um dos instrumentos a máquina mercantil do Estado, com o fim de vencer a concorrência entre os impérios europeus.
3. O padre João Antônio Andreoni, o Antonil, amante da estatística e do cálculo, escreveu obra importante acerca da economia colonial no Brasil.
4. A colonização do Brasil, desde as origens, em 1500, até a transferência da

Corte portuguesa, em 1808, orientou-se apenas pelo modelo estatal, sem recorrer ao setor privado ou à cooperação entre o setor público e o privado.

Resposta: **1. Errado. Os colonizados, constituídos por índios, africanos e homens livres pobres, foram submetidos à hegemonia econômica e cultural portuguesa. Embora Gilberto Freyre ressalte a miscigenação da sociedade colonial, as relações de poder eram estruturadas de forma unipolar. A exploração por parte dos colonizadores e dos colonos ratificava a ascendência portuguesa sob as populações nativas e africanas.**

2. Certo. No século XVII, sob a vigência da União Ibérica, o padre Antônio Vieira evidenciou a necessidade de recuperar o poder político antes garantido exclusivamente a Lisboa. Além de sugerir o fortalecimento da máquina mercantil do Estado, o padre Vieira propôs a transferência da capital metropolitana para a colônia do Brasil.

3. Certo. O padre João Antônio Andreoni, o Antonil, notabilizou-se pelas pesquisas estatísticas, nas quais realizou levantamento das atividades econômicas da colônia, tendo como foco norteador os lucros e os custos dos engenhos açucareiros. A Coroa portuguesa confiscou a obra por temor a despertar a cobiça de outros Estados europeus.

4. Errado. O primeiro esforço de colonização, consubstanciado pela criação de capitanias hereditárias, em 1532, constituiu uma iniciativa descentralizadora que buscou cooperar com o setor privado, para pôr em prática a ocupação, a exploração e a defesa da Colônia. A Carta de Doação e o Foral elencavam os direitos e os deveres dos donatários. Com o insucesso das capitanias – ressalvados os casos de São Vicente, de Pernambuco, e, consoante alguns autores, de Ilhéus e da Baía de Todos os Santos –, em 1549, Lisboa criou o Governo Geral do Brasil, com sede em Salvador. A Tomé de Sousa, o primeiro governador geral, foi atribuída a tarefa de centralizar a organização colonial. Outro exemplo de expansão colonial não conduzida pelo modelo estatal diz respeito à ação dos jesuítas e dos bandeirantes. É de rigor ressaltar que, à época da Colônia e do Império, os bandeirantes

foram denegridos e negligenciados pela historiografia. Capistrano de Abreu e Varnhagen resgataram o papel pioneiro e desbravador dos bandeirantes, assim como o fez Vianna Moog. A Revolução Constitucionalista de 1932, em São Paulo, mitificou a figura dos expedicionários paulistas: é nesse momento que foram valorizadas as pinturas de Benedito Calixto retratando, de forma ficcional, o pioneirismo bandeirante.

5. (Diplomacia – 2005) Texto II – para a próxima questão

O Estado-nação brasileiro tem suas raízes na expansão mercantil-colonial europeia do século XVI. Naquele momento histórico, as burguesias mercantis, aliadas às monarquias, sobretudo portuguesa e espanhola, empreendiam a busca, para além-mar, do ouro, da prata ou de produtos que, de alto valor comercial nos mercados europeus, pudessem ser transacionados com muito lucro. O pau-brasil, que abundava em nossas terras tropicais, ao longo da costa atlântica, foi o primeiro alvo do saque aos recursos naturais, até então manejados por diversos povos indígenas nômades e seminômades. Ironicamente, a espécie que acabou por dar origem ao nome do país tornou-se a primeira vítima: o pau-brasil, madeira de coloração avermelhada que os europeus utilizavam na produção de tinturas, hoje só existe nos jardins e museus botânicos.

Carlos Walter Porto Gonçalves. Formação socioespacial e questão ambiental no Brasil. In: Becker et al. (org.). Geografia e meio ambiente no Brasil. 3. ed. São Paulo: Annablume –Hucitec, 2002, p. 312 (com adaptações).

Partindo do tema tratado no texto II e considerando o início do processo de colonização do Brasil, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

1. A posição portuguesa de dar início efetivo à colonização de suas terras americanas, trinta anos após a descoberta, deveu-se, fundamentalmente, a dois fatores: o perigo concreto de perdê-las para concorrentes europeus, como os franceses, e a sensível redução dos lucros do comércio oriental das especiarias.
2. A colonização portuguesa processou-se conforme os padrões da época, ou seja, transferiu-se à iniciativa privada toda a responsabilidade de promover a

ocupação da terra, defendê-la e fazê-la produzir. Essa situação, marcada pela ausência do Estado no empreendimento colonial, perdurou até o momento da independência.

3. A extração de pau-brasil garantiu o êxito da empreitada colonizadora por cerca de dois séculos, perdendo a primazia somente a partir das descobertas das jazidas auríferas no interior da colônia.
4. Analisando o caso brasileiro, o texto focaliza um aspecto primordial da primeira fase do capitalismo, aquela em que a acumulação de capitais se dá, sobretudo, por meio da circulação das mercadorias.

Resposta: **1. Certo. O início efetivo da colonização ocorreu a partir de 1532 com o estabelecimento das Capitanias Hereditárias. Fundamentou-se tanto na avaliação dos possíveis lucros que poderia auferir a colônia recentemente descoberta quanto na defesa territorial contra franceses e holandeses. No que concerne à exploração econômica, as Capitanias Hereditárias foram doadas, em forma de sesmarias, no intuito de aumentar a produção agrícola e de transferir à Coroa os lucros derivados da exploração. Em relação à cobiça dos outros Estados europeus, França e Holanda buscaram contestar o Tratado de Tordesilhas. Os franceses, em 1555, fundaram a França Antártica, no atual Rio de Janeiro, e a França Equinocial, em 1612, no atual Maranhão. Holanda, por sua vez, organizou uma série de expedições, entre 1624 e 1630, objetivando capturar as cidades de Salvador e de Recife.**

2. Errado. À iniciativa privada, malgrado a característica anacrônica do termo, delegaram-se as tarefas de ocupar, de explorar e de defender, entre os anos de 1532 e de 1549. O fracasso das Capitanias Hereditárias ensejou a interferência centralizadora da Coroa, que, em 1549, implementou o Governo Geral com sede em Salvador. A partir de então, a Coroa assumiu o ônus da colonização, retirando dos donatários a iniciativa privada antes concedida.

3. Errado. Consoante a tese dos ciclos econômicos de Roberto Simonsen, à exploração do pau-brasil seguiu-se, a partir de 1550, a

produção agrícola vinculada à cana-de-açúcar. O pau-brasil, nesse sentido, não garantiu o êxito da empreitada colonizadora: ele foi rapidamente substituído por outras atividades econômicas mais rentáveis. No modelo dos ciclos econômicos de Roberto Simonsen, haveria um apogeu e um declínio das culturas de produção. A crítica ao modelo dos ciclos econômicos indica que, à exceção do ciclo do ouro, não é de rigor assinalar o começo, o apogeu e o declínio de uma cultura. As culturas não teriam sido abandonadas em proveito de outras. Haveria uma coexistência de culturas ao longo dos séculos coloniais.

4. Certo. A circulação de mercadorias caracterizou a primeira fase do capitalismo. O período em questão não se singularizou pela acumulação de capitais com vistas a garantir o aumento do volume de poupança. A título de exemplo, o ciclo de pau-brasil articulou-se mediante o escambo entre portugueses e indígenas. O meio circulante monetário era, portanto, relativamente escasso.

Texto V – para as próximas cinco questões

À época da independência, a economia colonial podia ser descrita de maneira simplificada. Era composta por: latifúndios voltados para a produção de mercadorias exportáveis, como o açúcar, o tabaco e o algodão; fazendas dedicadas à produção para o mercado interno (feijão, arroz e milho) e à criação de gado, estas sobretudo no norte e no sul; e centros mineradores já em fase de decadência. Acrescente-se ainda grande número de agricultura e a pecuária de subsistência. Nas cidades costeiras, capitais de províncias, predominavam o grande e o pequeno comércio. Os comerciantes mais ricos eram os que se dedicavam ao tráfico de escravos. A única alteração importante nessa economia deu-se com o desenvolvimento da cultura do café. Já na década de 30, o produto assumira o primeiro lugar nas exportações. Mas o café não mudou o padrão econômico anterior: era também um produto de exportação baseado no trabalho escravo. Esse modelo sobreviveu ainda por mais cem anos. Só começou a ser desmontado após 1930. As consequências da hegemonia do café foram principalmente políticas. O fato de se ter ela estabelecido a partir do Rio de Janeiro ajudou a consolidar o novo governo do país, sediado nesta província. Se não fosse a coincidência do centro político com o centro econômico, os esforços da elite política para manter a unidade do país poderiam ter fracassado.

J. M. de Carvalho. Fundamentos da política e da sociedade brasileiras. In: Avelar e A. O. Cintra (org.). Sistema político brasileiro: uma introdução. Rio de Janeiro: Fundação Konrad. Adenauer Stilling. São Paulo: Fundação UNESP, 2004. p. 21.

6. (Diplomacia – 2005) Partindo das informações do texto V e considerando a estrutura econômica vigente no período colonial brasileiro, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

1. O processo de colonização do Brasil, tal como o ocorrido nas demais colônias ibero-americanas, subordinou-se, em linhas gerais, ao processo de surgimento do capitalismo europeu de base mercantil e de sua afirmação ao longo da Idade Moderna.
2. Latifúndio, escravidão e monocultura foram os traços definidores da colonização portuguesa em terras americanas, nela prevalecendo a produção voltada para o mercado externo.
3. Infere-se do texto que a existência de um mecanismo definidor das relações de dominação e de dependência entre metrópoles e colônias – o pacto colonial – inviabilizava, na prática, o desenvolvimento, na colônia, de atividades econômicas não diretamente voltadas para a exportação.
4. A agroindústria açucareira nordestina monopolizou a economia colonial brasileira entre meados do século XVI e o transcurso do século seguinte, a despeito de não contar com fontes externas de financiamento e da falta de adequado mercado consumidor.

Resposta: 1. Certo. A colonização das colônias ibero-americanas esteve subordinada ao surgimento do capitalismo europeu de base mercantil, entendido como o conjunto de medidas econômicas que buscavam estabelecer companhias de exploração e de extração das riquezas sob a forma de monopólios. O mercantilismo português e o espanhol caracterizaram-se, sobretudo, pelo bulionismo ou metalismo.

2. Certo. Embora Fernando Novais assinale a coexistência de culturas produtivas, prevaleceram os latifúndios, como estrutura

fundiária de produção; a escravidão, como modelo de mão de obra; e a monocultura, como paradigma produtivo.

3. Errado. Não haveria um pacto colonial propriamente dito. Tampouco havia consentimento colonial quanto às medidas administrativas adotadas pela centralidade da Coroa. As atividades econômicas não diretamente voltadas para a exportação, como a pecuária, foram responsáveis por garantir o êxito das culturas voltadas para o mercado externo, como a do açúcar. A pecuária fornecia o vestuário, o transporte e a alimentação dos produtores de açúcar. Nesse sentido, o gado assegurou a interiorização do país, pelo leito do rio São Francisco, e sustentou a capacidade produtiva das atividades atreladas ao mercado externo.

4. Errado. A agroindústria açucareira não monopolizou a economia colonial brasileira durante os séculos XVI e XVII. Embora encontre nesse período seu apogeu, a pecuária e a extração das drogas do sertão coexistiram com a produção do açúcar. Esta contou, ainda, com o financiamento holandês, que foi coibido pela Espanha à época da União Ibérica (1580-1640).

7. (Diplomacia – 2005) Ao mencionar a existência de "centros mineradores" (l. 4-5), o texto V refere-se ao panorama econômico colonial predominante ao longo do século XVII. Relativamente a essa realidade, que apresenta aspectos distintos daqueles verificados na economia açucareira, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

1. A descoberta das minas de ouro no interior da colônia decorreu, essencialmente, da ação dos bandeirantes, expressão clássica de movimento expansionista de uma região – neste caso, São Paulo – cujo elevado dinamismo econômico requeria incorporação de novas áreas ao seu processo de crescente desenvolvimento.
2. Por suas características, a atividade mineradora possibilitou o aparecimento de núcleos urbanos, de uma estrutura social menos impermeável, quando comparada ao patriarcalismo nordestino, e de outras atividades econômicas voltadas para o abastecimento das áreas de mineração.

3. Na mineração, diferentemente do ocorrido no Nordeste açucareiro, a presença do Estado metropolitano como agente econômico foi predominante, evidenciada pelo elevado nível de investimento financeiro na região, na exploração estatal das minas e na adoção de mecanismos diretos de arrecadação de impostos.
4. A mineração contribuiu para o esvaziamento econômico do Nordeste e transferiu para o Centro-Sul o eixo político da colônia, de que seria exemplo marcante a mudança de capital de Salvador para o Rio de Janeiro.

Resposta: 1. Errado. As expedições bandeirantes procuravam capturar o gentio, resgatá-lo da ação dos jesuítas, aprisionar africanos foragidos e explorar as drogas do sertão e os metais preciosos. Não havia um dinamismo econômico inerente ao modo de exploração bandeirante, que não era produtivo, mas extrativo; a interiorização das expedições, nesse sentido, não se explica pela necessidade de incorporar novas áreas ao crescente desenvolvimento, mas pela procura do gentio, do escravo e do ouro. A historiografia recente aponta outras razões que estimulariam a formação das bandeiras na região paulista. Havia, no período, um comércio endógeno feito por jesuítas e portugueses na região de São Paulo, responsável pela produção de gêneros de subsistência que eram comerciados entre regiões da própria América portuguesa. John Monteiro analisa como os colonos da atual região paulista começaram a produzir trigo em larga escala e como eles vendiam essa produção para outras regiões da própria América Portuguesa. Como esse comércio não era tão lucrativo quanto os latifúndios açucareiros, não havia dinheiro para comprar escravos negros, estimulando a ação de bandeirantes na busca de índios para trabalhar nas fazendas paulistas de trigo, contrariando a legislação que proibia a mão de obra escrava indígena.

2. Certo. O ciclo do ouro caracterizou-se pelo rápido surgimento de núcleos urbanos, nos quais a mão de obra era menos estratificada do que na indústria açucareira. Aos escravos africanos somavam-se os cativos de serviço, os alforriados e os homens pobres livres.

Ainda, a interiorização das atividades produtivas, liderada pelo ciclo do ouro, permitiu o deslocamento para o Centro-Sul da pecuária e a progressiva emergência de novas culturas nessas localidades.

3. Errado. Embora houvesse intervenção do Estado metropolitano no Nordeste açucareiro, configurado no exclusivo colonial, a ação regulamentadora metropolitana vincula-se mais ao ciclo da mineração. A ascendência da Coroa sobre o usufruto das minas fundamentou-se na instituição do quinto real, do imposto da capitação sobre a posse de escravos e da derrama. A Coroa, contudo, não investiu diretamente na região, relegando à iniciativa privada o ônus da extração. Os lucros, sob a forma de impostos, eram encaminhados a Lisboa. A Guerra dos Emboabas, de 1708-1709, evidencia os embates entre as entidades privadas, no caso entre paulistas e nativos de províncias nordestinas, pela exploração do ouro e dos diamantes.

4. Certo. O deslocamento do centro produtivo para a região Centro-Sul, que se caracterizou pela transferência da pecuária e do açúcar, deu margem à transferência da capital de Salvador para o Rio de Janeiro. A estrada real, que liga o porto do Rio de Janeiro e de Paraty aos centros de extração aurífera, permitia à Coroa maior fiscalização sobre o deslocamento do ouro e seu encaminhamento para a metrópole. Outrossim, com a sede do Governo Geral no Rio de Janeiro, Lisboa garantia maior ascendência sobre as disputas territoriais platinas.

8. (Diplomacia – 2009) Com referência aos ciclos econômicos e transformações ocorridas ao longo dos primeiros séculos da formação do Brasil, assinale a opção correta.

a) A União das Monarquias Ibéricas (1580-1640) permitiu que as disputas entre portugueses e espanhóis fossem relativamente amenizadas na ocupação territorial da América do Sul.

b) À medida que se expandia, a agroindústria açucareira forçava a ultrapassagem dos limites de Tordesilhas, ampliando o domínio territorial português em direção aos sertões ocidentais da Colônia.

c) Eventuais atritos entre colonos espanhóis e portugueses foram irrelevantes para o processo de negociação de tratados de limites entre os Estados ibéricos. A rigor, esses acordos, assinados entre os séculos XVII e XVIII, respondiam prioritariamente a interesses estratégicos e a injunções da política europeia.

d) Os tratados de limites firmados entre as coroas espanhola e portuguesa extinguiram-se no século XVIII.

e) O ciclo dos currais e do gado, iniciado no sul do país, correspondeu a um dos capítulos mais importantes da ocupação territorial do Brasil no período colonial.

Resposta: **a) Correta. A superação do Tratado de Tordesilhas, de 1494, ocorreu devido a quatro fatores basilares: i) a fundação das missões jesuíticas, tanto no Sul quanto no vale amazônico, permitiu a ocupação de áreas originalmente pertencentes à Espanha; ii) a União Ibérica adensou a construção de cidades no que se acreditava ser a embocadura do Amazonas: o Forte do Presépio, de 1616, garantiu acesso português ao rio Tocantins. Para a Espanha era mais factível escoar o ouro da América pelo que hoje é o Panamá, e mais tarde por Buenos Aires, do que transpassar os Andes e ganhar acesso ao Atlântico; iii) a pecuária garantiu, a um só tempo, o abastecimento do mercado interno e o acesso ao interior pelo leito do rio São Francisco; iv) as expedições bandeirantes, que tiveram por escopo apresar o gentio, capturar africanos foragidos, extrair as drogas do sertão e os metais preciosos. A União Ibérica, portanto, permitiu que Portugal adentrasse o território continental em situação bélica relativamente amena com a Espanha; essa expansão territorial, contudo, ao desrespeitar o Tratado de Tordesilhas, deu lugar, em 1750, ao Tratado de Madri, que objetivou estabelecer novo entendimento lindeiro entre Portugal e Espanha. Ressalte-se que a União Ibérica não afetou a administração das colônias portuguesas na América.**

b) Incorreta. A agroindústria açucareira concentrou-se, sobremaneira, no litoral. A ampliação do domínio territorial

português ocorreu devido à pecuária, que, embora atrelada à indústria do açúcar, forneceu sustento a outras atividades econômicas. Os próprios bandeirantes esforçaram-se para levar o gado do litoral ao interior do continente.

c) Incorreta. Os atritos entre colonos espanhóis e portugueses estruturaram o processo de negociação de tratados de limites entre os Estados ibéricos. O entendimento lindeiro entre Espanha e Portugal tem início com o Tratado de Tordesilhas, em 1494, seguido do Tratado de Madri, de 1750; de El Pardo, de 1761; de Santo Ildefonso, de 1777; e de Badajoz, de 1801. O último foi um acordo de paz que deu fim à Guerra das Laranjas, mas teve consequências para as fronteiras dos países ibéricos.

d) Incorreta. Os tratados de limites tiveram vigência depois de declaradas as independências do Brasil e as dos países da América espanhola. Retomando as teses de Alexandre de Gusmão, Duarte da Ponte Ribeiro fez uso, no século XIX, do consagrado princípio de uti possidetis, para negociar os tratados de limites com o Peru, em 1851, com a Venezuela, em 1859, e com a Bolívia, em 1867. A América espanhola, a seu turno, defendeu a validade do Tratado de Santo Ildefonso, fazendo valer o princípio de uti possidetis juris, que preconiza a validade dos acordos jurídicos para demarcar as fronteiras, e não a posse efetiva do território.

e) Incorreta. O ciclo dos currais e do gado inicia-se no século XVII, no Nordeste. A penetração da pecuária aconteceu pelo leito do rio São Francisco. A transmigração da pecuária para o Sul e o Sudeste ocorreu no século XVIII, quando se fez exponencial o crescimento demográfico de Minas Gerais, Goiás e parte de Mato Grosso do Sul devido ao ciclo do ouro. É de rigor, no que concerne às atividades econômicas da colônia, salientar que a tese dos ciclos, proposta por Roberto Simonsen, não encontra respaldo historiográfico na atualidade. Não haveria um apogeu e um declínio dessas atividades traçável no tempo, exceção feita ao ciclo do ouro, o que realça a inter-relação econômica constante entre a colônia e a metrópole. Na expressão de Ilmar Mattos, esse sistema de relações consubstanciaria a “moeda colonial”, cuja liga seria o monopólio da Coroa.

9. (Diplomacia – 2011) No que concerne à configuração territorial da América portuguesa, assinale a opção correta:

a) Em oposição às determinações da Coroa portuguesa, ao longo do século XVII, colonos partiram de Piratininga em busca de riquezas pelos sertões afora, o que foi decisivo para a configuração das fronteiras do Brasil e para a consolidação de São Paulo como importante polo econômico no período colonial.

b) As tensões entre castelhanos e portugueses, no Novo Mundo, tiveram início com a decisão, tomada por Portugal, de ocupar vastas extensões de terra na bacia amazônica, já nas primeiras décadas do século XVI, e atingiram dimensão ainda mais violenta na vigência da União Ibérica (1580-1640).

c) Ponto principal entre as diversas áreas de colonização portuguesa no extremo sul do Novo Mundo, a Colônia de Sacramento foi fundada para servir como base do comércio lusitano na região, e a necessidade de neutralizar a crescente importância econômica dessa colônia levou os espanhóis a fundarem Buenos Aires na outra margem do rio da Prata.

d) A decisão castelhana de invadir a Colônia de Sacramento, motivada por interesses específicos da elite de Buenos Aires, foi tomada quando o estado de hostilidade entre Castela e Portugal, presente em grande parte da segunda metade do século XVIII, sinalizava evidente distensão.

e) No período entre a assinatura dos tratados de Madri (1750) e de Santo Ildefonso (1777), as duas metrópoles ibéricas foram levadas ao confronto bélico na fronteira meridional do Brasil, cujo resultado beneficiou Portugal, que anexou à sua colônia territórios que, pelo disposto no Tratado de Tordesilhas, pertenciam à Espanha.

Resposta: a) Incorreta. Não houve, nesse contexto, oposição entre as determinações da Coroa e a iniciativa privada de colonos. Pelo

contrário, Synesio Sampaio Goes Filho afirma que, no que concerne às bandeiras, "ficou provado que, em muitos casos, se confundem a participação do poder público com a da iniciativa privada" (p. 90). Boris Fausto afirma que, embora houvesse certa independência dos bandeirantes paulistas com relação à Coroa, "não se pode dizer, porém, que os interesses da Coroa e o bandeirismo estivessem inteiramente divorciados. Houve bandeiras que contaram com o direto incentivo da administração portuguesa e outras, não" (p. 97). Note-se, ainda, que São Paulo não constituiu um polo econômico no período colonial.

b) Incorreta. A ocupação da região Norte não ocorreu em função de uma política definida pela Coroa portuguesa. A região atraiu a atenção dos portugueses por questões territoriais em consequência da invasão do Maranhão pelos franceses, em 1612. A subsequente fundação de Belém daria um ponto de apoio para a ocupação da bacia do Rio Amazonas. Considerando as tensões entre as duas Coroas, verdadeiro foco de instabilidade foi a fundação da Colônia do Santíssimo Sacramento, em 1680, pela armada do Governador-Geral D. Manuel Lobo, na margem oposta à Buenos Aires no rio da Prata. A União Ibérica (1580-1640) não caracterizou-se, contudo, pela escalada de tensões entre as Coroas.

c) Incorreta. Buenos Aires foi fundada pela expedição de Pedro de Mendoza, em 1536. A partir dela, saiu a de João de Salazar, que fundou, em 1537, a cidade de Assunção, no rio Paraguai. Buenos Aires entrou em declínio e foi abandonada em 1541, para ser repovoada em 1580, em consequência da expedição de Juan Garay, saída de Assunção. O repovoamento de Buenos Aires a partir de então transformou a cidade na capital regional do regime espanhol. Em decorrência dessa expansão, o reino português fundou, em 1680, a Colônia do Santíssimo Sacramento, na margem oposta do rio da Prata. Segundo Synesio Sampaio Goes Filho, "o governo português tinha decidido pouco antes de 1680 fundar um estabelecimento na margem norte do grande rio: ocupar uma área livre – toda a margem esquerda do prata – e concorrer com os lucros do próspero contrabando efetuado por portugueses em

Buenos Aires" (p. 133).

d) Incorreta. A primeira invasão da Colônia de Sacramento deu-se em 1681, logo em seguida ao início de suas primeiras edificações. A tomada foi desfeita pouco depois. Colônia tornou a ser invadida, mais uma vez, em 1704, e foi devolvida somente em 1715, como estabelecido pelo Tratado de Utrecht. Após uma tentativa falida em 1735, Buenos Aires toma Colônia pela terceira vez em 1762. A imprecisão da afirmativa origina-se quanto à origem da ocupação, que não se deveu somente pelos interesses específicos da elite de Buenos Aires, mas a interesses hegemônicos da Cora de Castela. Ainda, as decisões castelhanas de invadir Colônia do Sacramento foram tomadas em um momento de crescente tensão entre os reinos de Castelo e de Portugal.

e) Correta. O confronto bélico ao qual se refere a afirmativa diz respeito às duas tomadas de Colônia do Sacramento pelos espanhóis, em 1762 e em 1776, que levaram também à ocupação da Ilha de Santa Catarina e da parte do sul do atual estado do Rio Grande do Sul. Quanto ao resultado a que se faz referência na afirmação, Synesio Sampaio Goes Filho afirma que o Tratado de Santo Ildefonso "confirmava a inclusão no território nacional de praticamente toda a área dos famosos dois terços do Brasil extra-Tordesilhas" (p. 194): o diploma de Santo Ildefonso confirmava as posses portuguesas no norte e no centro-oeste do Brasil.

10. (Diplomacia – 2009) Em 1750, o brasileiro Alexandre de Gusmão, representante de Portugal, notabilizou-se nas conversações que resultaram na assinatura do Tratado de Madri. Entre outros méritos, Gusmão percebeu que, assim como os espanhóis jamais abdicariam da posse do estuário do Prata, os portugueses consideravam estratégico o estuário do Amazonas. O princípio do uti possidetis, defendido por Gusmão como critério geral para a negociação, significava, na prática, o seguinte:

a) cada parte terá o que tiver sido previamente acordado.

b) não pode haver posse se não houver propriedade.

c) entre a cruz e a espada, a razão não pode prevalecer.

d) o uso da força deslegitima o direito de posse.

e) cada parte há de ficar com o que atualmente possui.

Resposta: **Alternativa E**

A expressão uti possidetis provém do princípio de Direito Romano que significa "como possuís, assim possuais". Em outras palavras, "quem possui de direito, possui de fato". O princípio, empregado por Alexandre de Gusmão, foi destacado nas negociações lindeiras posteriores por Duarte da Ponte Ribeiro, durante o Segundo Reinado, e pelo Barão do Rio Branco, na Primeira República. O princípio de Direito Romano deu posse jurídica aos territórios nos quais habitavam portugueses e brasileiros. A título de exemplo, no caso do Tratado de Petrópolis, de 1903, o Barão do Rio Branco valeu-se do critério para realçar a posse efetiva do Acre.

11. (Diplomacia – 2002) **Assinale a única opção correta que completa a seguinte afirmação: "O princípio do Uti Possidetis foi usado pela diplomacia brasileira..."**

a) Nas negociações com Portugal, que culminaram com a restituição dos restos mortais de D. Pedro I, por ocasião das comemorações do sesquicentenário da Independência do Brasil, em 1972.

b) Para fundamentar a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados, contra os países do Eixo.

c) Para justificar o envio de tropas brasileiras à República Dominicana, no âmbito das forças da OEA que participaram da pacificação interna daquele país em 1965.

d) Para defender, perante a Corte Internacional da Haia, a legalidade jurídica internacional dos dispositivos da Constituição de 1946 que asseguravam a propriedade do Estado sobre o subsolo mineral brasileiro.

e) Em negociações para a fixação de fronteiras, dentro da tradição estabelecida ainda no período colonial pela diplomacia portuguesa.

Resposta: **Alternativa E**

O princípio de uti possidetis consubstanciou as disputas lindeiras,

tanto durante a época colonial quanto na independente.

12. (Diplomacia – 1996) Alexandre de Gusmão, brasileiro de Santos, São Paulo, é conhecido como o "Avô da Diplomacia Brasileira" por sua participação na negociação do:

a) Tratado de Madri.

b) Tratado de Petrópolis.

c) Tratado de Santo Ildefonso.

d) Tratado de Versailles.

e) Tratado do Rio de Janeiro.

Resposta: Alternativa A

Exercícios de terceira fase[57]

1. (Diplomacia 2009) Os antecedentes da formação do espaço territorial brasileiro encontram-se, em grande parte, no período da colonização portuguesa. Para definir as soberanias territoriais das potências colonizadoras na América do Sul, Portugal assinou, naquele período, tratados diplomáticos com a França e a Espanha. Nesse contexto, comente:
– a importância dos Tratados de Utrecht;
– o resultado das negociações entre 1750 e 1801; e
– a ação de D. João VI no período em que esteve no Brasil (1808-1821).
Extensão máxima: 90 linhas
(valor: 30 pontos)

Resposta: Rodrigo De Oliveira Morais (30/30)

Ainda no século XV, na condição de potências marítimas, Portugal e Espanha por duas vezes dividiram o mundo entre si: primeiro pela Bula *Inter Coetera*, depois pelo Tratado de Tordesilhas. Esse último estabeleceu um meridiano que dividiria o continente sul-americano entre as nações ibéricas: a Leste para Portugal, a Oeste para a Espanha. Ao longo dos séculos posteriores ao tratado e descoberta, ou "achamento", do Brasil, o meridiano de Tordesilhas seria seguidamente ignorado por ambos os países. Ao mesmo tempo, outras

potências, insatisfeitas com aquela divisão, reclamavam sua parte na "herança de Adão". Desse modo, as questões de limites, a conquista e a manutenção das posses ibéricas na América foram objeto de uma série de acordos.

Os dois tratados de Utrecht (1713 e 1715) tiveram importância para Portugal, no contexto da América do Sul, ao reconhecerem, respectivamente, a legitimidade da posse portuguesa sobre os territórios da margem norte do Amazonas e da Colônia do Santíssimo Sacramento. Consequência da conclusão de guerras europeias em que Portugal esteve ao lado da Inglaterra e a Espanha aliada à França, ambos beneficiaram a Coroa portuguesa. No Norte, a presença francesa datava pelo menos do século XVII, quando da fundação de São Luís, com a instalação da França Equinocial, empresa que desagradava aos ingleses. No Sul, a Colônia de Sacramento foi permanente pomo de discórdia entre portugueses e espanhóis na disputa pelo controle do Prata.

Em 1750, seria concluído entre Portugal e Espanha o Tratado de Madrid, idealizado pelo santista Alexandre de Gusmão. Ao estabelecer um tratado geral de fronteiras, dividindo o continente entre as duas potências, esse acordo fixou aqueles que viriam a ser os limites do Brasil moderno. Nas palavras de Synésio Sampaio Goes Filho, o Tratado de Madrid concretizou o desenho do território brasileiro de acordo com o mito da Ilha Brasil. Foi, sem dúvida, o mais importante tratado de limites entre Portugal e Espanha, cujo legado permanece, ainda hoje, vivo. Nele foram estabelecidos paradigmas jurídicos que preservariam sua validade em decisões posteriores.

A obra magna de Alexandre de Gusmão foi edificada em contexto de iminente guerra sistêmica entre Inglaterra e França, uma vez mais. Como

secretário do rei Dom João V e integrante do Conselho Ultramarino, Alexandre negociou secretamente com a Espanha os limites sul-americanos, tendo como contraparte espanhola Dom José de Carvajal y Lancaster. As negociações começaram em 1746 e foram concluídas de acordo com as diretrizes traçadas pelo santista. Dois aspectos são essenciais para a compreensão do Tratado de Madrid: o conceito de fronteiras naturais e o de *uti possidetis*. O primeiro visava a dar referências concretas para os limites, usando cursos fluviais e elevações topográficas.

Evitar-se-ia, assim, o estabelecimento de fronteiras abstratas, "indemarcáveis", como as de Tordesilhas. O segundo, recuperado por Gusmão do Direito Privado Romano, matéria em que se doutorara, garantiria a posse da terra para aquele que a ocupasse de fato. Em que pese o consentimento espanhol, ambos os critérios revelaram-se favoráveis a Portugal. Deve-se ressaltar que o Tratado de Madrid representou uma compensação global entre Portugal e Espanha, na qual essa reconheceu como legítimo o avanço português além-Tordesilhas no Norte, no Oeste e no Sul do continente sul-americano. De sua parte, Portugal legitimava o avanço espanhol no Pacífico sobre as Ilhas Filipinas e as Molucas. Ademais, ambas as potências concordavam em não alterar suas fronteiras na América do Sul como resultado de guerras entre países europeus, com o que tentavam afastar ingleses e franceses de suas posses. No Sul, Alexandre de Gusmão teve a sensibilidade necessária para abrir mão de Sacramento, entendendo que era inviável mantê-la e que a Espanha a valorizava sobremaneira. Em troca, garantiu para Portugal a Bacia Amazônica (ocupada legitimamente durante a União Ibérica), o Mato Grosso (atingido após a

descoberta de metais preciosos) e o Rio Grande do Sul (fronteira estratégica no contexto platino).

Grande parte do sucesso português se deve ao conhecimento cartográfico acumulado previamente. Sem o mesmo arsenal, a Espanha não teve como questionar, por exemplo, o Mapa das Cortes. Contava-se, ainda, com a influência de Dona Maria Bárbara e com a percepção espanhola de que o avanço português era irreversível e um tratado evitaria novas perdas.

A morte de Dom João V, porém, resultou na ascensão de forças contrárias ao tratado, também malvisto entre os espanhóis. Sebastião de Carvalho e Melo, particularmente, era contra a cessão de Sacramento por Sete Povos. Em 1761, o Tratado de El Pardo anulou o de Madrid, cujos limites, observe-se, não chegaram a ser demarcados. Em 1777, o Tratado de Santo Ildefonso praticamente restabeleceu Madrid, exceto no Sul, onde havia novas perdas portuguesas. Ildefonso, entretanto, permaneceu preliminar, jamais sendo efetivado. No contexto da Guerra das Laranjas, assinou-se o Tratado de Badajoz, que não validava qualquer acordo anterior.

Transmigrada a Corte Bragantina para o Brasil, Dom João denunciou o Tratado de Badajoz. Deu início, então, a uma política expansionista contra os territórios dos países que haviam forçado a sua saída de Portugal: franceses ao Norte e espanhóis ao Sul. A importância geopolítica dessas regiões consistia no controle da foz do Amazonas e do Prata. Nessa região, tentou anexar a Banda Oriental em 1816, sendo impedido pelos ingleses. Finalmente, em 1821, atingiria seu objetivo, incorporando a Província Cisplatina, que continuaria a ser objeto de disputa no Império, entre brasileiros e argentinos, até 1828, quando se

tornou independente, com o apoio de Ponsonby.

De modo geral, é possível afirmar que, apesar das marchas e contramarchas, o Tratado de Madrid foi o grande paradigma para o estabelecimento das fronteiras terrestres brasileiras. O predomínio das fronteiras naturais e o uso do *uti possidetis* de facto por Duarte da Ponte Ribeiro, contra as pretensões hispano-americanas pelo *uti possidetis de jure*, demonstram toda a sua força, tendo sido validado por quase todos os vizinhos brasileiros, exceção feita à Colômbia e à Argentina. Aceitaram-no, portanto, Peru (1851), Bolívia (1867), Uruguai (1851), Venezuela (1859) e Paraguai (1872). O território do Acre, outra exceção, foi obtido pelo Tratado de Petrópolis, em 1903. Assim, é válida a afirmação segundo a qual, apesar de sua anulação, o Tratado de Madrid desenhou o corpo da pátria.

2. (Diplomacia 2006) O Tratado de Madri de 1750, firmado entre Portugal e Espanha, tinha por fim imediato estabelecer a divisão do território ao sul do Brasil para acabar com as disputas pela região; porém, pela primeira vez, após o de Tordesilhas de 1494, definia-se toda a linha divisória das possessões das Coroas ibéricas na América. A respeito do Tratado de Madri, exponha:

a) a contribuição do negociador Alexandre de Gusmão;

b) os resultados mais importantes quanto à demarcação do território brasileiro na época e para a posteridade.

Resposta: Christiana Lamazière (20/20)

O Tratado de Madri, de 1750, é momento fundamental para o processo de conformação territorial do Brasil e, igualmente, para o surgimento dos princípios norteadores da política externa brasileira. No que tange aos desacordos territoriais que opunham a Coroa Espanhola à Portuguesa, o Tratado

de Madri reviu as premissas contidas no Tratado de Tordesilhas, refutando a ideia de que os tratados antigos serviriam para delimitar as fronteiras das possessões espanholas e portuguesas na América. De acordo com o novo entendimento, o traçado das fronteiras deveria seguir os princípios das fronteiras naturais e do *uti possidetis*.

A importância das fronteiras naturais – cadeias de montanhas, rios, e outros marcos naturais – estaria em firmar marcos indiscutíveis de territorialidade e evitar, assim, a probabilidade de atritos no futuro. Já o *uti possidetis* inaugurou o gosto pelo pragmatismo na política externa brasileira, ao contrapor o fato da ocupação efetiva e natural do território ao que havia sido acordado em tratados anteriores. Esse princípio favoreceu sobremaneira a expansão territorial da colônia portuguesa, pois, no caso das fronteiras, a norma – os tratados vigentes – parecia congelar-lhe o potencial. Quanto ao princípio do *uti possidetis*, pode-se ver na sua consagração no Tratado de Madri uma tendência que acompanha o Brasil até hoje, qual seja, a de favorecer institucionalização mais branda das relações regionais, já que o país possui maior poder relativo nessa esfera, enquanto favorece maior normatização das relações no meio global, pois nessa esfera seu poder relativo – pelo menos no que tange às capacidades materiais – é menor. Uma vez que a institucionalização das relações tende a reduzir a flexibilidade da diplomacia brasileira na busca do interesse nacional, ela foi substituída por um princípio mais realista, o *uti possidetis*, já na época colonial. O *uti possidetis* impediu que normas internacionais – como o Tratado de Tordesilhas – diluíssem o poder relativo português e se tornassem obstáculo à força da expansão portuguesa.

Nesse sentido, o negociador do Tratado de Madri, Alexandre de Gusmão, inaugurou o pragmatismo na política externa do Brasil, razão pela qual é conhecido como o "avô da diplomacia brasileira". O pragmatismo consiste no recurso constante à racionalidade política a fim de melhor garantir o interesse nacional do País e da sociedade como um todo. Alexandre de Gusmão introduziu, na diplomacia da Coroa Portuguesa para a demarcação das fronteiras, esse elemento de flexibilidade que norteia o realismo político: saber adotar apenas as normas que favorecem a margem de manobra do país para que este atinja seus objetivos racionais.

Os resultados mais importantes do Tratado de Madri quanto à delimitação do território brasileiro se referem principalmente à região sul do País. De acordo com o Tratado de Madri, a Coroa Portuguesa deveria devolver a Colônia do Sacramento à Coroa Espanhola, uma vez que tal território não havia sido adquirido de acordo com o princípio da expansão natural contido no *uti possidetis*. Em troca, Portugal recebeu a área dos Sete Povos das Missões, a qual correspondia mais adequadamente à ideia de uma expansão natural – que não era o caso da Colônia do Sacramento, construída pelo mar visando principalmente garantir o acesso de Portugal a uma das margens do rio da Prata, objetivo sempre presente nos planos geopolíticos portugueses. O território dos Sete Povos das Missões foi posteriormente retomado pela Coroa Espanhola por meio do Tratado de San Ildefonso, mas retornou à Coroa Portuguesa com o Tratado de Badajoz, que ainda reafirmou a centralidade do *uti possidetis* para reger as discussões das fronteiras na América Ibérica. A região dos Sete Povos permaneceria, entretanto, objeto de contestação mesmo após as independências

das colônias portuguesa e espanholas. Com efeito, coube ao Barão do Rio Branco resolver a questão por meio da defesa da soberania brasileira no território após a Proclamação da República. Os conhecimentos geográficos do Barão e sua habilidade política deram a vitória ao Brasil na arbitragem sobre a questão do território agora conhecido como Palmas.

2. PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA

Exercícios de primeira fase[58]

1. (Diplomacia – 2015) As circunstâncias históricas europeias de princípios do século XIX foram responsáveis pela transferência da sede do Estado português para a colônia brasileira. Essa decisão, tomada para preservar o trono lusitano em mãos da família Bragança em face da invasão francesa, foi decisiva para deflagrar o processo que culminaria na Independência do Brasil. A esse respeito, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

1. O contexto histórico europeu das duas primeiras décadas do século XIX em muito favoreceu a Independência do Brasil: a relativa paz alcançada com a renúncia de Napoleão Bonaparte ao projeto expansionista que embalara suas pretensões imperialistas e o fim da era revolucionária levaram as monarquias ibéricas a conceder a emancipação de suas colônias.
2. A vitória da Revolução Constitucionalista do Porto, em 1820, teve o efeito de adiar a Independência do Brasil: por ser liberal, além de eliminar os resquícios de absolutismo em Portugal, ela ampliou consideravelmente a autonomia da colônia, atendendo aos interesses dos potentados rurais e dos comerciantes urbanos.
3. A abertura dos portos, tão logo a Corte portuguesa chegou ao Brasil, significou a ruptura do pacto colonial que definia as relações de dominação e

de dependência entre metrópole e colônia, rompendo com o monopólio ("exclusivo de comércio") e abrindo largos espaços à entrada de produtos britânicos na colônia; essa influência britânica ampliou-se, a seguir, com a assinatura de tratados vantajosos para o país pioneiro da Revolução Industrial.

4. Embora conduzida pelo príncipe herdeiro do trono português, a Independência é consensualmente vista como ato político que rompeu com as estruturas básicas do período colonial, o que foi possível em face da conciliação que aproximou as elites brasileiras em torno do projeto maior de assegurar a emancipação do país e de inseri-lo vantajosamente na economia internacional.

Resposta: **1. Errado. Napoleão Bonaparte não renunciou ao projeto expansionista. Pelo contrário, foi somente após a derrota na Batalha de Waterloo, em 15 de junho de 1815, que ruiu o império francês de Bonaparte. De 1799 a 1815, a França napoleônica levou a cabo projeto militar de expansão territorial que desmantelou a ordem política europeia. Nesse contexto, irromperam revoluções no continente americano que, malgrado fases contrarrevolucionárias, redundaram na independência de grande parte dos Estados que hoje compõem a América Latina. A era revolucionária, ainda, não terminou com a prisão de Napoleão na ilha de Santa Helena. Prolongou-se durante a primeira metade do século, incidindo nas emancipações políticas das colônias que ainda não haviam alcançado suas respectivas autonomias.**

2. Errado. O Vintismo, como ficou conhecido o levante constitucionalista do Porto, assumiu duas faces. Inspirada pelo Iluminismo ibérico, a face liberal preconizava a limitação do poder real. Para tanto, convocaram-se as Cortes para deliberação sobre projeto constitucional que deveria pôr fim ao absolutismo em Portugal. Na América, no entanto, vingou a face conservadora do projeto. Buscava-se restringir a autonomia do Brasil e desfazer os tratados de comércio com a Inglaterra. Para os portugueses americanos, essa face conservadora do Vintismo lembrava o

exclusivo colonial e a ascendência metropolitana de outrora. Por fim, exigia-se a volta de Dom João VI a Portugal. No Brasil, o Vintismo foi presságio de volta à condição colonial: acelerou, portanto, o processo de independência.

3. Certo. Em que pese menção ao contestado conceito de "pacto colonial", o cerne do item refere-se aos significados da abertura dos portos, após a transmigração da Coroa portuguesa para o Rio de Janeiro. Com essa abertura, houve redefinição das relações de dominações e de dependência entre metrópole e colônia, rompeu-se o exclusivo colonial e abriram-se espaços à entrada de produtos britânicos na colônia: conforme afirma o item, essa influência britânica foi ampliada com a assinatura dos assim chamados pela historiografia Tratados Desiguais.

4. Errado. Não há consenso historiográfico sobre a ruptura das estruturas coloniais após a proclamação da Independência no Brasil. Pelo contrário, a posição dominante salienta continuidade no que concerne às elites políticas e aos fundamentos econômicos do novo Estado: não se desmantelou a presença de portugueses em altos cargos públicos, nem se rasgaram os tratados comerciais com a Inglaterra, que muito comprometeram o balanço de pagamentos brasileiro, antes e depois da Independência.

2. (Diplomacia – 2010) Em 1808, a Família Real portuguesa transferiu-se para o Brasil. Acerca desse tema, assinale a opção correta.

a) Entre as grandes transformações ocorridas na Colônia, destaca-se o incremento do comércio com os Estados Unidos da América, primeira nação a reconhecer a independência do Brasil.

b) A revogação do ato que proibiu a instalação de indústrias no Brasil e a abertura dos portos simbolizaram o fim do monopólio metropolitano.

c) Na cidade do Rio de Janeiro, transformada na capital do Império luso, foi criada a primeira universidade nacional.

d) D. João VI elevou, de imediato, o *status* da Colônia, que passou a ser parte integrante do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

e) O retorno de D. João VI a Lisboa teve o objetivo político de reinserir Portugal no Concerto Europeu.

Resposta: a) Incorreta. Durante a Colônia, o comércio estava umbilicalmente vinculado à metrópole; nos últimos anos, contudo, e principalmente após a transmigração da Coroa para o Rio de Janeiro, em 1808, a Inglaterra ganhou destaque na pauta comercial brasileira. A abertura dos portos e os Tratados de Navegação e de Comércio de 1810 foram articulados de maneira a favorecer os britânicos, que haviam prestado assistência à Lisboa em sua travessia do atlântico. Ainda, dois dos primeiros Estados a reconhecerem a independência do Brasil foram Benin e Onin, visto que a manutenção do tráfico atlântico rendia dividendos às elites africanas.

b) Correta. O Período Joanino caracterizou-se pelo expressivo crescimento econômico do Rio de Janeiro e do Brasil. Com a abertura dos portos em 1808 às nações amigas, a Inglaterra aumentou suas exportações e seus investimentos no Brasil. O fim do exclusivo colonial, além de constituir imposição britânica, também foi defendido por brasileiros, como José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu, que era favorável ao ideário econômico liberal. A revogação do alvará de 1785 permitiu a produção de manufaturas na colônia. Ambos os atos simbolizam o fim do monopólio metropolitano.

c) Incorreta. As primeiras universidades nacionais do Brasil foram a Faculdade de Direito de Olinda (1827), transferida para Recife em 1854, a Faculdade de Direito de São Paulo (1827) e a Faculdade de Medicina da Bahia (1815). A criação dessas universidades marca o início da independência acadêmica do Brasil, já que, anteriormente, as elites intelectuais brasileiras eram formadas na Universidade de Coimbra, em Portugal.

d) Incorreta. O surgimento do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves somente ocorre em 1815, na esteira do ideário conservador articulado no Congresso de Viena. Nesse sentido, coroou-se o príncipe regente Dom João VI, no Rio de Janeiro, e distribuíram-se títulos nobiliários de forma a angariar apoio

político. Esses títulos significavam isenções fiscais. Cabe ressaltar, ainda, que a nobreza no Brasil era de mérito, e não hereditária.

e) Incorreta. Portugal já estava antes inserido no Concerto Europeu. Por ocasião do Congresso de Viena, em 1815, o Conde de Palmela, representante da Coroa portuguesa, negociou o casamento de Dom Pedro I com Leopoldina, que estava ligada aos Habsburgo. Note-se, outrossim, que Leopoldina correspondia-se com Metternich frequentemente. A participação de Portugal em Viena também procurou exigir o reconhecimento prévio de Lisboa caso suas colônias proclamassem independência. É na esteira dessa exigência que surge a indenização brasileira de 1825 oferecida a Portugal.

3. (Diplomacia – 2006) A política externa brasileira, no início do período independente, irá definir-se em função da herança colonial com suas estruturas sociais, do Estado bragantino com seus valores, conexões e desígnios, da emergência de um sistema internacional resultante da revolução industrial, do peso das forças reacionárias aglutinadas na Santa Aliança, dos estreitos vínculos ingleses transferidos pela metrópole, da transformação do continente americano em área de competição internacional. Esses elementos de cálculo pesariam obviamente sobre o processo decisório quanto às relações exteriores. Outros dois devem-lhes ser somados: por um lado, a experiência e o conhecimento da realidade internacional, acumulados na Corte do Rio de Janeiro, desde 1808, adquiridos na rotina do serviço diplomático, com as representações estrangeiras no Brasil e as representações luso-brasileiras no exterior; por outro lado, a importância atribuída às questões externas, na própria organização do Estado nacional, após a ruptura com Portugal. Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno. História da política exterior do Brasil. São Paulo: Ática, 1992, p. 20-1. Tendo o texto acima como referência inicial e considerando a dimensão do significado da transferência da sede do Estado português para sua colônia americana, julgue (C ou E) os itens seguintes:

1. A decisão de transferir a sede do governo metropolitana vincula-se à tensa conjuntura da política europeia em princípios do século XIX, quando duas forças poderosas – a França napoleônica e a Inglaterra – disputam espaços e áreas de influência.

2. A presença da Corte bragantina no Rio de Janeiro alterou substancialmente a situação da colônia brasileira. O primeiro sinal dessa transferência, que se mostrou fundamental para o encaminhamento do processo de independência, foi a abertura dos portos ao comércio internacional, decisão que fazia desaparecer o eixo central do sistema colonial: o monopólio metropolitano.
3. O fim do exclusivo comércio (monopólio metropolitano) foi decisão difícil, visto que foi preciso vencer a implacável resistência britânica. Como país pioneiro e líder da Revolução Industrial, a Inglaterra temia perder o potencialmente promissor mercado brasileiro ante a concorrência de outras potências.
4. Infere-se do texto que a política externa joaniana bem como a que foi implementada pelo nascente Estado brasileiro afastaram-se paulatinamente de influências europeias, superaram condicionamentos históricos e abriram perspectivas na direção da crescente aproximação do Brasil com os vizinhos americanos.

Resposta: 1. Certo. A interiorização da metrópole no Rio de Janeiro, na expressão de Maria Odila Leite Dias, atrelou-se às guerras napoleônicas no continente europeu. O bloqueio continental decretado pela França, após a derrota de Trafalgar contra a Inglaterra, aproximou Portugal dos britânicos, e a Espanha dos franceses. Pelo Tratado de Fontainebleu, de 1807, a Espanha cedeu passagem às tropas napoleônicas para adentrar o território lusitano, forçando a Coroa de Lisboa a transmigrar para o Brasil, na esteira das recomendações anteriores de Dom Rodrigo de Sousa Continho. Pelo tratado referido, Portugal seria dividido entre a Espanha, a França e Manuel de Godoy, diplomata espanhol que articulou o acordo de passagem. A Inglaterra financiou e escoltou a transferência da Coroa para o Rio de Janeiro.

2. Certo. A transferência da Coroa caracterizou-se pelo expressivo crescimento econômico da colônia, pela abertura dos portos às nações amigas e pelo fim do exclusivo colonial. Ainda, revogou-se

o alvará de 1785, por meio do qual a produção de manufaturas ficava sob monopólio metropolitano. Maria Odila Leite Dias aponta que a presença portuguesa no Rio de Janeiro provocou um enraizamento da Corte na região do Centro-Sul do Brasil (Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais). Os membros da Corte portuguesa transformaram o Rio de Janeiro, causando um significativo povoamento da cidade, que resultou em uma crise de abastecimento. A crise foi resolvida com o desenvolvimento de uma rede de comércio entre o Rio de Janeiro e as capitanias da região, o que favoreceu um adensamento dos interesses portugueses na América e provocou uma transformação substancial na colônia brasileira. Os principais homens da Corte portuguesa começaram a investir na América, criando laços com as populações e o comércio local, o que, em última instância, contribuíra para o desenvolvimento econômico do Brasil.

3. Errado. A Inglaterra beneficiou-se do tratado de Comércio e Navegação, visto que as tarifas alfandegárias aplicadas à Inglaterra foram estipuladas em 15% ad valorem, enquanto a Portugal era aplicado o percentual de 16%. Às demais nações amigas era imposta a tarifa de 24%. Note-se que a competitividade industrial britânica dava notável vantagem à Inglaterra em detrimento dos demais Estados; as tarifas, nesse sentido, ainda que mais tarde aplicadas de forma homogênea aos Estados com os quais o Brasil mantinha relações diplomáticas, não teriam prejudicado as exportações inglesas.

4. Errado. Consoante tese de Amado Cervo e de Clodoaldo Bueno, até a entrada em vigor da tarifa Alves Branco, em 1844, a Colônia e o Brasil tiveram de administrar o imobilismo. Em outros termos, a política externa durante os anos finais da Colônia e os primeiros do Brasil independente estava umbilicalmente vinculada aos tratados de comércio com a Inglaterra. Ainda, o período que se estende de 1822 a 1851 é marcado por sucessivos atritos com os vizinhos americanos, notadamente os embates ligados à Guerra Cisplatina, em 1825, e a Guerra contra Rosas, em 1851.

4. (Diplomacia – 2008) No período joanino (1808-1821), foi encaminhado o processo de Independência, visto que a situação política, econômica e

jurídica do Brasil orientava-se nesse sentido. Assinale a opção INCORRETA acerca desse período.

a) Importantes pensadores ou dirigentes portugueses haviam concebido, de tempos em tempos, a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, a qual não ocorreu em 1807 apenas por pressão inglesa.

b) A promoção das manufaturas era considerada como componente nocivo aos interesses de Portugal e, por tal razão, esteve ausente na política de D. João no Brasil.

c) A Corte do Rio de Janeiro fez-se representar no Congresso de Viena, que traçou a ordem internacional após a era napoleônica.

d) No Rio de Janeiro, D. João concebia a expansão ao norte e ao sul do Brasil, por meio de invasões de territórios sob dominação francesa ou espanhola, com o fim de robustecer o império luso na América.

e) O retorno de D. João a Portugal, em 1821, ocorreu por exigência de Lisboa, onde se instalara um governo dito revolucionário.

Resposta: a) Correta. O padre Antônio Vieira, no século XVII, assim como Dom Rodrigo de Souza Coutinho, no decurso das últimas décadas do século XVIII, propuseram a criação de um Império transoceânico governado pela dinastia dos Bragança com sede no Rio de Janeiro. A proposta de Souza Continho ficou conhecida como projeto de "Vasto e poderoso Império". A transmigração da Coroa e a interiorização da metrópole, no Rio de Janeiro, ocorreram na esteira das guerras napoleônicas. Com a vitória inglesa na batalha de Trafalgar, Lord Nelson assegurou à Inglaterra supremacia marítima sobre a França. Napoleão, a seu turno, por meio do decreto de Berlim, articulou um bloqueio continental à Inglaterra, cujo escopo era beneficiar a indústria francesa no continente. O bombardeio de Copenhague pela Inglaterra, devido à adesão da Dinamarca ao bloqueio continental de Napoleão, causou temor a Portugal, que vislumbrou a possibilidade de Lisboa ser o próximo alvo. Nesse sentido, pressões inglesas incitaram a aproximação de Lisboa a Londres. O Tratado de Fontainebleu,

assinado em 1807, mediante o qual Portugal seria divido entre a Espanha e a França, levou Dom João VI a valer-se da proposta de Dom Rodrigo de Souza Coutinho e transferir a sede da Coroa para o Rio de Janeiro. Destarte, a transmigração de 1808 não foi uma fuga, pois havia projeto anterior, nem uma consequência exclusivamente advinda de pressões inglesas.

b) Incorreta. Em 1785, contrariando as disposições anteriormente implementadas pelo Marquês de Pombal, Maria I, “a Viradeira”, adotou alvará proibindo a produção de manufaturas nas coloniais portuguesas. Com a transmigração da Coroa, em 1808, Dom João VI revogou o alvará de 1785, dando início a expressivo crescimento econômico da colônia do Brasil.

c) Correta. O Conde de Palmela representou Portugal no Congresso de Viena, de 1815. Decorrente do pensamento restaurador, o Reino de Portugal é elevado a Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

d) Correta. Em resposta às guerras napoleônicas em Portugal, Dom João IV interveio na Guiana Francesa e tomou Caiena em 1809. A presença imperial durou até 1817, quando os acordos advindos do Congresso de Viena deram lugar à retirada das tropas imperiais de Caiena. No que diz respeito às incursões platinas, duas investidas portuguesas buscaram apossar-se de Montevidéu. A primeira, em 1811, foi prontamente contestada pela Inglaterra, que, antevendo possíveis desvios de comércio, aconselhou Portugal a retirar-se da Banda Oriental. A segunda intervenção ocorreu em 1816. Foi uma retaliação à perda da praça-forte de Olivença, em 1801. O êxito da anexação levou à criação da Província Cisplatina, que foi objeto de embate entre o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata em 1825.

e) Correta. A Revolução de 1820, no Porto, conclamava o regresso de Dom João VI a Portugal, embora instruísse a limitação do poder real. A face conservadora do “Vintismo”, conforme título que se deu à revolução, exigia a vinculação do Brasil a Portugal. Fazendo alusão às instáveis Repúblicas hispano-americanas, Dom João VI entregou o poder ao filho, Dom Pedro I: “antes para ti, meu filho, do que para um aventureiro”, teriam sido as palavras do príncipe

regente. O “Vintismo” terminou exigindo, também, a volta de Dom Pedro I a Portugal, fato que justificou, entre outras razões, a proclamação da independência do Brasil. A recente historiografia encabeçada, no Brasil, por Márcia Berbel e Antônio Penalves e, em Portugal, por Alexandre Valentim, defende que não houve, em nenhum momento, projeto de recolonização do Brasil durante as manifestações da revolução do Porto de 1820, já que isso significaria fechar os portos novamente e anular os tratados de 1810 com a Inglaterra. A grande divergência entre o Brasil, ainda ligado a Portugal, e as Cortes concernia ao perfil que tomaria a nova monarquia constitucional. Discutia-se o grau de autonomia do Brasil, e não a recolonização. Sérgio Buarque de Holanda ressaltou a vontade das elites da América portuguesa de instituírem uma monarquia descentralizada, enquanto Lisboa desejava uma monarquia estritamente centralizada em Portugal. A divergência, portanto, não estava relacionada com a possibilidade de o Brasil voltar a ser uma colônia portuguesa, mas sobre o tipo de autonomia que a América portuguesa alcançaria na monarquia constitucional que estava sendo criada em Portugal.

5. (Diplomacia – 2011) Assinale a opção correta com relação ao processo de independência do Brasil:

a) Um tipo de conflito de interesses que reapareceria em outros contextos da história do Brasil, centrado nas atribuições do Poder Executivo e do Legislativo, ocasionou a primeira grave crise política do nascente Estado nacional brasileiro e redundou na dissolução da assembleia constituinte encarregada de elaborar a primeira Constituição do país.

b) O reconhecimento da independência brasileira pela Inglaterra ocorreu quase simultaneamente à decisão dos Estados Unidos da América (EUA) de reconhecer o nascimento do Estado brasileiro sob a liderança do antigo príncipe regente português. Em ambos os casos, condicionou-se o reconhecimento à abertura do mercado brasileiro ao comércio internacional.

c) Os dois partidos políticos constituídos no início do Primeiro Reinado, o

Conservador e o Liberal, ofereceram a Dom Pedro I o apoio e a estabilidade necessários para o seu governo, cenário de estabilidade política que desapareceu em face da violenta repressão do governo central a movimentos separatistas como a Cabanagem e a Sabinada.

d) A emancipação política do Brasil, além de não ensejar grandes alterações na ordem econômica e social, preservou a monarquia, em meio aos vizinhos republicanos, situação somente possível devido à existência de uma elite política homogênea, detentora de sólida base social e de um projeto de nação consensualmente construído.

e) A Cisplatina e a Bahia foram as províncias brasileiras nas quais se manifestou a resistência portuguesa, tendo o governo de Lisboa contratado comandantes militares estrangeiros, como, por exemplo, o oficial francês Pedro Labatut, para liderar as tropas lusas no confronto com as forças leais a Dom Pedro I.

Resposta: **a) Correta. A primeira crise política do Estado brasileiro ocorreu no episódio conhecido como a "noite da agonia", na virada do dia 11 para o dia 12 de novembro de 1823. A assembleia constituinte opôs as facções brasileiras às portuguesas. Se aquelas eram liberais, preconizando a limitação do poder do imperador e a instauração da tripartição dos poderes, estas, a seu turno, apoiavam a união do Brasil com Portugal e o fortalecimento da figura do imperador. Essa oposição tem dupla origem. A primeira diz respeito à natureza da composição dos bancadas. Enquanto a brasileira era consubstanciada por proprietários, liberais e parte do clero, a portuguesa açambarcava comerciantes, militares e burocratas. A segunda relaciona-se ao "Vintismo", ou Revolução Liberal do Porto, de 1820. Se, por um lado, os liberais do Porto aconselhavam a limitação do poder real e a consagração de uma Constituição liberal para a metrópole; por outro, revelou sua face conservadora ao reivindicar o arrefecimento da autonomia do Brasil. A dissolução da assembleia constituinte, em 1823, teve lugar após a rejeição de Dom Pedro I à Constituição da Mandioca,**

proposta brasileira que recomendava a adoção do critério censitário para as eleições. Símbolo desse rompimento é o distanciamento dos Andradas. Durante a noite da agonia, Dom Pedro I dissolveu a assembleia constituinte e, pouco depois, outorgou a Constituição de 1824, à revelia dos brasilienses. Esse conflito de interesses centrado nas atribuições do Poder Executivo e do Legislativo reapareceu durante a crise que levou, em 7 de abril de 1831, à ascensão da Regência Trina Provisória, e no embate institucional que ocasionou, em novembro de 1891, a queda do primeiro presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, o Marechal Deodoro da Fonseca.

b) Incorreta. O reconhecimento da independência do Brasil pela Inglaterra, à época sob a regência de Dom Pedro I e não de Dom João VI, não ocorreu simultaneamente à decisão homônima dos Estados Unidos. O reconhecimento outorgado pelos Estados Unidos, em 1824, antecedeu o da Inglaterra, efetuado em 1826. No caso dos Estados Unidos, a decisão foi vinculada ao adensamento da Doutrina Monroe, formulada em 1823, que preconizava a não intervenção da Europa no continente americano e vice-versa. Originalmente, a Doutrina Monroe não se traduzia em superioridade imperialista dos Estados Unidos. Por sua vez, o reconhecimento da independência brasileira pela Inglaterra faz jus à política comercial britânica, que visava perpetuar os tratados comerciais desiguais com o Brasil. As cláusulas do tratado de Navegação e Comércio de 1810, que estabeleciam privilégios alfandegários para a Inglaterra, foram reconduzidas no ato de reconhecimento da independência em 1826.

c) Incorreta. Os partidos Conservador e Liberal surgem na esteira do embate político que marcou a Regência (1831-1840). Durante o Primeiro Reinado, a histografia salienta a existência das facções brasileiras e portuguesas que representavam, respectivamente, a grande propriedade e o comércio. A instabilidade política que marcou o Primeiro Reinado adveio da incompatibilidade entre esses interesses. Os movimentos ditos separatistas, como a Cabanagem e a Sabinada, surgiram após o avanço liberal (1831-1834), durante a Regência, que promoveu políticas de

descentralização do poder.

d) Incorreta. Embora parte da historiografia sustente que a emancipação política do Brasil não engendrou maiores comoções na ordem econômica e social, não havia homogeneidade política, nem consensualidade no que concerne à construção da nação. A monarquia foi preservada, em meio aos vizinhos republicanos, mas o descontentamento das facções brasileiras promoveu o fim do Primeiro Reinado, cujo estopim foi a "noite das garrafadas", em novembro de 1830. Durante o episódio, os brasileiros enfrentaram os portugueses, pois os acusavam de ter assassinado o jornalista brasileiro Libero Badarò. Em retaliação, Dom Pedro I demitiu o ministério brasileiro e criou o ministério dos marqueses, formado por portugueses. A resposta à demissão foi a revolta no Campo de Santana, que deu lugar ao 7 de abril de 1831 e à instauração da Regência.

e) Incorreta. Consoante Boris Fausto, "os conflitos mais importantes ocorreram no Sul do país e na Bahia. Na Província Cisplatina, atual Uruguai, as tropas portuguesas resistiram, mas acabaram se retirando em novembro de 1823. Aí começaria uma longa guerra pela independência uruguaia, mas já agora contra brasileiros e não contra os portugueses. Na Bahia, as lutas entre as tropas portuguesas, lideradas pelo general Madeira de Melo, e as favoráveis à Independência resultaram em centenas de mortos" (p.144). E, ainda, "papel importante na mobilização das tropas brasileiras foi desempenhado por comandantes europeus, entre os quais os comandante francês Pedro Labatut (..)" (p. 113). Ressalte-se, ainda, que a desanexação da Província Cisplatina, em 1828, após a Guerra Cisplatina, que envolveu o Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata, deu lugar ao surgimento da República Oriental do Uruguai.

3. O PRIMEIRO REINADO (1822-1831)

Exercícios de primeira fase[59]

1. (Diplomacia 2014) Quando o Brasil se tornou independente, em 1822, a

elite política brasileira optou por uma monarquia representativa como forma de governo, de acordo com o modelo francês da época. A Constituição de 1824, outorgada por D. Pedro I, continha todos os direitos civis e políticos reconhecidos nos países europeus. Afastava-se do sistema inglês pela adoção do Poder Moderador, que dava ao imperador grande controle no ministério.

José Murilo de Carvalho. Fundamentos da política e da sociedade brasileiras. In: Lúcia Avelar e Antônio Octávio Cintra (Orgs.). Sistema político brasileiro: uma introdução. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação UNESP Ed., 2004, p. 27-8 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue (C ou E) os itens que se seguem, relativos a aspectos marcantes do quadro político brasileiro nas décadas iniciais do período monárquico.

1. Criação brasileira e sem fundamentação teórica consistente, o Poder Moderador acabou por ser responsável direto pelas crises políticas que, recorrentes em todo o Primeiro Reinado, acabaram por levar D. Pedro I à abdicação.
2. A opção pela monarquia, no momento da independência do Brasil, é entendida como estratégia para facilitar a preservação da unidade do país em torno da figura do imperador e para a manutenção da ordem social, em contraste com a fragmentação na antiga área de dominação espanhola.
3. A crise política dos primeiros tempos do Brasil independente teve sua expressão máxima na dissolução da Assembleia Constituinte, razão pela qual a Constituição de 1824, outorgada, afastava-se do contexto histórico da época ao não incorporar elementos da nova ordem política nascida dos movimentos revolucionários liberais burgueses.
4. O texto remete à expressão “parlamentarismo às avessas”, utilizada para definir a forma como o governo de gabinete foi introduzido no Brasil, forma que, em determinados aspectos, afastou-se da experiência inglesa, que lhe servira de modelo.

Resposta: 1. Errado. O Poder Moderador não foi criação brasileira. Foi fundamentado na obra teórica de Benjamin Constant. Seu uso por Dom Pedro I, conforme quer a afirmativa, acarretou crises políticas que levaram à queda do Primeiro Reinado.

2. Certo. Consoante José Murilo de Carvalho, a opção pela monarquia contribuiu para preservar a unidade territorial do novo país em torno da figura do imperador. Assim, evitaram-se, pelo menos até a abdicação de Pedro I, as guerras civis que caracterizaram a América hispânica.

3. Errado. Em que pese a dissolução da Constituinte de 1823, a Constituição que veio à tona um ano depois incluiu em suas bases as ideias dos movimentos revolucionários burgueses: era forma de agradar a bancada brasileira liberal, que se projetou contra Pedro I após a dissolução.

4. Certo. A experiência parlamentar brasileira, durante a época imperial, aproximou-se mais do modelo francês do que do inglês. Contudo, a modelo institucional inglês foi modelo para todos os Estados que adotaram o monarquia parlamentar, já que o parlamentarismo foi obra do pensamento político inglês.

2. (Diplomacia – 2012) No Brasil, o processo interno da independência e os problemas internacionais suscitados apresentam mais pontos divergentes que semelhantes em relação ao restante da América Latina. Um século antes da Sociedade das Nações, primeira tentativa de conferir institucionalidade formal ao sistema internacional, a aceitação de um ator recém-independente no cenário mundial dependia, em última instância, do reconhecimento da legitimidade do novo participante pelas grandes potências.

Rubens Ricupero. O Brasil no mundo. In: Lilia Moritz Schwarcz (dir.). História do Brasil nação: 1808-2010, v. 1. Madri: Fundación Mapfre; Rio de Janeiro: Objetiva, 2011, p. 139 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando o contexto histórico da Independência do Brasil bem como aspectos marcantes do Primeiro Reinado (1822-1831), julgue (C ou E) os itens que se seguem.

1. O reconhecimento da independência do Brasil, diferentemente do que se

verificou com as colônias espanholas na América, ocorreu mediante negociação tripartite, na qual se destacou a mediação da Inglaterra entre metrópole e ex-colônia.

2. A Inglaterra demorou a reconhecer o Brasil independente, porque, a despeito da importância relativamente pequena do mercado brasileiro para as exportações britânicas e do fim do tráfico africano assegurado pelo governo de D. Pedro I, era forte a resistência das elites locais à renovação dos tratados de 1810, extremamente vantajosos para os ingleses.
3. O trecho final do texto sugere que o reconhecimento do Estado nacional brasileiro pelos Estados Unidos da América (EUA) era condição essencial para que outras potências também o fizessem, devido à relevância de Washington no jogo de poder mundial e à amplitude de sua ação internacional na primeira metade do século XIX.
4. Com a independência do Brasil, foram prejudicados tanto os setores dominantes da ex-colônia, dado o rompimento da ponte estabelecida com a Coroa portuguesa na abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional, quanto as elites do Vale do Paraíba, dados os acordos celebrados com a Inglaterra e com Portugal para o reconhecimento do novo Estado, mediante os quais foi renovada a perspectiva de poder da aristocracia açucareira nordestina.

Resposta: **1. Certo. O reconhecimento da independência do Brasil ocorreu mediante negociação tripartite, isto é, entre Portugal, Inglaterra e Brasil.**

2. Errado. As elites locais não resistiram à renovação dos tratados de 1810. Pelo contrário, vislumbraram na continuidade contratual uma possibilidade de rápido reconhecimento por parte da Inglaterra. O expurgo de José Bonifácio, que se opunha à renovação dos tratados de 1810, foi símbolo dessa continuidade.

3. Errado. À época do reconhecimento da independência do Brasil,

os Estados Unidos não representavam uma potência decisiva nas relações internacionais. O reconhecimento da Inglaterra, esse sim, seria decisivo. Note-se que os Estados Unidos foram um dos primeiros países a reconhecer a independência do Brasil, e a Inglaterra, um dois últimos.

4. Errado. A independência do Brasil não constitui uma ruptura da ponte estabelecida com a Coroa portuguesa. A própria política externa de Dom Pedro I seria bragantina, e não voltada para os interesses brasileiros.

3. (Diplomacia – 2011) Assinale a opção correta com relação ao processo de independência do Brasil:

a) Um tipo de conflito de interesses que reapareceria em outros contextos da história do Brasil, centrado nas atribuições do Poder Executivo e do Legislativo, ocasionou a primeira grave crise política do nascente Estado nacional brasileiro e redundou na dissolução da assembleia constituinte encarregada de elaborar a primeira Constituição do país.

b) O reconhecimento da independência brasileira pela Inglaterra ocorreu quase simultaneamente à decisão dos Estados Unidos da América (EUA) de reconhecer o nascimento do Estado brasileiro sob a liderança do antigo príncipe regente português. Em ambos os casos, condicionou-se o reconhecimento à abertura do mercado brasileiro ao comércio internacional.

c) Os dois partidos políticos constituídos no início do Primeiro Reinado, o Conservador e o Liberal, ofereceram a Dom Pedro I o apoio e a estabilidade necessários para o seu governo, cenário de estabilidade política que desapareceu em face da violenta repressão do governo central a movimentos separatistas como a Cabanagem e a Sabinada.

d) A emancipação política do Brasil, além de não ensejar grandes alterações na ordem econômica e social, preservou a monarquia, em meio aos vizinhos republicanos, situação somente possível devido à existência de uma elite política homogênea, detentora de sólida base social e de um projeto de nação

consensualmente construído.

e) A Cisplatina e a Bahia foram as províncias brasileiras nas quais se manifestou a resistência portuguesa, tendo o governo de Lisboa contratado comandantes militares estrangeiros, como, por exemplo, o oficial francês Pedro Labatut, para liderar as tropas lusas no confronto com as forças leais a Dom Pedro I.

Resposta: **a) Correta. A primeira crise política do Estado brasileiro ocorreu no episódio conhecido como a "noite da agonia", na virada do dia 11 para o dia 12 de novembro de 1823. A Assembleia Constituinte opôs as facções brasileiras às portuguesas. Se aquelas eram liberais, preconizando a limitação do poder do imperador e a instauração da tripartição dos poderes, estas, a seu turno, apoiavam a união do Brasil com Portugal e o fortalecimento da figura do imperador. Essa oposição tem dupla origem. A primeira diz respeito à natureza da composição dos bancadas. Enquanto a brasileira era consubstanciada por proprietários, liberais e parte do clero, a portuguesa açambarcava comerciantes, militares e burocratas. A segunda relaciona-se ao "Vintismo", ou Revolução Liberal do Porto, de 1820. Se, por um lado, os liberais do Porto aconselhavam a limitação do poder real e a consagração de uma Constituição liberal para a metrópole, por outro, revelou sua face conservadora ao reivindicar o arrefecimento da autonomia do Brasil. A dissolução da Assembleia Constituinte, em 1823, teve lugar após a rejeição de Dom Pedro I à Constituição da Mandioca, proposta brasileira que recomendava a adoção do critério censitário para as eleições. Símbolo desse rompimento é o distanciamento dos Andradas. Durante a noite de agonia, Dom Pedro I dissolveu a Assembleia Constituinte e outorgou a Constituição de 1824, à revelia dos brasilienses. Esse conflito de interesses centrado nas atribuições do Poder Executivo e do Legislativo reapareceu durante a crise que levou, em 7 de abril de 1831, à ascensão da Regência Trina Provisória, e no embate institucional que ocasionou, em novembro de 1891, a queda do primeiro presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, o Marechal Deodoro da Fonseca.**

b) Incorreta. O reconhecimento da independência do Brasil pela Inglaterra, à época sob a regência de Dom Pedro I e não de Dom João VI, não ocorreu simultaneamente à decisão homônima dos Estados Unidos. O reconhecimento outorgado pelos Estados Unidos, em 1824, antecedeu o da Inglaterra, efetuado em 1826. No caso dos Estados Unidos, a decisão foi vinculada ao adensamento da Doutrina Monroe, formulada em 1823, que preconizava a não intervenção da Europa no continente americano e vice-versa. Originalmente, a Doutrina Monroe não se traduzia em superioridade imperialista dos Estados Unidos. Por sua vez, o reconhecimento da independência brasileira pela Inglaterra faz jus à política comercial britânica, que visava perpetuar os tratados comerciais desiguais com o Brasil. As cláusulas do tratado de Navegação e Comércio de 1810, que estabeleciam privilégios alfandegários para a Inglaterra, foram reconduzidas no ato de reconhecimento da independência em 1826.

c) Incorreta. Os partidos Conservador e Liberal surgem na esteira do embate político que marcou a Regência (1831-1840). Durante o Primeiro Reinado, a histografia salienta a existência das facções brasileiras e portuguesas que representavam, respectivamente, a grande propriedade e o comércio. A instabilidade política que marcou o Primeiro Reinado adveio da incompatibilidade entre esses interesses. Os movimentos ditos separatistas, como a Cabanagem e a Sabinada, surgiram após o avanço liberal (1831-1834), durante a Regência, que promoveu políticas de descentralização do poder.

d) Incorreta. Embora parte da historiografia sustente que a emancipação política do Brasil não engendrou maiores comoções na ordem econômica e social, não havia homogeneidade política, nem consensualidade no que concerne à construção da nação. A monarquia foi preservada, em meio aos vizinhos republicanos, mas o descontentamento das facções brasileiras promoveu o fim do Primeiro Reinado, cujo estopim foi a “noite das garrafadas”, em novembro de 1830. Durante o episódio, os brasileiros enfrentaram os portugueses, pois os acusavam de ter assassinado o jornalista brasileiro Libero Badarò. Em retaliação, Dom Pedro I demitiu o

ministério brasileiro e criou o ministério dos marqueses, formado por portugueses. A resposta à demissão foi a revolta no Campo de Santana, que deu lugar ao 7 de abril de 1831 e à instauração da Regência.

e) Incorreta. Consoante Boris Fausto, "os conflitos mais importantes ocorreram no Sul do país e na Bahia. Na Província Cisplatina, atual Uruguai, as tropas portuguesas resistiram, mas acabaram se retirando em novembro de 1823. Aí começaria uma longa guerra pela independência uruguaia, mas já agora contra brasileiros e não contra os portugueses. Na Bahia, as lutas entre as tropas portuguesas, lideradas pelo general Madeira de Melo, e as favoráveis à Independência resultaram em centenas de mortos" (p. 144). E, ainda, "papel importante na mobilização das tropas brasileiras foi desempenhado por comandantes europeus, entre os quais os comandante francês Pedro Labatut [...]" (p. 113). Ressalte-se, ainda, que a desanexação da Província Cisplatina, em 1828, após a Guerra Cisplatina, que envolveu o Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata, deu lugar ao surgimento da República Oriental do Uruguai.

4. (Diplomacia – 2008) O processo de Independência do Brasil concluiu-se durante o Primeiro Reinado (1822-1831). Este foi, contudo, um período conturbado da história nacional em razão, entre outros fatores, de contradições da vida política interna e da política exterior. A esse respeito, julgue (C ou E) os itens a seguir:

1. O Parlamento fez graves críticas a D. Pedro, por entender que ele sacrificou a expansão das manufaturas mediante acordos de comércio com países capitalistas mais avançados.
2. A Constituição de 1824 consagrou democraticamente a vontade nacional, que se expressou por meio dos representantes junto à Assembleia Constituinte.
3. A Constituição de 1824 descuidou da educação popular ao não fixar o preceito da gratuidade para o ensino primário.
4. No Congresso do Panamá de 1826, em que se discutiu a ordem hemisférica,

a delegação brasileira fez a defesa da guerra que o governo movia contra Buenos Aires pela posse da Província Cisplatina.

Resposta: 1. Certo. O parlamento fez graves críticas a Dom Pedro I por renovar as tarifas alfandegárias de 1810, que davam preferências alfandegárias às manufaturas inglesas. Condenava-se, portanto, a Lei Bernardo Pereira de Vasconcelos, de 1828. Equipararam-se as taxas aplicadas à Inglaterra àquelas destinadas às outras nações com as quais o Império mantinha relações diplomáticas. A Inglaterra, não obstante, por ser mais competitiva devido à precocidade de Revolução Industrial, continuou em posição de vantagem.

2. Errado. A Assembleia Constituinte de 1823 opôs as facções liberais brasilienses às restauradoras portuguesas. Símbolo da aproximação de Dom Pedro I com a bancada portuguesa foi a ruptura dos laços com os Andradas, que eram a favor da Constituição da Mandioca e do voto censitário. No episódio conhecido como “a noite da agonia”, Dom Pedro I dissolveu a Assembleia Constituinte e outorgou a Constituição de 1824, tornando-a pouco democrática.

3. Errado. A Constituição de 1824, em suas disposições acerca da inviolabilidade dos direitos civis e políticos, outorgava, no artigo 179, a gratuidade “da instrução pública [...] a todos os cidadãos”, o que era uma novidade jurídica para o pleno desenvolvimento da cidadania, se comparado com outras constituições europeias da época.

4. Errado. O Brasil, assim com a Argentina, o Chile, o Paraguai, o Uruguai, o Haiti e os Estados Unidos, não participou do Congresso do Panamá de 1826. Idealizado por Simon Bolívar, que não compareceu ao Congresso por atender à intervenção no Peru, o encontro de Panamá ensejou a possibilidade de criar uma confederação de Estados americanos. Esse desejo já havia sido advogado por Bolívar na Carta da Jamaica de 1815. Entre os princípios levados a cabo no Congresso, destacam-se a aliança para a promoção da paz no continente, a abolição da escravidão e o estabelecimento de um contingente militar, para articular e para

equilibrar as Forças Armadas dos Estados envolvidos.

5. (Diplomacia – 2009) Com relação à Independência e às primeiras décadas da formação do Estado imperial no Brasil, assinale a opção correta.

a) As tarifas aduaneiras impostas pelo Brasil no século XIX começaram a ser implementadas a partir de 1840 e impulsionaram o país, já no Império, para um programa de franca industrialização do tipo inglesa.

b) José Bonifácio, "o Patriarca da Independência", deixou o legado de um pensamento voltado para a preservação da unidade política nacional.

c) A crise regencial e a consolidação do Império ocorridas entre as décadas de 30 e 40 do século XIX não afetaram a harmonia entre centralização e descentralização do poder político e das instituições.

d) O termo regressista, na acepção forjada por Bernardo Pereira de Vasconcelos, foi empregado, a partir de 1840, para qualificar a defesa do liberalismo político e do fortalecimento das autoridades provinciais.

e) A Lei Interpretativa do Ato Adicional de 1834, aprovada em maio de 1840, fortaleceu o poder das assembleias legislativas provinciais.

Resposta: a) Incorreta. As tarifas aduaneiras de cunho protecionista somente foram adotadas com a tarifa Alves Branco de 1844. Por meio dela, estipulava-se que se o produto importado tivesse semelhante no Brasil seria adotada tarifa de 60% ad valorem sobre o valor agregado do bem e, caso não tivesse semelhante, de 30%. A tarifa Alves Branco causou um surto industrial, justificado pelo aumento do fluxo de capitais advindos do fim do tráfico negreiro, em 1850, e pela urbanização resultantes do processo de expansão do café. A industrialização, contudo, não foi perene, nem de tipo inglesa. Em 1860, a tarifa Silva Ferraz revogou a tarifa Alves Branco, abrindo espaço para a importação de bens industrializados. A concorrência com os produtos britânicos e a oposição das elites rurais à industrialização levaram ao fim do surto, simbolizado pelo declínio da Era Mauá. Consoante Caio Prado Júnior, a Inglaterra opôs-se ao projeto industrialista

encetado com a tarifa Alves Branco. A edição da medida unilateral Bill Aberdeen, que outorgava aos britânicos o direito de afundar e capturar navios negreiros no Atlântico sul, teria sido uma resposta às leis protecionistas brasileiras de 1844.

b) Correta. José Bonifácio, o Patriarca da Independência, preconizava uma monarquia constitucional, visto que seria a garantia da unidade política nacional. Chefiado por ele, o primeiro ministério nacional de 1823 consolidou a independência, afirmando a necessidade de centralizar o poder. Havia oposição entre os Andradas e Gonçalves Ledo: se aqueles enxergavam na centralização a garantia da unidade nacional, este aconselhava maior autonomia provincial.

c) Incorreta. O período regencial foi marcado pela oposição à centralização do Império. O Ato Adicional de 1834 descentralizou o poder e outorgou maior autonomia às províncias. O Ato concedeu às Assembleias Legislativas Provinciais a faculdade de editar leis, tornou o Rio de Janeiro município neutro, suspendeu o Poder Moderador e transformou a Regência Trina em Regência Una. Outra medida descentralizadora foi a reforma do Código de Processo Criminal em 1832, que institui a figura do Juiz de Paz. Com a morte de Dom Pedro I, em 1834, os regressistas posicionaram-se contra o Ato Adicional, ensejando um conflito de interesses com os moderados. Os exaltados, ou farroupilhas, a seu turno, fizeram eclodir as revoltas provinciais. As eleições de 1836 resultam no estabelecimento de maioria regressista na Câmara, o que pôs fim à regência de Feijó. Sob Araújo Lima, a Regência Una ganhou nova tonalidade centralizadora ao reprimir as revoltas provinciais e ao decretar a Lei Interpretativa do Ato Adicional. Em 1840, retirava-se do Ato Adicional seu viço descentralizador. Emblemático dessa mudança de horizonte é o caso Bernardo Pereira de Vasconcelos, que foi liberal em 1820, tornou-se moderado em 1831, foi redator do Ato Adicional em 1834 e advogou em prol dos regressistas em 1835, pois atribuía à descentralização a responsabilidade pelas revoltas provinciais.

d) Incorreta. O termo regressista, sinônimo de restaurador, caramuru ou corcunda, surge em 1834, com a morte de Dom Pedro

I. Composto pelas antigas elites portuguesas e pelos brasileiros conservadores, os regressistas preconizavam, até 1834, a volta de Dom Pedro I e a centralização do Estado.

e) Incorreta. A Lei Interpretativa do Ato Adicional, aprovada em maio de 1840, alterou a emenda constitucional de 1834 no sentido centralizador.

6. (Diplomacia – 2000) A Confederação do Equador foi:

a) uma aliança política, logo após a independência, que visava a transformação de províncias do Nordeste em estados soberanos, sob a direção de um poder central com sede no Recife.

b) Uma aliança entre Liberais e Conservadores nordestinos, ligados à cana-de-açúcar, de protesto contra a libertação dos escravos.

c) Um movimento sedicioso de escravos, precursor dos Quilombos.

d) A primeira manifestação política coletiva das classes dirigentes nordestinas em favor da República.

Resposta: Alternativa A

A Confederação do Equador, liderada pelo frei Joaquim do Amor Divino Caneca, em 1824, foi um levante de origem pernambucana que contou com o apoio popular, das elites fundiárias e dos comerciantes. Os insurretos rebelaram-se contra a concentração de poder nas mãos do Poder Moderador, contra os efeitos do episódio da "noite da agonia" e contra a outorga da Carta Constitucional de 1824. A Confederação associou a Pernambuco o Ceará, o Rio Grande do Norte e a Paraíba. O movimento separatista foi debelado, em 1825, com a intervenção das tropas imperiais e a execução de frei Caneca.

Exercícios de terceira fase[60]

1. (Diplomacia – 2012) O Brasil se aproxima das comemorações dos seus 200 anos de conformação estatal juridicamente independente. A política externa que emergiu em 1822 carregou heranças dos séculos anteriores e agregou novos desígnios. A propósito desse tema, disserte sobre os seguintes

itens:

a) raízes coloniais de política externa do Brasil e seus impactos na política externa de Pedro I;

b) articulações internas e externas da independência do Brasil;

c) resultantes dos reconhecimentos internacionais do Brasil na década de 1820.

Extensão máxima: 90 linhas

(Valor: 30 pontos)

Resposta: Mariana Yokoya Simoni (24/30)

A independência brasileira representa caso *sui generis* em meio às independências da América Latina, em razão da continuidade político-institucional e da integridade territorial mantidas no Brasil Império. Tal continuidade deve-se à herança de desígnios políticos engendrados no período colonial, ao passo que a integridade do território brasileiro se associa à formação de uma perspectiva coesa das elites interiorizadas, como enfatizou José Murilo de Carvalho, e da necessidade de defesa diante das pressões britânicas para abolição do tráfico de escravos ao longo da primeira metade do século XIX. As articulações internas e externas na independência do país tanto permitiram a consolidação da autonomia política brasileira como influenciaram a inserção internacional do Brasil independente. Nesse contexto, a principal meta da política externa constituía no reconhecimento internacional da independência, o que legou constrangimentos externos significativos até o Segundo Reinado (1840-1889), mas que permitiu, igualmente, o desenvolvimento das convicções externas da jovem nação.

Em primeiro lugar, cabe ressaltar as heranças coloniais legadas à política

externa de Dom Pedro I. Em função da continuidade político-administrativa, o Brasil tinha quadros políticos e diplomáticos, assim como experiência em matéria da condução da política exterior, o que lhe conferirá grande vantagem frente a seus vizinhos até pelo menos a Guerra do Paraguai (1864-1870). Além da estrutura administrativa colonial, o Brasil também herdou o projeto econômico concebido no período colonial. A transmigração da Corte portuguesa, a abertura dos portos às nações amigas, ambos ocorridos em 1808, e a revogação do alvará de 1795, do Período Mariano, representaram tentativas de construção de um projeto político e econômico extraeuropeu e independente em relação à Grã-Bretanha, nos moldes do que fora preconizado por Dom Rodrigo de Sousa Coutinho para o "Império Luso-Brasileiro". Entretanto, esse projeto autonomista foi paulatinamente abandonado, o que se evidencia pela assinatura dos chamados "tratados desiguais" de 1810 com a Grã-Bretanha. Ao garantir tarifas alfandegárias de 15% *ad valorem*, inferiores à de 16% para produtos portugueses, e a extraterritorialidade, Dom João estava abrindo mão do projeto autonomista e ratificando a relação bastante próxima com a Inglaterra, a qual caracterizou a política colonial e parte da política imperial. Isso se explica pelo fato de a independência ter representado uma continuidade econômica em favor dos interesses da elite agroexportadora interiorizada no Rio de Janeiro.

A política externa de Dom Pedro I também reinterpreta as diretrizes coloniais referentes à presença brasileira no estuário do Rio da Prata. A rivalidade no Novo Mundo, em particular aquela canalizada no Prata, refletem antigas dissensões entre Portugal e Espanha. Logo após a chegada da Família Real ao Rio de Janeiro, Dom João ordenou incursões na Banda Oriental e em Caiena

(colônia francesa), com o objetivo de revidar a invasão sofrida pelo território português. No período colonial, já estão estruturados os condicionantes das relações assimétricas com as potências europeias e das relações simétricas com as colônias da América espanhola. Igualmente, permanecem as questões relativas à livre navegação dos rios, ao contrabando e ao comércio entre interior e litoral, as questões alfandegárias (principalmente do charque) e de fronteiras. As disputas por hegemonia na região, inclusive envolvendo pressões militares, ficam evidentes com a criação do Vice-Reino do Brasil em 1774, com a habilidosa política do Marquês de Pombal, e do Vice-Reino do Prata em 1776. No período independente, esse conflito culminará na Guerra da Cisplatina (1825-1828), em que essa província – brasileira desde 1821 – buscará ser anexada pela Argentina, que aceitará tal demanda. Essa situação dá início a um conflito que se encerra com a mediação inglesa e com a criação do Estado do Uruguai, em cuja política interna continuará a disputa entre a predominância da influência brasileira ou argentina.

No que concerne às articulações internas e externas à época da independência, destaca-se que a independência do Brasil ocorreu no quadro mais abrangente de crise do sistema colonial e do Antigo Regime. Esteve associada ao espraiamento de ideias liberais e iluministas europeias, que influenciaram movimentos emancipacionistas no Brasil, como a Inconfidência Mineira (1789) e a Conjuração Baiana (1798). Em particular, a onda revolucionária europeia de 1820 teve impactos significativos no Brasil, uma vez que a Revolução do Porto (1820) exigiu a volta da Família Real, a constitucionalização de Portugal e a recolonização do Brasil. O antiliberalismo

das Cortes portuguesas em relação ao Brasil foi o que desencadeou a transformação do projeto de autonomia com união das coroas para um projeto de independência, centrado na figura de Dom Pedro e nas articulações de José Bonifácio. Ao Grito do Ipiranga, seguiram-se guerras de independência entre províncias que aderiram ao Império e aquelas que se mantinham fiéis às Cortes, principalmente localizadas no Norte e no Nordeste, em que havia concentração maior de tropas portuguesas. O auxílio de comandantes estrangeiros e das províncias aliadas foi articulação fundamental para a rápida vitória da independência em 1823. Outra articulação essencial refere-se às negociações para o reconhecimento internacional da independência brasileira.

O reconhecimento da independência do Brasil foi marco precípuo da política externa iniciada em 1822, pois os estadistas de então temiam uma recolonização do Brasil por Portugal, com apoio da Santa Aliança. O reconhecimento foi enfocado, igualmente, pois permitiria a continuidade política e econômica do projeto da elite do Rio de Janeiro de manter estreitas relações comerciais com a Inglaterra. As primeiras nações a reconhecerem o Brasil independente foram africanas, Onin e Benin, o que ilustra a importância das relações políticas, comerciais e culturais no Atlântico Sul à época. Com efeito, havia possibilidade de aproximação e até de união desses países com o Brasil. Formalmente, os EUA prontamente reconheceram o Brasil, ainda que com o regime monárquico, pois acreditavam que a jovem nação contribuiria para afastar o "Hemisfério da Paz" das Américas do "Hemisfério da Guerra" que o Velho Continente representava. Os países europeus, incluso o Reino Unido, aguardaram o reconhecimento por parte de Portugal, o qual foi negociado intensamente em

Londres e no Rio de Janeiro. Após o malogro de duas rodadas de negociação, a Grã-Bretanha – interessada na renovação dos tratados de 1810 – pressionou o governo português e conseguiu o seu reconhecimento mediante certas condições. O Brasil teve a sua independência reconhecida por Portugal (este representado pelo diplomata britânico Charles Stuart), com as ressalvas de que a independência foi concedida pela metrópole, mantendo-se a linhagem dos Bragança, de que não poderia haver união entre o Brasil e as colônias portuguesas na África e de que o Brasil pagaria um valor indenizatório. Os demais países europeus reconheceram o Brasil depois de 1825. A Inglaterra o fez com a garantia de renovação dos tratados de 1810, com a inclusão de uma cláusula que previa a abolição do tráfico de escravos em 3 anos. Em suma, o Brasil logrou alcançar o reconhecimento de sua independência, mas com os custos da indenização, que deterioraram o prestígio interno do imperador, e da relativa dependência econômica em função dos tratados de 1827 e de uma inserção internacional aquém de seu potencial.

A independência brasileira é caracterizada por importantes continuidades e rupturas em relação ao período colonial. Destacam-se as continuidades político-institucional e econômica, assim como a manutenção da relação privilegiada com a Inglaterra, mantida por Dom Pedro I, e das disputas por hegemonia no rio da Prata. As dificuldades econômicas engendradas pela baixa arrecadação e pelos gastos com as guerras de independência conduzirão a um período de instabilidades, culminando na abdicação em 1831 e na dificuldade de o Brasil se impor no Prata entre 1831 e 1840. Dessa maneira, observa-se que as heranças coloniais e o legado da política externa à época da independência foram

fundamentais para definir a inserção internacional do Brasil – seus condicionantes externos, suas diretrizes e estratégias de política exterior – no Período do Império (1822-1889).

4. A REGÊNCIA (1831-1840)

Exercícios de primeira fase[61]

1. (Diplomacia – 2015) Diferentemente das demais colônias americanas, o Brasil adotou o regime monárquico ao proclamar sua emancipação política. Sob o comando de D. Pedro I, o Primeiro Reinado (1822-1831) foi marcado por graves crises políticas, que culminaram na abdicação do imperador. Seguiu-se o período regencial (1831-1840), por muitos considerado uma experiência republicana, assinalado pela eclosão de movimentos armados em vários pontos do país. A antecipação da maioridade de D. Pedro II (o chamado Golpe da Maioridade) deu início ao Segundo Reinado (1840-1889), o qual foi derrubado por um golpe militar que instaurou a República.
A respeito da trajetória histórica brasileira ao longo do século XIX, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

1. Após a abdicação de D. Pedro I, liberais radicais se insurgiram em vários pontos do país contra os grupos no poder: ressentindo-se da extrema centralização política, alguns defendiam o modelo federativo, outros propunham a abolição gradual da escravidão e, ainda, havia os que pleiteavam a nacionalização do comércio.
2. Refletindo a nova mentalidade que acompanhava a expansão do mercado internacional e a revolução no sistema de transportes, a Lei de Terras (1850) reduziu o poderio dos latifundiários e ampliou as possibilidades de acesso à propriedade rural por camponeses e pequenos proprietários.
3. Embora a Guerra do Paraguai tenha estreitado os laços entre os diversos setores do exército e o governo imperial, os militares estiveram à frente do

golpe que instituiu a República, o que conferiu ao ato o caráter de movimento popular, diferentemente do que ocorreu quando da Independência.

4. As elites brasileiras que assumiram o poder em 1822 organizaram um sistema político com eleições indiretas, baseadas no voto censitário, excluindo a grande maioria da população do processo eleitoral; a criação da Guarda Nacional veio propiciar às classes proprietárias a força policial necessária à manutenção do poder local.

Resposta: **1. Certo. Os últimos meses do Primeiro Reinado (1822-1831), assim como os primeiros da Regência (1831-1840), pautaram-se por contestações, especialmente por parte dos liberais radicais, ao modelo de centralização política adotado com a carta constitucional de 1824. Após a abdicação de Dom Pedro I, irrompeu uma série de pequenas revoltas – sobretudo no Ceará, em Pernambuco e no Rio de Janeiro – que, para além de contestar a sobrerrepresentação de portugueses nos principais cargos públicos, advogavam maior concessão de autonomia política para as províncias e para os municípios. Foram as denominadas rebeliões "tropa e povo". Entre os grupos mais radicais, reivindicou-se a federação, instância última no modelo descentralizador, a emancipação gradual dos cativos – preconizando o imediato fim do tráfico negreiro – e, ainda, a denúncia dos tratados desiguais de 1810, reconduzidos durante o Primeiro Reinado.**

2. Errado. Embora a Lei de Terras (1850) não contivesse dispositivo algum que ordenasse qualquer espécie de reforma agrária, os efeitos por ela produzidos redundaram na manutenção, se não incremento, da concentração fundiária. O instituto jurídico visava alijar os lavradores e imigrantes das possibilidades de adquirir a posse de terras.

3. Errado. Após a Guerra do Paraguai, o Exército politizou-se sobremaneira. As principais lideranças castrenses, tecendo alianças com as classes populares e com as classes médias em

formação, buscaram defender modelo alternativo ao sistema político-partidário do Segundo Reinado, que julgavam vetusto e excludente. A aproximação com os republicanos do Rio de Janeiro e de São Paulo conferiu aos militares maiores convicções quanto à possibilidade de instituir uma república no Brasil. O golpe de Quinze de Novembro de 1889, símbolo da aliança entre civis e militares republicanos, não se orquestrou, contudo, como movimento popular. O que, aliás, tampouco havia sido o caso quando da Independência.

4. Certo. As elites que assumiram o poder em 1822 modelaram o sistema eleitoral brasileiro mediante o voto indireto – até a Lei Saraiva, de 1881 –, masculino e censitário. Se é verdade que o piso salarial para poder votar variou ao longo do Segundo Reinado, a característica censitária do voto permaneceu inabalada. Até a Lei Saraiva, votaram entre 15% e 20% da população; após a lei, a participação eleitoral caiu para menos de 2% da população. Buscando conter os distúrbios políticos e eleitorais que marcaram o advento da Regência, em 7 de abril de 1831, criou-se a Guarda Nacional, de ampla inspiração em sua homóloga francesa. Com ela, buscava-se reorganizar o equilíbrio de forças no seio do Exército, no qual as formações de base eram compostas por negros, mulatos, homens pobres e pouco qualificados. A cúpula de comando do Exército, no entanto, era de formação portuguesa, o que constituía ameaça ao avanço liberal. Convinha, nesse sentido, limitar o poder do Exército, cujo contingente passou de 30 mil para 10 mil homens em menos de um ano, ou pelo menos o subordinar à tutela informal da Guarda Nacional. Quanto a esta, seus regimentos eram compostos por cidadãos eleitores fortemente politizados. Exigia-se renda de 100 mil réis anuais, o que significa dizer que, na Guarda Nacional, participavam proprietários brasileiros interessados na defesa de suas posses, de suas localidades e de suas regiões.

2. (Diplomacia – 2008) Durante a Regência (1831-1840), o Brasil passou por reformas institucionais que consolidaram o Estado Nacional, cuja política exterior tomou rumos distintos das orientações da época da Independência. Acerca da Regência e da nova política exterior no início do

Segundo Reinado, julgue (C ou E) os itens seguintes:

1. O pensamento político e os dirigentes dividiam-se entre liberais e conservadores, sendo os primeiros defensores da centralização do poder e, os segundos, do federalismo.
2. Entre os conservadores, Bernardo Pereira de Vasconcelos esteve presente na origem do partido político que defendia a centralização do poder do Estado.
3. O debate parlamentar acerca da renovação dos tratados de comércio dividiu o pensamento nacional entre liberais e protecionistas, sendo estes últimos defensores da industrialização do país.
4. Por força da lei de 1831 que definiu a competência dos regentes, tratados de qualquer natureza haveriam de passar pela prévia aprovação da Assembleia (Câmara e Senado) antes de serem ratificados.

Resposta: **1. Errado. O pensamento político organizou-se, finda a Regência, no embate bipolar entre liberais e conservadores. Ainda que, na expressão de Holanda Cavalcanti, "nada se assemelha mais a um saquarema do que um luzia no poder", havia divergências entre esses partidos. Os liberais preconizavam a descentralização de poder, que era uma exigência dos moderados à época da Regência, mas também o protecionismo alfandegário. Os conservadores, a seu turno, aconselhavam a centralização do poder, na esteira do pensamento regressista da Regência, e o livre comércio, pois haveria reciprocidade e queda no preço dos importados. Cabe lembrar que, não obstante as dicotomias partidárias, havia convergência de pensamento entre liberais e conservadores no que concerne à unidade territorial, à monarquia e à manutenção da escravidão.**

2. Certo. Ao longo da Regência, Bernardo Pereira de Vasconcelos notabilizou-se por flexibilizar seu pensamento político, favorecendo, progressivamente, as máximas regressistas em detrimento das liberais. Em 1820, Vasconcelos foi liberal: opôs-se a Dom Pedro I e advogou a abdicação de 7 de abril de 1831. No início

da Regência, tornou-se chimango, ou moderado: foi redator do Ato Adicional de 1834. O ano de 1835 marcou sua ruptura com o pensamento liberal, pois acusava-o de ter promovido as forças e as revoltas descentralizadoras da segunda metade da Regência.

3. Certo. O debate parlamentar acerca da renovação dos tratados de comércio dividiu o pensamento nacional entre o partido conservador e o partido liberal a partir do início do Segundo Reinado. Os conservadores defendiam a doutrina liberal do livre comércio, enquanto o partido liberal advogava o protecionismo como meio de promoção das industrias nascente, na esteira do pensamento econômico de Friedrich List.

4. Certo. Amado Cervo e Clodoaldo Bueno, em História da política exterior do Brasil, salientam a importância da Assembleia Geral durante a Regência no que concerne à aprovação de tratados. Os acordos internacionais eram assinados pelo Poder Executivo, aprovados em dois turnos pela Assembleia e, finalmente, ratificados pelos regentes.

3. (Diplomacia 2012)

"D. Picucha Terra Fagundes, conte alguma coisa da sua vida.

[...]

Onde está seu marido? Enterrado em chão castelhano. Morreu na Cisplatina.

[...]

Dei tudo o que tinha pros Farrapos. Meus sete filhos. Meus sete cavalos. Minhas sete vacas. Fiquei sozinha nesta casa com um gato e um pintassilgo. E Deus, naturalmente.

[...]

E o tempo continuava a andar num tranco lento de boi lerdo. Entrava inverno, saía inverno. E a guerra nada de acabar.

[...]

Ah! Ia me esquecendo de lhe dizer que tenho sete netos, todos homens.

Quando vejo eles, que já estão grandotes, sinto um calafrio pensando noutra guerra."

Erico Verissimo. O tempo e o vento: o continente. 31. ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1995, p. 310-315.

O fragmento de texto acima remete a uma das mais duradouras guerras civis travadas no Brasil, a Farroupilha, ocorrida no Rio Grande do Sul, ao longo de uma década (1835-1845). Relativamente ao período conhecido como regencial, que se estende da abdicação de Pedro I (1831) ao Golpe da Maioridade (1840), assinale a opção correta.

a) Acusado de montar um ministério que atendia exclusivamente aos interesses das elites locais, D. Pedro I perdeu o apoio da influente comunidade lusa no Brasil, o que fomentou clima de insegurança que tornou insustentável a manutenção do seu governo.

b) A Constituição do Império (1824) foi modificada em aspectos essenciais poucos anos depois de iniciada a fase regencial, e o Ato Adicional de 1834 interrompeu a descentralização político-administrativa que se iniciava: as províncias, que deixaram de contar com assembleias legislativas, perderam a prerrogativa de elaborar suas próprias leis.

c) No período regencial, além da Farroupilha, outros movimentos armados eclodiram no Brasil: no Grão-Pará, a Cabanagem; no Maranhão e no Piauí, a Balaiada; na Bahia, a Sabinada e a revolta dos Malês, esta referente a uma insurreição escrava planejada por africanos muçulmanos.

d) A Noite das Garrafadas, episódio em que portugueses atacaram, no Rio de Janeiro, um grupo de brasileiros que prestava homenagem a D. Pedro I, culminou no assassinato de Líbero Badaró, jornalista que se tornara famoso pelos artigos que publicava em apoio ao imperador e em defesa da luta intransigente para a expulsão dos portugueses do Brasil.

e) Na raiz da Guerra Farroupilha encontra-se a forte influência republicana dos países fronteiriços sobre estancieiros e charqueadores do Rio Grande do Sul, os quais, visando à expansão de seus negócios, exigiram do governo imperial a proibição da entrada, no mercado brasileiro, da carne salgada produzida no Uruguai e na Argentina.

Resposta: a) Incorreta. O ministério formado por Dom Pedro I

atendia aos interesses locais, na sua maioria, representados pela comunidade lusa no Brasil.

b) Incorreta. A Ato Adicional promoveu a descentralização político-administrativa. As Assembleias Legislativas ganharam a prerrogativa de elaborar suas próprias leis.

c) Correta. Todas as revoltas elencadas estouraram durante a Regência.

d) Incorreta. Os artigos de Libero Badarò condenavam a promoção interesses bragantinos no Brasil; portanto, não apoiavam ao imperador.

e) Incorreta. A Farroupilha não teve, em suas raízes, forte influência republicana.

4. (Diplomacia – 2006) Enquanto a Europa vivia sua Era Revolucionária, o Brasil promovia sua independência política e buscava organizar-se como Estado nacional. A respeito dessa fase da história brasileira, assinale a opção incorreta.

a) Internamente liberal, a Revolução do Porto, em 1820, pôs fim ao absolutismo português e, simultaneamente, impôs a adoção de medidas para reverter o grau de relativa autonomia conquistado pela colônia brasileira. Daí ser essa revolução considerada fator determinante para a evolução dos acontecimentos que resultariam na declaração de independência do Brasil, em 1822.

b) A onda liberal que levou às revoluções de 1830 na Europa também se fez presente no Brasil, embora adaptada às condições locais. Esse foi o quadro de adensamento da crise do Primeiro Reinado (1822-1831), que teve seu epílogo no afastamento (abdicação) de D. Pedro I.

c) O embate entre os defensores do centralismo monárquico – concentração do poder na capital – e as posições federalistas, que advogavam mais autonomia das províncias, é fator significativo para a eclosão de movimentos em várias regiões do país, ao longo do período regencial.

d) Ao contrário da Cabanagem, movimento armado conduzido pelas elites paraenses, a Revolução Farroupilha foi longamente sustentada pelo Rio Grande do Sul e caracterizou-se como um movimento essencialmente popular, do qual ricos estancieiros se recusaram a participar.

e) Em meio à crise política prolongada, que em larga medida foi alimentada pelo choque entre posições centralistas e federalistas, o período regencial chegou ao fim por meio de um golpe sem armas, materializado na antecipação da maioridade de D. Pedro II e na vitória dos defensores da monarquia parlamentar centralizada.

Resposta: **a) Correta. A dupla face do Vintismo, ou Revolução do Porto, de 1820, foi fator determinante para a evolução dos acontecimentos que resultariam na independência do Brasil. Se, por um lado, a Revolução era liberal na metrópole, por outro, mostrava-se conservadora na colônia.**

b) Correta. As revoluções de 1830, na Europa, repercutiram no continente americano, promovendo novas revoltas e quedas de regime. No caso do Brasil, a crise do Primeiro Reinado traduziu-se pela queda de Dom Pedro I e pelo surgimento da Regência Trina Provisória, em 7 de abril de 1831. Para parte da historiografia, notadamente Raymundo Faoro e José Murilo de Carvalho, a independência do Brasil foi consolidada nessa data.

c) Correta. O período regencial caracterizou-se pelo embate entre defensores da centralização e advogados descentralização. O Ato Adicional de 1834 promoveu ampla descentralização, o que, na visão de Bernardo Pereira de Vasconcelos, teria ocasionado a eclosão de revoltas e de movimentos separatistas nas províncias.

d) Incorreta. A Cabanagem, que eclodiu no Pará, foi uma sedição popular. A Revolução Farroupilha, em contraste, caracterizou-se como movimento elitista. Note-se que, no caso das revoltas populares, a repressão foi mais violenta do que aquela impingida aos movimentos elitistas.

e) Correta. O episódio de 23 de julho de 1840 – denominado Golpe

da Maioridade- objetivou outorgar a Dom Pedro II o trono abandonado por seu pai em 1831. Vislumbrava-se no golpe sem armas o arrefecimento das forças centrífugas e das sedições populares nas províncias rebeldes, visto que a consagração de Dom Pedro II no poder era exigência de algumas das revoltas. O Clube da Joana, ou Facção Áulica, liderado por Aureliano Coutinho, encarregou-se de preparar e influenciar o jovem imperador para o exercício do poder. Note-se, outrossim, que foram os liberais que trouxeram Dom Pedro II ao trono de forma a alijar os conservadores instituídos no governo desde as eleições de 1836, que marcaram a ascensão de Araújo Lima à Regência Una.

5. (Diplomacia – 2010) A década iniciada em 1830 caracterizou- se pela instabilidade política. A respeito do período regencial na história do Império Brasileiro, julgue (C ou E).

1. No Pará, os cabanos proclamaram a independência da província e definiram que o novo governo assumiria a forma republicana.
2. Na Bahia, a população, sob a liderança do médico Francisco Sabino Barroso, revoltou-se contra o recrutamento forçado para a formação de tropas que deveriam lutar no Rio Grande do Sul e instituiu a República Bahiense.
3. No Maranhão, setores da classe média contrários ao sistema imperial insubordinaram-se e proclamaram a independência da província, optando pelo regime republicano.
4. Os farroupilhas, no Rio Grande do Sul, rebelaram-se contra o sistema monárquico e, no manifesto de fundação do movimento, proclamaram a independência da província, tendo como objetivo econômico primordial inseri-la na economia internacional.

Resposta: 1. Anulado devido à ambiguidade gerada pela expressão "o novo governo assumiria a forma republicana". Sob a liderança de Angelim, a Cabanagem, ocorrida no Pará de 1835 a 1840, foi uma revolta contra a situação de miséria. De origem popular, a rebelião buscou tomar o poder, mas encontrou severas

dificuldades de organização, visto que não havia unanimidade quanto aos objetivos perseguidos.

2. Certo. A Sabinada, em 1837, na Bahia, opôs-se ao governo regencial e buscou instituir uma República que duraria até a maioridade de Dom Pedro II. Entre outras reivindicações, a revolta ergueu-se contra o recrutamento forçado para lutar no Rio Grande do Sul. Note-se que, como a Farroupilha, a Sabinada foi uma revolta elitista. As revoltas populares sofreram repressão mais violenta do que as elitistas. As revoltas elitistas eram mais organizadas do que as populares; portanto, as proclamações de república estão mais vinculadas àquelas forças centrífugas do que a estas sedições populares.

3. Errado. A Balaiada, que durou de 1838 a 1841, no Maranhão, foi uma revolta popular que preconizou a luta contra a miséria e a escravidão. Teve origem na crise econômica agrária da província e na queda dos preços do algodão. A concorrência com o algodão americano provocou perda nos lucros dos agricultores, o que levou os trabalhadores a uma situação de miséria. A retomada dos preços do algodão brasileiro só ocorreu durante a Guerra de Secessão nos Estados Unidos, entre 1861 e 1865.

4. Errado. A Farroupilha, que se estendeu de 1835 a 1845, derivou das dificuldades econômicas encontradas pelos produtores gaúchos de gado em concorrência com as facções argentinas e uruguaias. O objetivo dos farrapos era proteger seu mercado do produto estrangeiro, e não inserir a província na economia internacional. Em rigor, já estava inserida na lógica platina de comércio internacional. A revolta buscou garantir o lucro dos estancieiros gaúchos e desembocou na proclamação da República de Piratini. As negociações de paz que se seguiram à derrota militar dos farrapos deram anistia a alguns dos revoltosos, incorporaram-nos ao Exército Imperial e estabeleceram novo arranjo alfandegário benéfico ao Rio Grande do Sul.

6. (Diplomacia – 2011) Assinale a opção correta com relação ao processo de independência do Brasil:

a) Um tipo de conflito de interesses que reapareceria em outros contextos da

história do Brasil, centrado nas atribuições do Poder Executivo e do Legislativo, ocasionou a primeira grave crise política do nascente Estado nacional brasileiro e redundou na dissolução da assembleia constituinte encarregada de elaborar a primeira Constituição do país.

b) O reconhecimento da independência brasileira pela Inglaterra ocorreu quase simultaneamente à decisão dos Estados Unidos da América (EUA) de reconhecer o nascimento do Estado brasileiro sob a liderança do antigo príncipe regente português. Em ambos os casos, condicionou-se o reconhecimento à abertura do mercado brasileiro ao comércio internacional.

c) Os dois partidos políticos constituídos no início do Primeiro Reinado, o Conservador e o Liberal, ofereceram a Dom Pedro I o apoio e a estabilidade necessários para o seu governo, cenário de estabilidade política que desapareceu em face da violenta repressão do governo central a movimentos separatistas como a Cabanagem e a Sabinada.

d) A emancipação política do Brasil, além de não ensejar grandes alterações na ordem econômica e social, preservou a monarquia, em meio aos vizinhos republicanos, situação somente possível devido à existência de uma elite política homogênea, detentora de sólida base social e de um projeto de nação consensualmente construído.

e) A Cisplatina e a Bahia foram as províncias brasileiras nas quais se manifestou a resistência portuguesa, tendo o governo de Lisboa contratado comandantes militares estrangeiros, como, por exemplo, o oficial francês Pedro Labatut, para liderar as tropas lusas no confronto com as forças leais a Dom Pedro I.

Resposta: **a) Correta. A primeira crise política do Estado brasileiro ocorreu no episódio conhecido como a “noite da agonia”, na virada do dia 11 para o dia 12 de novembro de 1823. A Assembleia Constituinte opôs as facções brasileiras às portuguesas. Se**

aquelas eram liberais, preconizando a limitação do poder do imperador e a instauração da tripartição dos poderes, estas, a seu turno, apoiavam a união do Brasil com Portugal e o fortalecimento da figura do imperador. Essa oposição tem dupla origem. A primeira diz respeito à natureza da composição dos bancadas. Enquanto a brasileira era consubstanciada por proprietários, liberais e parte do clero, a portuguesa açambarcava comerciantes, militares e burocratas. A segunda relaciona-se ao "Vintismo", ou Revolução Liberal do Porto, de 1820. Se, por um lado, os liberais do Porto aconselhavam a limitação do poder real e a consagração de uma Constituição liberal para a metrópole, por outro, revelou sua face conservadora ao reivindicar o arrefecimento da autonomia do Brasil. A dissolução da Assembleia Constituinte, em 1823, teve lugar após a rejeição de Dom Pedro I à Constituição da Mandioca, proposta brasileira que recomendava a adoção do critério censitário para as eleições. Símbolo desse rompimento é o distanciamento dos Andradas. Durante a noite de agonia, Dom Pedro I dissolveu a Assembleia Constituinte e outorgou a Constituição de 1824, à revelia dos brasilienses. Esse conflito de interesses centrado nas atribuições do Poder Executivo e do Legislativo reapareceu durante a crise que levou, em 7 de abril de 1831, à ascensão da Regência Trina Provisória e no embate institucional que ocasionou, em novembro de 1891, a queda do primeiro presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, o Marechal Deodoro da Fonseca.

b) Incorreta. O reconhecimento da independência do Brasil, à época sob a regência de Dom Pedro I e não de Dom João VI, pela Inglaterra, não ocorreu simultaneamente à decisão homônima dos Estados Unidos. O reconhecimento outorgado pelos Estados Unidos, em 1824, antecedeu o da Inglaterra, efetuado em 1826. No caso dos Estados Unidos, a decisão foi vinculada ao adensamento da Doutrina Monroe, formulada em 1823, que preconizava a não intervenção da Europa no continente americano e vice-versa. Originalmente, a Doutrina Monroe não se traduzia em superioridade imperialista dos Estados Unidos. Por sua vez, o reconhecimento da independência brasileira pela Inglaterra faz jus à política comercial britânica, que visava perpetuar os tratados

comerciais desiguais com o Brasil. As cláusulas do tratado de Navegação e Comércio, de 1810, que estabeleciam privilégios alfandegários para a Inglaterra, foram reconduzidas no ato de reconhecimento da independência em 1826.

c) Incorreta. Os partidos Conservador e Liberal surgem na esteira do embate político que marcou a Regência (1831-1840). Durante o Primeiro Reinado, a histografia salienta a existência das facções brasileiras e portuguesas que representavam, respectivamente, a grande propriedade e o comércio. A instabilidade política que marcou o Primeiro Reinado adveio da incompatibilidade entre esses interesses. Os movimentos ditos separatistas, como a Cabanagem e a Sabinada, surgiram após o avanço liberal (1831-1834), durante a Regência, que promoveu políticas de descentralização do poder.

d) Incorreto. Embora parte da historiografia sustente que a emancipação política do Brasil não engendrou maiores comoções na ordem econômica e social, não havia homogeneidade política, nem consensualidade no que concerne à construção da nação. A monarquia foi preservada, em meio aos vizinhos republicanos, mas o descontentamento das facções brasileiras promoveu o fim do Primeiro Reinado, cujo estopim foi a "noite das garrafadas", em novembro de 1830. Durante o episódio, os brasileiros enfrentaram os portugueses, pois os acusavam de ter assassinado o jornalista brasileiro Libero Badarò. Em retaliação, Dom Pedro I demitiu o ministério brasileiro e criou o ministério dos marqueses, formado por portugueses. A resposta à demissão foi a revolta no Campo de Santana, que deu lugar ao 7 de abril de 1831 e à instauração da Regência.

e) Incorreta. Consoante Boris Fausto, "os conflitos mais importantes ocorreram no Sul do país e na Bahia. Na Província Cisplatina, atual Uruguai, as tropas portuguesas resistiram, mas acabaram se retirando em novembro de 1823. Aí começaria uma longa guerra pela independência uruguaia, mas já agora contra brasileiros e não contra os portugueses. Na Bahia, as lutas entre as tropas portuguesas, lideradas pelo general Madeira de Melo, e as favoráveis à independência resultaram em centenas de mortos" (p.

144). E, ainda, “papel importante na mobilização das tropas brasileiras foi desempenhado por comandantes europeus, entre os quais os comandante francês Pedro Labatut (...)” (p. 113). Ressalte-se, ainda, que a desanexação da Província Cisplatina, em 1828, após a Guerra Cisplatina, que envolveu o Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata, deu lugar ao surgimento da República Oriental do Uruguai.

7. (Diplomacia – 2006) A política externa brasileira, no início do período independente, irá definir-se em função da herança colonial com suas estruturas sociais, do Estado bragantino com seus valores, conexões e desígnios, da emergência de um sistema internacional resultante da revolução industrial, do peso das forças reacionárias aglutinadas na Santa Aliança, dos estreitos vínculos ingleses transferidos pela metrópole, da transformação do continente americano em área de competição internacional. Esses elementos de cálculo pesariam obviamente sobre o processo decisório quanto às relações exteriores. Outros dois devem-lhes ser somados: por um lado, a experiência e o conhecimento da realidade internacional, acumulados na corte do Rio de Janeiro, desde 1808, adquiridos na rotina do serviço diplomático, com as representações estrangeiras no Brasil e as representações luso-brasileiras no exterior; por outro lado, a importância atribuída às questões externas, na própria organização do Estado nacional, após a ruptura com Portugal. Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno. *História da política exterior do Brasil*. **São Paulo: Ática, 1992, p. 20-1. Tendo o texto acima como referência inicial e considerando a dimensão do significado da transferência da sede do Estado português para sua colônia americana, julgue (C ou E) os itens seguintes:**

1. A decisão de transferir a sede do governo metropolitana vincula-se à tensa conjuntura da política europeia em princípios do século XIX, quando duas forças poderosas – a França napoleônica e a Inglaterra – disputam espaços e áreas de influência.
2. A presença da corte bragantina no Rio de Janeiro alterou substancialmente a situação da colônia brasileira. O primeiro sinal dessa transferência, que se mostrou fundamental para o encaminhamento do processo de independência, foi a abertura dos portos ao comércio internacional, decisão que fazia

desaparecer o eixo central do sistema colonial: o monopólio metropolitano.

3. O fim do exclusivo de comércio (monopólio metropolitano) foi decisão difícil, visto que foi preciso vencer a implacável resistência britânica. Como país pioneiro e líder da Revolução Industrial, a Inglaterra temia perder o potencialmente promissor mercado brasileiro ante a concorrência de outras potências.
4. Infere-se do texto que a política externa joaniana bem como a que foi implementada pelo nascente Estado brasileiro afastaram-se paulatinamente de influências europeias, superaram condicionamentos históricos e abriram perspectivas na direção da crescente aproximação do Brasil com os vizinhos americanos.

Resposta: **1. Certo. A interiorização da metrópole no Rio de Janeiro, na expressão de Maria Odila Leite Dias, atrelou-se às guerras napoleônicas no continente europeu. O bloqueio continental decretado pela França, após a derrota de Trafalgar contra a Inglaterra, aproximou Portugal dos britânicos, e a Espanha dos franceses. Pelo Tratado de Fontainebleu, de 1807, a Espanha cedeu passagem às tropas napoleônicas para adentrar o território lusitano, forçando a Coroa de Lisboa a transmigrar para o Brasil, na esteira das recomendações anteriores de Dom Rodrigo de Sousa Continho. Pelo tratado referido, Portugal seria dividido entre a Espanha, a França e Manuel de Godoy, diplomata espanhol que articulou o acordo de passagem. A Inglaterra financiou e escoltou a transferência da Coroa para o Rio de Janeiro.**

2. Certo. A transferência da Coroa caracterizou-se pelo expressivo crescimento econômico da colônia, pela abertura dos portos às nações amigas e pelo fim do exclusivo colonial. Ainda, revogou-se o alvará de 1785, por meio do qual a produção de manufaturas ficava sob monopólio metropolitano. Maria Odila Leite Dias aponta que a presença portuguesa no Rio de Janeiro provocou um enraizamento da Corte na região do Centro Sul do Brasil (Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais). Os membros da Corte portuguesa transformaram o Rio de Janeiro, causando um

significativo povoamento da cidade, que resultou em uma crise de abastecimento. A crise foi resolvida com o desenvolvimento de uma rede de comércio entre o Rio de Janeiro e as capitanias da região, o que favoreceu um adensamento dos interesses portugueses na América e provocou uma transformação substancial na colônia brasileira. Os principais homens da Corte portuguesa começaram a investir na América, criando laços com as populações e o comércio local, o que, em última instância, contribuíra para o desenvolvimento econômico do Brasil.

3. Errado. A Inglaterra beneficiou-se do Tratado de Comércio e Navegação, visto que as tarifas alfandegárias aplicadas à Inglaterra foram estipuladas em 15% ad valorem, enquanto a Portugal era aplicado o percentual de 16%. Às demais nações amigas era imposta a tarifa de 24%. Note-se que a competitividade industrial britânica dava notável vantagem à Inglaterra em detrimento dos demais Estados; as tarifas, nesse sentido, ainda que mais tarde aplicadas de forma homogênea aos Estados com os quais o Brasil mantinha relações diplomáticas, não teriam prejudicado as exportações inglesas.

4. Errado. Consoante tese de Amado Cervo e de Clodoaldo Bueno, até a entrada em vigor da tarifa Alves Branco, em 1844, a Colônia e o Brasil tiveram de administrar o imobilismo. Em outros termos, a política externa durante os anos finais da Colônia e os primeiros do Brasil independente estava umbilicalmente vinculada aos tratados de comércio com a Inglaterra. Ainda, o período que se estende de 1822 a 1851 é marcado por sucessivos atritos com os vizinhos americanos, notadamente os embates ligados à Guerra Cisplatina, em 1825, e a Guerra contra Rosas, em 1851.

Exercícios de terceira fase[62]

1. (Diplomacia 2007) A propósito dos partidos políticos liberal e conservador durante a Regência e a primeira década do Segundo Reinado, discorra sobre

a) o pensamento político dessas correntes partidárias; e

b) o impacto desse pensamento sobre a institucionalização do Estado.

Resposta: Marina Guedes Duque (19/20)

A construção da ordem nacional durante o período imperial é largamente tributária do pensamento político e da ação das elites brasileiras. Uma vez desatadas as amarras coloniais, fazia-se necessário consolidar não só o Estado como também a nação brasileira, por meio do estabelecimento das fronteiras territoriais, da legitimação do governo central e da elaboração da identidade nacional. A esses fins dedicou-se a elite política imperial, responsável por lançar as bases da ordem que seria gradualmente consolidada nos governos seguintes.

De acordo com José Murilo de Carvalho, as profundas diferenças entre a trajetória política do Brasil independente e aquela de seus vizinhos hispano-americanos devem-se, em larga medida, à homogeneidade das elites políticas brasileiras. A formação comum nas faculdades de Direito de Coimbra e, posteriormente, nas de Recife-Olinda e São Paulo engendrou considerável uniformidade de pensamento em uma elite que constituía verdadeira "ilha de letrados em um mar de analfabetos". Essa formação educacional possuía caráter centralizador, ao procurar afastar-se da influência do liberalismo proveniente dos ideais napoleônicos.

A cultura política luso-brasileira, ademais, tendia a valorizar substancialmente o papel do Estado na formação nacional, à diferença do que ocorreu em países como os Estados Unidos e a Inglaterra. As atividades econômicas não tinham potencial suficiente para absorver a maioria dos bacharéis que se formavam; como consequência, as atividades política e burocrática constituíam destino principal das elites pensantes provenientes das faculdades de Direito. Em muitas ocasiões, desse modo, tanto a burocracia como o sistema político adquiririam interesses mais identificados com o Estado

do que com elites econômicas específicas.

Além da formação acadêmica comum, os burocratas e os políticos seriam submetidos a uma formação profissional que tendia à uniformidade, como resultado da rotatividade de cargos e regiões de atuação. Embora houvesse algumas divergências dentro das elites – como demonstra a formação dos partidos liberal e conservador –, sobressai, portanto, a tendência à homogeneidade de pensamento e ação, na direção da centralização e da consolidação do Estado nacional. Somente um Estado forte seria capaz de manter o regime escravista, a despeito de pressões internacionais, e de defender alguns dos interesses das elites econômicas, ao mesmo tempo em que evitava o esfacelamento do território nacional ensaiado por diversas rebeliões regionais.

Os partidos políticos liberal e conservador compartilhavam, desse modo, a defesa do regime monárquico, cuja manutenção seria a origem de legitimidade do Brasil independente e havia permitido uma transição relativamente calma do poder colonial, ao conter tanto inovações como continuidades. A monarquia brasileira distinguir-nos-ia das repúblicas hispano-americanas, não só aos olhos dos europeus, como também no pensamento das elites nacionais. A política externa do período, assim, teria caráter eurocêntrico, como demonstram as discussões no âmbito do Conselho de Estado, ao mesmo tempo em que continha certo desprezo pelos vizinhos sul-americanos, associados à instabilidade e ao caudilhismo.

Os dois partidos também possuíam visões semelhantes no que concerne à necessidade de centralização do poder, ainda que discordassem quanto ao grau de fortalecimento do Estado central. O partido liberal formou-se como reação ao

“autoritarismo” de Dom Pedro I, cujo governo caracterizou-se pela ampla utilização das prerrogativas do Poder Moderador.

Durante o período regencial, dessa forma, o Ato Adicional de 1834 fomentou a descentralização política, por meio da extinção do Conselho de Estado e do Poder Moderador, e da delegação às províncias regionais de poderes do governo central, como os de formar exércitos e contrair empréstimos no exterior.

A Regência, no entanto, caracterizou-se pelo auge da instabilidade política. O partido conservador, por conseguinte, consolidou-se em reação às medidas descentralizadoras, principalmente após 1838. Com o intuito de evitar o “regresso” conservador, os liberais promoveram o Golpe da Maioridade, que terminou por satisfazer ambas as partes, ao permitir o encerramento das instabilidades regionais com a Revolta Praieira, atribuir maior legitimidade e poder à administração central, e preparar o caminho para o soerguimento econômico do país.

O pensamento político das elites imperiais possuía, portanto, alto grau de homogeneidade, com a exceção de algumas divergências de caráter específico, como a relativa ao grau de centralização. Vale ressaltar, por fim, que a constante interação das elites e o contínuo revezamento dos partidos liberal e conservador no poder permitiu, na maior parte do período considerado, a conciliação em torno do objetivo comum de institucionalizar o Estado brasileiro. A conjunção desses fatores, assim, propiciou a construção da ordem no Brasil e a manutenção da unidade territorial nacional.

5. O SEGUNDO REINADO (1840-1889)

Exercícios de primeira fase

1. (Diplomacia – 2015) Diferentemente das demais colônias americanas, o Brasil adotou o regime monárquico ao proclamar sua emancipação política. Sob o comando de D. Pedro I, o Primeiro Reinado (1822-1831) foi marcado por graves crises políticas, que culminaram na abdicação do imperador. Seguiu-se o período regencial (1831-1840), por muitos considerado uma experiência republicana, assinalado pela eclosão de movimentos armados em vários pontos do país. A antecipação da maioridade de D. Pedro II (o chamado Golpe da Maioridade) deu início ao Segundo Reinado (1840-1889), o qual foi derrubado por um golpe militar que instaurou a República.
A respeito da trajetória histórica brasileira ao longo do século XIX, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

1. Após a abdicação de D. Pedro I, liberais radicais se insurgiram em vários pontos do país contra os grupos no poder: ressentindo-se da extrema centralização política, alguns defendiam o modelo federativo, outros propunham a abolição gradual da escravidão e, ainda, havia os que pleiteavam a nacionalização do comércio.
2. Refletindo a nova mentalidade que acompanhava a expansão do mercado internacional e a revolução no sistema de transportes, a Lei de Terras (1850) reduziu o poderio dos latifundiários e ampliou as possibilidades de acesso à propriedade rural por camponeses e pequenos proprietários.
3. Embora a Guerra do Paraguai tenha estreitado os laços entre os diversos setores do exército e o governo imperial, os militares estiveram à frente do golpe que instituiu a República, o que conferiu ao ato o caráter de movimento popular, diferentemente do que ocorreu quando da Independência.
4. As elites brasileiras que assumiram o poder em 1822 organizaram um sistema político com eleições indiretas, baseadas no voto censitário, excluindo a grande maioria da população do processo eleitoral; a criação da

Guarda Nacional veio propiciar às classes proprietárias a força policial necessária à manutenção do poder local.

Resposta: **1. Certo. Os últimos meses do Primeiro Reinado (1822-1831), assim como os primeiros da Regência (1831-1840), pautaram-se por contestações, especialmente por parte dos liberais radicais, ao modelo de centralização política adotado com a carta constitucional de 1824. Após a abdicação de Dom Pedro I, irrompeu uma série de pequenas revoltas – sobretudo no Ceará, em Pernambuco e no Rio de Janeiro – que, para além de contestar a sobrerrepresentação de portugueses nos principais cargos públicos, advogavam maior concessão de autonomia política para as províncias e para os municípios. Foram as denominadas rebeliões "tropa e povo". Entre os grupos mais radicais, reivindicou-se a federação, instância última no modelo descentralizador, a emancipação gradual dos cativos – preconizando o imediato fim do tráfico negreiro – e, ainda, a denúncia dos tratados desiguais de 1810, reconduzidos durante o Primeiro Reinado.**

2. Errado. Embora a Lei de Terras (1850) não contivesse dispositivo algum que ordenasse qualquer espécie de reforma agrária, os efeitos por ela produzidos redundaram na manutenção, se não incremento, da concentração fundiária. O instituto jurídico visava alijar os lavradores e imigrantes das possibilidades de adquirir a posse de terras.

3. Errado. Após a Guerra do Paraguai, o Exército politizou-se sobremaneira. As principais lideranças castrenses, tecendo alianças com as classes populares e com as classes médias em formação, buscaram defender modelo alternativo ao sistema político-partidário do Segundo Reinado, que julgavam vetusto e excludente. A aproximação com os republicanos do Rio de Janeiro e de São Paulo conferiu aos militares maiores convicções quanto à possibilidade de instituir uma república no Brasil. O golpe de Quinze de Novembro de 1889, símbolo da aliança entre civis e militares republicanos, não se orquestrou, contudo, como movimento popular. O que, aliás, tampouco havia sido o caso

quando da Independência.

4. Certo. As elites que assumiram o poder em 1822 modelaram o sistema eleitoral brasileiro mediante o voto indireto – até a Lei Saraiva, de 1881 –, masculino e censitário. Se é verdade que o piso salarial para poder votar variou ao longo do Segundo Reinado, a característica censitária do voto permaneceu inabalada. Até a Lei Saraiva, votaram entre 15% e 20% da população; após a lei, a participação eleitoral caiu para menos de 2% da população. Buscando conter os distúrbios políticos e eleitorais que marcaram o advento da Regência, em 7 de abril de 1831, criou-se a Guarda Nacional, de ampla inspiração em sua homóloga francesa. Com ela, buscava-se reorganizar o equilíbrio de forças no seio do Exército, no qual as formações de base eram compostas por negros, mulatos, homens pobres e pouco qualificados. A cúpula de comando do Exército, no entanto, era de formação portuguesa, o que constituía ameaça ao avanço liberal. Convinha, nesse sentido, limitar o poder do Exército, cujo contingente passou de 30 mil para 10 mil homens em menos de um ano, ou pelo menos o subordinar à tutela informal da Guarda Nacional. Quanto a esta, seus regimentos eram compostos por cidadãos eleitores fortemente politizados. Exigia-se renda de 100 mil réis anuais, o que significa dizer que, na Guarda Nacional, participavam proprietários brasileiros interessados na defesa de suas posses, de suas localidades e de suas regiões.

2. (Diplomacia – 2014) O Segundo Reinado compreende quatro décadas, abrangendo desde o golpe da Maioridade (1840) à Proclamação da República (1889) e determinando quatro períodos, que podem ser apontados como a mais longa fase da história política do Brasil. Houve um primeiro período, de organização, do Segundo Reinado – de 1840 a 1850 –, que primou pela repressão aos levantes regionais do período regencial, preparação do imperador e montagem do aparato legislativo para garantir a ordem constitucional. O segundo período – de 1850 a 1864 – caracterizou-se por certa estabilidade, quando se implementaram as primeiras iniciativas materiais de porte. No terceiro período – de 1864 a 1870 –, sobressaiu a campanha da guerra contra o Paraguai, transformada em questão nacional. O último período – de 1870 a 1889 – foi marcado não só

pelo desenvolvimento econômico, mas também pelo aprofundamento das contradições, ampliado com a propaganda republicana.

Adriana Lopez e Carlos Guilherme Mota. História do Brasil: uma interpretação. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2008, p. 462-468 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue (C ou E) os itens seguintes, considerando o quadro de crise que leva à queda do regime monárquico e a sua substituição pelo regime republicano.

1. A Questão Religiosa, que se tornou problema político não contornado pelo governo imperial, nasceu da intolerância das autoridades governamentais com os integrantes da Maçonaria, algo que a hierarquia católica aceitava com naturalidade, chegando mesmo a incentivar a atuação política dos grupos maçônicos.
2. O texto sugere que uma das principais causas do enfraquecimento do regime monárquico foi a sua incapacidade de reorientar os rumos da economia brasileira nos anos que se seguiram ao fim da Guerra do Paraguai: a queda brusca dos preços do café no mercado internacional acarretou retrocesso econômico e instabilidade política.
3. A imigração europeia em massa, a urbanização, as lutas pela abolição da escravatura e as questões religiosa e militar foram importantes elementos de desestabilização de um regime monárquico que se mostrava, em vários aspectos, incapaz de incorporar as transformações em curso no Brasil, sobretudo as que se processavam na mentalidade das novas gerações, em especial da juventude militar.
4. Com a Guerra do Paraguai, o Exército conheceu profundas mudanças e tornou-se crescentemente um canal de ascensão social; todavia, terminado o conflito, demonstrou forte apatia pela política, optando por emprestar seu apoio discreto a uma monarquia em crise, em vez de se engajar na campanha republicana, cada vez mais popular.

Resposta: **1. Errado. O item está errado por duas razões. Em primeiro lugar, a Questão Religiosa foi contornada pelo governo imperial, que decidiu, quando do gabinete Caxias, soltar os Bispos de Olinda e do Pará: eles haviam sido presos por defender a encíclica papal que condenava a prática da maçonaria. Chegamos assim ou segundo erro da questão: a intolerância com a maçonaria não surgiu dos círculos imperiais, já que grande parte dos políticos, à época, eram maçons, mas da Santa Sé, que proibiu a prática da maçonaria.**

2. Errado. As duas últimas décadas imperiais foram marcadas por crescimento econômico, em parte empurrado pelo aumento das exportações de café, em que pese a dívida pública acarretada pela Guerra do Paraguai.

3. Certo. Os derradeiros anos do Império assinalam contradições entre estruturas econômicas e políticas julgadas arcaicas por aqueles que apregoavam a modernização do Estado. O pensamento modernizador teve sua origem entre os militares que retornaram da Guerra do Paraguai e entre a geração de intelectuais que preconizou a implementação de seu bando de ideias novas, na expressão de Sílvio Romero: a abolição e a república eram algumas delas.

4. Errado. O retorno dos veteranos da Guerra do Paraguai, especialmente aqueles que permaneceram na caserna, foi caracterizado por engajamento político. O Exército e, em menor medida, a Marinha, buscaram erguer-se como classe política, capaz de reclamar espaço na condução dos negócios públicos.

3. (Diplomacia – 2007) No Brasil do Segundo Reinado (1840-1889), os partidos políticos, embora representassem as elites sociais, guiavam-se por programas próprios e diferenciados de governo. Com relação a esse período histórico, assinale a opção correta

a) Os partidos políticos eram instáveis e de curta duração.

b) A Liga Progressista formada na década de 60 do século XIX criticava o sistema parlamentar, o eleitoral e a centralização.

c) Liberais e conservadores convergiram ao propor a substituição do regime

monárquico pelo republicano.

d) A chamada conciliação dos partidos, que ocorreu durante o período da Regência (1831-1840), perdurou por todo o Segundo Reinado.

e) Em matéria de política exterior, liberais e conservadores manifestavam constante divergência.

Resposta: **a) Incorreta. Os partidos políticos, durante o Segundo Reinado, eram estáveis e de longa duração. Com efeito, os partidos conservador e liberal surgiram na esteira do regresso conservador, ainda na época regencial, e somente desestruturam-se com a queda do Império em 1889.**

b) Correta. A Liga Progressista, formada na década de 1860, reuniu liberais e conservadores moderados. Encabeçada por Zacarias de Góes e Vasconcellos, por Teófilo Ottoni e por Nabuco de Araújo, a Liga advogou o fim do Poder Moderador, a reforma do sistema parlamentar e eleitoral e a descentralização administrativa. Ottoni, em Circular aos eleitores de senador de Minas Gerais, criticou severamente o sistema eleitoral. Vasconcelos, em Da natureza e limites do Poder Moderador, repudiou a existência do Poder Moderador. Tavares Bastos, em Cartas do solitário, opôs-se à centralização excessiva do Império. Outra questão salientada pelos membros da Liga foi a necessidade de impor a responsabilidade dos ministros por atos do Poder Moderador. A instabilidade da Liga Progressista decorreu da heterogênea composição da Câmara, que deu origem a seis gabinetes, e de questões da política externa. Durante a Liga, ocorreu a ruptura de relações diplomáticas com a Inglaterra e a deflagração da Guerra do Paraguai.

c) Incorreta. Liberais e conservadores convergiam ao propor a monarquia como fórmula para a unidade territorial.

d) Incorreta. O ministério da conciliação, de 1853 a 1856, permitiu a reunião de liberais e conservadores. Honório Hermeto Carneiro Leão, o Marquês de Paraná, foi o articulador da conciliação: buscou garantir o respeito ao sistema político definido com vistas a assegurar a estabilidade governamental. A maior coesão interna permitiu ao Brasil voltar-se para as questões exteriores. Na

acepção de Maria Yedda Linhares, o período caracterizou-se antes por ser uma articulação de homens do que uma conciliação de princípios. O falecimento do Marquês de Paraná deu fim ao ministério da conciliação.

e) Incorreta. Embora houvesse disputas entre liberais e conservadores no que concerne à política externa, ambos os partidos se mostraram coesas na Guerra contra Oribe e Rosas.

Texto – para as próximas duas questões

Com o início do Segundo Reinado, são plenamente restabelecidas a prerrogativa monárquica e a centralização administrativa. A Monarquia constitucional parlamentarista de quatro poderes se viu reforçada. Existiam dois grandes partidos monárquicos. O Partido Conservador consistia na aliança entre a burocracia, o grande comércio e a grande lavoura de exportação. O Liberal era formado por profissionais liberais urbanos e por agricultores ligados ao mercado interno e às áreas mais recentes de colonização. Pelo sistema eleitoral que vigoraria até 1889, estavam excluídos do direito de voto os escravos, os menores de 25 anos (com exceções), os criados de servir, os religiosos que vivessem em comunidade claustral e todos aqueles que não percebessem determinada renda líquida anual. Só poderiam ser eleitos parlamentares os cidadãos brasileiros com renda elevada que professassem a religião do Estado. A reforma eleitoral de 1881 ampliou a renda exigida para a condição de eleitor e proibiu o analfabeto de votar. Em meio a esse sistema político é que seria processada a abolição da escravidão e decretada a Lei de Terras (1850). A apreensão do processo de abolição da escravidão envolve diversos níveis de análise, um dos quais diz respeito às dimensões macro-históricas e mundiais do processo. É nesse contexto que se entendem as pressões inglesas para a suspensão do tráfico atlântico para o Brasil. Contudo, não se pode esquecer que a sociedade brasileira não se resume e nem se esgota nas suas relações externas: ela possui também as suas estruturas internas, com lógica própria.

João Luís Fragoso e Francisco Carlos Teixeira da Silva. A política no Império e no início da República Velha: dos barões aos coronéis. In: Maria Yedda Linhares (Org.). História geral do Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1996, p. 199-204 (com adaptações).

4. (Diplomacia – 2006) Tendo o texto como referência inicial e considerando o sistema político em vigor no Segundo Reinado (1840-1889), assinale a opção incorreta

a) Em seus contornos básicos, a organização política do Estado brasileiro foi estabelecida pela Constituição de 1824. Nela, a divisão dos poderes contemplava, além dos clássicos Executivo, Legislativo e Judiciário, um quarto poder, o Moderador, que ampliava o espaço de atuação do imperador.

b) O parlamentarismo brasileiro, extinto com o advento do regime republicano, apresentava traços que fugiam claramente do esquema clássico europeu, notadamente do modelo inglês, razão pela qual era chamado de "às avessas". Exemplo disso era a prerrogativa do monarca de nomear e demitir livremente os ministros de Estado.

c) Nada mais parecido com um liberal do que um conservador no poder. A frase famosa, pronunciada por uma importante personalidade política do Império, reforça a fragilidade doutrinária e ideológica dos dois grandes partidos brasileiros do Segundo Reinado, além de expressar um sistema de representação política elitista e excludente.

d) Infere-se do texto que era reduzido o percentual de eleitores no conjunto da população brasileira, situação que tendia a ser revertida com as reformas eleitorais ocorridas nos anos finais do Império e que propiciaram a extensão da plena cidadania a uma parcela significativamente maior da sociedade.

e) Pelas informações contidas no texto, chega-se à conclusão de que o sistema político vigente no Segundo Reinado caracterizava-se pela centralização, pela baixa representatividade e pela aliança entre Coroa, elite política, grande comércio e grande lavoura.

Resposta: a) Correta. A Carta Constitucional outorgada de 1824 instituía, além da centralização, quatro poderes: i) o Executivo, que seria exercido pelo imperador e pelos ministros por ele nomeados – a figura do presidente de gabinete surgiu em 1847; ii) o

Legislativo bicameral, estruturado por senadores vitalícios, escolhidos em lista tríplice pelo imperador, e por deputados. A Câmara e o Senado conformavam a Assembleia Geral do Império; iii) o Judiciário, consubstanciado pelo Supremo Tribunal do Império; e iv) o Poder Moderador (PM), de atribuição exclusiva do imperador. O PM inspirava-se nas teses políticas de Benjamin Constant, o francês, que advogava a necessidade de interferência de um quarto poder nos outros poderes caso situações de ingovernabilidade ocorressem. Ainda, a Carta de 1824 manteve o instituto do padroado e do beneplácito, por meio do qual o Estado tinha primazia sobre a Igreja.

b) Correta. O parlamentarismo brasileiro, à época do Império, distanciou-se do modelo inglês, na medida em que o imperador gozava da faculdade de nomear e de demitir os ministros de Estado, de dissolver a Câmara de Deputados e de indicar sua preferência por presidentes de gabinete.

c) Correta. Consoante Holanda Cavalcanti, "nada se assemelha mais a um saquarema do que um luzia no poder". A máxima denota a fragilidade doutrinaria dos dois grandes partidos. Na compreensão dessa personalidade política, não haveria fronteiras ideológicas entre os partidos, mas embates e adversidades entre os homens que os consubstanciavam.

d) Incorreta. A reforma eleitoral de 1881, denominada Lei Saraiva, reduziu substancialmente o número de eleitores, ampliando a característica excludente das eleições e a fragilidade da cidadania. No entendimento de José Murilo de Carvalho, até 1881, votavam 10% da população. Com a reforma, esse percentual caiu para 2%.

e) Correta. A característica elitista do sistema político vigente no Segundo Reinado adveio, precisamente, da conjunção entre a centralização, as eleições manipuladas e a representação dos grandes interesses comerciais e fundiários a serviço da Coroa.

5. (Diplomacia – 2002) O Brasil assistiu, na segunda metade do século XIX, as modificações na vida política e econômica como:

a) A regressão do regime político à forma imperial e autocrática.

b) A mudança do sistema social de produção em favor do escravismo.

c) A gradual erosão das instituições políticas nascidas em 1822.

d) A gravitação do poder econômico das elites do oeste paulista em direção ao nordeste do país.

e) O endurecimento da economia autárquica em detrimento da agroexportação.

Resposta: Alternativa C

As instituições políticas nascidas em 1822 foram progressivamente transformadas, embora tenha havido momentos de ruptura e outros de continuidade, até o advento da Primeira República.

6. (Diplomacia – 2009) O Império Brasileiro, a partir de 1850, redefiniu suas relações internacionais e envolveu-se em situações de tensão e conflitos na região platina da América do Sul. A partir de algumas dessas redefinições forjaram-se conceitos e práticas da política exterior do Brasil que perduraram até o início da República. A respeito desse tema, assinale a opção correta.

a) Ao se transformar no principal mercado consumidor do café brasileiro, a Inglaterra, em contrapartida, ampliou o volume de manufaturados exportados para o Brasil, o que consolidou o grau de dependência comercial brasileira em relação à principal potência europeia no século XIX.

b) Embora significativas, as tensões políticas entre o Brasil Imperial e a Inglaterra estiveram limitadas a duas questões interligadas: a do tráfico negreiro e a da abolição da escravatura no Brasil.

c) Os Estados Unidos da América consolidaram-se, já na segunda metade do século XIX, como país parceiro do Brasil no contexto internacional, o que possibilitou a substituição, no reinado de Pedro II, da hegemonia britânica.

d) A historiografia recente comprova que a Guerra da Tríplice Aliança esmagou o modelo original e distributivo da riqueza engendrado pelo humanismo autocrático de Solano López no Paraguai.

e) No fim do período imperial e início da República no Brasil, as tensões platinas, que envolveram o Império Brasileiro, e o sucesso econômico do modelo agroexportador da Argentina contribuíram para acirrar a rivalidade entre os dois países, ainda que mantidos os laços de amizade.

Resposta: **a) Incorreta. A Inglaterra não era o principal mercado consumidor do café brasileiro. A Europa o era, em sua totalidade; porém, individualmente, os Estados Unidos importavam a maior parte do café brasileiro. Por sua vez, o volume de manufaturas exportadas pela Inglaterra passou por fluxos e refluxos: o período de 1844 a 1860 caracterizou-se por maior protecionismo brasileiro, enquanto de 1810 a 1844 houve notável influxo de mercadorias britânicas.**

b) Incorreta. Se o tráfico negreiro constituiu significativo foco de tensão entre o Brasil Imperial e a Inglaterra, a Questão Christie, outro caso de atrito, marcou a ruptura de relações diplomáticas entre ambos os países. A questão consubstanciou-se por dois episódios: o primeiro teve origem no naufrágio do navio inglês Príncipe de Gales, no sul do Brasil, que teve sua carga roubada. Christie, secretario da *Foreign Office* **no Brasil, exigiu indenizações, que, mediante arbitragem do rei da Bélgica, foram consentidas pelo Brasil. O segundo diz respeito à prisão de dois oficias ingleses por arruaça pública. Apoiando-se nos Tratados de 1810, que davam extraterritorialidade judicial à Inglaterra, os britânicos exigiram a instauração de um Tribunal Especial. Negado pelo Brasil, a insistência inglesa ensejou a ruptura de relações.**

c) Incorreta. A hegemonia britânica não foi debelada, na segunda metade do século XIX, pelos Estados Unidos. O americanismo torna-se uma prioridade para o Brasil apenas no transcurso dos primeiros anos da República Velha; a Inglaterra, contudo, continuou participando no influxo de capitais para o Brasil, como ratifica o *Funding Loan* **de 1898, sob a presidência de Campos Sales.**

d) Incorreta. A historiografia que sustenta a característica distributiva de riquezas, o modelo de desenvolvimento autônomo e

a franca industrialização do Paraguai data dos anos de 1960, sendo Júlio José Chiavenatto o arauto dessa análise. Sob essa perspectiva, o Paraguai teria liderado uma verdadeira cruzada contra o analfabetismo, e a Inglaterra teria manipulado a Argentina e o Brasil para entrar na guerra, visto que retiraria dividendos do conflito. A historiografia de 1960 foi superada, na medida em que se salienta o rompimento de relações entre o Brasil Imperial e a Inglaterra em 1863, no que se denominou Questão Christie. O viés analítico contemporâneo privilegia a consolidação dos Estados Nacionais e desconstitui o argumento que vislumbra no Paraguai um modelo industrial.

e) Correta. Finda a Guerra do Paraguai, o Brasil negocia um tratado de Paz, em separado, com o Paraguai, pois temia as pretensões argentinas concernentes à anexação do Chaco boreal. Durante a década de 1870, o Paraguai tornou-se o foco de rivalidade entre o Brasil e a Argentina: a manutenção de tropas brasileiras até 1876, com o consentimento do presidente paraguaio, coaduna-se na mesma lógica. A partir de 1880, inicia-se um período de distensão com os presidentes argentinos Avellaneda e Roca: o único atrito era a Questão de Palmas. Com a proclamação da República, Quintino Bocaiúva tece laços ideológicos de amizade com a Argentina. Nessa aproximação entres ambos os países, contudo, não se ausentaram pressões quanto ao crescimento econômico argentino, que constituiria uma ameaça às relações exteriores do Brasil. Fernando Cardim destaca três grandes momentos no conjunto das relações entre o Brasil e a Argentina: i) 1822-1902: política platina; ii) 1902-1960: política hemisférica; e iii) 1960-2000: política globalista.

7. (Diplomacia – 2007) Julgue (C ou E) os itens seguintes, acerca da extensão atual do território nacional, bem como da fixação das fronteiras brasileiras.

1. O arbitramento das fronteiras foi uma prática introduzida pelo Visconde do Uruguai no início do Segundo Reinado.
2. A construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré incluía-se na problemática de estabelecimento dos limites entre Brasil e Bolívia.

3. Em geral, os tratados de limites do século XIX buscavam atender também ao objetivo de aumento da navegação e do comércio com os vizinhos.
4. A abertura do rio Amazonas à navegação internacional em 1866 resultou de acordo negociado com os EUA.

Resposta: 1. Errado. A obra do Visconde de Uruguai, no ministério dos Negócios Estrangeiros, consubstanciou-se pela intervenção no Uruguai, contra Oribe, presidente uruguaio, e contra Rosas, presidente da Confederação Argentina. Interessado em recuperar o Vice-Reino do rio da Prata, Rosas buscou aproximar-se de Oribe, líder do partido blanco e contrário aos interesses do Brasil no Prata. Vislumbrando riscos de contágio republicano no Brasil e de fragmentação do sul do país, o Visconde do Uruguai preferiu a intervenção ao arbitramento. Com a queda de Oribe, fixou-se o Tratado de Limites 1851 com o Uruguai.

2. Correto. Previa-se, na negociação lindeira com a Bolívia, em 1867, a construção da estrade de ferro Madeira-Mamoré.

3. Certo. Os Tratados de limites do século XIX buscavam atender ao objetivo de garantir a navegação brasileira no continente, para assim ampliar as relações comerciais. No caso do Uruguai, objetivava-se assegurar o acesso ao Mato Grosso via o rio Uruguai. No caso do Peru e da Venezuela, a livre navegação do rio Amazonas permitiria ampliar as relações comerciais com os vizinhos andinos.

4. Errado. A abertura do rio Amazonas à navegação internacional, em 1866, foi um ato unilateral brasileiro. Objetivava-se angariar o apoio dos Estados vizinhos sul-americanos contra Solano López, presidente do Paraguai em guerra contra o Brasil.

8. (Diplomacia – 2000) Com relação à Guerra do Paraguai, assinale a opção incorreta.

a) D. Pedro II não teve, durante a guerra, contatos com Bartolomeu Mitre e Venâncio Flores.

b) Dadas as dificuldades de comunicação, não foi possível ao governo

imperial impedir a penetração das tropas de Solano López na província de Mato Grosso.

c) A vitória naval de Riachuelo serviu ao Império pela elevação de esperanças quanto ao destino da guerra.

d) Os interesses dos estancieiros gaúchos e dos brasileiros residentes na Banda Oriental levaram o governo imperial ao apoio a Flores.

e) A Tríplice Aliança terminou por favorecer aos Aliados, pois as antigas rivalidades luso-espanholas poderiam conduzir a resultados imprevisíveis.

Resposta: a) Incorreta. Dom Pedro II e o gabinete de Zacarias de Góes e Vasconcelos foram aliados de Bartolomeu Mitre, presidente da Argentina, e de Venâncio Flores, presidente do Uruguai. Para além da convergência ideológica entre liberais, Mitre e o gabinete imperial apoiavam a livre navegação na região, da qual era favorável o partido colorado de Flores. O partido blanco do Uruguai, por sua vez, opunha-se ao acesso brasileiro ao Prata, em claro apoio ao presidente do Paraguai, Solano López, que vislumbrava uma união de interesses com os federalistas argentinos, consubstanciados nas figuras de Urquiza, da província de Entre Rios, e de Virasoro, de Corrientes. Com a vitória de Mitre sobre Urquiza e Virasoro, na Batalha de Pavón, de 1862, afirmou-se o unitarismo na Argentina, o que proporcionou a aliança entre a Argentina e o Império contra os presidentes blancos do Uruguai, Berro e Aguirre. A intervenção imperial no Uruguai, em 1864, depôs o partido blanco, trazendo Flores ao poder. Ao ver-se isolado, Solano López invadiu o Mato Grosso, no intuito de prestar assistência aos seus aliados blancos, e mandou tropas para Entre Rios e Corrientes. Foi o estopim para a deflagração do conflito.

Texto – para as próximas duas questões

Com o início do Segundo Reinado, são plenamente restabelecidas a prerrogativa monárquica e a centralização administrativa. A Monarquia constitucional parlamentarista de quatro poderes se viu reforçada. Existiam dois grandes partidos monárquicos. O Partido Conservador consistia na aliança entre a burocracia, o grande comércio e a grande

lavoura de exportação. O Liberal era formado por profissionais liberais urbanos e por agricultores ligados ao mercado interno e às áreas mais recentes de colonização. Pelo sistema eleitoral que vigoraria até 1889, estavam excluídos do direito de voto os escravos, os menores de 25 anos (com exceções), os criados de servir, os religiosos que vivessem em comunidade claustral e todos aqueles que não percebessem determinada renda líquida anual. Só podiam ser eleitos parlamentares os cidadãos brasileiros com renda elevada que professassem a religião do Estado. A reforma eleitoral de 1881 ampliou a renda exigida para a condição de eleitor e proibiu o analfabeto de votar. Em meio a esse sistema político é que seria processada a abolição da escravidão e decretada a Lei de Terras (1850). A apreensão do processo de abolição da escravidão envolve diversos níveis de análise, um dos quais diz respeito às dimensões macro-históricas e mundiais do processo. É nesse contexto que se entendem as pressões inglesas para a suspensão do tráfico atlântico para o Brasil. Contudo, não se pode esquecer que a sociedade brasileira não se resume e nem se esgota nas suas relações externas: ela possui também as suas estruturas internas, com lógica própria. João Luís Fragoso e Francisco Carlos Teixeira da Silva. A política no Império e no início da República Velha: dos barões aos coronéis.

In: Maria Yedda Linhares (org.). História geral do Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1996, p. 199-204 (com adaptações).

9. (Diplomacia – 2006) **Considerando o tema abordado no texto, a presença da escravidão na formação histórica do Brasil e o processo abolicionista, que se estende por boa parte do século XIX, além de seus desdobramentos na configuração da sociedade brasileira contemporânea, assinale a opção correta.**

a) Ao mencionar as dimensões macro-históricas do processo abolicionista, o texto certamente se refere ao aparecimento do capitalismo como sistema dominante mundial. Não obstante, à Inglaterra interessava a manutenção de relações sociais de produção pré-capitalistas em determinadas regiões, com o propósito de para elas exportar seu excedente de mão-de-obra.

b) As pressões inglesas contra o tráfico de escravos surgiram logo após a

independência do Brasil e assumem crescente intensidade. Antes de 1822, as relações britânicas com Portugal concentravam- se nas trocas comerciais e não havia espaço – e interesse – para outro tipo de imposição.

c) Exemplo emblemático de pressão britânica para forçar o fim do tráfico de escravos africanos para o Brasil foi a decretação do Bill Aberdeen, em 1845, pelo qual a marinha inglesa estava autorizada a aprisionar navios negreiros, desde que houvesse anuência de uma corte internacional.

d) Transparece do texto que o consenso no Brasil colonial em torno da existência da escravidão foi gradativamente desaparecendo à medida que se aproximava a independência, o que explica a relativa celeridade do processo abolicionista no período monárquico.

e) Com o olhar de hoje mirando o passado, pode-se afirmar que as leis abolicionistas, em especial a que extinguiu por completo a escravidão, conhecida como Lei Áurea, falharam em um ponto crucial: o de estabelecer mecanismos que superassem a subalternidade própria da condição de cativo e promovessem a plena inserção dos africanos e de seus descendentes na sociedade brasileira.

Resposta: a) Incorreta. O processo abolicionista não está diretamente vinculado à consolidação do capitalismo como sistema dominante mundial, visto que argumentos de teor moral também fundamentavam o fim da escravidão. Não interessava à Inglaterra a manutenção de relações sociais pré-capitalistas; pelo contrário, a burguesia inglesa advogava o fim do tráfico negreiro, visto que encarecia a matéria-prima e desviava o capital empregado pelos cafeicultores brasileiros de eventuais aquisições de bens manufaturados.

b) Incorreta. Os tratados de Aliança e Amizade, de 1810, entre Inglaterra e Portugal, previam e exigiam o fim do trato negreiro. Em 1827, o tratado anglo-brasileiro reafirmou a necessidade de abolir o tráfico e estipulou um prazo de três anos para a consagração

jurídica da medida. Em 1831, a lei Feijó declarou o fim do trato, mas rapidamente se tornou uma lei para inglês ver, já que, devido às pressões dos cafeicultores e dos homens de grosso trato, a decisão não vingou.

c) Incorreta. O *Bill Aberdeen*, **de 1845, decretado pelo secretário da** *Foreign Office*, **Lord Aberdeen, associou o tráfico à pirataria. A lei, portanto, dava o direito à marinha inglesa de capturar e afundar navios negreiros. Consoante visão de Caio Prado Júnior, teria sido o** *Bill Aberdeen* **uma resposta britânica à tarifa Alves Branco, de 1844. Em 1850, em nítido manifesto em benefício da soberania nacional, foi decretada a Lei Eusébio de Queiróz, que declarava ilegal o tráfico no Brasil. Os efeitos da lei de 1850 são quatro: i) aumento do preço do escravo; ii) intensificação do tráfico interno, intra e interprovincial, sobretudo do Nordeste para o Sudeste do país; iii) concentração espacial da escravidão no Sudeste; e iv) deterioração da legitimidade da escravidão, promovendo os primeiros vestígios para a abolição, de 1888. O Amazonas e o Ceará aboliram a escravidão antes da Lei Áurea. Note-se, por fim, que o** *Bill Aberdeen* **não mencionava tipo algum de anuência de uma Corte internacional.**

d) Incorreta. A escravidão intensificou-se e perpetuou-se ao longo do regime subsequente. Foi uma característica persistente do Brasil imperial. Consoante Maria Yedda Linhares e José Murilo de Carvalho, a abolição estaria vinculada à queda da monarquia. Não houve, portanto, celeridade no processo abolicionista.

e) Correta. O fim da escravidão não significou a plena inserção do ex-escravo na sociedade de classes. Na visão de Florestan Fernandes, persistiram as condições de semiescravidão, consubstanciadas por estigmas e preconceitos sociais, que alijaram o negro dos processos de socialização. Na segunda metade só século XIX, a legislação abolicionista, conformada pela Lei Eusébio de Queiróz, de 1850, pela Lei do Ventre Livre, de 1871, pela Lei Saraiva Cotegipe, de 1885, e pela Lei Áurea, de 1888, não tornou efetiva a inserção dos africanos e dos seus descendentes na sociedade brasileira. Note-se, contudo, que a Lei do Ventre Livre previa um Fundo Provisório de Emancipação para a alforria, que

não teve impactos reais.

10. (Diplomacia – 2006) Mencionada no texto, a Lei de Terras de 1850 também se relaciona à forma pela qual o processo abolicionista foi conduzido no Brasil do século XIX. Sabendo-se que essa lei obrigava o registro de todas as terras efetivamente ocupadas e impedia a aquisição de terras devolutas (desocupadas), exceto a realizada por compra, julgue (C ou E) os itens seguintes.

1. A Lei de Terras dificultava, quando não impedia propriamente, o acesso à propriedade da terra por parte do trabalhador livre pela evidente razão de que lhe faltavam os recursos financeiros para comprá-la.
2. Pelo que dispunha, a Lei de Terras de 1850 cristalizava uma realidade do início da colonização, ou seja, a concentração da propriedade fundiária em mãos de poucos.
3. Se prejudicava o trabalhador livre pobre, dificultando-lhe o acesso à terra, assim como o ex-cativo, a Lei de Terras apresentava-se como forte atrativo à mão-de-obra imigrante europeia, que, ao contrário dos nacionais, geralmente possuía recursos suficientes para a aquisição de pequenas e médias propriedades rurais.
4. A Lei de Terras foi combatida por setores da aristocracia rural justamente porque ameaçava a sobrevivência da grande lavoura e a posição privilegiada dos grupos sociais envolvidos nessa atividade econômica.

Resposta: 1. Certo. A Lei de Terras objetivava dificultar o acesso à propriedade aos escravos alforriados, aos imigrantes e aos trabalhadores livres. Perpetuou, nesse sentido, a lógica da grande propriedade fundiária.

2. Certo. A Lei de Terras, ao excluir a possibilidade de trabalhadores livres tornarem-se pequenos proprietários, consolidou uma estrutura fundiária nas mãos de poucos.

3. Errado. O imigrante europeu, assim como os trabalhadores livres nacionais e os ex-cativos, não possuía recursos suficientes para se

tornar proprietário. A aquisição de terras devolutas excluía a possibilidade de posse por usucapião, medida ainda atualmente em vigor. Restava ao imigrante a associação com o Estado em regime de subvenção e o sistema de parceria com o fazendeiro. Ambos os sistemas de atração de mão de obra colocavam o imigrante europeu em condições de dificuldade financeira no Brasil.

4. Errado. A lei de Terras beneficiou os setores da aristocracia rural, visto que garantiu a sobrevivência da grande lavoura e os privilégios fundiários dos grandes proprietários.

11. (Diplomacia – 2000) A transição do Império para a República no Brasil, no final do século XIX, ocorreu:

a) Em clima de ruptura profunda e irreconciliável das novas forças políticas com as elites dirigentes do Império.

b) No ambiente de uma revolução industrial sem precedentes na história brasileira.

c) No contexto de rápida supressão das heranças do sistema escravista, especialmente no que se refere ao destino social dos afro-brasileiros.

d) No bojo de um movimento popular e radical que propunha transformação profunda nas instituições sociais e econômicas.

e) No descompasso entre a situação anacrônica das instituições imperiais e as modificações econômicas e sociais que vinham sendo operadas na sociedade brasileira da segunda metade do século.

Resposta: a) Causas responsáveis pela crise do Segundo Reinado: i) A Guerra do Paraguai; ii) Conjunto de questões religiosas, servis, republicanas e militares.

12. (Diplomacia – 2004) Com a queda da monarquia, em 1889, ainda que preservada a dominação oligárquica, o novo regime acaba beneficiando-se dos efeitos modernizadores, decorrentes da abolição da escravatura (1888), sobre o desenvolvimento da economia cafeeira que se dinamiza com a introdução do trabalho livre e de imigrantes europeus. Com a Primeira

República, extingue-se o sistema censitário, mas os analfabetos são excluídos totalmente do direito ao voto. As primeiras pressões democratizantes buscando alterar a ordem liberal excludente se desencadeiam apenas na década de 20, quando se inicia a crise da República Velha, que, com a Revolução de 1930, submerge no centro de suas próprias contradições. As insurreições sucessivas dos tenentes e a Coluna Prestes permitem, mais tarde, que a Aliança Liberal, com a Revolução de 1930, transcenda à mera disputa regionalista e se transforme em um projeto nacional que busca legitimidade nas camadas médias urbanas, superando os limites ideológicos das oligarquias dissidentes. Essas aspirações crescentes do Brasil urbano serão, em parte, frustradas, após 1930, pela conjugação de duas tendências antiliberais – o estatismo crescente e o pensamento autoritário. A radicalização político-ideológica dos anos críticos, entre 1934 e 1938, solapa o consenso revolucionário e produz efeitos perversos. Na república populista, após o Estado Novo de Vargas, persiste o mesmo padrão dominante da lógica liberal e da práxis autoritária. A estruturação partidária de 1945 a 1966 foi dominada pela hegemonia dos partidos conservadores.

Hélio Trindade. Brasil em perspectiva: conservadorismo liberal e democracia bloqueada. In: Carlos Guilherme Mota (org.). Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-200) – a grande transação. São Paulo: SENAC, 2000, p. 357-64 (com adaptações).

A partir do texto acima, julgue o item que se seguem, relativos à evolução histórica do Brasil republicano. Nos estertores do regime monárquico, a abolição do trabalho escravo pela Lei Áurea, ainda que tenha desagradado a uma significativa parcela da classe proprietária, não foi capaz de promover a inclusão social dos negros recém-libertados, reforçando um quadro de subalternidade dos afrodescendentes, ainda visível em pleno início do XXI.

Resposta: 1: Certo. Florestan Fernandes, em A integração do negro na sociedade de classes, salienta a ausência dos negros recém-libertos, a um só tempo, na estratificação social – o que os convertia em grupos subalternos – e na cidadania política e econômica – o que arrefecia a possibilidade fazer pública a voz dissonante do ex-escravo. Nesse sentido, a Lei Áurea, que contou com a insatisfação dos Barões do café do Vale do Paraíba, não foi

capaz de tornar o escravo um cidadão do Império. A República tampouco os tornou cidadãos republicanos, em assertiva continuidade com a exclusão social impingida desde a época colonial.

13. (Diplomacia – 2008) Durante o Segundo Reinado (1840- 1889), Europa e Estados Unidos da América (EUA) desempenharam importante papel na formação interna e inserção internacional do Brasil. Com relação a esse tema, julgue (C ou E) os itens abaixo.

1. Ao término do Segundo Reinado, os EUA deram alento à economia agrícola ao substituírem os europeus como grandes consumidores do café brasileiro.
2. William Trousdale, representante inglês no Rio de Janeiro na década de 1850, discordava da pressão norte-americana sobre D. Pedro II para a abertura do rio Amazonas à navegação internacional.
3. No seio do partido liberal brasileiro, havia defensores da industrialização do país, a ser realizada com o auxílio de política alfandegária protecionista, proposta que entrava em choque com as pretensões britânicas a favor do livre-comércio.
4. Quando a escravidão entrou em crise, as diplomacias de Brasil e Argentina alinharam-se e rivalizaram com a dos Estados Unidos da América, tendo em vista a captação, na Europa, de imigrantes que proveriam de mão de obra as suas lavouras.

Resposta: 1. Errado. Ao término do Segundo Reinado, os EUA ergueram-se como maiores consumidores do café brasileiro, substituindo a Inglaterra como principal mercado importador. O continente europeu, contudo, permaneceu sendo o destino que auferiu maiores dividendos aos exportadores de café brasileiros.

2. Errado. William Trousdale advogou a abertura do rio Amazonas à navegação internacional, o que realmente ocorreu em 1866, finda a Guerra de Secessão nos Estados Unidos. As relações com os Estados Unidos, embora tivessem bom trânsito devido ao precoce

reconhecimento da independência do Brasil, sofreram desequilíbrios à época do expansionismo norte-americano. A Questão Webb singularizou-se por causar incidentes diplomáticos com o Império.

3. Certo. O partido liberal brasileiro constituía um foco protecionista de resistência ao livre comércio advogado pela Inglaterra. Vislumbrava-se na proteção alfandegária uma forma de proteger as indústrias nascentes brasileiras e de aumentar o orçamento do Estado, que derivava, em sua quase totalidade, dos tributos advindos da alfândega. A tarifa Alves Branco, de 1844, é um exemplo emblemático desse pensamento protecionista.

4. Errado. Tanto o Brasil quando a Argentina promoveram políticas de atração de imigrantes desde a década de 1850, quando a escravidão, no Brasil, começou a entrar em crise devido à Lei Eusébio de Queiroz, que proibia o tráfico negreiro. As diplomacias do Brasil, da Argentina e dos Estados Unidos rivalizavam entre elas, não havendo alinhamento qualquer, visto que esses países buscavam atrair maior contingente imigrante em seus respectivos solos. No caso brasileiro, a imigração de europeus justificava-se, economicamente, pela lógica econômica das lavouras e, moralmente, pelas políticas de branqueamento da população em voga nos estertores do século XIX.

14. (Diplomacia – 2007) No Brasil, a instabilidade da política alfandegária prevaleceu no século XIX – estendendo-se até o advento da República – e foi uma das causas da baixa industrialização. A respeito das tarifas praticadas e do comércio exterior brasileiro nesse período, julgue (C ou E) os itens a seguir.

1. Os tratados de comércio da época da Independência do Brasil inauguraram um período de baixas tarifas, o que provocou déficit na balança comercial brasileira.
2. Na década de 40 do século XIX, o pensamento industrialista se impôs à política de comércio exterior, abrindo possibilidades para a criação de manufaturas.

3. Os Estados Unidos da América (EUA) dificultavam a importação do café por meio das altas tarifas que aplicavam à entrada do produto brasileiro no país.
4. No Brasil, durante as décadas finais da Monarquia, o déficit do comércio exterior contribuiu para a queda desse regime.

Resposta: 1. Certo. Os Tratados de Navegação e de Comércio com a Inglaterra inauguraram um período de baixas tarifas e de subsequente déficit na balança comercial. A tarifa Alves Branco representaria uma ruptura nessa lógica.

2. Certo. A tarifa Alves Branco, de 1844, representava a expressão do protecionismo industrialista brasileiro advogado pelo partido liberal. A proteção às indústrias nascentes propiciou um breve surto industrial. Com efeito, em 1860, a tarifa Silva tornou a reduzir as barreiras alfandegárias, o que favoreceu as manufaturas inglesas.

3. Errado. Os Estados Unidos constituíram o principal mercado importador de café brasileiro.

4. Errado. Em grandes traços, a balança comercial brasileira permaneceu positiva até 1860, quando sofreu um pequeno influxo de importações. A partir de 1874, contudo, o saldo comercial foi nitidamente favorável ao Brasil. Os Estados Unidos e a Europa eram os principais mercados importadores de produtos brasileiros, essencialmente bens agrícolas.

15. (Diplomacia – 2005) A única alteração importante verificada no cenário econômico colonial, à época da independência, foi o desenvolvimento da cultura do café. A propósito desse e de outros aspectos relativos ao sentido histórico dos acontecimentos de 1822, assinale a opção correta.

a) O surgimento do Estado nacional brasileiro em 1822, em face da decisão do príncipe regente, configurou-se como um indiscutível processo revolucionário, visto que foram rompidos padrões essenciais que sustentaram os três séculos de dominação colonial.

b) A manutenção das relações escravistas de produção, mesmo que após a independência, explica-se pela configuração, naquele momento, do capitalismo mundial, o qual, impulsionado pelos negócios britânicos, exigia a expansão do consumo nas regiões periféricas do sistema.

c) A novidade trazida pelo café consistia na incorporação de conceitos e métodos capitalistas modernos nas fazendas do Vale do Paraíba, o que explica a posição de liderança do produto na pauta de exportações brasileiras já na década 30 do século XIX.

d) O texto reitera o caráter inovador e, sob determinado prisma, revolucionário do café no contexto da economia brasileira na primeira metade do século XIX, a começar pela mudança que esse cultivo impôs nas formas de trabalho e pelo volume de sua exportação.

e) A onda revolucionária que tomou conta da Europa a partir da Revolução Francesa e que se expressou nos movimentos de 1820, 1830, 1848 também repercutiu no Brasil, a exemplo da própria independência – na esteira da revolução do Porto – e da abdicação de D. Pedro I, em 1831.

Resposta: **a) Incorreta. O surgimento do Estado nacional brasileiro não rompeu com as estruturas produtivas que sustentaram os três séculos de dominação colonial. A estrutura produtiva guardou suas características fundiária e monoexportadora. Não se tratou, ainda, de uma revolução, visto que Dom João VI legou a seu filho, Dom Pedro I, a Coroa do Brasil.**

b) Incorreta. Os ingleses combateram, desde os tratados de 1810, o trato negreiro no Brasil. A manutenção das relações escravistas de produção, nesse sentido, em muito contrastava com a emergência, na Europa, de uma classe trabalhadora assalariada, que consumia bens e acumulava capitais.

c) Incorreta. A estrutura produtiva do café reproduziu a forma colonial de produção, baseada na mão de obra escrava e no latifúndio. A incorporação de métodos capitalistas de produção

deu-se progressivamente a partir de 1850, com a emergência do trabalho imigrante – sobretudo nas fazendas de café do Oeste Paulista, e não na conservadora região dos Barões do café do Vale do Paraíba – e a proibição do tráfico negreiro. Ainda, o café constitui-se como principal produto na pauta de exportações a partir da segunda metade do século XIX.

d) Incorreta. Foi somente na segunda metade do século XIX que a economia do café incorpora mudanças nas formas de trabalho e assume liderança no volume de exportações. O surgimento dessa cultura, por volta de 1830, atrelou-se à estrutura fundiária e escravista de produção.

e) Correta. As ondas revolucionários de 1820, de 1830 e de 1848 repercutiram, no Brasil, respectivamente, na Revolução do Porto, de 1820, na abdicação de Dom Pedro I, em 1831, e na Revolução Praieira, em 1848.

16. (Diplomacia – 2005) Considerando a revolução do processo histórico do Brasil, julgue (C ou E) os itens seguintes.

1. A importância do café na história brasileira transcende o aspecto totalmente econômico, sendo também decisivo o seu papel para a configuração político-institucional do país, que se tornara independente em 1822.
2. Quanto ao modelo de Estado a ser implantado a partir da independência, havia convergência de pontos de vista entre as elites brasileiras, unidas pelo compromisso inarredável de garantir a unidade do país.
3. As riquezas geradas pelo café foram importantes para que se assegurasse a estabilidade política do Império, particularmente visível entre 1850 e 1870, além de respaldarem os investimentos no país e os empréstimos contraídos no exterior.
4. A ação empreendedora de Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, marcada, do princípio ao fim, pelo êxito e pelos lucros expressivos, somente foi possível porque a economia cafeeira produzia os capitais necessários ao financiamento das atividades industriais requeridas pelo moderno

capitalismo.

Resposta: **1. Certo. Para além se seu papel estrutural na economia do Brasil independente, o café moldou as relações de poder e configurou a política do país. Os barões de café do Vale do Paraíba, no Rio de Janeiro, exerceram notável influência na política econômica e escravista durante o Segundo Reinado. Os cafeicultores do Oeste Paulista, por sua vez, tiveram papel fundamental no arrefecimento da escravidão, na queda da monarquia e na consolidação da República.**

2. Errado. Não havia consenso entre as elites brasileiras quanto ao modelo de Estado a ser implantado a partir da independência. A questão da descentralização perpassou o século e provocou dissensos entre as bancadas liberais e conservadoras.

3. Certo. O café garantiu estabilidade econômica e política ao Império, na medida em que os dividendos alfandegários auferidos da exportação do bem agrícola permitiam à Coroa respaldar os investimentos no país e assegurar os empréstimos contraídos no exterior.

4. Errado. O surto industrial consubstanciado pelos empreendimentos capitalistas de Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, derivou de investimentos britânicos, e não de empréstimos diretamente vinculados à produção de café. Os investimentos de Irineu Evangelista de Souza não eram direcionados à indústria pesada, mas às iniciativas capitalistas, como a criação de estaleiros, de bancos e de companhias de gás e de navegação. A falência do Barão de Mauá deveu-se, em parte, ao desequilíbrio orçamentário da inédita construção da linha telegráfica que ligava o Brasil à Europa.

Exercícios de terceira fase[63]

1. (Diplomacia 2009) Entre 1862 e 1868, o Império do Brasil viu a instalação de seis Gabinetes, formados sucessivamente, em razão de lutas internas. Discorra a respeito da evolução dessa conjuntura e de sua repercussão sobre a ação externa brasileira, em particular quanto às questões da região platina.

Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 20 pontos)

Resposta: Hugo de Oliveira Lopes Barbosa Pereira Pinto (17/20)

Durante os anos de 1862 a 1868, esteve no poder, no Brasil, a chamada "Liga Progressista", considerada liberal. Os muitos gabinetes formados pela Liga refletem os problemas intestinos a ela e sua tentativa de legitimar-se no poder. No período, a politica brasileira intervencionista na região do Prata continuou, como ocorria desde 1848, quando o gabinete conservador de então implantou o que Amado Luiz Cervo chama de "grande política americanista", após anos de imobilismo. Como forma de angariar apoio interno, o Império, sob governo do gabinete da Liga, perpetrou a invasão do Uruguai, o rompimento de relações diplomáticas com a Inglaterra e a Guerra do Paraguai.

A Liga Progressista, formada por liberais e conservadores moderados, ascendeu ao gabinete em 1862. Liderada por Zacarias de Góes e Nabuco de Araújo, a Liga era uma tentativa de segregar os liberais e conservadores mais radicais, mantendo uma forma de conciliação. Os problemas enfrentados pela Liga, no entanto, ensejaram inúmeras mudanças de gabinete e certa instabilidade. Como forma de conseguir apoio interno, a Liga valeu-se da política externa intervencionista no Prata, aos moldes da que foi perpetrada durante os anos de gabinete daqueles que Ilmar Mattos chama de "trindade saquarema", os conservadores radicais, entre 1848 e 1852. A tentativa de parecer mais assertivo em suas ações fez, ainda, com que o gabinete rompesse as relações brasileiras com a Inglaterra, com a Questão Christie.

Em 1864, os blancos uruguaios estavam no poder naquele país, antes com Berro e depois com Aguirre. Aliado dos colorados, os oposicionistas de então, o

Império ressentia-se do aumento de impostos para o gado gaúcho na região e da renitência dos blancos em estender a vigência dos tratados assinados com o Brasil em 1851, amplamente favoráveis ao Império. Sob pretexto de proteger interesses de brasileiros naquele país, o Império invade o Uruguai, derrubando os blancos. Tentava-se, ademais, com isso, conseguir apoio dos gaúchos ao gabinete de então. Antes, a Questão Christie, ensejada pela prepotência do representante inglês no Rio de Janeiro após o naufrágio de um navio inglês e a prisão de dois marinheiros daquele país, fez com que o Império expulsasse o representante inglês e rompesse relações com a Inglaterra, em tentativa de parecer mais firme em suas posições.

Com a invasão do Uruguai, o ditador do Paraguai, Solano López, imagina que seu país poderia ser o próximo alvo da política intervencionista nacional. Ao invadir o Mato Grosso e o Rio Grande do Sul, passando, sem permissão, por território argentino, López faz com que Brasil, Argentina e Uruguai formem a Tríplice Aliança em oposição ao Paraguai, como em uma profecia autorrealizável. A Guerra do Paraguai, que se inicia então, pode ser considerada mais um exemplo de intervencionismo imperial, embora a historiografia recente, de Francisco Doratioto a Ricardo Salles, dá relevo ao processo de formação dos Estados nacionais na região, não ao intervencionismo estrito e sem justificativa.

A Guerra do Paraguai é o mote para o fim da Liga Progressista e da volta dos conservadores ao poder, em 1868, terminando o período de sucessão de gabinetes. Economicamente, a guerra devastou as finanças nacionais, retirando parte do poder de ação do gabinete. Militarmente, o país sofria reveses

significativos, como a incapacidade de tomar Humaitá, que faziam com que novo comandante para as tropas devesse ser designado, especialmente após o abandono do comando das tropas por Mitre, presidente argentino que, então, se via com problemas internos em seu país. A escolha, para o comando, do Duque de Caxias, conservador, faz com que seja inevitável um gabinete conservador, mesmo porque o gabinete da Liga perdia seu apoio interno. A queda do gabinete de Zacarias de Góes ocorreu, portanto, em 1868, quando Caxias assumiu o comando das tropas da Tríplice Aliança na guerra, vencida, posteriormente, pela própria Aliança.

Enfatiza-se, pois, a importância da política interna para a execução da política externa do país. Entre 1862 e 1868, o fator interno foi determinante, em especial para a política imperial na região do Prata. Não se separa, de maneira estrita, a conjuntura interna do país de sua atuação internacional, ambas inter-relacionando-se. O exemplo do período 1862-1868 é marcante dessa característica. Após 1868, já sob gabinete conservador, o Império continuaria a guerra e a ocupação do Paraguai, encerrando, na década de 1870, sua "grande política americanista". A política interna e a política externa, no entanto, continuariam a se influenciar mutuamente.

2. (Diplomacia 2008) Durante o Segundo Reinado, as relações de trabalho no Brasil passaram por diferentes condições sociais e jurídicas, desde o regime de escravidão até o trabalho livre ou assalariado. Discorra sobre a evolução das condições sociais e jurídicas do trabalho no referido período histórico.

Resposta: Carlos Guilherme Sampaio Fernandes (29/30)

O Segundo Reinado, como período histórico do regime monárquico brasileiro, testemunhou importantes alterações nas ordens social e jurídica no

que tange ao trabalho. A chaga da escravidão – já destacada por José Bonifácio na constituinte de 1823 –, que fora o interesse convergente da elite brasileira, sofreria reiteradas restrições, que culminariam na Lei Áurea de 1888. Evocando elementos de política interna, como também externa, é fundamental analisar com cuidado esse período de transição das relações do trabalho, pois a base da nascente República, no que diz respeito ao aspecto social e do trabalho, esteve assentada na herança do período monárquico.

Desde a época colonial é possível identificar uma coesão no pensamento da elite brasileira. A elite, que estudara em Coimbra na faculdade de Direito e, posteriormente, nas escolas de São Paulo e Recife, formara-se com uma mesma matriz ideológica. A escravidão, que sustentava a monocultura exportadora, adentrou o regime imperial e a independência, sendo um forte elemento de união de interesses para o grupo dominante. Entretanto, a pressão inglesa para a abolição do tráfico, que vinha sendo manobrada desde a Lei Feijó de 1831, crescia consideravelmente, levando a Inglaterra a editar a Lei Aberdeen e a passar a tratar o tema de forma unilateral, pondo em ameaça o respeito à soberania brasileira.

Em 1950 foi promulgada a Lei Eusébio de Queirós, que representou o primeiro golpe jurídico ao trabalho escravo. A proibição do tráfico negreiro determinava que esta forma de trabalho teria pouco tempo de existência, exigindo uma política de Estado que garantisse os interesses dos grandes latifundiários, especialmente os de café. A Lei de Terras, discutida com o tema da abolição do tráfico, manifesta a preocupação do 2º Reinado com a futura relação de trabalho no Brasil limitando o acesso às terras disponíveis.

A imigração surgiu como uma opção de substituição de mão de obra escrava. A experiência do Senador Vergueiros ainda na década de 1850 não logrou sucesso, mas foi uma forma pretérita de inserção de um contingente de mão de obra livre para a lavoura. Nas décadas posteriores, o Estado brasileiro passou a incentivar a vinda de imigrantes europeus, sendo significativa a população italiana e germânica. Algumas iniciativas legais foram tomadas, como a possibilidade de financiamento das passagens para os europeus. Entretanto, a nova mão de obra, agora livre, enfrentava um grande obstáculo: a mentalidade escravista dos latifundiários. Acostumados a um regime de trabalho imposto, despreocupado com o trabalhador, houve abusos e maus-tratos aos imigrantes. Essa situação levaria países como a Alemanha a limitar e, até mesmo, a proibir a imigração de seus nacionais ao Brasil.

Passaram, assim, a coexistir mais intensamente essas duas formas antagônicas de trabalho: a escrava e a livre. Viriam, posteriormente, a Lei do Ventre Livre (1871) e a Lei Saraiva-Cotejipe (1885), limitando ainda mais o regime escravista e conduzindo-o à extinção. A dicotomia entre a escravidão que permanecia e mão de obra livre, especialmente o imigrante na lavoura, catalisou um processo dialético que tornou insustentável a relação do Estado com a divisão do trabalho. É mister ressaltar que o processo abolicionista consolida-se não apenas por ações de interesse político e econômico da elite, mas por um processo histórico de fortalecimento da resistência da sociedade, especialmente do negro. Os quilombos, a revolta dos Malês na Bahia, os escravos alforriados ou fugitivos eram uma realidade que adensava essa resistência histórica.

Havia, deste modo, um descolamento entre essas transformações sociais e o

arcabouço jurídico do Estado. Essa distância estava relacionada à existência de uma elite que via o processo de um ponto de vista pragmático, centrado nos próprios interesses. Não era, portanto, oportuno estabelecer uma legislação ou uma atuação que incluísse o contingente de libertos ou acolhesse com civilidade a força imigrante. Estes, todavia, tinham o olhar atento dos seus Estados, que tentavam pela diplomacia exercer pressão junto ao Brasil; aqueles encontravam-se à deriva, entregues a um destino de miséria e exclusão.

A elite via as transformações sociais e do trabalho e agia à guisa de seus interesses econômicos. O descaso com essa parcela significativa da população, quase 5% na época da abolição, foi responsável para que a chaga, mencionada no início da monarquia por José Bonifácio, permanecesse ao longo da República brasileira. A ausência de leis mais atuantes correspondeu à lógica de exclusão de uma elite voltada para si mesma e seus próprios interesses.

3. (Diplomacia 2008) Exponha os principais pontos da Constituição republicana adotada em 1891.

Resposta: Filipe Abbott Galvão Sobreira Lopes (19/20)

É comum que países que passam por rupturas no sistema político adotem novas Constituições. Esse foi o caso do Brasil, após a Proclamação da República de 1889. No ano seguinte, reuniu-se, sob a presidência de Prudente de Moraes, a Assembleia Constituinte que elaboraria a nova Carta Magna brasileira. Em vigor a partir de fevereiro de 1891, foi amplamente redigida por Rui Barbosa, que tomou como base a Constituição de 1787 dos Estados Unidos.

Talvez uma das mudanças mais profundas em relação à Carta de 1824 tenha sido a extinção do Poder Moderador, até então exercido pelo Imperador. Foi adotada Constituição com três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. O

Legislativo continuou a ser bicameral, mas foi extinto o caráter vitalício do Senado. Pela Carta promulgada em 1891, deputados teriam mandatos de três anos e senadores seriam eleitos por nove anos. O Poder Executivo, por sua vez, passou a ser chefiado por um presidente eleito a cada quatro anos.

De acordo com as disposições transitórias, o primeiro presidente seria eleito pelo Congresso e, a partir de 1894, a eleição seria direta. Em termos de participação do eleitorado, observou-se continuidade e ruptura. Como previsto pela Lei Saraiva, de 1881, analfabetos – à época, mais de 80% da população – não tinham direito ao voto. Por outro lado, foi extinto o voto censitário. Ainda assim, pelo fato de o voto ser aberto, a cidadania estava fortemente limitada. Ademais, apesar de a Constituição prever "igualdade para todos", mulheres só teriam o direito de voto assegurado em 1932.

A "República dos Estados Unidos do Brazil", segundo o texto constitucional, adotou a forma federativa. Foram claramente definidas as competências da União e dos municípios. De forma análoga à Constituição de 1988, a Carta de 1891 previa que as competências não listadas nela, as remanescentes, pertenciam ao estados, como passavam a ser chamadas as antigas províncias. A Constituição não era explícita a respeito do título do chefe do executivo nos estados. Assim, alguns adotaram o título de "governador" enquanto outros estados preservaram a nomenclatura imperial: "presidente." O fato de a Constituição ter concedido amplos poderes às esferas locais propiciou a instituição do coronelismo, situação em que lideranças regionais foram fortalecidas. Também por isso, os maiores estados eram os que maior influência exerciam sobre o governo central.

Outra importante inovação da Constituição de 1891 foi a separação entre Igreja e Estado. Em vitória para os positivistas, foi instituído o casamento civil e os cemitérios passaram para o controle do Estado. A Carta de 1891 também dedicou seção específica para listar os direitos individuais dos cidadãos. Apesar disso, vários governos durante a República Velha fizeram uso de medidas excepcionais, para limitar liberdades dos cidadãos.

Finalmente, a Carta de 1891 promoveu a "grande naturalização", ao oferecer cidadania a todos que estivessem em território brasileiro na data de 15 de novembro de 1889 e não optassem por manter sua nacionalidade original. Assim, a primeira constituição republicana foi largamente inovadora. Poucas foram as continuidades vindas do Império.

4. (Diplomacia 2005) O Brasil, entre 1850 e 1875, exerceu hegemonia regional sobre a Bacia do Prata. Diplomacia, armas e empréstimos foram meios para garantir a livre navegação dos rios, o assegurar das fronteiras, a exploração das pastagens uruguaias e a contenção do expansionismo argentino. À luz desses fatores, faça o balanço histórico da aliança do Brasil à Argentina e ao Uruguai, entre 1864 e 1870, impondo derrota sobre o Paraguai. Avalie, em especial:

a) As causalidades da formação da aliança contra o Paraguai;

b) As consequências da guerra para as relações argentino-brasileiras.

Resposta: Fábio Meira de Oliveira Dias (20/20)

A questão da livre navegação na Bacia do Prata sempre foi importante para os portugueses e acabou deixando para o Brasil independente uma herança de conflitos na região. Logo após a chegada de Dom João VI ao Brasil, a incorporação da Província Cisplatina, região do atual Uruguai, demonstra a preocupação com a Bacia do Prata. Já antes disso, em 1750, com o Tratado de

Madri, a respeito das fronteiras brasileiras, a região mostrou-se problemática em relação à colônia do Sacramento e ao território das Sete Missões. A independência do Paraguai e do Uruguai, posteriormente, não eliminou o potencial de conflito, como se confirmou mais tarde.

Durante muito tempo, até o Segundo Reinado, o Brasil manteve-se relativamente afastado da região, no que se costuma caracterizar como período de contemporização. Nesse tempo, a preocupação esteve voltada para assuntos internos, como a garantia da unidade territorial e a manutenção da ordem agrário-exportadora escravista. Somente por volta de 1850, já tendo deixado para trás problemas como as revoltas regenciais, o Brasil voltou a interferir ativamente na Bacia do Prata.

O Paraguai, até por não possuir saída marítima, foi-se inclinando para um modelo de desenvolvimento diferente dos demais países da região. Aos poucos, o projeto paraguaio autárquico começou a se chocar com diversos interesses, como o dos ingleses, por exemplo, em busca de mercados em que pudessem atuar livremente. Essa tendência autárquica paraguaia, já sentida no governo de Carlos Solano Lopez, foi acentuada e fortaleceu-se no governo de seu filho, Francisco Solano Lopez.

A situação intensificou-se com a intervenção brasileira no Uruguai, a favor do governo colorado de Venâncio Flores. A Região Sul do Brasil sempre foi particularmente sensível para o Império, e o medo do projeto de Lopez do Paraguai Maior e da reivindicação de territórios em uma eventual busca de saída para o mar levou o Brasil a articular-se, a fim de formar uma aliança que isolasse o Paraguai.

Quando o Paraguai avançou pela fronteira brasileira, teve início o conflito. A Argentina, que poderia apoiá-lo, também teve seu território invadido, o que possibilitou a articulação entre o Brasil, o Uruguai e a Argentina na Tríplice Aliança contra o Paraguai. As relações entre o Brasil e a Inglaterra estavam cortadas no momento da deflagração da guerra (Questão Christie), mas esta não desagradou aos ingleses. Pelo contrário, a possibilidade de vender armamentos para o conflito e a preferência por manter a livre navegação na Bacia, que poderia ser ameaçada com o domínio da região por apenas um país ou dois, são fatores que levaram os ingleses a não tentar evitar a guerra de todo.

A guerra e seu término, em 1870, tiveram profundo impacto na região. As rivalidades entre o Brasil e a Argentina fizeram com que o exército brasileiro mantivesse a ocupação até 1876. O Paraguai foi severamente destruído, com abalo significativo inclusive na sua população. No Brasil, o fortalecimento do exército e a participação de escravos no conflito somaram-se a outros fatores internos para contribuir decisivamente para a queda do Império e a abolição. As rivalidades com a Argentina continuaram e a aproximação do Brasil com os demais países da região permaneceu sendo vista com desconfiança pelos argentinos.

5. (Diplomacia 2005) Uma constante que atravessa a história política brasileira, do século XIX ao século XX, e que se arrasta desde a independência e o surgimento do Estado nacional é a fraca coesão ideológica dos partidos políticos. Quase sempre desprovidos de identidade e apoiados por legislação eleitoral facilitadora de fraudes e conchavos, esses partidos assistem, na longa duração histórica, à baixa representatividade dos eleitos. Nesse contexto, analise o quadro político-partidário de todo o Segundo Reinado (1840-1889), avaliando, em especial:

a) As congruências e divergências entre liberais e conservadores;

b) A emergência dos movimentos republicanos e seu impacto na estrutura político-partidária do final do Império.

Resposta: Bianca Xavier Abreu (20/20)

Após a Independência em 1822 e com o estabelecimento da Assembleia Constitutiva, definem-se claramente duas tendências políticas no país: o grupo dos brasileiros e aquele dos portugueses. Não se tratava ainda de verdadeiros partidos políticos, denominação que se criou com maior consistência na participação política e maior definição de interesses ao longo dos anos do período imperial. A abdicação de Dom Pedro I em 1831 leva à separação política de liberais exaltados e moderados que, após a Regência, agrupar-se-iam em liberais e conservadores.

A Regência é o período em que os contrastes partidários encontram-se mais claros, especialmente após a renúncia do Regente Feijó. De 1831 a 1837, configurou-se um período de ação liberal, um movimento que uniu a maioria dos políticos contra o despotismo (pelo qual Dom Pedro I havia sido forçado a abdicar), em favor de maior autonomia provincial, e que culminou com a criação do Ato Adicional de 1834, uma espécie de emenda à Constituição outorgada em 1824. No entanto, essa ação liberal foi logo freada por um regresso conservador, pois a ampliação da participação política das Assembleias Legislativas estendeu o conflito político às províncias e gerou uma série de revoltas, como a Balaiada, a Sabinada, a Revolução Farroupilha ou a Praiera. Os políticos liberais, que faziam parte da elite latifundiária, perceberam que a participação popular desses movimentos poderia ameaçar suas propriedades e o regime de escravidão. Assim, os interesses financeiros comuns, além de semelhanças de formação social e intelectual, uniram as elites brasileiras, que

superaram suas diferenças ideológicas. O regresso conservador culminou com a antecipação da maioridade do Imperador Dom Pedro II, articulada pelos próprios liberais em 1840. O pacto entre ambos os partidos intensificar-se-ia nos gabinetes da Conciliação.

No começo do Segundo Reinado, ainda se podia verificar um grau mais elevado de "fidelidade partidária", pois a prática das "derrubadas" pelo Poder Moderador retirava a totalidade dos gabinetes de seus cargos e permitia sua substituição pelo outro partido. A coesão entre os partidos também era observada na agressividade das disputas eleitorais que opunha claramente os dois partidos. A legislação eleitoral era fraca e possibilitava fraudes, a exemplo das "eleições do cacete", violenta forma de manipulação que os liberais utilizaram para se manter no poder. Contudo, a formação de gabinetes mistos durante a fase da Conciliação acabou com a coesão partidária e uniu as elites de tal forma que, dizia-se, não havia "nada mais parecido a um conservador que um liberal no poder". Ademais, a baixa representatividade dos eleitos, decorrência de um sistema de voto censitário, também contribuía para a indefinição social e ideológica dos políticos.

Tal quadro político-partidário modificou-se por volta de 1870, com o surgimento dos movimentos republicanos. Essa nova corrente ideológica ganhou força com a substituição das elites por novas gerações. Não pesava mais tanto a união política pela unidade territorial da época das revoltas provinciais; a importância do café para a economia nacional havia impulsionado novos grupos no poder, que desejavam reduzir o poder central do Rio de Janeiro e tinham reivindicações federalistas, como a de redução de impostos. O republicanismo

também havia se tornado mais influente após a Guerra do Paraguai, pois os militares, cuja participação política era crescente, o haviam adotado após a convivência com as tropas republicanas argentinas e uruguaias. O Republicanismo não era mais uma mera ameaça, como havia sido recorrentemente usado nas reivindicações provinciais, de forma pouco consistente.

Por isso, a emergência de tal ideologia política levou, inevitavelmente, ao fim do Império. Tentou-se uma reforma monárquica para incluir elementos federalistas na Constituição, mas em vão. A República foi finalmente proclamada em 1889, após quase um século de contraste entre o Brasil imperial e seus vizinhos latino-americanos, republicanos desde os anos 1820.

* As opiniões deste Prefácio são de cunho pessoal, não refletindo necessariamente as posições do Ministério das Relações Exteriores.

** Os textos publicados nesta obra, bem como as informações fornecidas nas tabelas de incidência e nos seus respectivos gráficos, são de responsabilidade exclusiva dos autores e do coordenador da Coleção. A finalidade desta obra é publicar teoria e questões relevantes para os candidatos ao concurso de Diplomata, cabendo à Editora respeitar a liberdade de pensamento e manifestação de cada autor.

*** Nas tabelas, o "0" significa que não foi cobrada nenhuma questão do assunto e o "-" significa que a disciplina não constava no Edital.

Atenção! Muitas questões do Teste de Pré-seleção do IRBr abordam mais de um tópico do Edital. As questões de múltipla escolha foram consideradas como uma única questão e cada um dos itens das questões do tipo Certo ou Errado é contabilizado como uma questão.

1 A União Ibérica surgiu da coligação dinástica entre as monarquias de Portugal e de Castela após a Guerra de Sucessão Portuguesa, que se estendeu de 1580 a 1583.

2 A historiografia recente destaca o êxito não somente das Capitanias de Pernambuco e de São Vicente, mas também de Ilhéus e da Bahia de Todos os Santos.

3 O porte de armas por parte dos padres jesuítas somente foi autorizado na segunda metade do século XVIII.

4 A historiografia da hispano-américa independente vislumbra no Mapa das Cortes expressa malícia cartográfica de Alexandre de Gusmão (GOES FILHO, 2001).

5 Militar inglês que testemunhou os últimos confrontos bélicos entre França e Portugal na Península Ibérica.

6 Assim eram chamados os traficantes de escravos naquela época.

7 Quando a notícia da Revolução Francesa chegou à colônia francesa de Santo Domingo, atual Haiti, os escravos exigiriam acesso às instituições de tomada de decisão. Sob a liderança de Toussaint L'Ouverture, os escravos aderiram a campanhas de extermínio da população branca em 1791. O líder da rebelião foi capturado pelas tropas napoleônicas e executado anos depois em Paris.

8 Dados do censo da Igreja Católica realizado em 1817.

9 Ver Uma investigação sobre a natureza e causa das riquezas das nações, Adam Smith, 1776.

10 Às demais nações continuou a ser imposta tarifa de 24% ad valorem.

11 Assim passaram a autodenominar-se as capitanias.

12 Maiores de 25 anos que vivessem com os pais.

13 No século XX, alguns historiadores, como José Murilo de Carvalho, deram viço renovado à tese do 7 de abril de 1831 como data quadro da independência brasileira.

14 A Guerra Peninsular opôs Espanha e Portugal a Napoleão.

15 Lord Strangford, 1807. Apud FREITAS, Caio de. George Canning e o Brasil. São Paulo: Editora Nacional, 1958, v.1, p. 94

16 O Tratado de Aliança e Amizade, ainda, previa o direito à extraterritorialidade. Cidadãos ingleses no império português deveriam ser julgados por leis, juízes e tribunais ingleses.

17 A Guerra das Laranjas opôs Espanha a Portugal. Originou-se na disputa entre França e Inglaterra pelo controle dos portos portugueses. A guerra insere-se na lógica de alianças sistêmicas entre Portugal e Inglaterra, por um lado, e França e Espanha, por outro.

18 Irredentismo significa aspiração de um povo à aquisição das terras em posse estrangeira que contribuiriam à unidade nacional. As reivindicações irredentistas foram significativas, por exemplo, durante a unificação italiana em detrimento do Império austríaco.

19 Cipriano Barata destacou-se como ativo combatente a favor da independência do Brasil. Participou da Conjuração do Alfaiates na Bahia, em 1798, e na Revolução Pernambucana de 1817.

20 Os conceitos de ética da responsabilidade e de ética da convicção foram emprestados de Max Weber. Consoante o sociólogo alemão, a ética da convicção constitui "o conjunto de normas e valores que orientam o comportamento do político na sua esfera privada". A ética de responsabilidade, por sua vez, representa "o conjunto de normas e valores que orientam a decisão do político a partir da sua posição como governante ou legislador". Ver: Max WEBER, A política como vocação.

21 Ver: Frei Caneca, Voto sobre o juramento do projeto de Constituição oferecido por D. Pedro I.

22 Os deputados eram eleitos indiretamente pelos cidadãos.

23 Os senadores eram eleitos pelo imperador com base em lista tríplice indicada por cada provincial.

24 A Constituição não mencionava os escravos, o que implicitamente significa reconhecer a condição dos cativos.

25 A menos que fossem nascidos no Brasil, os escravos libertos não tinham acesso à cidadania. O primeiro negro eleito para a Assembleia, em 1829, foi José Rebouças.

26 Exigia-se renda de 100 mil réis para votar e de 200 mil para ser votado.

27 Em termos jurídicos, a irresponsabilidade significa a desnecessidade de prestar contas.

28 Delegava-se ao imperador a faculdade de acatar ou não bulas e encíclicas papais.

29 Cf. frei Caneca, Voto sobre o juramento do projeto de Constituição oferecido por D. Pedro I.

30 Após haver participado da Revolução Pernambucana de 1817, Manuel de Carvalho exilou-se nos Estados Unidos. Voltou como intendente da Marinha, pouco antes da eclosão da Confederação do Equador.

31 Dona Maria da Glória era menor de idade à época, o que impedia sua ascensão ao trono.

32 Na Grécia antiga, a anfictiônia era uma liga ecumênica que buscava agrupar os doze povos helênicos centrais.

33 Pai do futuro Duque de Caxias.

34 Com a criação do município neutro, o Rio de Janeiro permanecia capital do país, mas a província do Rio de Janeiro passava a ter a mesma organização político-administrativa das demais províncias do Império.

35 Sessão parlamentar de abril de 1838.

36 É certo que outras sedições populares foram documentadas no período regencial. Constituem as quatro estudadas, no entanto, as de maior relevância.

37 Os yorubás constituem, hoje, mais de 20% da população nigeriana.

38 A província do Paraná foi criada somente na segunda metade do século XIX.

39 E também o Alto Peru, atual Bolívia.

40 À época, o acesso à província de Mato Grosso somente era possível por via fluvial, atravessando-se os atuais rios Uruguai, Paraná e Paraguai.

41 Apenas a reforma eleitoral de 1881 mudou significativamente o sistema de votação.

42 As quarto intervenções confessadas ocorreram em 1840, 1842, 1859 e 1868.

43 A eleição de 1840 ficou conhecida como as eleições do cacete.

44 Terras devolutas são terras públicas.

45 Sessão parlamentar de 17 de junho de 1868.

46 Princípio de Direito Romano que confere ao filho de escrava a mesma condição que sua progenitora.

47 O ingênuo era o filho livre da escrava.

48 Dados de recenseamento de 1872.

49 Trecho extraído de Os sertões, de Euclides da Cunha.

50 O padrão-ouro foi adotado de forma imperfeita e por brevíssimo período de tempo durante o fim do Segundo Reinado. O mecanismo financeiro de padrão-ouro atrela a emissão monetária ao lastro em ouro, o que torna estática a taxa de câmbio. Nesse sentido, os países superavitários em termos comerciais passariam por crises inflacionários, pois importariam ouro, ao passo que os países deficitários teriam seus preços encolhidos, visto que exportariam ouro. Com menores preços, os países deficitários tornar-se-iam exportadores, o que restabeleceria o equilíbrio do comércio internacional.

51 Se houvesse produto similar, no Brasil, aplicar-se-ia tarifa de 60% ad valorem.

52 Em arbitragem do presidente estadunidense Hayes, o Chaco boreal foi cedido ao Paraguai em 1878.

53 Essas indenizações nunca foram efetivamente cobradas, mas o Brasil tardou mais de 60 anos em oficializar o perdão da dívida.

54 O princípio das fronteiras naturais estipula que a divisão de territórios se dará por intermédio de fatores geográficos, tais como cadeias montanhosas, rios, lagoas etc.

55 O uti possidetis consagra o direito de posse de um território aos que efetivamente o ocupam: quem possui de fato, possui de direito ou como possuís, assim possuais, consagra a expressão.

56 Nesse sentido, conclui-se que a Bolívia reivindicava aplicação do princípio de uti possidetis juris, em detrimento do uti possidetis de facto, empregado pelo Brasil. Enquanto o uti possidetis de facto consagra o direito de posse de um território aos que efetivamente o ocupam, o uti possidetis juris outorga a posse do território a quem o possui legalmente, e não a quem o ocupa efetivamente.

57 Os exercícios de terceira fase e suas respectivas respostas foram extraídos do Guia de Estudos publicado pelo Instituto Rio Branco anualmente. Conforme assinala-se no Guia, "o Guia de Estudos do Concurso de Admissão à Carreira Diplomática [...] visa a orientar e auxiliar o candidato que pretende ingressar na carreira diplomática por meio do registro das questões abordadas no exame de 2011 acompanhadas de respostas que mereceram avaliação positiva por parte das respectivas Bancas Examinadoras, mantidos os textos originais dos candidatos, com eventuais incorreções e/ou deficiências".

58 As questões fazem referência ao capítulo estudado. No entanto, de forma a preservar a lógica de avaliação das questões de múltipla escolha, não foram essas separadas por período histórico. Quando as questões de múltipla escolha forem relativas a diversos momentos históricos, os itens relevantes para o capítulo estarão sublinhados em azul.

59 As questões fazem referência ao capítulo estudado. No entanto, de forma a preservar a lógica de avaliação das questões de múltipla escolha, não foram essas separadas por período histórico. Quando as questões de múltipla escolha forem relativas a diversos momentos históricos, os itens relevantes para o capítulo estarão sublinhados em azul.

60 Os exercícios de terceira fase e suas respectivas respostas foram extraídos do Guia de Estudos publicado pelo Instituto Rio Branco anualmente. Conforme assinala-se no Guia, "o Guia de Estudos do Concurso de Admissão à Carreira Diplomática [...] visa a orientar e auxiliar o candidato que pretende ingressar na carreira diplomática por meio do registro das questões abordadas no exame de 2011 acompanhadas de respostas que mereceram avaliação positiva por parte das respectivas Bancas Examinadoras, mantidos os textos originais dos candidatos, com eventuais incorreções e/ou deficiências".

61 As questões fazem referência ao capítulo estudado. No entanto, de forma a preservar a lógica de avaliação das questões de múltipla escolha, não foram essas separadas por período histórico. Quando as questões de múltipla escolha sejam relativas a diversos momentos históricos, os itens relevantes para o capítulo estarão sublinhados em azul.

62 Os exercícios de terceira fase e suas respectivas respostas foram extraídos do Guia de Estudos publicado pelo Instituto Rio Branco anualmente. Conforme assinala-se no Guia, "o Guia de Estudos do Concurso de Admissão à Carreira Diplomática [...] visa a orientar e auxiliar o candidato que pretende ingressar na carreira diplomática por meio do registro das questões abordadas no exame de 2011 acompanhadas de respostas que mereceram avaliação positiva por parte das respectivas Bancas Examinadoras, mantidos os textos originais dos candidatos, com eventuais incorreções e/ou deficiências".

[63] Os exercícios de terceira fase e suas respectivas respostas foram extraídos do Guia de Estudos publicado pelo Instituto Rio Branco anualmente. Conforme assinala-se no Guia, “o Guia de Estudos do Concurso de Admissão à Carreira Diplomática [...] visa a orientar e auxiliar o candidato que pretende ingressar na carreira diplomática por meio do registro das questões abordadas no exame de 2011 acompanhadas de respostas que mereceram avaliação positiva por parte das respectivas Bancas Examinadoras, mantidos os textos originais dos candidatos, com eventuais incorreções e/ou deficiências”.